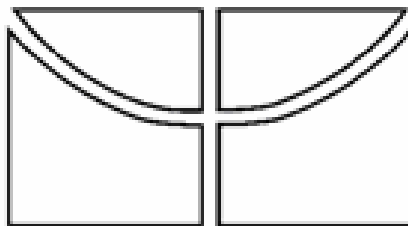


**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Imprimindo a anarquia:
O jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do
século XX**

Fernando Figueiredo Strongren



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Imprimindo a anarquia:
O jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do
século XX**

Fernando Figueiredo Strongren

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliane Maria Macedo Machado.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SST924 Strongren, Fernando Figueiredo
i Imprimindo a anarquia: O jornalismo anarquista no
Brasil nas primeiras décadas do século XX / Fernando
Figueiredo Strongren; orientador Liliane Maria
Macedo Machado. -- Brasília, 2017.
192 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Comunicação) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. História do jornalismo. 2. Jornalismo
anarquista. 3. A Voz do Trabalhador. 4. Tribuna do
Povo. 5. A Plebe. I. Machado, Liliane Maria Macedo,
orient. II. Título.

FERNANDO FIGUEIREDO STRONGREN

IMPRIMINDO A ANARQUIA:
O jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do século XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Liliane Maria Macedo Machado.

Aprovada em ___/___/____.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Liliane Maria Macedo Machado – UnB
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Elen Cristina Geraldes – UnB
Avaliadora - Membro interna

Prof^a. Dr^a. Diva do Couto Gontijo Muniz – UnB
Avaliadora - Membro externa

Prof^a. Dr^a. Dione Oliveira Moura – UnB
Avaliadora – Suplente

*À Antonio Bernardo Canellas e a todos
aqueles que fizeram - e fazem – do
jornalismo um instrumento de luta por
um mundo de justiça e igualdade social.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho não seria possível sem os incontáveis apoios recebidos ao longo dos últimos dois anos materializados em conversas, discussões, solidariedade e carinho vindos de amigos, colegas e familiares, que de uma forma ou de outra deixaram uma marca neste trabalho.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer à minha mãe e meu irmão, que mesmo à distância não deixaram de me dar apoio e suporte em meio a inúmeras tormentas. Também não poderia deixar de agradecer à Rita, ao Nicolas e ao Pablo, que me receberam em sua casa de portas abertas e foram fundamentais na minha chegada e adaptação em Brasília.

Agradeço também à minha namorada Nathália, por servir de exemplo e estar ao meu lado, dando todo apoio, incentivo e determinação necessários para conclusão da pesquisa.

À minha orientadora prof^ª. dr^ª. Liliane Maria Macedo Machado, por toda dedicação, cuidado e amizade.

Aos amigos Cristiano Anunciação, Elton Bruno, Juliana Bulhões, Vinícius Pedreira, Vanessa Beltrame, Luísa Montenegro, Carlos Alberto Biernath, Mauro Feitosa, Angélica Fonsêca, Leilyanne Alves, Marcos Urupá, Jairo Faria, Hadassa Ester David, Felipe Canova e todos os demais colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação com quem compartilhei as mais diversas e enriquecedoras experiências.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, essencial para a realização dessa pesquisa, e ao Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que na pessoa da historiadora Renata Cotrim, nos permitiu o acesso aos jornais aqui analisados.

A todos, obrigado!

*Nós, porém, achamos que cada notícia
devia ser objeto de um estudo sobre a
má organização da sociedade.*

Antonio Bernardo Canellas
Tribuna do Povo, 8 de janeiro de 1917

RESUMO

Ao longo das três primeiras décadas da Primeira República (1889-1920), o Brasil vivenciou a consolidação da indústria nacional e, conseqüentemente, a formação de uma classe operária. Neste cenário regido por uma política liberal, o conflito entre a burguesia e o operário se desenvolveu com o anarquismo se destacando a frente do movimento operário. Este trabalho busca a analisar uma das mais prolíferas manifestações do movimento anarquista nesse período: o jornalismo. Com o objetivo de compreender como se formou e como se caracterizava o discurso jornalístico dos jornais anarquistas publicados no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, tomamos como objeto de pesquisa os periódicos **A Voz do Trabalhador** (1908-1909), órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira**; a **Tribuna do Povo** (1916-1917), publicado em Viçosa (AL), por Antonio Bernardo Canellas; e **A Plebe** (1917), publicado em São Paulo por Edgard Leuenroth. Partindo da compreensão do jornalismo como uma prática social decorrente das relações e condições sociais de sua época e das partes envolvidas (jornalistas, público e instituições sociais), buscamos no campo da História e da Comunicação elementos teóricos-metodológicos que nos permitam atingir nosso objetivo. Desta forma, nossa pesquisa se inicia de modo a compreender os fundamentos da ideologia anarquista na qual se baseavam os editores e colaboradores dos jornais e o contexto sócio-histórico no qual foram publicados, destacando a formação da classe operária e do movimento anarquista no Brasil, suas organizações e lutas por melhores condições de vida e trabalho. Esses elementos nos servem de base para a análise dos três jornais por nós estudados, destacando seu aspecto institucional, rede de colaboradores (jornalistas-militantes) e o conteúdo publicado. A partir de nossas análises, identificamos o jornalismo anarquista como uma prática social diretamente ligada ao movimento libertário e operário, cujo objetivo central é criar entre os trabalhadores um imaginário de classe voltado para sua emancipação segundo os ideais libertários. Para tanto, os jornalistas-militantes desenvolvem um discurso jornalístico no qual o relato dos fatos sociais se une ao discurso opinativo de forma a incutir e reforçar no imaginário do trabalhador uma identidade de classe e o suporte teórico e pragmático para a Revolução Social.

Palavras-chave: História do jornalismo. Jornalismo anarquista. A Voz do Trabalhador. Tribuna do Povo. A Plebe.

ABSTRACT

Over the first three decades of the First Republic (1889-1920), Brazil experienced the consolidation of the national industry and, consequently, the formation of working class. In this scenario governed by a liberal policy, the conflict between the bourgeoisie and the working class developed with anarchism becoming prominent in the labour movement. This thesis proposes to analyse one of the most prolific manifestations of the anarchist movement in this period: the journalism. In order to understand how the journalistic discourse of the anarchist newspapers published in Brazil in the first two decades of the twentieth century was characterized, we have taken as object of research the periodicals **A Voz do Trabalhador** (1908-1909), the official medium of the **Brazilian Workers Confederation**; **Tribuna do Povo** (1916-1917), published in Viçosa (AL), by Antonio Bernardo Canellas; and **A Plebe** (1917), published in Sao Paulo by Edgard Leuenroth. Understanding journalism as a social practice deriving from the social relations and conditions of its time and the parties involved (journalists, public and social institutions), we search in the field of History and Communication for theoretical and methodological elements that allow us to reach our objectives. In this way, we began our research in order to understand the anarchist ideology that give foundations to the editors and collaborators of the newspapers and the socio-historical context in which they were published, highlighting the formation of the working class and the anarchist movement in Brazil, their organizations and struggles for better conditions of life and work. These elements serve as the basis for the analysis of the three newspapers we studied, emphasizing their institutional aspect, network of collaborators (journalist-militants) and the content published. From our analyses, we identify anarchist journalism as a social practice linked to the libertarian and workers movement, whose main objective is to create among the workers a class imaginary facing their emancipation according to the ideals libertarians. Therefore, the journalists-militant develop a journalistic discourse in which the report of social facts joins the opinion discourse in order to instill and reinforce in the worker's imagination a class identity and the theoretical and pragmatic support for the Social Revolution.

Keywords: History of journalism. Anarchist journalism. A Voz do Trabalhador. Tribuna do Povo. A Plebe.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Apresentação	11
Aporte teórico-metodológico	21
Justificativa	22
1. JORNALISMO, UMA PRÁTICA SOCIAL E ANARQUISTA	26
1.1 Jornalismo e sociedade	28
1.2 Os modelos de funcionamento do jornalismo	33
1.3 O jornalismo anarquista e outras formas de jornalismo contra-hegemônico ...	40
2. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO JORNALISMO ANARQUISTA	52
2.1 O contexto sócio-histórico	53
2.2 A instituição jornalística	56
2.3 Os jornalistas-militantes	59
2.4 O conteúdo	62
2.5 Quadro-resumo das categorias e indicadores de análise	66
2.6 Método de pesquisa	68
3. A SEMENTE LIBERTÁRIA	70
3.1 Os pilares da liberdade: as bases do pensamento e ação anarquista	71
3.2 “Sou anarquista”: Proudhon e a origem do anarquismo	75
3.3 O destruidor que constrói: Bakunin e a Internacional	80
3.4 A cada um de acordo com suas necessidades: Kropotkin e o anarcocomunismo ...	85
3.5 O anarquismo no sindicato: o anarcossindicalismo na França e na Espanha ..	90
3.6 O anarquismo na Itália e em Portugal	94
4. A VIDA OPERÁRIA E O MOVIMENTO ANARQUISTA NO BRASIL (DAS ORIGENS AOS ANOS 1920)	101
4.1 O nascer operário	102
4.2 O Brasil industrial e a formação da classe operária	106
4.3. O movimento anarquista no Brasil	123

5. IMPRIMINDO A LIBERDADE	132
5.1 A Voz do Trabalhador (1908-1909)	134
5.1.1 <i>O conceito de jornalismo</i>	137
5.1.2 <i>O antimilitarismo</i>	141
5.1.3 <i>A condição de vida dos operários</i>	144
5.1.4 <i>O movimento operário</i>	149
5.2 Tribuna do Povo (1916-1917)	151
5.2.1 <i>O conceito de jornalismo</i>	155
5.2.2 <i>O cotidiano de uma cidade sob o olhar anarquista</i>	158
5.2.3 <i>O jornalismo como uma crítica da organização social</i>	160
5.2.4 <i>Cobertura nacional e internacional no interior de Alagoas</i>	164
5.3 A Plebe (1917)	167
5.3.1 <i>O conceito de jornalismo</i>	171
5.3.2 <i>O mundo operário</i>	172
5.3.3 <i>A Plebe e a repressão policial</i>	174
5.3.4 <i>A Plebe e a grande mídia</i>	176
5.3.5 <i>A Revolução Russa</i>	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
FONTES	186
ARQUIVOS CONSULTADOS	186
PERIÓDICOS	186
REFERÊNCIAS	187

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se formou e como se caracterizava o discurso jornalístico dos jornais anarquistas publicados nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil. Caracterizando o jornalismo como uma prática social decorrente das relações e condições sociais, buscamos na História e na Comunicação elementos teóricos que nos permitiram captar os fatores sócio-históricos e jornalísticos que influenciam na formação do discurso dos jornais anarquistas. Desta forma, temos como hipótese de trabalho que o jornalismo anarquista buscava, por meio de um discurso jornalístico que combinava opinião e informação ao retratar a realidade dos operários brasileiros, criar um imaginário de classe e prepara-los para a organização e uma futura Revolução Social.

Apresentação

O jornalismo é uma prática social que resulta das condições e relações de uma determinada sociedade, o que implica na emergência de diferentes modelos de jornalismo¹ que se sucedem ou convivem entre si. Na busca por compreender o que caracteriza esses modelos de jornalismo, diversos autores apresentaram propostas baseadas nas diferentes práticas hegemônicas² do jornalismo na história. Para o pesquisador português Nelson Traquina (2005, p. 34), por exemplo, existem os paradigmas de propaganda – predominante entre jornais até o século XIX – e informação – que embasa a prática jornalística contemporânea. Os canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (no prelo), por sua vez, apontam quatro paradigmas do jornalismo na história da América do Norte: o jornalismo de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação, que se sucederiam ao longo da história de acordo com mudanças nas esferas políticas e econômicas da sociedade. Já Francisco Rüdiger (2003), ao estudar a história do jornalismo no Rio Grande do Sul, fala em três regimes jornalísticos, sendo o primeiro caracterizado pelo controle ou influência do Estado, um

¹ Utilizamos a expressão modelo de jornalismo por entender que ela se enquadra melhor na ideia de prática social, porém, outros autores utilizam expressões diversas, como paradigma, regime e teoria. Estas últimas serão utilizadas quando nos referirmos ao pensamento próprio dos autores.

² Entendemos o conceito de hegemonia como a prática, no caso jornalística, preponderante em dada sociedade.

segundo momento marcado pelo jornalismo político-partidário e, por fim, o regime informativo e da indústria cultural, vigente na contemporaneidade.

Apesar de descreverem a prática hegemônica do jornalismo em diferentes momentos da história, um olhar atento para as práticas jornalísticas que encontramos ao longo do período de vigência do modelo de jornalismo contemporâneo – capitalista, comercial, profissional e informativo – encontraremos uma diversidade que está longe de limitarem-se a estes conceitos que automaticamente associamos ao jornalismo, sendo até mesmo antagônicos a eles. Podemos encontrar exemplos dessas práticas divergentes do modelo hegemônico nos chamados blogueiros sujos e jornais alternativos tão diversos como **Le Monde Diplomatique Brasil**, o socialista **A Nova Democracia**, o sindicalista revolucionário **Avante!**, publicado pela **Rede Estudantil Classista e Combativa**, e os coletivos anarquistas digitais **Agência de Notícias Anarquistas** e **Rede de Informação Anarquista**, todos produzindo conteúdos jornalísticos que rompem de alguma forma com o modelo capitalista, comercial ou puramente informativo praticado pela grande mídia³ e trazendo para o público um outro discurso jornalístico.

Essa diversidade de práticas jornalísticas pode ser entendida sob a perspectiva do discurso desenvolvida por Michel Foucault. Para o filósofo francês (2012, p. 52), cada sociedade estabelece seu regime de verdade, que determina quais tipos de discurso são e funcionam como verdadeiros, os mecanismos de diferenciação dos enunciados verdadeiros dos falsos, as técnicas e procedimentos para obtenção da verdade e o estatuto dos que têm a legitimidade de dizer o que é verdadeiro, que no caso do jornalismo se materializam nos discursos e práticas de jornalismo hegemônicas.

Arelado a estes discursos, como aponta Tania Navarro Swain (1994, p. 46), estão os conjuntos de bens simbólicos e imateriais produzidos pela sociedade, representado em grande parte pelo imaginário, cuja atuação é definido pela pesquisadora como um

[...] vigoroso caudal que atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos seus meandros, em todos os níveis, todas as classes sociais – interclasse – modelando conjuntos/pacotes de relações

³ Sob a expressão “grande mídia” reunimos os meios de comunicação cujas práticas se ancoram – ou ancoravam – sob o modelo comercial e contemporâneo de jornalismo. Dentro do recorte histórico de nossa pesquisa, a grande mídia é representada por jornais como **O Estado de S. Paulo**, **O País**, **Correio Paulistano** entre outros.

sociais hegemônicas, cuja duração compreende maior ou menor lapso de tempo (SWAIN, 1994, p. 49).

Porém, o regime de verdade, os discursos e o imaginário hegemônicos de uma sociedade são objetos de uma constante disputa, em que diversos grupos se confrontam em busca da violação das regras vigentes para impor, por substituição, reposição, deslocamento, conquista ou inversão (FOUCAULT, 2012, p. 70), o seu regime de verdade. Deste confronto emergem os discursos contra-hegemônicos, que buscam criar um contra-imaginário, “tomando para si muitas das modalidades do imaginário transformador, aquele que cria dispositivos simbólicos outros, para assegurar a legitimidade de novas relações de poder” (SWAIN, 1994, p. 51).

A produção de discursos e imaginários contra-hegemônicos se materializa, em parte, no jornalismo contra-hegemônico, sendo talvez o mais notório deles na história do Brasil o jornalismo alternativo ou imprensa nanica, que proliferou no período da ditadura civil-militar no Brasil, no qual, entre 1964 e 1980, “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, s/d, p. 5) em um momento em que a imprensa hegemônica era complacente e, muitas vezes, conivente com o regime político ditatorial.

Além do jornalismo alternativo, outras práticas jornalísticas se alinham no espectro da contra-hegemonia, como o jornalismo sindical, operário, comunitário e o jornalismo anarquista⁴, que é objeto desta nossa pesquisa.

Assim como o jornalismo alternativo foi o representante máximo do jornalismo contra-hegemônico no período da ditadura civil-militar, o jornalismo anarquista também ostenta esse título nos anos da Primeira República (1889-1930). Esse elo entre o jornalismo alternativo do período ditatorial e o anarquista foi destacado por Bernardo Kucinski, que afirma serem os jornais alternativos os sucessores dos pasquins do período regencial e da imprensa anarquista “na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (ibidem, p. 10).

Desde que desembarcou no Brasil, na segunda metade do século XIX, com os imigrantes europeus e com jovens brasileiros que tinham ido estudar na Europa, onde tiveram contato com os ideais libertários, o anarquismo foi protagonista do movimento

⁴ Trataremos de forma mais detida cada uma dessas práticas contra-hegemônicas de jornalismo e sua relação com o jornalismo anarquista no capítulo 1.

operário brasileiro até meados da década de 1920⁵. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 10), essa ligação entre o movimento operário e o anarquismo foi tão forte que deixou suas marcas não só na organização do proletariado que começava a se organizar como também no conteúdo e na forma de produção da imprensa operária no Brasil.

A proliferação da imprensa anarquista nesse período é destacada pelo número de títulos e por sua localização distribuída em todo o território nacional. Ao listar os principais veículos da imprensa operária e social brasileira, Edgar Rodrigues (1997) soma mais de 500 títulos, entre anarquistas, socialistas, de classe e sociais, publicados entre 1845 e a década de 1940. Destacando apenas a imprensa operária produzida no Brasil entre o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Ferreira aponta a existência de “aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro” (1988, p.14), sendo que

deste total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Dos 343 títulos encontrados nesse período, sessenta eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano (FERREIRA, 1988, pg. 14).

A grande quantidade de impressos anarquistas publicados no período, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, pode ser explicada pela força que o pensamento anarquista teve no movimento operário das duas principais cidades do país. Dentro do movimento operário e social, o anarquismo no Brasil apresentou uma forte tendência sindicalista revolucionária, preconizando a autonomia do sujeito e a ação direta – boicote, greve e sabotagem – como meio de destruir a ordem burguesa e adotando o sindicato como forma de organizar a luta proletária e caminho para a Revolução Social. Assim, os militantes anarquistas preocuparam-se em fundar suas ligas, uniões e sindicatos, que logo faziam circular seus próprios jornais.

Como dissemos anteriormente, a ligação entre o movimento operário e o

⁵ Edgar Rodrigues aponta como causas do fim do protagonismo anarquista no movimento operário brasileiro três fatores: a fundação do **Partido Comunista Brasileiro** (PCB), em 1922, que arregimentou diversos militantes e líderes anarquistas no Brasil, e colocou em prática diversas ações para desestabilizar seus oponentes libertários; a perseguição do governo de Arthur Bernardes aos militantes, que eram expulsos ou enviados ao campo de concentração de Clevelândia, no Amapá, e aos sindicatos, que foram fechados e tiveram seus jornais proibidos de circular; e, por fim, a criação por Getúlio Vargas dos sindicatos controlados pelo Estado, de inspiração fascista (RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997).

movimento anarquista era tão forte no início do século XX no Brasil que suas práticas se confundem. Esse fato pode levar a algumas dificuldades para quem pretende pesquisar um recorte específico desse período, como é o nosso caso com o jornalismo anarquista, pois movimento operário, social e anarquista – assim como a imprensa operária, social e anarquista – se tornam um corpo difícil de se distinguir. Isso pode ser visto em trabalhos como o de Ferreira (1988), Edgar Rodrigues (1997), Woitowicz (2006) e Escudero e Teixeira (2007)⁶, nos quais esses grupos que se interligam tornam-se, muitas vezes, uma unidade da diversidade. Por isso, precisamos começar a definir nosso objeto de pesquisa compreendendo o que entendemos por jornalismo anarquista.

Em busca de uma primeira definição de jornalismo anarquista, podemos parafrasear Ferreira (1988, p. 5) postulando que do ponto de vista do emissor, um jornal anarquista é produzido por anarquista; se adotamos o ponto de vista do receptor, é um jornal voltado para os militantes anarquistas e operários em geral; e, na perspectiva da mensagem, podemos entender o jornalismo anarquista como aquele cuja temática básica trate de temas de interesse dos anarquistas. Porém, só esses pontos não permitem uma clareza sobre o que seria o jornalismo anarquista, em especial aquele praticado no Brasil no início do século XX.

Um bom ponto de partida para compreender a diferença entre imprensa operária e anarquista está no trabalho de Marcos Aurélio Santana Rodrigues sobre imprensa operária no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Neste trabalho, o historiador distingue a imprensa operária e anarquista pelas questões que abordavam e fins que estabeleciam, mesmo em uma época onde a influência do anarquismo estava presente na imprensa operária.

Se por um lado os periódicos anarquistas estavam preocupados em discutir as questões sociais e do mundo do trabalho, inserindo-se principalmente no sindicalismo, por outro lado os periódicos operários de influência anarquista estavam mais preocupados com questões pontuais que se relacionavam com as demandas e com os cotidianos das próprias categorias de trabalhadores. Neste sentido, mesmo que influenciados pelo discurso e pelos métodos anarquistas, os redatores e colaboradores destes periódicos parecem ter se preocupado mais com os problemas a resolver nas suas relações de trabalho do que com

⁶ Sobre a indissociabilidade dos conceitos de jornalismo anarquista e jornalismo operário e sindical nos trabalhos de Woitowicz e Escudero e Teixeira ver STRONGREN, Fernando Figueiredo. A pesquisa sobre jornalismo anarquista no Brasil: um estudo dos artigos publicados na Alcar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJor)**, 13, 2015, Campo Grande, MS. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4702/1055>>. Data de acesso: 4 fev. 2017.

um processo de mudança social mais radical (RODRIGUES, M., 2009, p. 179).

Desta forma, realizamos nosso primeiro corte colocando como ponto de distinção entre o jornalismo operário e sindical e o jornalismo anarquista o objetivo principal deste último com a Revolução Social e não com a reforma das relações de trabalho. Partindo da mesma distinção entre o caráter reformista e revolucionário, também podemos separar os jornais anarquistas da imprensa social em geral, que defendia melhorias das condições dos trabalhadores dentro do sistema de estado capitalista.

Por fim, cabe distinguir o jornalismo anarquista de duas outras formas comuns de jornalismo contra-hegemônico existente na virada para o século XX, a saber, o socialista e o anticlerical. Tanto no levantamento de Ferreira (1988) quanto no de Edgar Rodrigues (1997), o jornalismo operário/social no Brasil chega com os seguidores do socialista francês Charles Fourier⁷ ainda na primeira metade do século XIX, porém, esses jornais, mesmo se colocando ao lado da emancipação da classe operária, não tinham como base os ideais anarquistas. Por sua vez, os jornais anticlericais reuniam militantes anarquistas, socialistas e membros de outros grupos de intelectuais para publicar diversos jornais que, ao lado do ataque à Igreja Católica, também lutava pela causa operária e publicavam textos com ideais anarquistas, mas como o próprio adjetivo explícita, o principal objetivo desses jornais era lutar contra a Igreja e seus representantes.

Assim, podemos entender o jornalismo anarquista como aquele que vem combater, sob os ideais do anarquismo, todas formas de exploração do ser humano, ilustrada pelo tipógrafo e anarquista Edgard Leuenroth no artigo de fundo⁸ que abre a primeira edição do jornal **A Plebe**:

Para se conseguir vencer o monstro social que infelicita o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as da hidra de Lerna, renascem com redobrado vigor para a sua maléfica ação. [...] A humana espécie somente poderá considerar-

⁷ O francês Charles Fourier (1772-1837) foi um importante socialista da primeira metade do século XIX. Suas ideias chegaram ao Brasil poucos anos depois de sua morte, pelas mãos de seus seguidores, que não só fundaram os primeiros jornais operários/sociais, como também fundaram a Colônia do Saí, em Santa Catarina, no ano de 1841, colocando em prática os ensinamentos de Fourier.

⁸ Segundo Luiz Beltrão (**Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980, p. 55), o artigo de fundo é o protótipo do editorial, publicado na abertura da página opinativa ou na primeira página do jornal (caso comum nos jornais anarquistas). O artigo de fundo, continua o pesquisador brasileiro, transmite a posição ideológica do jornal sobre o tema.

se verdadeiramente livre e começar a gozar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumegantes desse burgo podre que é o regime burguês desaparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações sofredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1)⁹.

Para conseguir vencer esse monstro social, os militantes anarquistas encontraram no jornalismo um meio fértil para fazer circular seus ideais e conscientizar o operariado, com a imprensa anarquista cumprindo a “função de articuladora de interesses históricos de classe, como fator de agitação e de propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum” (HARDMAN, 2002, p. 311).

Através do conteúdo classista e discurso libertário que imprimiam em seus jornais, os militantes anarquistas, afirma Marco Aurélio Santana Rodrigues (2009, p. 179), procuravam criar identidades, formar sujeitos anarquistas. Nas páginas dos jornais, esse conteúdo classista e discurso libertário não estavam separados, informando seus leitores sobre a realidade da classe operária no Brasil e no mundo ao mesmo tempo que buscava formar neles uma consciência de classe¹⁰, isto é, de que pertenciam a um mesmo grupo – o proletariado – no qual eram alvo da exploração das classes dominantes, política e econômica.

No processo de construção do discurso do jornalismo anarquista, os editores abordaram os mais variados temas e utilizavam das mais diversas formas discursivas, tais quais matérias, artigos de opinião e teóricos, charges e ilustrações, para estimular nos operários os ideais de liberdade, emancipação, autonomia e solidariedade. Hardman (2002, p. 311), ao estudar o jornal **O Amigo do Povo** e a revista **Aurora**, publicados em São Paulo nos primeiros cinco anos do século XX, aponta que suas páginas traziam pequenas notas, frases de autores diversos, artigos de propaganda libertária, majoritariamente traduzidos de grandes autores do anarquismo (Kropotkin, Malatesta, Reclus, entre outros), e informes sobre a organização operária no Brasil e no exterior.

Essas características apontadas por Hardman podem ter como justificativa o recorte escolhido pelo pesquisador. Publicados entre 1902 e 1905, esses impressos estariam inseridos em um momento de certo refluxo no movimento operário brasileiro, que antecedeu as agitações que marcaram os anos de 1906 a 1908. Assim, **O Amigo do**

⁹ Optamos por transcrever as citações dos jornais de acordo com a grafia contemporânea da língua portuguesa cientes que tais atualizações não implicam em perdas para o nosso estudo.

¹⁰ Por consciência de classe entendemos a ideia de que cada indivíduo possui – além das condições objetivas – condições subjetivas de pertencimento à sua classe social, tais como interesses e objetivos em comum.

Povo e **Aurora** permitiriam ver “o esforço de propaganda e penetração no meio operário desenvolvido pelos anarquistas” (Ibidem, p. 309), mas seriam representantes finais de um período de virada no movimento anarquista no Brasil e de sua imprensa.

Entre 15 e 20 de abril de 1906, reuniu-se no Rio de Janeiro o **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, com a participação de representantes de dezenas de organizações operárias baseadas, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Optando pelo sindicalismo revolucionário de tendência anarquista, os mais de 15 pontos debatidos no congresso influenciariam de diversas formas a imprensa anarquista no Brasil. Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 313), as decisões saídas do encontro no Rio de Janeiro refletiram de maneira imediata e direta nos jornais, que encamparam as linhas e pontos de ação.

Um dos marcos dessa mudança surgiu com a proposta da **Confederação Operária Brasileira (COB)**, que tinha entre seus objetivos “estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará **A Voz do Trabalhador**” (Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 42). O jornal, assim como a **COB**, levou dois anos para ganhar as ruas com sua primeira edição em 1908, sob a direção do gráfico espanhol Manuel Moscoso.

Essas mudanças provocadas pelo **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, podem ser a explicação para o perfil diferente dos jornais anarquistas publicados no Rio de Janeiro que são objeto de estudo de Marco Aurélio Santana Rodrigues (2009) quando comparados por aqueles impressos analisados por Hardman (2002). Publicados na segunda década do século XX, os jornais estudados por Marco Aurélio Santana Rodrigues – **A Guerra Social**, **A Aurora**, **O Jerminal**, **Spártacus** e **A Alvorada** – trazem um discurso sobre “a emancipação, a organização revolucionária, a greve geral, a colaboração, o antimilitarismo, o antipatriotismo, o anticlericalismo, o bem-estar dos trabalhadores, a nova organização social, a sociedade libertária, a autonomia” (RODRIGUES, M., 2009, p. 179). Elementos próximos aos apontados por Cohen (2015, p. 122) que, ao falar dos conteúdos dos jornais anarcossindicalista¹¹, aponta para a publicação de comunicados e atividades de diversas entidades e artigos em que se discutia a questão mais ampla da representação dos interesses da classe operária, como

¹¹ A questão das tendências anarcocomunistas, anarcossindicalistas e o sindicalismo revolucionário serão melhor apresentadas nos **Capítulos III e IV**.

“a superexploração do trabalho, em turnos de longa duração, emprego do trabalho infantil e feminino, baixos salários, entre outros - constituíam matéria de longas reflexões, assim como os casos de conflito entre patrões e operários” (ibidem, p. 122).

De modo geral, os jornais anarquistas que surgem após o **Primeiro Congresso Operário Brasileiro** traziam notícias com denúncias sobre as condições de vida dos operários, informes sobre o movimento operário no Brasil e no mundo, críticas sociais ao Estado, à burguesia, à Igreja e às instituições militares, charges políticas, literatura, artigos em defesa de direitos, sobre o anarquismo e a necessidade de organização de autores locais ou de grandes teóricos do anarquismo, divulgação de eventos e atividades culturais, além de anúncios que ajudavam a sustentar os jornais. Resultando, dessa forma, em jornais que possibilitavam aos militantes do movimento anarquista levarem informação sobre sua realidade enquanto classe dominada e explorada e sobre possibilidades e outras formas de organização.

Partindo da hipótese de trabalho segundo a qual os jornais anarquistas retratavam a realidade social, econômica e de luta dos operários brasileiros por meio de um discurso que unia opinião e informação, buscamos compreender como tais periódicos intentavam criar no operariado um imaginário de classe e prepara-los para a organização e uma futura Revolução Social. Desse modo, apontamos que as condições históricas, sejam elas relações sociais ou ideológicas, foram determinantes para que os militantes libertários assumissem o papel de jornalistas (jornalistas-militantes) para produzirem um discurso contra-hegemônico que instigava novas formas de relações sociais e o rompimento com o modelo vigente, implantando um modelo baseado nos ideais anarquista.

Será, portanto, de dentro do cenário formado do movimento anarquista após 1906 que selecionamos os jornais que serão objeto de nosso estudo: **A Voz do Trabalhador**, publicado no Rio de Janeiro, entre 1908 e 1915, pela **Confederação Operária Brasileira**; **Tribuna do Povo**, editado em Viçosa (AL), em 1916 e 1917; e **A Plebe**, jornal paulistano fundado por Edgard Leuenroth em 1917 e editado até 1951 com algumas interrupções.

O primeiro deles é resultado direto do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, que entre os pontos aprovados determinava a criação da **Confederação Operária Brasileira (COB)** e do jornal **A Voz do Trabalhador**, publicado por ela. Tanto a confederação como o jornal surgem somente em 1908, com o primeiro

exemplar do periódico sendo impresso no início de julho com Manuel Moscoso como diretor e José Romero como administrador. O jornal contava ainda com a colaboração de J. Mota Assunção e Carlos Dias, todos experientes jornalistas e militantes anarquistas.

O jornal **Tribuna do Povo** se destaca dos demais periódicos estudados por sua posição geográfica. Lançado em agosto de 1914, o jornal foi fundado por Antonio Bernardo Canellas, então um jovem militante anarquista de 18 anos, nascido em Niterói, no Rio de Janeiro. Durante a existência de **Tribuna do Povo** foram publicadas 18 edições, sendo a última datada de 8 de janeiro de 1917. Em seu curto período de vida, o jornal passa por importantes momentos da vida local e nacional que reverberam em suas páginas, como a Primeira Guerra Mundial, a crises políticas e eleições locais. Todas comentadas nas páginas do periódico.

O terceiro jornal por nós estudado é o mais longo periódico anarquista brasileiro e, provavelmente, o mais importante deles. **A Plebe** foi fundado em junho de 1917 por Edgard Leuenroth, experiente jornalista e militante anarquista de São Paulo, que então era responsável pelo jornal anticlerical **A Lanterna**. Segundo o próprio Leuenroth (1917, p. 1), o novo jornal era visto como uma continuidade de **A Lanterna**, na busca por ampliar seus campos de ação, indo para além do combate ao clericalismo, incluindo entre seus alvos o Estado, a burguesia e o militarismo.

Este movimento de mudança identificado por Leuenroth estava alicerçado no período de intensa agitação operária, que levou a Greve Geral de 1917, apresentada por Cristina da Silva Roquette Lopreato (2000) como marco histórico na constituição da classe operária no Brasil. Com uma onda de greves que agitavam a capital paulista desde maio daquele ano, o levante operário contra as péssimas condições de trabalho, de vida e salário tiveram seu ápice um mês depois da publicação da primeira edição de **A Plebe**, quando em 12 de julho eclodiu a Greve Geral que parou a capital paulista por cinco dias e colocou o jornal e seus colaboradores como peça central do movimento.

Em sua primeira fase, que vai de 9 de junho e 8 de outubro de 1917, em um total de 19 edições e um suplemento do dia 15 de setembro, o jornal não só acompanhou o movimento operário paulistano, como foi palco de análises sobre o movimento grevista e meio de informação sobre seus reflexos, seja entre o operariado paulistano ou em outras regiões do Brasil. Após essa primeira fase, **A Plebe** volta a circular poucos meses depois e segue até 1951, com interrupções devido a perseguição política e policial,

empastamentos e outras dificuldades, que não impediram que o jornal chegasse a contar com edições diárias em 1919.

Aporte teórico-metodológico

O encontro entre a pesquisa do jornalismo e a pesquisa histórica não parece ser tão simples, nem para comunicólogos, nem para historiadores. Em seu artigo **O método e a análise histórica do jornalismo**, a comunicóloga Marialva Barbosa (2013, p. 1-2) aponta que o presentismo dos estudos em comunicação faz do passado um país estrangeiro para os pesquisadores dessa área. Por sua vez, o historiador francês Jean-Noël Jeanneney demonstra essa difícil ligação entre a pesquisa histórica e o jornalismo ao lembrar que “no front da história política renovada, o setor dos meios de comunicação não é o mais arduamente trabalhado” (2003, p. 213). Assim, o historiador do jornalismo, como lembra Cristiano Anunciação (2015, p. 2-3) coloca-se na fronteira entre uma terra pouco conhecida e repleta de obstáculos, no limiar entre fazer historiografia do jornalismo ou fazer pesquisa teórica em jornalismo.

Ao inserirmos nossa pesquisa na área da Comunicação e, especificamente, na subárea do jornalismo, devemos, como afirma Anunciação (2015), ter em mente a centralidade do fenômeno jornalístico e seus conceitos fundamentais, como comunicação, meio de comunicação, jornalismo e outros, fatores esses que diferenciariam a pesquisa histórica da jornalística.

Em última instância, o que se encontra em jogo são duas compreensões em relação aos meios de comunicação: para o historiador, trata-se da via pela qual são gerados documentos que dão acesso ao passado, enquanto que, para o comunicólogo, os meios de comunicação dizem respeito às tecnologias que geram uma matriz social (a atualidade midiática, esfera pública, cultura do presente...), modificam a experiência social e, portanto, a própria categoria de tempo e a noção de historicidade (Martino apud ANUNCIÇÃO, 2015, p. 4)

É justamente a busca por identificar como os jornais anarquistas do início do século XX intentaram criar um imaginário na classe operária, informando e formando seus leitores por meio do discurso jornalístico, que norteia nossa pesquisa. Desta forma, alinhamos também nossa pesquisa à linha Jornalismo e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, da qual fazemos parte e cuja ementa afirma que

O principal objetivo desta linha é a realização de estudos e pesquisas sobre gêneros e práticas jornalísticas, de modo a refletir sobre as tensões existentes entre o jornalismo como função pública e social e as reais possibilidades do jornalismo enquanto práxis (ação transformadora da realidade social). (JORNALISMO..., 2013)

Visando tais objetivos, propomos para esta pesquisa uma metodologia que se coloca na intersecção entre a Comunicação e História. Para tanto, recorreremos a autores de ambas áreas do saber e que versem sobre a prática do jornalismo de forma que pudemos estruturar as categorias de análise que nos permitiram compreender a emergência do discurso dos jornais anarquistas nas décadas iniciais do século XX no Brasil. A partir das reflexões teóricas destes autores, entre os quais se destacam Kunczik (2002), Siebert, Peterson e Schramm (1972), Ferreira (1978), Araújo e Cardoso (1992), Adriano Rodrigues (2012), Jeanneney (2003), Sirinelli (2003) e Grinberg (1987), apontamos para a necessidade da análise de quatro categorias. A primeira delas é o contexto sócio-histórico no qual surgiram os jornais estudados, principalmente a estrutura política e econômica e o nível de organização operária. Em seguida, apontamos para a análise da instituição jornalística, com sua capacidade de financiamento, circulação e relação com outras instituições. Os jornalistas-militantes surgem como uma terceira categoria de análise, cujos principais indicadores são suas trajetórias de vida, ideologia e herança cultural. Por fim, analisamos o próprio conteúdo publicado nos jornais, seus temas, a forma como hierarquiza classifica e trata os conteúdos, além de identificar a presença de um discurso antiautoritário.

Como método de pesquisa optamos pela análise documental, que nos permite uma reconstrução da história dos meios de comunicação, seus personagens e contexto no qual surgiram, assim como analisar o conteúdo publicado nos jornais. Por meio da análise documental, após um primeiro momento de coleta do material, procedemos a organização e apreciação do mesmo segundo as categorias e indicadores construídos a partir do nosso referencial teórico, permitindo a compreensão dos elementos envolvidos em nosso problema de pesquisa.

Justificativa

Meu primeiro contato com o jornalismo anarquista ocorreu há mais de uma década, antes mesmo da Comunicação e do jornalismo tornarem-se objetos de minha

curiosidade acadêmica, por meio do livro de **Um Cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB**, de Iza Salles (2005). Entre o livro e esta pesquisa, além do leitor que se tornou pesquisador, está a figura de um jovem operário de Niterói, que aos 18 anos deixa sua cidade natal e migra para o interior de Alagoas para publicar um jornal anarquista e enfrentar a sociedade local e nacional com um discurso corajoso e que alimentava esperanças de um mundo melhor e igualitário. Há mais de 10 anos, a imagem de Antonio Bernardo Canellas esteve em minha mente como exemplo de militante e de jornalista, disposto a enfrentar todos – dos coronéis de Viçosa à Trotsky – pelos seus ideais.

Mas não são só fatores pessoais que alimentam e justificam o presente trabalho, a falta de pesquisas sobre jornalismo anarquista no Brasil, principalmente na Comunicação, reforça o valor de compreender melhor a prática do jornalismo anarquista. Nossas pesquisas exploratórias no **Portal de Periódicos da Capes** apontou cerca de 30 artigos para as buscas das palavras-chaves **Jornalismo Anarquista**, **Imprensa Anarquista**, **Jornalismo Libertário** e **Imprensa Libertária** e duas teses e dissertações. Um olhar mais atento a esses resultados mostra que quase em sua totalidade as pesquisas são feitas fora da Comunicação, em áreas como história, sociologia, educação e outras.

A falta de publicações sobre jornalismo anarquista em periódicos levou-nos para os anais de dois grandes eventos de pesquisa em comunicação e jornalismo: o **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, promovido pela **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, e os encontros nacionais e regionais de história da mídia, promovido pela **Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar)**, nas quais os números também se mostraram escassos. Entre as edições de 2000 e 2014 do **Intercom Nacional**, localizamos apenas sete artigos apresentados que mencionam, de alguma forma, o jornalismo anarquista, sendo que nenhum deles trata diretamente do tema. No caso da **Alcar**, em nove encontros nacionais e doze regionais, localizamos seis artigos apresentados, sendo dois deles sobre a imprensa anarquista no período da ditadura civil-militar (1964-1985), um sobre a imprensa operária no Rio de Janeiro e os outros três tratando da imprensa anarquista de forma paralela ao tema principal¹².

¹² Sobre os artigos publicados na **Alcar**, conferir STRONGREN, Fernando Figueiredo. A pesquisa sobre jornalismo anarquista no Brasil: um estudo dos artigos publicados na Alcar. In: ENCONTRO

Desta forma, nossa pesquisa toma três diferentes jornais, publicados em distintos anos e locais para tentar compreender esta prática jornalística tão comum no passado e que hoje se encontra quase esquecida nos meios acadêmicos e fora do círculo libertário. Como afirmamos anteriormente, o jornalismo anarquista brasileiro apresenta-se em uma nova fase a partir da realização do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, sendo o jornal **A Voz do Trabalhador** resultado direto desse evento. Por isso, o estudo de sua primeira fase (entre julho de 1908 e dezembro de 1909) permite um contato direto com a prática derivada das determinações votadas no congresso e que guiariam, de modo geral, a imprensa anarquista brasileira pelos próximos anos. Já a opção pelo estudo da primeira fase de **A Plebe** (junho de 1917 a outubro de 1917) dar-se-á por sua importância histórica. O jornal foi um símbolo do movimento anarquista paulista, o mais representativo no país, e figurou, em sua primeira fase, como importante fonte de informação sobre a Greve Geral de 1917, realizada na capital paulista. Além disso, Edgard Leuenroth, seu fundador e editor nesta fase, é uma das mais importantes figuras do movimento anarquista brasileiro. Por fim, escolhemos o jornal **Tribuna do Povo** (agosto de 1916 e janeiro de 1917) como representante dos jornais anarquistas produzidos fora das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, grandes centros econômicos, políticos e do movimento operário na época. Sua posição fora do epicentro do movimento anarquista brasileiro, nos permitirá entender como os jornais buscavam se posicionar em relação a uma comunidade na qual a organização operária era inexistente, levando a uma relação próxima com todas as classes sociais da cidade.

Estruturamos nossa pesquisa em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado **Jornalismo, uma prática social e anarquista**, buscamos conceituar o jornalismo como prática social e o local do jornalismo anarquista dentro dessa prática. No segundo capítulo – **Elementos para uma análise do jornalismo anarquista** –, apresentamos as bases teórico-metodológicas que norteiam nossa pesquisa. Com o objetivo de identificar os elementos ideológicos do movimento anarquista, apresentamos o terceiro capítulo intitulado **A semente libertária**. O quarto capítulo – **A vida operária e o movimento anarquista no Brasil (das origens aos anos 1920)** – narra a formação da classe operária e dos movimentos operário e anarquista no Brasil entre as décadas de 1840 e 1920. Por fim, no quinto capítulo, intitulado **Imprimindo a liberdade**, analisamos os

três jornais que são objetos de nossa pesquisa, a saber, **A Voz do Trabalhador** (1908-1909), **Tribuna do Povo** (1916-1917) e **A Plebe** (1917).

1. JORNALISMO, UMA PRÁTICA SOCIAL E ANARQUISTA

Buscar uma resposta à pergunta “o que é o jornalismo?” pode nos levar a uma diversidade de respostas que, muitas vezes, são completamente diferentes e até opostas. Afinal, o que definiria o que é jornalismo? Seus suportes, como o jornal, a revista, a televisão, o rádio e a internet? Mas seriam os classificados, os anúncios, as telenovelas ou as músicas produtos jornalísticos? Seria o jornalismo o meio de difundir informação sobre a realidade? Mas também não encontramos informações sobre a realidade nos relatos históricos, nos textos científicos ou mesmo na conversa com amigos em uma mesa de bar? Seria, então, o jornalismo reduzido à uma forma discursiva específica sobre a realidade do mundo?

Talvez seja essa última definição a que se aproxime mais do que é comumente entendido como jornalismo. Mas chegar a essa resposta não elimina novos problemas, pois cabe perguntar sobre qual forma discursiva estamos falando. Segundo alguns pesquisadores (LAGE, 2005; SOUSA, 2006) e para a própria crença profissional, o discurso jornalístico caracteriza-se por ser noticioso.

Na obra **Estrutura da Notícia**, Nilson Lage afirma que a notícia tornou-se “a matéria-prima principal [do jornalismo], conformando-se a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável” (2005, p. 13). Posição semelhante tem o pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2006, p. 211-212), que define a notícia como artefatos linguísticos que procuram representar aspectos da realidade. As notícias, continua Sousa, são resultados de um processo de construção que envolve fatores pessoais, sociais, ideológicos, culturais, históricos e do suporte tecnológico (jornal, rádio, televisão, internet, etc.).

A ideia do discurso jornalístico como um discurso noticioso também é encontrada nos manuais de redação dos jornais **Folha de S. Paulo** (MANUAL, 2005) e do **O Estado de S. Paulo** (MARTINS FILHO, 1997), que servem de base para a prática profissional de muitos jornalistas brasileiros em diversos veículos.

O **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo** refere-se constantemente ao texto noticioso como produto de seu jornalismo, mas será somente no verbete Reportagem que encontramos uma definição para notícia: “A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências” (MARTINS

FILHO, 1997, p. 254), sendo a reportagem um desenvolvimento da notícia, mais profunda e extensa. Em seu **Manual da Redação**, a **Folha de S. Paulo** também define a notícia como “puro registro dos fatos, sem opinião” (MANUAL, 2005, p. 88) sendo a exatidão seu elemento principal. Em outras seções dos manuais desses dois jornais encontramos ainda mais elementos que ajudam a definir o que eles entendem como discurso jornalístico. A seção Instruções Gerais do manual de **O Estado de S. Paulo** começa orientando o jornalista para ser “**claro, preciso, direto, objetivo e conciso**” (MARTINS FILHO, 1997, p. 15, destaques no original) e, na vigésima instrução, ordena que se “faça textos **imparciais e objetivos**. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (Ibidem, p. 17, destaques no original). Já o **Manual da Redação: Folha de S. Paulo**, afirma que as reportagens “têm por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisa sobre fatos, personagens, ideias e produtos relevantes” (MANUAL, 2005, p. 24). Assim, podemos concluir que, para esses dois jornais, o discurso jornalístico consiste do registro dos fatos de forma clara, precisa, imparcial e objetiva.

Mas se pegássemos, hoje, um daqueles primeiros jornais publicados na Europa no início do século XVII, encontraríamos tais características discursivas? E se pudéssemos levar uma notícia publicada na internet para os leitores do século XIX, será que eles identificariam como produto jornalístico?

Todas essas questões parecem que não vão nos permitir encontrar uma resposta para nossa pergunta inicial sobre o que é o jornalismo. Isso ocorre não por uma impossibilidade de definir o jornalismo, mas pelo engano na crença de uma essência ou natureza do jornalismo ao longo de sua história. Antes de uma realidade em si (que possua uma essência própria e duradoura), o jornalismo é uma prática social, isto é, ele emerge como resultado das condições e relações de uma determinada sociedade e, conseqüentemente, sofre mudanças de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade na qual ele é produzido.

Entender o jornalismo como uma prática social nos permite fazer uma leitura de suas práticas ao longo da história compreendendo cada uma das formas na qual ele emerge como resultado de um processo complexo de conformação dentro de um contexto sócio-histórico, político e de prática jornalística de determinada sociedade. É preciso lembrar também que o jornalismo não é uma prática lançada ao mar e guiada

pelos ventos que sopram da economia, política e outras estruturas sociais. Como afirma Rüdiger (2013, pg. 12), o jornalismo não só estrutura-se sobre um contexto econômico, político e social, mas essas estruturas sofrem também o efeito da prática jornalística.

Desta forma, desenvolveremos nas próximas seções deste capítulo uma breve análise dessas práticas jornalísticas. Em um primeiro momento, apresentaremos como alguns autores classificam as práticas jornalísticas hegemônicas em diversos períodos da história. Depois desse registro amplo, focaremos nossa atenção para aquelas práticas contra-hegemônicas de jornalismo que estão próximas ao nosso objeto de estudo, o jornalismo anarquista. Porém, antes de entrar nessas análises, precisamos compreender melhor a função do jornalismo dentro da sociedade.

1.1 Jornalismo e sociedade

A intersecção entre jornalismo e a sociedade está fortemente alicerçada sobre a ideia de poder, seja em sua ligação direta com a estrutura de poder político, como na homogeneização da vida coletiva (RODRIGUES, A., 2012, p. 234).

Ao comentar sobre o poder político dos meios de comunicação, Kunczik afirma que “muitos autores consideram que o controle dos meios de comunicação é a mais importante fonte de poder da sociedade moderna” (2002, p. 89), pois eles são a base do poder de persuasão capazes de difundirem uma interpretação da realidade que se encontra dispersa na complexa sociedade moderna. Para Sousa (2006, p. 147), a importância e o poder dos jornais foram reconhecidos por quem detinha o poder desde seu surgimento, como é possível notar pelas formas de controle das publicações, por meio de concessões de licenças para a produção de jornais, já no século XVII.

Esse poder dos meios de comunicação emana, principalmente, de duas características, compartilhadas também pelo jornalismo, que se inter-relacionam: sua capacidade de organizar a opinião pública e a de construir a realidade de seu público.

Segundo Rüdiger (2003, p. 11) e Sousa (2006, p. 198), uma das características mais marcantes do jornalismo é atuar como organizador ou intervindo no espaço da opinião pública. De acordo com Rüdiger, essa característica do jornalismo de formar e informar a opinião pública também está ligada às “regras e conceitos que estruturam o jornalismo e se transformam pela práxis em curso nos diversos campos da vida social de

cada época” (RÜDIGER, 2003, p. 14), determinando de que forma essa prática irá interferir na sociedade.

Por sua vez, Sousa (2006, p. 194) afirma que essa capacidade de organizar a opinião pública levou o jornalismo a assumir uma posição central dentro da teoria democrática, identificado, algumas vezes, como um quarto poder, ao lado dos outros três poderes institucionalizados – executivo, legislativo e judiciário –, em que o jornalismo atua como uma instituição de controle dos demais poderes e construindo um espaço público no qual diversas instituições buscam estabelecer sua legitimidade social.

Este espaço público criado pelo jornalismo é objeto de interesse de outro pesquisador português, Adriano Duarte Rodrigues, que em seu artigo **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático** (RODRIGUES, A., 2012) se detém no estudo da emergência dos discursos de instituições diversas dentro do discurso midiático¹³.

Rodrigues trabalha com dois conceitos fundamentais: instituição e discurso, sendo este subdividido em discurso exotérico, discurso esotérico e discurso midiático. Para o pesquisador português, a instituição definida como um grupo que possui legitimidade para intervir em uma esfera da sociedade. As diferentes instituições possuem interesses, objetivos e práticas distintas que podem ou não entrar em conflito. Cada instituição possui, segundo Adriano Duarte Rodrigues (2012, p. 233), duas dimensões: a pragmática, que é dimensão própria de intervir na realidade, e a discursiva, que cumpre quatro funções institucionais, a pedagógica, tradicional, simbólica e mobilizadora e reparadora, as quais

asseguram a inculcação e a transmissão da sua legitimidade para ditar as normas destinadas a regular os comportamentos e para intervir com eficácia dentro de um determinado domínio da experiência. Mas é também ao discurso que compete expressar simbolicamente a visibilidade da sua intervenção, a mobilização em torno da sua ordem de valores e a reparação da violação das suas normas (RODRIGUES, A., 2012, p. 234).

A dimensão discursiva das instituições se expressa de duas maneiras. O discurso esotérico é aquele discurso produzido pelas instituições e direcionado exclusivamente para seus membros, que possuem domínio sobre as representações simbólicas próprias (RODRIGUES, A., 2012, p. 233). Esse discurso pode ser identificado, por exemplo, no

¹³ Neste trabalho, Adriano Duarte Rodrigues fala de forma ampla sobre o discurso midiático, que pela delimitação do objeto de nossa pesquisa, torna-se, sem prejuízos, equivalente ao discurso jornalístico.

discurso médico, no jurídico e na academia, onde o discurso é inacessível ao público em geral fazendo uso de expressões e representações próprias. Com o objetivo de legitimar sua posição na sociedade, as instituições ainda produzem o discurso exotérico, isto é, o conjunto dos discursos cujo destinatário é a sociedade como um todo (Rodrigues, A., 2012, p. 233).

Por sua vez, as instituições midiáticas reproduzem e articulam esses discursos exotéricos atuando na construção do espaço público. Adriano Duarte Rodrigues (2012, p. 227-228) caracteriza o discurso midiático como um discurso acabado, isto é, camuflado para não deixar aparecer o lugar de fala do enunciador, e intermitente, que mantém o contato constante com o público. Esse discurso midiático, segundo o pesquisador português (RODRIGUES, A., 2012, p. 234), cumpre uma função fundamental na sociedade moderna ao homogeneizar a realidade frente as divergências das diversas esferas da experiência e as instituições que buscam interferir nelas, refletindo em si as funções pedagógicas, simbólicas, mobilizadora e reparadora de cada instituição.

Essa função homogeneizadora da instituição midiática se concretiza por meio do discurso midiático e da composição dos diferentes interesses. Adriano Duarte Rodrigues (2012, p. 235-237) aponta cinco estratégias mais importantes nesse processo:

- a) A **estratégia de naturalização** se materializa quando o discurso midiático naturaliza o recorte arbitrário da multiplicidade de domínios da experiência e do poder das instituições sobre esses domínios. Isso ocorre quando os discursos midiáticos se apropriam dos discursos exotéricos das outras instituições, escondendo as pretensões que estão por trás desse discurso. O processo de naturalização liga-se diretamente a memória, uma vez que o discurso midiático é efêmero, isto é, rapidamente esquecido, os enunciados precisam ser constantemente retomados para provocar o arquivamento e a rememoração do conteúdo arquivado;
- b) A **estratégia de reforço** aparece no discurso midiático quando este reforça a legitimidade das outras instituições, garantindo-lhes a permeabilidade na sociedade e projeção pública de seus valores simbólicos;
- c) Quando a legitimidade de diferentes instituições entra em conflito, o discurso midiático faz uso da **estratégia de compatibilização**, buscando combinar as pretensões conflitantes. Isso pode ser realizado de duas maneiras, com o esvaziamento dos discursos polêmicos a cerca dessas posições ou com a apresentação das diferentes posições por meio de debates, mesas-redondas, etc.;
- d) Em oposição à estratégia de compatibilização, o discurso midiático pode adotar a **estratégia de exacerbação dos diferendos**, em que se propõem

a realçar essas diferenças, gerando conflitos entre as instituições envolvidas;

- e) Por fim, existe a **estratégia de alteração dos regimes de funcionamento**, caracterizada quando o discurso midiático diminui ou acelera o ritmo e a intensidade de determinada instituição e, conseqüentemente, de sua projeção pública.

Além de organizar a opinião pública e as instituições que se movem em torno dele, outra fonte do poder do jornalismo é sua capacidade de construir a realidade. Esse poder também surge da fragmentação e complexificação da sociedade moderna, em um processo que levou os sujeitos a dependerem da experiência do outro para compreender a realidade e

os meios de comunicação de massa são a instituição decisiva para a difusão dessas experiências e por isso têm a oportunidade de transmitir interpretações que dão sentido às complexidades e tornam compreensível o ininteligível. Podem tornar compreensíveis os contextos políticos ou podem ofuscá-los, criando obstáculos para o seu discernimento (KUNCZIK, 2002, p. 89).

O impacto dessa construção da realidade pelos jornais é tão significativo para autores como Helmut Schelsky, citado por Kunczik (2002, p. 89), que ele chega a afirmar que o jornalismo permitiu uma nova forma de domínio de classe. A explicação seria pelo monopólio do uso da linguagem. Base das relações sociais, a linguagem produz forma e coesão para o grupo social e o controle da produção desse sentido pelos jornais permite para esses produtores suprimir um aspecto da realidade e/ou impor outro. Essa capacidade também é citada rapidamente por Sousa (2006, p. 211-212), que afirma que mesmo representando somente certos aspectos da realidade, a existência dos jornais contribui para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

A ideia de que o jornalismo é capaz de construir a realidade está diretamente ligada ao conceito de imaginário. Oriundo de estudos de antropologia, filosofia e história, nos atemos aqui ao imaginário tal como utilizado nas pesquisas de história cultural, onde é entendido como “um conjunto de representações coletivas e ideias imagens formuladas socialmente” (ESPIG, 2003, p. 52) por meio de um sistema no qual o imaginário constitui o real por meio de um quadro conceitual que organiza os dados sensíveis. “Desta forma, o imaginário e o real não como opostos, mas como dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado; imaginário e real não se distinguem, senão arbitrariamente” (SWAIN, 1994, p. 56).

Como explicam Tânia Navarro Swain (1994) e Márcia Janete Espig (2003), apesar desse contato direto com o real, o imaginário não é um reflexo dele, mas resultado de uma representação construída a partir de um processo de significação e construção de bens simbólicos (representações e imaginário) que são alvo de disputa social, uma vez que

Os imaginários sociais proporcionam a um grupo a designação de uma identidade e de uma representação sobre si próprio, auxiliando ainda na distribuição de papéis e funções sociais, expressão de crenças comuns e modelos. Neste sentido, o imaginário pode possuir a virtualidade de criar uma “ordem social” - daí sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e de exercício do poder (ESPIG, 2003, p. 54).

É por esta capacidade de criar uma ordem social que o jornalismo se torna meio para disputa do imaginário e, conseqüentemente, controle do sistema de poder ligado a dominação simbólica, como afirma Swain:

Nesta perspectiva, o domínio da comunicação, a mídia em nossa época, são um *locus* privilegiado de produção do imaginário social e seu corolário, o poder, em suas mais diferentes modalidades – jornais, rádio, televisão, vídeo, cinema, música, etc., criando todo tipo de representação/imagem/sentidos, reelaborando ou ressemantizando enunciados, ou introduzindo novos valores/costumes/esperanças/ideais (SWAIN, 1994).

Por fim, cabe destacar o debate sobre a função do jornalismo na sociedade. O fato do jornalismo ser compreendido como uma prática social que emana da sociedade na qual ele está inserido, pressupõem que junto dele emane uma função própria para si. Porém, o jornalismo não pode ser entendido como uma prática independente. Ao estudar o jornalismo, não podemos ignorar sua ligação íntima com os meios de comunicação de massa, posição referenciada por Kunczik ao afirmar que “as definições da profissão jornalística, suas tarefas principais, seu caráter diferenciado etc. dependem das funções que se atribuem aos meios de comunicação de massa” (KUNCZIK, 2002, p. 71).

Na obra **Conceitos de jornalismo**, Kunczik (2002) dedica todo um subitem para as funções dos meios de comunicação de massa antes de introduzir os temas específicos de jornalismo. Segundo o autor, existem duas linhas principais de entendimento sobre as funções dos meios de comunicação de massa em uma sociedade: o funcionalista e o sociológico.

A linha funcionalista busca identificar como os meios de comunicação de massa contribuem para o funcionamento de toda a sociedade. Harold Lasswell, um dos representantes dessa vertente apresentada por Kunczik (2002, p. 71), atribui uma função de estabilizador do sistema ideológico no qual os meios de comunicação estão inseridos. Assim, os meios de comunicação de massa apoiam as estruturas de valores hegemônicos, observando desvios e ameaças aos valores da sociedade. Nessa relação, os meios de comunicação atuariam também como meios de transmissão do patrimônio social entre gerações.

A segunda abordagem dos meios de comunicação de massa apresentada por Kunczik (2002, p. 73-74) é a sociológica, que identifica uma série de funções dos meios de comunicação para auxiliarem na estruturação das pesquisas sociológicas. O primeiro aspecto defendido por alguns autores dessa abordagem é entender a comunicação como um espaço de expressão de grupos que participam do processo sócio-político (partidos, grupos de interesse, etc.), que utilizam os meios de comunicação com a função de expressar opinião, promoção, criar opinião pública e controlar a atividade política e econômica. Outros posicionamentos dessa linha envolvem relacionar a função dos meios de comunicação diretamente com o sistema político, com o entretenimento, com a circulação de informação, com o direcionamento da opinião e entretenimento superficial, no caso dos estados totalitários, e, nos países em desenvolvimento, funcionar como inspetor do sistema político.

1.2 Os modelos de funcionamento do jornalismo

Estudar a história do jornalismo nos obriga a fazer uma série de recortes e definições conceituais que podem levar a resultados completamente diferentes, como notamos nas obras de Sousa (2006) e Kunczik (2002). Com a atenção voltada para o processo de transmissão de notícias, Sousa (2006, p. 144-145) vê nas efemérides gregas e nas atas romanas uma forma de jornalismo pré-tipográfico, que, no caso específico das *Actas Diurnas*, relatavam as seções do senado e faziam referências a acontecimentos importantes para o Império Romano. Já Michael Kunczik tem como referência para seu estudo sobre o jornalismo o profissional jornalista, entendido por ele (KUNCZIK, 2002, p. 15) como produtores de conteúdo dos meios de comunicação dentro de uma organização e que podem ter influência sobre esse conteúdo. Com base nisso, o

pesquisador alemão afirma que “os primeiros jornalistas-escritores foram correspondentes dos príncipes governantes, das cidades imperiais, das cidades-estado ou das grandes casas comerciais” (ibidem, p. 22) e segue, citando Donbach, identificando “a primeira coleção e distribuição profissional e comercial de notícias para o público na Veneza do século XVI, onde os *scrittori d’avvisi* reuniam informações de toda índole, as copiavam e vendiam” (ibidem).

Mas esses primeiros jornalistas ainda não produziam conteúdos para jornais. Para Kunczik (2002, p. 23), foi só no século seguinte que surgiram os primeiros veículos que traziam as quatro características do jornalismo moderno: publicidade, atualidade, universalidade dos temas e periodicidade, com os jornais alemães *Aviso*, de Wolfenbüttel, e *Relation*, de Estrasburgo, ambos publicados em 1609. Nos anos seguintes, surgem os primeiros jornais com essas características na Holanda (1618), na França (1620), na Inglaterra (1620) e na Itália (1636).

De forma geral, é partindo deste marco do começo do século XVII que os pesquisadores e historiadores do jornalismo desenvolvem suas teorias sobre as formas de jornalismo.

Além dessa definição e desse marco histórico do jornalismo, outro fator que influencia a pesquisa sobre o jornalismo é o elemento central do estudo, que podem ser os elementos discursivos, os fatores tecnológicos ou as normas que envolvem a produção de um jornal em cada época e sociedade.

O foco na normatividade como fator determinante da definição de formas de jornalismo está presente em trabalhos como *Four theories of the press*, de Siebert, Peterson e Schramm, *The world news prism*, de Hachten, e *Mass communication theory*, de McQuail, comentados por Sousa (2006) e Kunczik (2002).

Para os autores de *Four theories of the press*, publicado em 1956, o jornalismo tira sua forma das estruturas sociais e políticas sobre a qual está trabalhando. Para eles, o primeiro modelo de jornalismo que surgiu foi o Modelo Autoritário¹⁴, que surge já no século XVII oriundo da teoria estatal absolutista, em que um grupo limitado de pessoas teriam o poder de publicar jornais. Neste modelo, os jornais estão sob controle do Estado, seja diretamente pelo governo ou por outras instâncias de controle, que não

¹⁴ Enquanto Kunczik segue Siebert, Peterson e Schramm utilizando o termo teoria, Sousa parte das obras de McQuail e Hachten e utiliza o termo modelo. Optamos pelo termo utilizado por Sousa, pois entendemos que a expressão modelo representa melhor a ideia de forma específica de uma prática social, no caso, o jornalismo.

promove a liberdade de imprensa, seja por meio do controle de patentes, autorizações, censura, multas, seja pela prisão de jornalistas e editores. Ao impor um fluxo comunicacional de cima para baixo (da elite política para a população), o Modelo Autoritário não permite que o jornalismo seja instrumento de mudanças sociais ou de críticas aos governantes, já que atua com o objetivo de promover a política do governo e servir ao Estado. Tal modelo persiste até a atualidade em países com governos autoritários e sob ditaduras.

Com o surgimento da filosofia iluminista e o aumento da liberdade política, econômica e religiosa, alicerçadas sobre os ideários das revoluções francesa e americana, surge, no século XVIII, o Modelo Liberal de jornalismo¹⁵. Tal modelo se caracteriza por considerar as pessoas como seres racionais, capazes de distinguir entre a verdade e a mentira, colocando a imprensa como uma parceira dos indivíduos na busca pela verdade. Dissociada do poder político, o jornalismo ganha, no Modelo Liberal, o direito de reportar, comentar, interpretar e criticar o governo sem sofrer repressão ou ameaça, assumindo a função de controle do poder. Inspirada na ideia de fluxo livre de ideias, o jornalismo praticado dentro desse modelo configura-se, pela primeira vez, como o espaço público, onde os diversos grupos buscam os jornais para dar voz às suas posições e ideias.

O Modelo Liberal, amplamente difundido em países sob o regime democrático, não está livre de críticas, como aponta Sousa (2006, p. 198-199). O livre fluxo da informação ocorre, normalmente, dos países ricos para os países em desenvolvimento, produzindo uma ingerência nos assuntos internos dos países em desenvolvimento e na imposição de valores ocidentais no mundo, promovendo uma forma de imperialismo cultural. Esse modelo, essencialmente capitalista, também resulta na dominação dos mercados por grandes grupos de mídia ou mantendo o jornalismo sob controle da elite econômica. Nas palavras do publicista alemão Paul Sethe:

Como a produção de jornais e revistas requer cada vez mais capital, o grupo de pessoas com capacidade de publicar os órgãos de imprensa está se reduzindo constantemente. A liberdade de imprensa é a liberdade para duzentas pessoas endinheiradas difundirem suas opiniões. Sempre vão encontrar jornalistas que compartilhem essas opiniões. Mas aqueles que por acaso pensam de maneira diferente não têm porventura o direito de expressar opiniões? A Constituição lhes confere esse direito, mas a realidade econômica o destrói. Livres são

¹⁵ Teoria Liberal para Kunczik (2002, p. 74), e Modelo Ocidental para Sousa (2006, p. 197 e seg.).

os ricos e, como os jornalistas não são ricos, também não são livres (Sethe apud KUNCZIK, 2002, p. 30).

Outra linha crítica ao Modelo Liberal vem de Chomsky e Herman. Para os pesquisadores, citados por Sousa (2006, p. 199), devido à concentração da mídia em oligopólios, a dependência da publicidade, a crença nas informações passadas pelo governo e pelas empresas dominantes e ditames da audiência, o jornalismo praticado dentro desse modelo atuaria em favor dos interesses governamentais e dos poderes econômicos.

O terceiro modelo de jornalismo é o Modelo da Responsabilidade Social. Oriundo do Modelo Liberal, o Modelo da Responsabilidade Social é uma tentativa de solucionar a contradição entre os dois objetivos do jornalismo no Modelo Liberal: gerar lucro e servir aos cidadãos. Constatando que dentro do modelo vigente, os jornais satisfaziam somente a lucratividade, o Modelo da Responsabilidade Social propõe “uma imprensa cujos atos são socialmente responsáveis” (Kunczik, 2002, p. 76). Dentro desse modelo, são postuladas seis funções para o jornalismo:

- a) Servir ao sistema político, levando de forma acessível informação e consideração sobre os assuntos públicos;
- b) Levar informação ao público para que este tome ações autodeterminadas;
- c) Atuar como vigilante do governo para proteger os direitos dos indivíduos;
- d) Servir ao sistema econômico;
- e) Proporcionar um bom entretenimento para o público;
- f) Ter autonomia financeira, evitando assim a dependência de influências e interesses especiais.

Se o Modelo da Responsabilidade Social é resultado do Modelo Liberal, o Modelo Autoritário está alinhado ao Modelo Comunista Soviético, cujo um dos idealizadores foi Vladimir Lenin e designa ao jornalismo a tarefa principal de ajudar na preservação e no progresso do socialismo e do partido. Dentro desse modelo, os jornais estão sob controle do Estado, que os encara como braços do governo, não geram lucro, a interpretação é secundária em relação à notícia e buscam o desenvolvimento da sociedade para seu estágio comunista (KUNCZIK, 2002, p. 77)¹⁶.

Além desses modelos, McQuail propõe outros dois: o Modelo Desenvolvimentista e o Modelo da Participação Democrática.

¹⁶ Voltaremos a falar do Modelo Comunista Soviético ao compará-lo com o jornalismo anarquista ainda neste capítulo.

O Modelo Desenvolvimentista foi colocado em prática em diversos países em desenvolvimento com o objetivo de superar carências de infraestrutura de comunicação, recursos culturais e de produção, público disponível e a dependência cultural e tecnológica dos países desenvolvidos, buscando assim o desenvolvimento do país e o fortalecimento da autonomia e identidade cultural. Para Sousa (2006, p. 202), este modelo é resultado do encontro entre concepções marxistas de imprensa, de debates e publicações da Unesco, teorias que valorizam a importância da comunicação para o desenvolvimento econômico e social, reações ao livre fluxo de informação e à diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto sua capacidade de comunicação. Desta forma postulam como princípios do jornalismo (KUNCZIK, 2006, p. 77-78): levar a cabo as tarefas de desenvolvimento estabelecidas pela política nacional; priorizar a cultura e o idioma nacional; dar prioridade nas notícias aos países em desenvolvimento próximos geográfica, cultural e politicamente. Esses princípios afetam também os veículos e seus agentes, ficando a liberdade de imprensa sujeita a restrições de acordo com as prioridades econômicas e de desenvolvimento da sociedade, tendo o Estado o direito de intervir com censura, subvenção e controle direto dos meios, além disso, os profissionais têm responsabilidades e liberdades na coleta e difusão da informação.

O segundo modelo acrescentado por McQuail aos propostos por Siebert, Peterson e Schramm é o Modelo de Participação Democrática, que, segundo Kunczik (2002, p. 78-79) surge nas sociedades liberais como uma reação à comercialização e ao monopólio dos meios de comunicação privados e o centralismo das instituições públicas. Nesse modelo é proposta a valorização das necessidades e interesses do público, buscando a multiplicidade, regionalização da comunicação, desinstitucionalização, interação, horizontalidade na comunicação e intercâmbio entre os papéis de emissor e receptor.

Outra perspectiva da história do jornalismo é apresentada pelos canadenses Jean Charron e Jean de Bonville que, com o foco nos elementos discursivos, identificam quatro tipos de jornalismo que se adaptaram à organização social de sua época¹⁷. Tal tese foi apresentada no livro **Natureza e transformação no jornalismo**, publicado no

¹⁷ Sobre as possibilidades de uso dessa teoria nos estudos do jornalismo anarquista ver STRONGREN, Fernando Figueiredo. O paradigma jornalístico e o tipo ideal: dificuldades e possibilidades para o estudo do jornalismo anarquista. In: GERALDES, Elen Cristina; FREITAS, Angélica Fonsêca de; NEGRINI, Vanessa. (Org.). **Em busca da consciência metodológica: limites e possibilidades da pesquisa em comunicação**. 1ed. Brasília: FAC UnB, 2016, v. 1, p. 238-252.

Canadá em 2004, e é resultado da continuidade e aperfeiçoamento das pesquisas iniciadas pelos pesquisadores quase uma década antes sobre as variações espaço-temporais que ocorreram ao longo da história do jornalismo, em especial na América do Norte, levando em conta as condições sociais da produção do discurso jornalístico e suas características.

Nesse caminho em busca de respostas para entender essas variações na prática jornalística, os autores propuseram uma teoria baseada no conceito de paradigma, isto é, a ideia de que a prática não evolui linearmente, mas com uma acumulação progressiva de conhecimento dentro de um modo de compreensão do que é jornalismo, marcado por mudanças significativas nessa visão de jornalismo. Charron e Bonville definem assim o paradigma jornalístico:

Um sistema normativo criado por uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares com os quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística em um dado âmbito espaço-temporal, que unem os integrantes à comunidade e servem para legitimar a prática (Charron; Bonville apud CHARRON; BONVILLE, no prelo).

Esse sistema normativo é entendido como o conjunto de regras explícitas (leis e códigos deontológicos) e implícitas (práticas profissionais socializadas) de uma determinada época e local que orientam as ações dos atores sociais envolvidos com o jornalismo, seja jornalista, fonte ou leitor. Além da coerência interna que permite aos atores interagirem conforme as regras e também introduzirem estas aos novos atores, o sistema que regula o paradigma jornalístico é entendido pelos pesquisadores (CHARRON; BONVILLE, no prelo) como contingente, uma vez que ele deve se adaptar aos sistemas social e linguístico da época.

Charron e Bonville ainda distinguem dois tipos de mudanças no paradigma jornalístico. A mudança normal ocorre dentro da própria estrutura ou sistema, são as pequenas inovações colocadas em práticas por atores que, com o passar do tempo, são aceitas e adotadas pelos outros membros, constituindo uma nova prática reconhecida dentro do sistema, alguns exemplos são as mudanças nos estilos, temas jornalísticos, entre outras práticas que passam por variações sem transformar a estrutura do paradigma.

Por outro lado, o conflito entre práticas jornalísticas e outras estruturas que se ligam ao fazer jornalístico (social, econômica e linguística) podem se acumular ao ponto

no qual as mudanças normais já não permitam uma adaptação dentro do paradigma, levando às mudanças paradigmáticas no jornalismo. Essas mudanças, ou mutações, provocam grandes alterações na prática do jornalismo ao ponto do paradigma anterior não ser mais reconhecível (CHARRON; BONVILLE, no prelo). Nesse processo de conflito entre prática jornalística e as estruturas sociais, econômicas e linguísticas, é importante notar a centralidade dada pelos autores para estas últimas no processo de mutação do jornalismo, o que demonstra uma certa descrença na capacidade de autodeterminação e resistência existente dentro da própria prática jornalística.

Para que seja possível a compreensão de tais paradigmas e das mudanças que ocorreram na prática jornalística ao longo dos anos, os pesquisadores buscam no método do tipo ideal, proposto por Max Weber, uma ferramenta que permita identificar a estrutura formal e material do jornalismo. Ao compreender a realidade como um fenômeno complexo que dificilmente pode ser descrita em sua totalidade (CHARRON; BONVILLE, no prelo), Max Weber propõe a descrição do tipo ideal

acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma grande variedade de um número dado de fenômenos de forma isolada, difusa, discreta. [...] Eles serão ordenados de acordo com pontos de vista prévios, escolhidos unilateralmente, para formar um quadro de pensamento homogêneo (Weber apud CHARRON; BONVILLE, no prelo).

Esse método não busca uma representação do real, mas construir um modelo que permita a observação da realidade e a formulação de hipóteses (CHARRON; BONVILLE, no prelo), possibilitando uma comparação de formas sócio-históricas concretas com um modelo mais puro e geral, como o próprio Weber explica no capítulo XIII do **Ensaio de Sociologia**:

O esquema construído serve apenas, é claro, ao objetivo de oferecer um meio ideal típico de orientação. Não nos transmite uma filosofia própria. Os tipos teoricamente construídos de “ordens de vida” conflitantes servem, apenas, para mostrar que em certos pontos determinados conflitos internos são possíveis e “adequados”. [...] Tais construções possibilitam determinar o local tipológico de um fenômeno histórico. Permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções: determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e do tipo construído teoricamente. Sob este aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas. (WEBER, 1974, p. 241)

Ao aplicarem o método do tipo ideal à história da imprensa, Charron e Bonville (no prelo) identificam quatro tipos de jornalismo:

- a) O **jornalismo de transmissão** surge no século XVII e tem como característica ser o elo entre as suas fontes (notadamente o poder político) e seus leitores, levando diretamente o discurso da fonte ao leitor;
- b) No **jornalismo de opinião**, que emerge no início do século XIX, a função do jornalismo muda com a substituição do sistema político autoritário por sistemas mais democráticos, tornando-o instrumento de luta política, divulgando a opinião dos atores que financiam o jornal;
- c) O **jornalismo de informação** aparece no fim do século XIX com a industrialização dos bens de consumo, que usa o jornal como instrumento de publicidade. “O afluxo da publicidade cria novas ‘oportunidades de negócios’; o jornal pode tornar-se efetivamente um comércio muito lucrativo” (CHARRON; BONVILLE, no prelo), o que leva aos empresários substituírem o debate político por práticas que atraíam o maior número de leitores possíveis;
- d) O **jornalismo de comunicação** é resultado da busca – tanto da mídia, quando da indústria – por um público especializado a partir dos anos 1970. No jornalismo, o desenvolvimento de novas tecnologias e ampliação dos meios de comunicação criam um cenário de hiperconcorrência, onde cada veículo precisa se distinguir dos demais ao mesmo tempo que se preocupa mais com as preferências do seu público, que se reflete em um jornalismo onde a subjetividade aflora na tentativa de criar laços de convivência e intersubjetividade.

Tanto o recorte normativo presente nos estudos de Siebert, Peterson e Schramm, Hachten e McQuail, quando o foco discursivo do trabalho de Charron e Bonville não devem ser compreendidos como análises globais do jornalismo. Ambos os recortes têm sua atenção voltadas para as práticas hegemônicas do jornalismo, assim, apesar de trazerem à tona modelos teóricos que auxiliam na compreensão das práticas dominantes do jornalismo em cada época e sociedade, acabam passando ao largo de práticas que não emergem da sociedade como um todo, mas de grupos que buscam com o jornalismo subverter o fluxo hegemônico de informação.

1.3 O jornalismo anarquista e outras formas de jornalismo contra-hegemônico

Como dissemos anteriormente, o jornalismo é uma prática social que emerge sob influência das estruturas da sociedade na qual ele está inserido. Porém, essa compreensão de sociedade não se limita ao conjunto total de um país, povo ou cultura, a

sociedade, no caso do jornalismo, também pode ser formada por pequenos grupos de afinidade e com objetivos específicos dentro de uma ou mais sociedades.

Este é o caso do jornalismo anarquista, que surge quando os militantes anarquistas¹⁸ fundam seus jornais com o objetivo de propagar seus ideais visando formar no proletariado “o espírito de associação e de resistência, e suscitar cada vez maiores reivindicações; combater continuamente todos os partidos burgueses e todos os partidos autoritários [...]; organizar-nos com aqueles que estão convencidos ou se convencem de nossas ideias” (MALATESTA, 2010, p. 17). Como descreve o editor e anarquista brasileiro Edgard Leuenroth, os meios de comunicação anarquistas (jornais e revistas) são veículos de divulgação, crítica e combate com “escrúpulo de seleção da matéria que publica e no critério cuidadoso em informar sobre os acontecimentos sociais, bem como suas apreciações” (LEUENROTH, 1963, p. 96). Sua prática, conta Leuenroth (1963, p. 151), apesar de similar ao jornalismo hegemônico, não tem nada em comum com este, uma vez que seus editores são militantes anarquistas que se reúnem para a publicação de material libertário sem visar a obtenção de lucro. No artigo **Uma população livre no tempo da Guerra do Paraguai**, o anarquista descreve as relações de trabalho em torno dos jornais:

As tarefas da redação e da administração são, naturalmente, confiadas a militantes conhecedores dessa atividade, sendo remunerados somente quando tenham de abandonar seus empregos, em virtude dos trabalhos não poderem, absolutamente ser executados voluntariamente após as ocupações profissionais. Desde o trabalho de transporte dos jornais ou publicações das tipografias para suas sedes, a distribuição aos vendedores, a preparação e colagem dos endereços, dobragem dos jornais e preparação dos pacotes a serem expedidos, etc, até o transporte dos volumes para o Correio, todas as tarefas são executadas por militantes que se apresentam voluntariamente, tendo por única recompensa a satisfação de contribuírem para o desenvolvimento da causa libertária. Deve-se consignar que toda essa labuta é executada após as jornadas de trabalho profissional de cada um, avançando noite a dentro em ambiente de animada convivência. Os trabalhos de redação, preparação dos originais, revisão das provas e execução da paginação são executados de acordo com esse mesmo critério libertário de equipe (LEUENROTH, 1963, p. 152-153).

¹⁸ O anarquismo se divide, desde seu nascimento no século XIX, em correntes, movimentos e ideias que influenciam de maneira diversa o posicionamento e a ação de seus militantes e, conseqüentemente, o jornalismo produzido por eles. Porém, neste momento da pesquisa, basta-nos ter em mente os dois princípios básicos que caracterizam o anarquismo: a auto-organização, isto é, a livre organização dos indivíduos sem o intermédio do Estado, e o socialismo, materializado na luta e nas formas de organização anticapitalista.

A situação financeira dos jornais é marcada pela dificuldade em se manter, caracterizada pelo emblemático “sai quando pode”, que diversos jornais estampavam em seu cabeçalho, e que pode ser entendido (LEURENROTH, 1963, p. 153) como um eufemismo para “sai quando houver recursos”. Rejeitando qualquer fonte de recurso oriundo de setores capitalistas, os jornais anarquistas sobreviviam basicamente com as subscrições voluntárias, além de festivais, peças de teatro, venda e rifa de livros e outros objetos doados, nestes casos, prestando contas da arrecadação e dos gastos nas páginas do veículo.

Ferreira chama a atenção para uma outra característica marcante dos jornais anarquistas do início do século XX: o fluxo informativo. Nesses jornais, não era, necessariamente, o repórter quem procurava a notícia, era ela que vinha ao jornal “numa autêntica forma de comunicação participativa, verdadeira integração entre emissor e receptor, entre o jornal e o leitor” (FERREIRA, 1988, p. 22). Eram os editores que recebiam todo o material sobre o movimento operário, denúncias e depoimentos, que depois seriam transformadas em discursos jornalísticos.

O conteúdo publicado nos jornais anarquistas também tem uma relação direta com o posicionamento dos militantes. O foco das notícias e comentários está majoritariamente voltada para as diversas cabeças da Hidra de Lerna que “infelicitam o povo produtor” (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1), como diz Leuenroth no artigo de fundo da primeira edição de **A Plebe**: o capitalismo, o Estado, o militarismo, a religião e a exploração da classe trabalhadora. Os jornais também publicam informações sobre a organização e o movimento operário no mundo todo, matérias sobre ações diretas levadas a cabo por grupos e indivíduos contra o sistema estatal e capitalista (greves, sabotagens e levantes populares), artigos e frases sobre a ideologia anarquista e a necessidade de organização.

Essas características nos permitem entender o jornalismo anarquista como uma prática social que emerge das condições e relações da associação de militantes anarquistas. Assim, o jornalismo anarquista irá sofrer os efeitos de mudanças que ocorrerem nessa associação, tal qual será catalizador dessas mudanças. Como contam Gonçalves e Lopreato (2011, p. 5), no ano de 1960, o grupo formado por Pedro Catalo, Edgard Leuenroth, Souza Passos, Lucca Gabriel, entre outros, se propuseram a lançar uma revista anarquista em São Paulo, “porém, devido à falta de recursos financeiros e com a necessidade de manter vivas as relações entre os militantes e simpatizantes do

movimento anarquista, o grupo optou pela criação do jornal **O Libertário**". No sentido inverso, a publicação de um jornal pode aumentar o círculo de pessoas em torno dele, o que pode elevar a arrecadação e permitir o lançamento de números com mais páginas, mais frequente ou optar também pela publicação de uma revista.

Como uma prática periférica dentro da estrutura social mais ampla, o jornalismo anarquista não está imune aos impactos dos modelos de jornalismo colocados em prática na sociedade. Por exemplo, em uma sociedade com forte repressão à imprensa livre, como no Modelo Autoritário de jornalismo que citamos anteriormente, as condições de produção da imprensa anarquista serão alteradas, tendo como caminhos a circulação clandestina e a produção artesanal ou manuscrita dos jornais, como ocorreu nos anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil¹⁹.

Com essa delimitação inicial do jornalismo anarquista, podemos avançar na sua compreensão comparando-o as descrições feitas por pesquisadores de outras formas de jornalismo contra-hegemônico, a saber, popular, operário e comunista²⁰. Antes, porém, é preciso fazer uma ressalva sobre essas diferentes práticas. Com exceção do jornalismo comunista, as demais práticas convergem todas para o chamado jornalismo popular²¹, sendo o jornalismo anarquista, operário e alternativo um modo específico dentro do popular.

Assim como a definição do jornalismo está, como afirma Kunczik (2002, p. 71), diretamente ligada às funções que uma sociedade atribui aos meios de comunicação, para entendermos o jornalismo alternativo – e suas diversas formas – devemos compreender o que é a comunicação popular.

¹⁹ Mais detalhes sobre a imprensa anarquista no período da ditadura civil-militar no Brasil ver OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. *As flores do mal que brotam do *underground*: contracultura e anarquismo na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 6, 200, Niterói, RJ. **Anais online**. OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. *Vozes libertárias em tempos sombrios – Imprensa anarquista no período de ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. In: Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, 3, 2014, Rio de Janeiro, RJ. **Anais online**.

²⁰ Sobre o jornalismo comunista, é importante destacar dois pontos. O primeiro é que quando falarmos de jornalismo comunista nos referimos àquele ligado ao Modelo Comunista Soviético apresentado anteriormente e idealizado por Vladimir Lenin. Também é importante notar que o jornalismo comunista não foi contra-hegemônico em toda sua história, ocupando o posto de prática hegemônica na União Soviética, porém, suas semelhanças com o jornalismo anarquista e sua proposta revolucionária, assim como seus momentos de prática contra-hegemônica, demandam uma atenção detalhada aqui.

²¹ O jornalismo popular tem como sinônimos o alternativo, comunitário, participativo, dialógico, de base ou horizontal. Ver mais em GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990, p. 42 e PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 120. Peruzzo só destaca a diferença no uso da expressão imprensa alternativa, que no Brasil designa uma prática de jornalismo popular no contexto da Ditadura Civil-Militar.

Para autores como Cicilia Peruzzo, Pedro Gilberto Gomes e Máximo Simpson Grinberg, o ponto central da constituição da comunicação alternativa é sua ligação direta com as lutas sociais. Peruzzo (1998, p. 148) destaca que os movimentos populares, ao expressarem seus interesses coletivos em busca da autonomia e de uma prática democrática, constituem sua própria comunicação, ligada ao contexto sob o qual atuam, promovendo assim uma expressão em nível local e tratando de conteúdos sobre os quais a comunicação hegemônica não consegue agir. Por sua vez, Gomes aponta o vínculo da comunicação popular com as lutas por mudanças sociais, colocando nestas lutas o valor da comunicação popular.

A comunicação popular não tem valor em si mesma, mas enquanto se integre num processo de luta com uma perspectiva de nova sociedade. Que luta? A luta autônoma, a que põe em crise a estrutura social dominante. Deste modo, o contexto ideal da comunicação popular é o da luta autônoma. É no interior de organizações, de movimentos de massa, que travam uma luta que tende a unir o que a sociedade fragmenta e, portanto, convulsionar as estruturas do capital. É aqui onde ela adquire lógica (GOMES, 1990, p. 44-45).

Mas quem é essa massa fragmentada que a comunicação popular busca unir? Gomes (1990, p. 32-33) e Peruzzo (1998, p. 116) colocam como ponto central da comunicação popular sua relação com o povo, entendido como o conjunto de classes subalternas, isto é, as classes dominadas econômica, política e culturalmente pela elite, e outros grupos que se ligam à ela dentro de determinados contextos. Desta forma, o povo não se constitui como uma realidade sociológica, sob um estatuto teórico universal ou sob uma mesma cultura, sua existência e práticas são diversas e ambíguas, com diversas concepções políticas e culturais, mas como “uma realização histórica, cuja composição e cujos interesses variam em função de fatores determinados, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre num plural e contraditório” (PERUZZO, 1998, p. 117-118).

Essas características dispersas e contextuais do popular se refletem em uma diversidade de formas de comunicação popular, que vão desde as tradicionais não-massivas (ritos, danças, festas, objetos, etc.) até a incorporação pelos meios hegemônicos de características e problemáticas populares²², passando pela comunicação popular-alternativa, onde se encontra o jornalismo popular.

²² Para mais detalhes sobre essas diferentes formas de comunicação popular ver: PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 188-120; GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG,

Segundo Peruzzo (1998, p. 119), essa comunicação popular-alternativa está ligada aos movimentos sociais, conectando comunicação e cultura. Neste caso, a comunicação é utilizada dentro de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas e nas lutas em prol dessa classe e divide-se em duas linhas. A primeira concebe a comunicação popular como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdo críticos e reivindicatórios capazes de conduzir à transformação social, se materializando nos meios alternativos. Outra considera a comunicação popular como um meio que pode promover modificações culturais e contribuir para a democratização dos meios de comunicação e da sociedade, constituindo, assim, um espaço próprio, sem se contrapor à comunicação massiva.

Essa distinção proposta por Peruzzo não está tão delimitada no pensamento de Máximo Simpson Grinberg. O pesquisador argentino afirma que a comunicação popular surge da necessidade das classes populares produzirem mensagens com conteúdo diferentes ou opostas àquelas difundidas pelos meios hegemônicos. Desta forma, a comunicação popular “aparece então como parte de uma atividade que transcende, vinculado sempre ao propósito de **modificar em algum sentido a realidade**” (GRINBERG, 1987, p. 24, destaques no original). Essa compreensão permite ao pesquisador colocar como elemento central da comunicação popular o conteúdo que vise questionar o *status quo*.

Ao centralizar a comunicação popular-alternativa no conteúdo, Grinberg (1987, p. 25-28) avança na estruturação das diversas formas de comunicação popular-alternativa classificando os meios massivos de acordo com os níveis de participação popular, a propriedade dos meios e o controle destes pela população. Quatro formas são apresentadas:

- a) Na primeira forma, a participação é restrita, sendo a mensagem elaborada por um grupo reduzido de pessoas que controla o conteúdo. Neste caso, a propriedade do meio pode ou não ser do grupo que controla seu conteúdo;
- b) Em outro caso, o conteúdo alternativo é produzido dentro dos meios hegemônicos em seções, colunas ou programas, estando a propriedade e o controle dos meios nas mãos do Estado ou do capital privado;
- c) Na terceira forma apresentada por Grinberg, a propriedade e o controle são coletivos, além de ser amplo o acesso dos diversos setores da sociedade ao conteúdo;

- d) Também é possível o caso da propriedade do meio ser coletiva e difundir conteúdo alternativo, mas não dá controle de grupos diferentes do que possui a propriedade.

Sob essa perspectiva, identificamos o jornalismo anarquista como um meio massivo de comunicação popular-alternativa que difunde conteúdo crítico e reivindicatório. Esta forma de jornalismo tem como objetivo a libertação das classes populares da opressão promovida pelas classes dominantes, em vista de revolução social. A participação no jornalismo anarquista é restrita as pessoas e grupos próximos aos proprietários do meio (editores), que também controlam seu conteúdo.

Esta última característica leva a outra singularidade do jornalismo anarquista em relação ao jornalismo popular. Diferente da fragmentação e ambivalência política do jornalismo popular, o jornalismo anarquista se apresenta mais coeso em torno de um ideal – o anarquismo –, com a pluralidade de ideias e opiniões existindo dentro de um ideário mais restrito.

Outra modalidade na qual o jornalismo popular pode se materializar dentro de uma especificidade é no jornalismo operário. Colocado nessa encruzilhada entre jornalismo popular e anarquista, muitas vezes o jornalismo operário se confunde com ambas as práticas jornalísticas. Intimamente ligado com o conceito de povo, enquanto classe subalterna, toda a produção de jornalismo que estiver ligado com esta classe será, necessariamente, popular, característica que reflete na afirmação de Carlos Eduardo Lins da Silva, citado por Gomes (1990, p. 56), de que são jornais populares os periódicos que visem os interesses dos trabalhadores.

A íntima relação entre o jornalismo anarquista e o operário ocorre em duas vias. Na própria história do jornalismo operário brasileiro, uma vez que, como destaca Maria Nazareth Ferreira, na primeira fase do jornalismo operário era o movimento anarcossindicalista que estava na vanguarda da luta dos trabalhadores, “ideologia que iria transparecer tanto na organização proletária como no conteúdo e na forma como era produzida a imprensa operária” (FERREIRA, 1988, p. 10). Por outro lado, a predominância da organização do anarquismo brasileiro nas cidades, aproximou os militantes anarquistas do operariado urbano, enquanto os pequenos agricultores e trabalhadores do campo permaneciam distantes da militância²³.

²³ Essa distância com relação ao trabalhador do campo não quer dizer que o movimento anarquista ignorava sua existência e suas lutas, ao contrário, Edgard Leuenroth, no artigo de fundo que inaugura **A Plebe** (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1), chega a citar os trabalhadores dos seringais no Norte do Brasil entre aqueles cujo jornal iria defender, mas a dificuldade de acesso a esses grupos limitou o alcance do

O jornalismo operário é uma prática difundida no Brasil por mais de 150 anos, tendo aportado, segundo Ferreira (1988, p. 16) e Edgar Rodrigues (2010, p. 19), em terras nacionais com os discípulos do socialista francês Charles Fourier ainda na década de 1840, que lançam jornais no Rio de Janeiro e em Recife. Posição um pouco diferente é adotada por Silvia Araújo e Alcina Cardoso (1992, p. 36), que afirmam ser no período de organização da classe operária na Primeira República (1889-1930) o período de nascimento do jornalismo operário no Brasil.

Independente do marco histórico do nascimento da imprensa operária no Brasil, é consenso que ela nasce das mazelas pelas quais passavam a nascente classe operária brasileira, seu encontro com uma militância política formada por militantes brasileiros e estrangeiros e com o crescimento da indústria gráfica. Desta forma, uniam-se militantes que fundavam jornais operários com o objetivo de organizar a coletividade, “extrapolando a missão de difundir ideias, educar politicamente e conquistar aliados para a luta social” (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 36).

Nesse processo de difusão de ideias, os redatores tinham nas necessidades sociais dos operários o norte que orientava seu conteúdo. Os jornais não se limitavam a publicar informações, mas privilegiavam a opinião tendo em vista a orientação da classe operária: “Em seu caráter opinativo interpreta os acontecimentos, tira conclusões, emite juízos, com o objetivo de provocar ação por parte daqueles aos quais dirige as mensagens” (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 36).

Desta forma, sua atuação não se limita ao campo de formação teórico do operariado, mas também com a expectativa de influenciar o plano da ação do trabalhador. Os fatos da vida dos trabalhadores ou da classe, como a exploração dos trabalhadores, demissões, baixos salários, acidentes de trabalho, greves, legislação trabalhista, condições de vida da classe operária, alcoolismo, situação da classe operária em outros países, etc., são utilizadas como lições de vida ou para realizar denúncias que contestem o sistema político-econômico vigente. Assim,

a notícia é contextualizada e permite aos jornais ultrapassarem seus limites na condição de exemplares. [...] Pouco espaço era reservado para notícias meramente informativas. Tudo era comentado, criticado e polemizado. O conteúdo formativo predominava sobre dados

jornalismo anarquista, principalmente o anarcossindicalista. Edgar Rodrigues (**História do Movimento Anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diogo Giménez, 2010, p. 7-8), por exemplo, conta que entre a colônia de imigrantes russos da Ucrânia circulavam jornais anarquistas vindos da Argentina, Canadá e Estados Unidos, sem mencionar títulos nacionais.

factuais, próprios da grande imprensa (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 61).

Outras características dos jornais operários destacados por Araújo e Cardoso (1992) e Ferreira (1988), sobretudo na imprensa operária do início do século XX, são a periodicidade irregular, o formato tabloide de quatro páginas e com número de colunas que variavam de acordo com a necessidade, ausência de sessões fixas, baixa ou ausente publicidade, além do uso de ilustrações, charges e literatura, que utilizavam a mesma base crítica apresentada nos textos jornalísticos. Os jornais operários também não contavam com a figura do repórter, em um processo no qual as informações vinham até os redatores por denúncias, cartas e informes de colaboradores. Todas características também compartilhadas com os jornais anarquistas.

A figura do redator ou, entendido de modo mais geral, de quem produz o jornal é outro aspecto fundamental para a compreensão do jornalismo operário e sua distinção em relação ao jornalismo anarquista. Araújo e Cardoso afirmam que para situar o conteúdo dos jornais operários é necessário reconhecer a origem de quem o produz. Desta forma, os autores identificam três grupos que produzem os jornais operários no Brasil: os socialistas, os anarquistas e os aliados da classe operária, oriundos tanto do movimento de base, como de grupos teóricos-filosóficos (como é o caso dos intelectuais socialistas) e da própria militância individual.

A diferença entre tais grupos está centrada na função em que assumem perante o movimento operário. Ao se colocarem como produtores dos jornais, os redatores assumem uma vanguarda intelectual do movimento, responsáveis pela produção material e simbólica que passa a constituir a cultura operária. E do debate sobre a forma de atuação dessa vanguarda, os redatores dos jornais operários se dividem em dois grupos:

Entre os militantes anarquistas, socialistas e anarcossindicalista a orientação é, essencialmente, política, no sentido de agir na e com a massa, sem criar tutelas. Para os aliados políticos, agindo de forma independente ou atrelados às entidades representativas de classe, a direção ocorre pela via do aconselhamento legal e encaminhamento dos problemas às instâncias sociais competentes (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 28-29).

Essa diferença implica também no conteúdo dos jornais e na forma como tratam a realidade. Nos jornais de anarquistas e socialistas, comentam Araújo e Cardoso (1992, p. 63), as matérias são mais densas e a linguagem mais literária. Já nos jornais

produzidos por aliados da classe operária é marcante a presença de anúncios e um projeto gráfico que se aproxima dos jornais burgueses. Com o crescimento da burguesia e sua conseqüente conquista de poder nas relações políticas, cresce entre os operários a reivindicação por reformas básicas desprendidas da revolução social pregada por anarquistas e socialistas, com isso, não só cresce a influência dos jornais produzidos por aliados, como também o jornalismo operário cede espaço dedicado à doutrinação, também presente no jornalismo anarquista, para a informação social, esportiva, questões relativas às mulheres e humor.

Delimitada a diferença entre o jornalismo anarquista e operário, cabe agora dedicarmos nossa atenção para a relação entre o jornalismo anarquista e o jornalismo comunista. Como afirmamos anteriormente, o jornalismo comunista não se caracteriza completamente como uma prática contra-hegemônica, uma vez que foi o modelo dominante da União Soviética, mas algumas de suas características interessam na compreensão do jornalismo anarquista.

Quando falamos em Modelo Comunista Soviético de jornalismo estamos pensando justamente nessa prática que se tornou hegemônica com a Revolução Russa e está fundamentada no pensamento e nas determinações de Lenin e, em um segundo momento, de Stalin sobre o jornalismo. É importante destacar que, como aponta Kunczik (2002, p. 115-116), as posições que orientaram o Modelo Comunista Soviético divergem dos escritos de Marx e Engels sobre a necessidade de uma imprensa livre.

Uma das primeiras acepções de Lenin sobre o jornalismo é apresentada em um artigo de 1901, publicado na revista *Iskra*, do **Partido Comunista Russo**, e citado por Kunczik (2002, p. 117), no qual o líder russo define o jornalismo como propagandista, agitador e organizador coletivo, que deve indicar o caminho para que os trabalhadores organizados construam a sociedade comunista. Com a revolução, esse ideal foi transferido para todos os meios de comunicação russos, que ficaram sob controle centralizado do Estado, construindo um sistema pouco participativo, de onde as decisões eram tomadas pela cúpula do partido.

Em outro artigo, desta vez publicado após a Revolução Russa, Lenin identifica diferentes funções para a imprensa bolchevique de acordo com as diferentes etapas históricas. “Antes que o Partido Comunista tomasse o poder, a imprensa era instrumento da Revolução; depois da Revolução de Outubro, a imprensa passou a ser instrumento

destinado a estabilizar o domínio da consciência mediante a orientação socialista” (KUNCZIK, 2002, p. 117-118).

Semelhante aos militantes anarquistas, Lenin via o jornalismo como elemento fundamental para a revolução social, porém estes se distinguem no modo como viam o papel dos produtores desse jornalismo. O jornalista anarquista está próximo à definição de Gramsci do intelectual orgânico, como são identificados por Araújo e Cardoso os primeiros redatores dos jornais operários:

Os primeiros militantes, diretores, proprietários, redatores, colaboradores tornam-se intelectuais orgânicos da classe operária, na medida em que a ela se unem e, no seu interior, são produzidos. [...] Para organizar-se, como classe, o proletariado necessita de dirigentes, que adiram à sua estratégia de ação, unindo-se, organicamente, a ele. Tal aliança opera o fenômeno dos intelectuais como massa, sobrepujando sua participação histórica enquanto indivíduos (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 26).

Como apontam os pesquisadores (ibidem, p. 28) sobre o pensamento de Lenin, o intelectual coloca-se à frente da classe trabalhadora, transformando-se em uma vanguarda que está fora da estrutura que relaciona operários e patrões.

Porém, o jornalismo comunista, assim como o jornalismo anarquista, tem como proposta interpretar os fatos dentro de um contexto ideológico - libertário, no caso dos anarquistas, e segundo as normas e diretrizes do Partido Comunista, para os soviéticos. Assim, ambas as práticas jornalísticas se identificam com os quatro princípios que Lenin aponta para o jornalismo (KUNCZIK, 2002, p. 118): parcialidade, veracidade, compromisso com o povo e caráter de massa.

Outra característica que marcou o Modelo Comunista Soviético de imprensa foi a censura direcionada tanto a outros meios de comunicação que não estivessem sob o controle do Estado/partido, como ao silenciamento de vozes opositoras. Quanto à primeira forma de censura (sobre os meios), é difícil realizar inferências tendo em vista as curtas e conturbadas vidas das experiências anarquistas. Quanto ao silenciamento merece destaque a forma como a imprensa anarquista se relacionava com a imprensa burguesa no início do século XX no Brasil, sendo constante referências sobre matérias publicadas pelos grandes jornais, seja utilizando-a como fonte, seja para criticar o seu ponto de vista, o que pode sinalizar uma relação de condescendência com a existência do jornalismo distinto do anarquista, mesmo que com o intuito de desacreditá-lo perante seu público.

A identificação das características do jornalismo anarquista realizada ao longo deste capítulo, ainda que provisória, traz uma primeira base para a análise do jornalismo anarquista praticado no Brasil nas décadas iniciais do século XX como proposto nessa pesquisa. No próximo capítulo avançamos na consolidação do caminho para essa aproximação dos jornais a partir da proposta de um quadro teórico-metodológico que nos permitirá compreender as características fundamentais que buscaremos nos nossos objetos de estudo.

2. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO JORNALISMO ANARQUISTA

Ao lançar-mo-nos em um estudo sobre uma prática jornalística materializada há um século, abre-se diante de nós dois caminhos que perpassam todo pesquisador que se propõe a falar sobre história do jornalismo: o caminho histórico e o comunicacional. Sem contar com fronteiras claras que permitem separar historiografia do estudo comunicacional, o historiador do jornalismo encontra-se, muitas vezes, na crise de identidade apontada por Anunciação (2015, p. 2-3), sem saber se faz historiografia do jornalismo ou se produz teoria do jornalismo, ou seja, ao tomarmos como objeto de estudo os jornais anarquistas do início do século XX estaríamos fazendo uma historiografia desses jornais ou poderíamos desenvolver uma pesquisa teórica de jornalismo?

A solução para essa crise está tanto no objetivo e na formulação do problema de pesquisa como também está centrada na forma como o pesquisador trata seu objeto, isto é, na metodologia aplicada à pesquisa. Com o objetivo de desenvolver uma pesquisa no campo da Comunicação e do jornalismo, alinhamo-nos a Anunciação (2015, p. 3) e a Rüdiger (2003, p. 12) propondo uma pesquisa que vá além do relato historiográfico, unindo elementos da História e da Comunicação, em busca da compreensão da prática jornalística por nós estudada, reconhecendo porém a necessidade de ter como epicentro da pesquisa o fenômeno jornalístico, caracterizado aqui pelo discurso jornalístico. Desta forma, propomos nessa discussão metodológica um conjunto de categorias de análise (e os consequentes indicadores) que nos permitirão a compreensão do discurso jornalístico publicado nos jornais **A Voz do Trabalhador**, **Tribuna do Povo** e **A Plebe**.

Resultado da prática jornalística, o discurso jornalístico é o fruto de uma longa cadeia produtiva que tira da realidade certos acontecimentos, cujas características singulares os tornam potencialmente noticiosos, selecionam alguns destes acontecimentos para a publicação, classifica-os e trata-os para, enfim, tornarem-se notícias, editoriais, artigos, reportagens, charges, etc. Ao longo desse processo, podemos identificar três esferas que agem sobre o conteúdo noticioso: a) o contexto sócio-histórico; b) a instituição jornalística; e, c) os profissionais envolvidos na produção desse conteúdo, no caso específico de nossa pesquisa, os jornalistas-militantes.

Consideraremos cada uma dessas esferas, assim como o próprio discurso jornalístico, materializado no conteúdo noticioso, como categorias de análise, as quais serão apresentadas nas próximas páginas detalhando também cada um dos indicadores de análise a partir dos quais trabalharemos em nossa pesquisa. Por fim, apresentaremos a análise documental, método de pesquisa que nos servirá de ferramenta para identificar e analisar esses indicadores.

2.1 O contexto sócio-histórico

O jornalismo não é uma prática que emerge isolada e independente do contexto social no qual está inserido, ao contrário, é do contexto social, político e econômico que emerge a prática jornalística, assim como é dele que se forma o modelo que rege a prática jornalística em cada sociedade²⁴.

O mesmo ocorre com as práticas contra-hegemônicas, que além da influência do contexto sócio-histórico, articulam-se ainda com o próprio modelo e com a prática hegemônica de jornalismo. Por exemplo, o controle sobre a permissão para produzir meios de comunicação hegemônicos no Modelo Autoritário impele o jornalismo alternativo para escalas de produção menores e mais artesanais, como os jornais mimeografados no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Dentro de um Modelo Liberal de jornalismo, a produção dos veículos contra-hegemônicos é, a princípio, facilitada e permite aos jornais saírem do modelo artesanal e clandestino para uma escala semi-industrial ou, até mesmo, serem produzidos em grande escala. Dentro desse modelo, a tentativa de conquistar leitores frente ao fluxo e os atrativos do jornalismo hegemônico, faz, algumas vezes, com que o jornalismo contra-hegemônico assimile práticas de seu antagonista, como as notas sociais, esportivas e de entretenimento.

Quem também aponta essa relação entre o contexto e o jornalismo contra-hegemônico é o pesquisador brasileiro Nelson Werneck Sodré (1999, p. 310) que, ao falar do surgimento da imprensa operária no Brasil, destaca não só a formação da classe operária como uma combinação entre trabalhadores que vinham do campo e imigrantes, mas também o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, que se concentrou em poucas regiões do país²⁵. Por sua vez, o impacto que esses primeiros

²⁴ Sobre os diferentes modelos de jornalismo, ver a seção 1.2 do capítulo anterior.

²⁵ A importância da confluência entre o imigrante e o operariado brasileiro na formação da imprensa operária também é destacado por ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e militância**

jornais exerciam na sociedade pode ser presumida pelo uso feito pelas autoridades da Lei Adolpho Gordo²⁶ contra jornalistas-militantes ainda nos primeiros anos do século XX e a prisão de Edgard Leuenroth, sob a acusação de ser o mentor intelectual do assalto ao Moinho Santista durante a Greve Geral de 1917, em São Paulo²⁷.

Outro exemplo serve para ilustrar o efeito do contexto econômico sobre o surgimento da imprensa operária no Brasil. Aliado ao crescimento do setor industrial e a urbanização, a imprensa burguesa desenvolveu-se e agregou ao crescente operariado urbano uma figura chave no processo de formação da classe operária e também de sua imprensa: o gráfico. Em seu estudo sobre a imprensa operária no Brasil e o operário gráfico, Ferreira (1978, p. 14) identifica neste profissional um elemento imprescindível na organização do operariado devido, principalmente, à necessidade de serem alfabetizados para exercerem sua profissão. Conclusão semelhante chegam Araújo e Cardoso, que afirmam que “os gráficos distinguiram-se como ‘operários das letras’, ao conciliar trabalho manual e trabalho intelectual a serviço da classe. Os militantes aliavam a técnica e a política, o que os tornava especialistas das artes gráficas e ativistas” (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 23).

A influência do contexto no surgimento dos jornais pode ser resumida seguindo a proposição de Kunczik (2002, p. 18), que identifica os meios de comunicação como sistemas sócio-técnicos que têm intercâmbio contínuo e dinâmico com o ambiente, em que sócio-técnico refere-se à dependência mútua dos aspectos técnicos e sociais. Assim, chegamos à primeira categoria que nos auxiliará em nossa análise dos jornais anarquistas no Brasil: o contexto socioeconômico, político e técnico que permitiram o surgimento e a produção dos veículos por nós estudados.

Os primeiros indicadores dessa categoria de análise são encontrados na obra de Siebert, Peterson e Schramm, *Four Theories of the press*, de 1972. Com o objetivo de identificar o que leva o jornalismo a ser praticado de formas tão diversas em diferentes locais, os autores partem da ideia de que a prática jornalística tira sua forma das

operária. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992; FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1988; LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

²⁶ A Lei Adolpho Gordo foi aprovada em janeiro de 1907 e tinha como objetivo expulsar os imigrantes indesejados, especialmente os envolvidos com movimentos operários e anarquistas. Seu nome foi em homenagem ao seu proponente, o então ministro-chefe da Casa Civil, Adolpho Gordo.

²⁷ Sobre a Lei Adolpho Gordo e a perseguição ao jornalistas-militantes no início do século XX ver SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 313; LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

estruturas sociais e políticas nas quais operam. “Em especial, isso reflete o sistema de controle social no qual as relações entre indivíduos e sujeitos são ajustadas” (SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1972, p. 2)²⁸. Desta forma, concluem os autores, para identificar as diferenças entre os sistemas de jornalismo em uma perspectiva ampla é preciso investigar o sistema social no qual ele está inserido.

A partir dessa proposta, Siebert, Peterson e Schramm (1972, p. 2) levam em considerações algumas crenças básicas e pressupostos de cada sociedade, nomeadamente, a natureza humana, a natureza da sociedade e do Estado, a relação dos indivíduos com o Estado e a natureza do conhecimento e da verdade. Esses aspectos são utilizados nas análises dos pesquisadores para avaliar quatro modelos de jornalismo hegemônicos: o autoritário, o liberal, o de desenvolvimento e o comunista soviético²⁹. Porém, podemos aplicar esses problemas apontados pelos autores para a nossa pesquisa com algumas adaptações.

A principal delas é que não focaremos nossa atenção para as crenças e pressupostos da sociedade de uma forma geral, mas para as crenças e pressupostos dos editores que publicam os jornais anarquistas. Buscaremos esses pontos de duas formas, a primeira é no próprio jornal, que em seus textos, em especial nos artigos de fundo e de conteúdo mais teórico, externalizam esses valores. O segundo caminho será no pensamento anarquista. Apesar da diversidade de correntes e linhas de ação do pensamento e do movimento anarquista, alguns de seus valores são compartilhados. O fato dos três jornais por nós estudados serem ligados ao movimento anarcossindicalista e se desenvolverem a partir do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, permite-nos uma delimitação maior do espectro do pensamento anarquista a ser analisado.

Desta forma, podemos reformular as considerações de Siebert, Peterson e Schramm da seguinte forma para nossa pesquisa: qual a natureza humana, da sociedade e do Estado para os jornalistas-militantes anarquistas?; qual relação deve existir entre os indivíduos e o Estado, segundo estes jornalistas-militantes?; e, qual a natureza do conhecimento e da verdade para eles? Dentro do nosso problema de pesquisa, essas perguntas nos permitem compreender melhor quais os propósitos que orientam a publicação dos jornais anarquistas.

²⁸ “Especially, its reflects the system of social control whereby the relations of individuals and institutions are adjusted” (tradução livre).

²⁹ Sobre o funcionamento dos modelos estudados por Siebert, Peterson e Schramm ver seção 1.2 do capítulo 1.

Além disso, outros quatro indicadores de análise devem ser levados em conta para a compreensão do contexto: 1) a ordem política local e nacional; 2) características econômicas do país e das regiões onde os jornais foram publicados; 3) a legislação sobre a imprensa; e, 4) o nível de organização operária.

Compreendido a esfera do contexto sócio-histórico, podemos passar para o segundo nível, a instituição jornalística.

2.2 A instituição jornalística

O pesquisador português Adriano Duarte Rodrigues (2012, p. 217) destaca que, quando falamos do discurso jornalístico, não podemos esquecer que eles são produzidos dentro de instituições cujo objetivo é a publicação de discursos midiáticos (RODRIGUES, A., 2012, p. 217). Tal presença de uma estrutura institucional impacta diretamente na forma e no conteúdo dos jornais devido a diversos fatores, como seu meio e capacidade de produção, circulação, financiamento, relações hierárquicas entre os envolvidos e relações com outras instituições.

O tamanho da rede de colaboradores, o maquinário e material utilizado na impressão dos jornais, que determina a qualidade da impressão, o tamanho da tiragem e periodicidade, o alcance dos canais de televisão ou rádio, tudo isso irá impactar no discurso jornalístico. Se observarmos a primeira fase do jornal **A Plebe**, publicado em São Paulo entre junho e setembro de 1917, nota-se uma frequente participação de colaboradores do Rio de Janeiro, capital federal na época, e da Europa, em especial com notícias sobre a Revolução Russa, além de colaborações menores e esporádicas do interior paulista. Com a eclosão de movimentos grevistas no Brasil após a greve geral de julho daquele ano em São Paulo, a rede de colaborações se expande com notícias vindas de diversos lugares do Brasil, modificando a organização do jornal³⁰.

Outro fator a ser levado em conta é a capacidade de produção e circulação dos jornais. Um jornal que conte com maquinário que permita uma tiragem maior, poderá buscar públicos maiores e mais diversificados, assim como aumentar o número de páginas ou sua periodicidade. A circulação também é fator determinante dos conteúdos

³⁰ Mais sobre essa primeira fase do jornal **A Plebe** em nosso estudo: MACHADO, Liliane Maria Macedo; STRONGREN, Fernando Figueiredo. O agendamento da greve nas páginas de A Plebe. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, Vol. 11, n. 1, p. 77-92, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/665>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

dos jornais. Um jornal de bairro, por exemplo, terá sua circulação, em princípio, restrita entre os moradores daquela região, que se tornará o foco do conteúdo do jornal. O contrário ocorrerá com um telejornal de abrangência nacional, que irá abordar acontecimentos em todo o território.

A circulação também impacta em outro aspecto que deve ser levado em conta: a forma de financiamento. Em qualquer veículo, quanto maior seu alcance, maior a possibilidade de conseguir fundos. No caso dos veículos burgueses, eles poderão vender seus espaços publicitários por um valor maior ou segmentar seu espaço publicitário para empresas de várias regiões. No caso dos jornais anarquistas, a maior circulação permite atrair mais leitores que subscrevam, ampliando a arrecadação dos jornais.

A importância da forma e a fonte de financiamento para o estudo dos jornais é destacado pelo historiador francês Jean-Nöel Jeanneney (2003, p. 219-220). Desta forma, é possível saber se o conteúdo, analisado comparativamente com o contexto histórico, sofre de alguma forma o impacto de quem financia os jornais. Pensando em nosso objeto de estudo, a questão financeira dos jornais anarquistas pode ser caracterizada como crítica, já que muitas vezes eles não aceitavam propaganda ou restringiam seus anunciantes a grupos específicos de operários autônomos e apoiadores do movimento (LEUENROTH, 1963, p. 153). Se a ausência de fontes de financiamento de grandes capitalistas evita a influência destes no conteúdo, o déficit financeiro dos jornais anarquistas interfere em sua publicação, impedindo a periodicidade ou a continuidade dos jornais, como aponta Leuenroth (1963, p. 153) ao falar que os dizeres “sai quando pode” impresso regularmente no cabeçalho dos jornais podia ser lido como “sai quando houver recursos”.

Por fim, as relações de poder de um jornal também devem ser levadas em conta no estudo de sua constituição. Essas relações se estruturam em dois campos: as relações internas dos meios de comunicação, isto é, entre as pessoas envolvidas na produção do jornal, e as relações externas, do veículo com os poderes constituídos, seus leitores, outras instituições e jornais.

Esse último aspecto é destacado por Kunczik (2002, p. 18), que aponta oito grupos diferentes que compõem o ambiente no qual se constitui um jornal. O primeiro deles são os receptores não-organizados, composto pelo público em geral e que tem um menor poder sobre os meios; os receptores organizados, tais qual as igrejas, partidos e sindicatos, estão em um segundo nível de influência sobre os jornais. Além destes,

ainda formam o ambiente que envolve os meios de comunicação seus anunciantes, outros meios de comunicação, as agências de notícias, os fornecedores de matéria-prima, as organizações autorreguladoras e o Estado.

O impacto de cada um desses elementos será diferente em cada época e sobre cada modelo de jornalismo. As agências autorreguladoras, por exemplo, não existiam no início do século XX e o Estado também gere de modo diferente a mídia de acordo com seu regime político, seja ele mais liberal ou autoritário. O impacto do público em geral também vai variar de acordo com o modelo de jornalismo. Em um jornal burguês de grande circulação, esse poder pode ser quase nulo, ao passo que em um jornal comunitário, seus leitores podem cobrar mais facilmente seus editores para mudanças no conteúdo.

O historiador Jean-Nöel Jeanneney dá um passo complementar nessa problemática das relações de poder ao afirmar que “o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas” (JEANNENEY, 2003, p. 224). Assim, o pesquisador francês busca valorizar também as relações internas de poder dos jornais que determinam a produção de conteúdo, propondo a investigação das relações entre

o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos (que não são mais isentos de paixões que os outros atores), o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e o do fracasso... (JEANNENEY, 2003, p. 224).

Esse aspecto das relações internas de poder leva-nos à investigação dos profissionais que produzem os jornais, que será destacado no tópico a seguir. Mas antes, cabe destacar resumidamente os indicadores apontados por nós para a análise da instituição jornalística: os fatores técnicos (rede de colaboradores, maquinário, matéria-prima, periodicidade e tiragem); circulação dos jornais; suas formas de financiamento; e, as relações com outras instituições (receptores não-organizados, receptores organizados, anunciantes, outros meios de comunicação, fornecedores de matéria-prima e o Estado).

2.3 Os jornalistas-militantes

Todo o processo de produção dos jornais passa por indivíduos diretamente envolvidos na sua produção, nomeadamente os diretores, editores, colaboradores e repórteres. Esses três profissionais se caracterizam de formas diferentes em cada período da história do jornalismo, com ênfase para os editores e colaboradores no jornalismo opinativo e a assunção do repórter no jornalismo contemporâneo. No caso dos jornais anarquistas, designamos os editores e colaboradores sob o conceito de jornalista-militante, isto é, todos os indivíduos que de uma forma ou de outra colaboravam na produção do discurso jornalístico aliado à militância anarquista.

O estudo desse agrupamento em torno de um jornal é outro fator que deve ser levado em conta, sobretudo nas formas de jornalismo não-empresariais, como é o caso do jornalismo anarquista. Isso ocorre pois nestes veículos os envolvidos são ligados, principalmente, por afinidades entre os indivíduos, seja ela ideológica, política ou com um objetivo em comum.

Assim, Jeanneney (2003, p. 222) afirma que é preciso traçar o perfil dos jornalistas e dos dirigentes dos jornais estudados de forma que

a história política dos meios de comunicação deve enriquecer-se com um estudo da “socialização” dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular. Ela deve dedicar especial atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (frequentemente, mas nem sempre...) solidariedade instintivas (JEANNENEY, p. 222).

Outro autor que traz um caminho para pensarmos nos jornais como espaço de socialização é o francês Jean-François Sirinelli (2003, 248-249), que ao tratar dos intelectuais destaca não só o papel central das revistas como espaço de socialização desses grupos, como também afirma que elas têm um objeto rico para compreender as ideias desses grupos.

Antes de avançarmos nas considerações de Sirinelli, é preciso tornar mais claro a interface entre jornalistas e intelectuais, que pode parecer distante no jornalismo contemporâneo, mas que foi muito menos difusa no passado.

Sirinelli apresenta duas definições de intelectuais, uma ampla e outra restrita. Na definição ampla, a categoria de intelectual engloba tanto os criadores como os mediadores culturais, neste caso “estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o

professor secundário como o erudito” (SIRINELLI, 2003, p. 242). A concepção mais restrita de intelectuais parte do engajamento destes na vida da sociedade como ator, testemunha ou consciência. Neste caso, partindo de um reconhecimento social como especialista, o intelectual se coloca a serviço de uma determinada causa.

Quem oferece outra concepção de intelectual é Kunczik, que reúne diversos autores que reforçam a identificação de jornalistas como intelectuais. Se baseando em König, Kunczik (2002, p. 53) também apresenta uma definição ampla e outra restrita de intelectual, sendo a primeira definida como um grupo de pessoas vagamente unidas que assume a função de liderança intelectual devido à sua educação, produção ou pelos valores que representam. Já no sentido mais restrito, intelectuais são “os membros das profissões que se preocupam com a produção dos valores intelectuais independentes, como os jornalistas, poetas, escritores, pintores, músicos, atores, diretores, homens de letras, editores, humoristas etc.” (KUNCZIK, 2002, p. 53). Seja nas concepções do pesquisador alemão ou do historiador francês, é importante notar que os intelectuais não formam um grupo homogêneo, mas apenas se diferenciam dos demais indivíduos que compõem a sociedade por sua posição e pelo valor social que carregam.

Outra perspectiva apresentada por Kunczik (2002, p. 56-58) diz respeito ao pensamento de Julian Benda sobre os intelectuais, presente em sua obra *La trahison des clercs*, publicada pela primeira vez em 1927. Segundo Benda, a função do intelectual é realizar “a crítica social a serviço de certo ideal para humanidade” (ibidem, p. 56-57). No jornalismo, essa definição marcaria uma distinção entre o jornalismo engajado e o aquele que se curva a interesses, como o produzido por relações públicas ou que servem como porta-voz governamental (KUNCZIK, p. 57). Assim, constituem-se duas formas de jornalismo: o jornalismo intelectual, que está engajado com alguma causa, zela pelos direitos humanos e contra o abuso de poder; e o jornalismo não-intelectual, que divulga informações que protegem os interesses aos quais está ligado.

Essa posição de Benda, leva Kunczik (2002, p. 58) a dois outros autores, Goldstone e Lenk, que apontam a importância dos intelectuais na subversão das estruturas sociais vigentes. Neste caminho fica cada vez mais claro a identidade dos jornalistas anarquistas como intelectuais, não só ao tecer críticas à estrutura social da época, mas também ao se propor a construir uma nova cultura. Nas palavras de Kunczik:

[...] a função da crítica social não significa que esse jornalismo seja sempre resmungão ou destrutivo. Ao contrário, o jornalismo intelectual tem também a função de edificar a cultura, que consiste em conscientizar as pessoas sobre o sentido da vida. Tal sentido, especialmente nos países em desenvolvimento, poderia significar a propagação da visão de uma sociedade melhor. Essa função de estímulo cultural se traduz naturalmente na função ideológica dos intelectuais, na formulação de programas políticos e na mobilização das massas. Na difusão das novas ideias para a mobilização das massas, o jornalismo intelectual não deve ser uma atividade subalterna nem um órgão não-crítico de implementação (KUNCZIK, 2002, p. 58).

Essa identificação dos jornalistas anarquistas com intelectuais também está presente na obra de Ferreira (1978) e Araújo e Cardoso (1992), que ao estudarem os jornais operários – incluindo os jornais anarquistas – identificam neles o papel de crítico social e de liderança da classe trabalhadora. Para Araújo e Cardoso (1992, p. 26), o papel de intelectual exercido pelos jornalistas-militantes está associado ao conceito de intelectual orgânico, conceituado por Antonio Gramsci, uma vez que os jornalistas-militantes não estão desligados ou distantes da classe que representam, mas unidos organicamente à ela.

Desta forma, podemos compreender os jornais anarquistas tal qual faz Sirinelli com as revistas publicadas por grupos de intelectuais, de modo que “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Estas revistas e jornais, afirma Sirinelli (*ibidem*), dão uma estrutura ao campo intelectual envolvendo tanto forças de adesão, pelas amizades que envolvem, fidelidades que produzem e influências que exercem, e de exclusão, pelas posições assumidas em debates e cisões que estes resultam no grupo.

Essa constituição flutuante e sua base afetiva e ideológica que une os intelectuais em torno de um jornal leva-nos a reconhecer a importância de identificar como se forma e se modifica esse círculo de jornalistas envolvidos na produção do jornal. Como são selecionados os colaboradores, sua trajetória pessoal, social e relações com o grupo de editores, quem deixa de colaborar, o porquê dessa exclusão.

Ao encarar o jornalista como um intelectual, outra questão aparece: sua herança cultural. Como destaca Sirinelli, todo intelectual se define como legatário ou filho pródigo de um antecessor, “quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário,

ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita” (SIRINELLI, 2003, p. 255).

O historiador francês também apresenta um caminho para investigar esses fatores (SIRINELLI, 2003, p. 245). O primeiro, passa pela história social dos intelectuais e dos grupos que se envolvem, promovendo uma análise sistemática de elementos dispersos. Esse primeiro olhar está profundamente ligado ao que falamos anteriormente de traçar o perfil e a história dos jornalistas e dirigentes dos jornais, de forma que eles se complementam. Um segundo ponto a ser investigado é “pela exegese de textos, e, particularmente, de textos impressos, primeiro pelo suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo” (ibidem). Em nossa pesquisa, o material primário é nosso próprio objeto de estudo: os jornais anarquistas, nos quais os jornalistas-militantes envolvidos na produção apresentavam suas opiniões, visões de mundo e sua herança intelectual.

Dito isso, reconhecemos como indicadores de análise dos jornalistas-militantes suas trajetórias de vida, a constituição e mudanças no grupo envolvido na publicação, ideologias, herança cultural e objetivos individuais e do grupo, nível de engajamento na vida social e produção de crítica e valores culturais.

2.4 O conteúdo

Todo o percurso que traçamos até aqui, destacando a importância do contexto no qual os jornais surgiram e eram produzidos, suas características institucionais e dos profissionais envolvidos, tem como fim nos levar até o objeto central do nosso estudo, que é o discurso jornalístico dos jornais anarquistas, materializado nos conteúdos noticiosos publicados nos jornais.

Antes de avançar nas considerações sobre este conteúdo, é importante destacarmos que o contexto, a instituição e os profissionais envolvidos impactam a forma e o conteúdo dos jornais, mas que este também impacta no círculo de profissionais envolvidos, como pode ocorrer quando da publicação de certos conteúdos e de direcionamentos dados a determinados acontecimentos em um jornal, acarretando em uma cisão no grupo de profissionais envolvidos; afeta a instituição jornalística, por exemplo, um jornal que consiga conquistar um público maior devido aos temas abordados, poderá melhorar seu maquinário, ampliar sua tiragem e contratar novos

profissionais; e os jornais também podem promover – indiretamente – mudanças na sociedade, como afirma, por exemplo, a teoria do agendamento sobre a capacidade dos jornais em impactar a opinião pública. Nota-se com isso que, quanto mais uma esfera é distante do discurso jornalístico, menor será sua influência direta neste, assim como será menor a influência do discurso jornalístico sobre esta esfera.

Mas o que seria esse conteúdo? Como já discutimos no capítulo anterior, nem tudo o que se publica nos jornais é discurso jornalístico, logo, nem tudo o que está ali é conteúdo noticioso. Apesar de ter sua importância e também estar relacionada com a constituição do jornal, os anúncios publicitários, por exemplo, não são conteúdos noticiosos. Desta forma, direcionarmos nossa atenção para os conteúdos que se enquadram nos gêneros jornalísticos apontados por Sousa (2006, p. 230-231): notícia, entrevista, reportagem, crônica, editorial e artigos (de opinião, análise e outros). Como lembra o pesquisador português, essa classificação não pode ser tomada em seu sentido restrito, uma vez que um conteúdo pode combinar elementos de notícia e entrevista tal como uma reportagem pode apresentar elementos de artigos de opinião. Essa fronteira dispersa entre os gêneros jornalísticos é de especial importância para nosso objeto de estudo, pois a divisão mais restrita entre os diversos gêneros, em especial os gêneros informativos (notícia, entrevista e reportagem) e os gêneros opinativos (crônica, editorial, artigos e charges), se consolida com o jornalismo moderno, sendo uma realidade distante da prática dos jornais anarquistas do início do século passado.

Mesmo entendendo o conteúdo noticioso de forma ampla, não podemos esquecer que cada gênero traz especificidades próprias. Os artigos de fundo, como destaca Beltrão (1980, p. 55), são uma ótima fonte para identificar como os jornais entendem ideologicamente um determinado tema. A notícia, por sua vez, traz uma factualidade aos temas abstratos, retirando da efemeridade dos acontecimentos cotidianos, uma singularidade retratada na notícia. Nas palavras do pesquisador português:

Os gêneros jornalísticos correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através de linguagens. [...] A realidade não contém notícias, entrevistas, reportagens, etc. Sendo uma forma de interpretação apropriativa da realidade, os gêneros jornalísticos são uma construção e uma criação. Obviamente que, uma vez criados, os gêneros jornalísticos passam, também eles, a fazer parte da realidade, que, paradoxalmente, referenciam (SOUSA, 2006, p. 231).

Nossa preocupação com o conteúdo também se dá com base no artigo **Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades**, de Máximo Simpson Grinberg (1987, p. 21), que não só afirma ser fundamental o estudo do conteúdo para a compreensão da comunicação alternativa, como também define o conteúdo sobre quatro aspectos fundamentais: a) os temas abordados ou o que se considera notícia; b) a hierarquização das informações; c) a classificação e tratamento das informações; e d) a linguagem.

Questionar-se sobre os temas abordados pelos jornais, permite-nos compreender a representação da realidade que os editores pretendem passar para seu público, sobre quais acontecimentos eles querem formar e informar seu público. Essa representação da realidade passará, necessariamente, pela seleção dos acontecimentos que virarão conteúdo noticioso.

Para Gislene Silva (2014, p. 52-53), a notícia³¹ deve ser entendida como o resultado final de uma cadeia produtiva sob a qual influi diversos critérios de noticiabilidade, como as características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional, condições da empresa, qualidade do texto e do material, relação com as fontes e com o público, fatores éticos e circunstâncias históricas, políticas, sociais e econômicas. Tais critérios são organizados em três categorias que agem em momentos diversos da produção da notícia: os critérios sobre a origem do acontecimento, sobre o tratamento dos fatos e na visão dos fatos.

O primeiro momento de seleção se constrói a partir do próprio acontecimento e de suas características intrínsecas, que são identificadas por diferentes profissionais do jornalismo. Essas características são os valores-notícias, que agem não só na seleção dos acontecimentos, mas seguem afetando a cadeia produtiva dos jornais no momento do tratamento das notícias. Os valores-notícia são um grupo de critérios que “cerca a noticiabilidade do acontecimento considerando origem do fato, fato em si, acontecimento isolado, características intrínsecas, características essenciais, atributos inerentes ou aspectos substantivos do acontecimento” (SILVA, G. 2014, p. 56).

Como destaca Hebert Gans, citado por Marcos Paulo da Silva (2014), esses valores-notícia não podem ser entendidos como critérios objetivos ou pragmáticos da prática jornalística, mas como elementos que possuem elementos ideológicos. Nas palavras do próprio pesquisador norte-americano:

³¹ Ao entendermos a notícia como uma das formas do conteúdo noticioso, universalizamos os elementos aqui apontados sobre ela para todo conteúdo noticioso.

Se as notícias incluem valores, elas também contêm ideologia. Essa ideologia, no entanto, consiste em um agregado de valores que são somente parcialmente pensados e que não são inteiramente consistentes e bem integrados; além disso, considerando que eles se modificam através do tempo, são também flexíveis em alguns assuntos (GANS apud SILVA, M., 2014, p. 79)

Deste modo, Gans identifica não somente os valores-notícia como valores socialmente compartilhados entre os jornalistas, mas também como resultados de sua época e que são suscetíveis a variações dentro do universo de jornalistas e de jornais. No caso de seu estudo sobre os valores-notícia dos jornalistas norte-americanos nos anos de 1960 e 1970, o pesquisador os define como uma mistura de valores liberais e conservadores, apontando nomeadamente o etnocentrismo, a democracia altruística, o capitalismo responsável, o provincianismo, o individualismo, a moderação, a liderança e a defesa da ordem social como os principais valores que guiam o jornalismo norte-americano no período estudado. No caso do nosso estudo, faz-se necessário abstrair quais eram os valores que determinavam a construção dos valores-notícia.

Como dissemos, os valores-notícia também influenciam o tratamento que os acontecimentos recebem na produção da notícia, isso é, como o fato irá aparecer no jornal, o destaque e a localização no jornal, o espaço dedicado a ele, os gêneros jornalísticos utilizados para abordá-lo. Assim como identificar quais acontecimentos foram selecionados para ser publicado, analisar quais fatos ganharam destaque ou foram mais profundamente abordados em uma edição ou ao longo de várias edições nos permite inferir mais detalhadamente quais aspectos da realidade os editores dos jornais anarquistas pretendiam destacar.

O terceiro aspecto do conteúdo destacado por Grinberg diz respeito a forma como o jornal se estrutura e classifica as notícias por áreas da realidade. Isso diz respeito não só ao recorte da realidade, mas também sobre como os fatos são inter-relacionados ou classificados de modo estanque em representações polarizadas da realidade. O furto de uma padaria por um adolescente em situação de rua é um caso meramente policial ou merece um destaque por exemplificar a fome e a miséria resultante do sistema capitalista? A Revolução Russa merece apenas pequenas notas na sessão internacional ou é um fato relevante e que pode servir de inspiração ao proletariado brasileiro, por isso merece análises e comentários mais aprofundados? É identificando como os conteúdos são classificados e retratados que podemos “dar a

pauta acerca do caráter de um meio, do grau em que configura uma opção real ou é, pelo contrário, um eco do poder, embora disfarçado de ‘alternativa’” (GRINBERG, 1987, p. 21).

Por fim, Grinberg destaca a importância da linguagem no conteúdo dos meios de comunicação alternativa. Para o autor, a imprensa alternativa surge “quando se faz necessário para gerar mensagens que encarnem concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes” (GRINBERG, 1987, p. 24), de modo que a comunicação alternativa está necessariamente atrelada ao propósito de modificar algum aspecto da realidade, questionando o *status quo*. São essas características que vão definir o discurso da comunicação alternativa, um discurso que “deve ser, explícita ou implicitamente, pela escolha dos temas, por sua classificação e seu tratamento, claramente aberto e antiautoritário” (ibidem, p. 30).

Desta forma, identificamos dentro do conteúdo noticioso os seguintes indicadores de análise: a) temas abordados; b) a permanência destes temas; c) os valores-notícia; d) hierarquização dos conteúdos; e) classificação e tratamento dos conteúdos; f) discurso antiautoritário.

2.5 Quadro-resumo das categorias e indicadores de análise

Essa delimitação e teorização das categorias e indicadores de análise que fizemos até aqui, podem ser resumidas no seguinte quadro:

Categorias de análise	Indicadores de análise
Contexto sócio-histórico	<ul style="list-style-type: none"> • Ordem política do país e das regiões onde os jornais foram publicados; • Características econômicas nacionais e locais; • Legislação sobre a imprensa; • Nível de organização operária; • Qual a natureza humana, da sociedade e do Estado para os jornalistas-militantes anarquistas?; • Qual relação deve existir entre os indivíduos e o Estado, segundo estes jornalistas-militantes?; • Qual a natureza do conhecimento e da

	verdade para eles?
A instituição jornalística	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores técnicos (rede de colaboradores, maquinário, matéria-prima, periodicidade e tiragem); • Circulação; • Formas de financiamento; • Relações com outras instituições (receptores não-organizados, receptores organizados, anunciantes, outros meios de comunicação, fornecedores de matéria-prima e o Estado).
Os jornalistas-militantes	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetórias de vida; • Constituição e mudanças no grupo envolvido na publicação; • Ideologias, herança cultural e objetivos individuais e do grupo • Nível de engajamento na vida social; • Produção de crítica e valores culturais.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Temas abordados; • Permanência destes temas; • Valores-notícia; • Hierarquização dos conteúdos; • Classificação e tratamento dos conteúdos; • Discurso antiautoritário.

Antes de avançarmos para o método de pesquisa que utilizaremos em nossa pesquisa, cabe ressaltar que ao trabalhar com jornais publicados há quase um século e por grupos marginalizados dentro da sociedade brasileira, sua história, ideias, fatos e dados chegam até nós fragmentados, quando não perdidos, de modo que nos cabe resolver esse quebra-cabeça com os dados que dispomos e que se encontram em diversos locais e acervos, ou nas palavras de Célio Losnak ao descrever as dificuldades do trabalho de historiador da imprensa:

Resta ao historiador alguns vestígios, índices esparsos que ajudam a montar o quadro das relações sociais do texto e do impresso condicionadores da produção jornalística. Esses índices estão fora do jornal, em obras de historiadores e de memorialistas que nos ajudam a entender os acontecimentos citados e supostos, a sociedade representada pelo periódico e os valores e ideias correntes. Nas

páginas impressas estão as marcas dos autores, seus objetos, seus valores e ideais, os assuntos escolhidos, os olhares, as ênfases e focos, os silêncios e as ausências, as lacunas, fragmentos dos interlocutores e do público. Então, vamos às pistas (LOSNAK, 2013, p. 2).

Mas para chegar às pistas, precisamos definir como alcançá-las e tratá-las, que será apresentado na seção seguinte sobre método de pesquisa.

2.6 Método de pesquisa

O domínio das categorias e dos indicadores de análise não bastam para a concretização da pesquisa. Além deles, faz-se necessário o domínio de um método para adentrar no vasto material empírico existente para que possamos extrair deles os dados que nos interessam.

Para nossa pesquisa, optamos pelo método da análise documental, pois, como afirma Sonia Virgínia Moreira (2010, p. 270), tal opção permite o resgate tanto da história dos meios de comunicação, como de seus personagens e períodos se debruçando sobre os mais diversos materiais, como jornais, revistas, catálogos, documentos oficiais, arquivos particulares, entre outros. Tais procedimentos caracterizam-se, segundo Alessandra Pimentel (2001, p. 180), em um verdadeiro garimpo onde os documentos são extraídos de diferentes acervos e recebem um posterior tratamento orientado pelo problema de pesquisa.

Em nosso caso, temos como fontes as edições estudadas dos jornais **A Plebe**, **A Voz do Trabalhador** e **Tribuna do Povo**, os depoimentos e memórias dos militantes e jornalistas que atuaram nesses veículos e documentos de sindicatos, organizações e órgãos oficiais, além de livros e pesquisas que contemplem nosso objeto de estudo. De forma geral, a análise documental compreende três procedimentos: a identificação do material a ser trabalhado, a verificação do mesmo, e, por fim, a apreciação do material, sempre com vistas para a identificação das categorias e indicadores por nós apontados.

Segundo Moreira, “a opção por este tipo de análise indica que o pesquisador possui intuição ou informação suficiente para guiá-lo na consulta a determinadas bases documentais” (MOREIRA, 2010, p. 274). São dessas bases que Pimentel (2001, p. 182-183) se refere na primeira etapa da análise documental, ao falar da aproximação inicial em busca de fontes e documentos para o desenvolvimento da pesquisa. Neste momento é importante estar atento a diversidade de documentos possíveis, que não se limitem aos

jornais e livros publicados, mas também a atas de reuniões, palestras, relatórios, projetos, vídeos, áudios, fotografias, etc.

Após a coleta do material, passa-se a um segundo momento da pesquisa, que se constitui na organização, conferindo o material coletado com vistas à torná-lo inteligível para a pesquisa. Sobre esse momento da análise, Pimentel afirma que:

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio (PIMENTEL, 2001, p. 184).

Assim, poderemos organizar os documentos por nós levantados dentro de um primeiro quadro organizado a partir das categorias de análise elencadas por nós, como contexto sócio-histórico, instituição jornalística, jornalista-militante e conteúdo.

Por fim, a análise documental leva-nos a apreciação do material de forma a identificar nos documentos por nós levantados os indicadores de análise que nos permitam atingir uma compreensão da realidade sobre a qual se constitui o nosso problema de pesquisa.

3. A SEMENTE LIBERTÁRIA

Como inimigos da autoridade e fieis amantes da individualidade, os anarquistas fizeram de sua doutrina um elemento vivo que evolui, modifica-se e surge nas mais diversas formas e expressões ao longo dos últimos 200 anos. Das pequenas comunidades paroquiais independentes, propostas por Godwin na década de 1790, até as ocupações libertárias e sociais que se espalham pelo mundo nas primeiras décadas do século XXI, passando pelas associações de trabalhadores da virada do século XIX e pelos atentados promovidos pelos ilegalistas que assustaram a Europa no raiar do século XX, o anarquismo desenha-se ao longo da história como seus militantes sonham com o futuro: livre de imposições, adaptando-se as necessidades, desejos e ideias de seus partidários.

Essas características tornam o trabalho de recomposição do anarquismo como ideia e movimento ao longo da história uma tarefa árdua e, por necessidade, incompleta para o espaço limitado no qual este capítulo está inserido dentro de um projeto maior. Seria de todo impossível contar aqui toda a história de um movimento que mobilizou só na Espanha, em 1936, um milhão de membros juntos à *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e espalhou-se por todos os continentes, produzindo revoluções sociais e econômicas desde a Manchúria coreana até a Ucrânia, no começo do século XX, e, atualmente, entre os curdos na Síria e na Turquia, assim como despertou a ira de governos tão distintos quando o bolchevique, na Rússia e os liberais governos estadunidenses e brasileiro, desde a Primeira República até os dias atuais.

Neste capítulo vamos abordar a história do movimento e das ideias anarquistas no mundo, com especial atenção para o que diz respeito à nossa pesquisa acerca do jornalismo anarquista brasileiro do início do século XX. Para tanto, organizamos o presente capítulo em cinco seções. A primeira, intitulada **Os pilares da liberdade: as bases do pensamento e ação anarquista**, busca traçar aspectos gerais do movimento anarquista. Em seguida, passamos para três seções dedicadas aos principais nomes do anarquismo nos séculos XIX e XX: **“Sou anarquista”: Proudhon e a origem do anarquismo; O destruidor que constrói: Bakunin e a Internacional;** e, **A cada um de acordo com suas necessidades: Kropotkin e o anarcocomunismo**. As duas últimas seções do capítulo são dedicadas ao anarquismo nos países latinos da Europa, cujos imigrantes vão exercer grande influência no movimento anarquista brasileiro, são

eles: **O anarquismo no sindicato: o anarcossindicalismo na França e na Espanha e O anarquismo na Itália e em Portugal.**

3.1 Os pilares da liberdade: as bases do pensamento e ação anarquista

Talvez, mais difícil que encontrar uma unidade em toda história do anarquismo seja encontrar uma definição do que é anarquismo. No dia a dia, o termo anarquia é mais utilizado para descrever situações em que reinam a bagunça, a desordem e o caos fruto da falta de controle, do que propriamente as ideias de auto-organização, ordem e solidariedade, defendida por libertários como Pierre-Joseph Proudhon, Piotr Kropotkin e os anarcossindicalistas da *Confédération Générale de Travail (CGT)* francesa. Essa dicotomia do sentido da palavra anarquia vem, segundo Costa (1996, p. 12), da própria origem do termo grego *anarchos*, que poderia ser utilizado tanto para a desordem gerada pela falta de um governo, como da falta de necessidade de um governo.

Na história contemporânea, o termo ressurge na França do século XIX. Os primeiros a resgatarem o termo grego são os girondinos, que utilizam em sua conotação negativa contra seus adversários. O uso da palavra anarquia em seu sentido positivo deu-se em 1840, quando o tipógrafo Pierre-Joseph Proudhon toma para si o título de anarquista em uma das célebres passagens de seu livro **O que é a propriedade?:**

Que forma de governo vamos preferir? - Eh! Podeis perguntá-lo, responde, sem dúvida, algum dos meus leitores mais novos; sois republicano. - Republicano sim; mas essa palavra nada precisa. *Res publica*, é a coisa pública; ora quem quer que queira a coisa pública, sob qualquer forma de governo que seja, pode dizer-se republicano, Os reis também são republicanos._ Pois bem! sois democrata? - Não. - Quê! Sereis monárquico? - Não. - Constitucionalista? - Deus me livre. - Sois então aristocrata? - Absolutamente nada. - Quereis um governo misto? - Ainda menos. - Então que sois? - Sou anarquista. - Estou a ouvir-vos: estais a brincar; dizeis isso dirigido ao governo. - De maneira nenhuma: acabais de ouvir a minha profissão de fé séria e maduramente reflectida; se bem que muito amigo da ordem, sou, em toda a acepção do termo, anarquista. Escutai-me (PROUDHON, 1975, 234-235).

Será por meio de outro francês que encontramos um caminho para a compreensão desse sentido positivo do anarquismo. Para Sebastien Faure, o anarquismo se caracteriza pela luta antiautoritária, sendo anarquista todo aquele que contesta e luta contra a autoridade (WOODCOCK, 2007, p. 7). Esta mesma linha de pensamento adotada por Faure também é apresentada por outros estudiosos do anarquismo, como

Caio Tulio Costa (1996, p. 11) e George Woodcock, que explicita seu entendimento sobre anarquismo como

um sistema de filosofia social, visando promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e, principalmente - pois esse é o elemento comum a todas as formas de anarquismo -, a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres (WOODCOCK, 2007, p. 11-12).

Mas o solitário pilar do antiautoritarismo não seria capaz de sustentar toda uma filosofia social de pretensões revolucionárias, principalmente pelo fato lógico de que a oposição fundamental dos anarquistas ao Estado, como destacou Woodcock, não permitiria aos mesmos basear sua luta dentro da estrutura estatal, a qual julgavam como fonte provedora de toda a injustiça.

Neste caminho de ruptura com a estrutura social vigente (tanto a presente no antigo regime monárquico, como nas nascentes propostas republicanas), os anarquistas voltam sua atenção contra outro pilar de sustentação desta estrutura: a propriedade. Configurada – como quase tudo o que é objeto de reflexão libertária – das mais diversas formas, a crítica anarquista à propriedade pode ser compreendida de forma resumida por outra passagem do já citado livro de Proudhon **O que é a propriedade?**, quando o tipógrafo francês responde a pergunta-título afirmando que a propriedade, quando utilizada para a exploração de outros seres humanos, nada mais é que um roubo (PROUDHON, 1975, p. 11).

Em meio a diversidade de concepções sobre a qual o anarquismo emergiu ao longo dos séculos, acompanhamos Nicolas Walter (2009, p. 5) ao não buscarmos uma definição do que seria o anarquismo, mas as bases sobre as quais o anarquismo se estabeleceu ao longo dos anos. A primeira das bases identificadas pelo autor é a econômica, ao posicionar-se contra o monopólio da propriedade; a segunda tem cunho político, colocando-se contra o monopólio da autoridade; a terceira base tem caráter social e afirma a favor da construção de uma sociedade baseada na liberdade, igualdade e fraternidade; por fim, a base individual, que leva o posicionamento antiautoritário para as relações cotidianas.

Além de sua base ideológica, as ações adotadas pelos anarquistas formam um elemento estruturante e central ao longo da sua história. Abandonando a via da ação política, entendida como ação parlamentar, tal como proposto por reformistas e autoritários, os anarquistas defenderam ao longo dos séculos o emprego de meios

sociais e econômicos dos mais variados tipos para alcançar a tão sonhada Revolução Social. Desde a formação de associações de trabalhadores, defendida por Proudhon, Bakunin e muitos outros, até os atentados terroristas e assaltos propagados por individualistas na virada do século XX, passando pela greve geral, boicote e sabotagem, os anarquistas desenvolveram e colocaram em prática o conceito de ação direta.

Tal como outros elementos presentes na teoria anarquista, a ação direta não é uma exclusividade dos libertários, nem mesmo uma criação própria do movimento, mas foi o anarquismo que estendeu as possibilidades práticas da ação direta para além do estopim inicial de revoluções e depositou seus princípios de forma radical no indivíduo. A origem da ação direta, segundo Guimarães (2009, p. 49), está nas revoluções sociais modernas, onde os revoltosos agiam por si mesmos (ação direta) com o intuito de abolir os poderes instituídos. Porém, nesses casos, logo emergia dentro do processo revolucionário a ideia de uma administração por representação que, por suas características intrínsecas da delegação de poder, acabava por dar fim à ação direta.

Para os anarquistas, por sua vez, a ação direta não cabe somente no momento do levante revolucionário, nem acaba depois deste. A ideia de uma iniciativa voluntária, racional e pessoal é um dos pilares de teoria e ação libertária de tal forma que permite à Guimarães afirmar que a ação direta é “o prisma pelo qual se institui o anarquismo e pelo qual o anarquismo se faz como movimento social” (GUIMARÃES, 2009, p. 110). Na prática da ação direta do anarquista não existe coerção, delegação de responsabilidade ou imposição pela maioria, nele, o indivíduo é encarado como um ser livre e capaz de tomar em suas mãos a responsabilidade de seus atos, ficando este livre para agir segundo sua consciência, aderindo ou não à greve ou integrando uma determinada comunidade.

É verdade que a imagem anarquista de revolução assume com frequência a forma de uma revolta espontânea do povo; mas o povo não é visto como uma massa, no sentido marxista, mas como uma coleção de indivíduos soberanos, cada um dos quais deve decidir sozinho se quer ou não agir (WOODCOCK, 2007, p. 34-35).

Outra característica importante da ação direta no anarquismo, em especial entre os anarcocomunistas italianos e outros defensores da propaganda pela ação, é seu viés pedagógico. Diferindo da ideia de uma elite capaz de emancipar o povo, os anarquistas tinham em mente desde Proudhon que só o povo poderia emancipar a si próprio, assim o caminho da ação direta fundamenta-se sobre o mote da pedagogia pelo exemplo e pela

persuasão, que permitiria – seja por meio dos levantes insurgentes do fim do século XIX, da criação das Escolas Modernas, da publicação de jornais ou da construção de espaços comunitários – aos trabalhadores tomarem consciência de sua situação e rebelem-se contra o sistema opressor.

Desta forma, Carlos Augusto Addor afirma que o movimento anarquista sustenta-se sobre duas formas de luta: a econômica e a ideológica. A primeira delas, econômica, surge da proximidade dos anarquistas com a realidade das classes oprimidas (operários e camponeses), caracterizando-se pela luta por melhorias imediatas na condição de vida do trabalhador. Neste ponto, os anarquistas levantam bandeiras também erguidas por reformistas, como melhores salários, redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho e moradia, entretanto, para os libertários, essas lutas não são pensadas de forma isolada de seu projeto social mais amplo. “Ao contrário, ela é parte desse projeto, ela é concebida como uma espécie de exercício, de preparação – conscientização, mobilização, organização – dos explorados para a vitória final da revolução social” (ADDOR, 2009, p. 26).

Apesar de historicamente vir da luta econômica as maiores conquistas dos anarquistas, foi na luta ideológica que o movimento mostrou-se mais rico e criativo. Travando uma batalha contra a moral burguesa e seus valores, contra a autoridade, o Estado, a religião e o clericalismo e seus produtos culturais, os anarquistas produziram e produzem uma vasta obra cultural e uma moral baseada na solidariedade. “Para os anarquistas, o homem deveria viver apenas com recursos suficientes para lhe garantir a satisfação de suas necessidades e, ao mesmo tempo, ter disponibilidade para o cultivo da mente, da sensibilidade, da ciência, para a criação e a fruição da arte” (ADDOR, 2009, p. 26). Nasceram assim inúmeras festas populares, grupos de teatro, obras literárias e musicais, escolas livres e meios de comunicação (jornais e revistas, desde o século XIX, e, atualmente, filmes, documentários, webrádios e sites) que, independente de sua forma, têm como objetivo principal a conscientização e mobilização da classe trabalhadora, formando “um **homem novo**, livre e soberano, através de um discurso didático e objetivo em que a questão social é a temática central e a revolução social, o fim almejado. Em uma palavra, a arte a serviço da revolução” (ADDOR, 2009, p. 26-27, destaque no original).

Esta compreensão geral do anarquismo permite-nos avançar na compreensão mais detalhada como o movimento e as ideias libertárias se materializaram entre intelectuais e trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX.

3.2 “Sou anarquista”: Proudhon e a origem do anarquismo

Apesar de ser o primeiro a se autodeclarar anarquista, o francês Pierre-Joseph Proudhon não pode ostentar mais o título de primeiro anarquista. Os mais diversos estudiosos do anarquismo (COSTA, 1996; NETTLAU, 2008; WALTER, 2009; WOODCOCK, 2007) atribuem hoje este título ao inglês William Godwin, que publicou em 1793 seu **Inquérito sobre a justiça política**³², obra reconhecida somente anos mais tarde por Piotr Kropotkin como portadora de todos os elementos do pensamento libertário. Entretanto, o impacto quase nulo da obra de Godwin no movimento libertário que se desenvolveria com plena força no século seguinte deixa à Proudhon o título de fundador da tradição anarquista.

Após o breve período liberal que precedeu a Revolução Francesa, a Europa viveu cinco décadas até que visse ressurgir, em 1840, a crítica a todas as formas de autoritarismo. Tal voz vinha de um simples tipógrafo da cidade de Besançon, no leste francês, que dominava a arte da escrita – a qual utilizou para atacar a autoridade eclesiástica, estatal, econômica e a proposta por socialistas autoritários como Karl Marx – e possuía uma profunda crença na justiça como algo imanente ao ser humano.

O pensamento social de Proudhon aparece pela primeira vez de forma surpreendente e pouco usual: em um ensaio sobre a celebração do domingo, inscrito para concorrer à um prêmio na Academia de Besançon. Utilizando a base religiosa, o tipógrafo francês coloca Moisés como o fundador da reforma social ao instaurar o dia de guarda e parte para a crítica à propriedade privada ao questionar a tradução do oitavo mandamento – que deveria ser entendido como “Não guardarás nada para ti”, ao invés do tradicional “Não roubarás” – declarando a propriedade como o último dos falsos deuses e atacando os acumuladores de propriedades e exploradores dos proletários.

³² Ao mencionar as obras de autores citados neste capítulo (seja ele um livro ou panfleto) optamos por usar sempre o título em português no caso de obras já traduzidas ou cujo título traduzido seja de uso conhecido e citado em outros livros que abordam o assunto. Nos casos de obras não traduzidas ou que sua versão traduzida não seja de uso corrente, optamos por deixar o título original seguido da tradução entre parênteses.

Porém, foi com **O que é a propriedade?**, publicado em 1840, que Proudhon deu uma forma mais definida às ideias básicas que se desenvolveriam posteriormente nas mais diversas correntes anarquistas. A primeira delas está ligada a questão da propriedade. Desenvolvendo seus argumentos de forma mais complexa ao longo da obra do que na impactante assertiva presente no parágrafo que abre a obra (a propriedade é um roubo), Proudhon diferencia diversos tipos de propriedade, de um lado reconhecendo na propriedade individual uma das bases fundamentais da liberdade e, no outro extremo, reconhecendo no acúmulo de propriedades uma forma de exploração dos seres humanos. Entre esses polos, o anarquista francês ainda diferencia o direito à propriedade do fruto de seu trabalho e dos meios de produção, tal como explica George Woodcock:

O homem que trabalha tem direitos absolutos sobre aquilo que produz, mas não sobre os meios de produção. [...] E isso é assim não só porque as matérias-primas são fornecidas pela natureza, mas devido à herança de instalações e técnicas, que são a verdadeira origem da riqueza humana, e à colaboração, que torna a contribuição de cada indivíduo tão mais efetiva do que seria caso ele trabalhasse sozinho (WOODCOCK, 2007, p. 125).

Outro aspecto central do pensamento de Proudhon é a valorização do indivíduo. Diferente das propostas comunistas e individualistas, Proudhon busca uma síntese entre indivíduo e sociedade. Para o anarquista francês, o indivíduo é o fundamento da sociedade ao mesmo tempo em que esta deve direcionar todos os seus esforços para permitir a plena realização de todos os seus indivíduos. A saída para este equilíbrio será apontada, posteriormente, na livre associação de produtores e no federalismo, que permitiriam uma sociedade descentralizada ao mesmo tempo em que garantiria aos indivíduos todas as possibilidades para seu pleno desenvolvimento. Tais associações propostas por Proudhon não deveriam ter um fim em si, mas atuar como um meio para a libertação dos indivíduos que a ela pertencem, deixando estes livres para fazerem parte ou não dela por meio de contrato.

A ideia de contrato exclui a ideia de governo... Entre as partes contratantes haverá sempre, necessariamente, um interesse pessoal mútuo; um homem barganha para assegurar, ao mesmo tempo, a sua liberdade e o seu lucro. Mas entre o governante e o governado, seja qual for o sistema de representação ou delegação das funções governamentais adotado, há necessariamente uma alienação de parte da liberdade e dos recursos do cidadão (Proudhon apud WOODCOCK, 2007, p. 148).

Esta preocupação de Proudhon com a superação do sistema político, presente em toda sua obra, forma uma das bases do anarquismo: a negação da via política como caminho de ação e transformação social. A crença na livre associação dos produtores e no senso de justiça imanente de cada ser humano levou Proudhon a crer que a queda do Estado e do capital poderia ser concretizada – em alguns séculos – a partir do acordo mútuo entre produtores. Para tanto, o anarquista francês foi incansável na tentativa de fundar o Banco do Povo, que estimularia a troca direta entre produtores, através de cheques de trabalho, e fornecer crédito com taxas de juros mínimas. Fundado em janeiro de 1849, o Banco do Povo de Proudhon somou rapidamente 27 mil membros, porém não chegou a funcionar efetivamente devido a perseguição política da qual seu idealizador era vítima por parte da república francesa.

Mesmo com a presença constante do descrédito com a via política, será somente em seu último livro que Proudhon lança um ataque direto ao sistema político, depositando nas mãos dos trabalhadores a esperança única de sua emancipação fora do regime vigente. Em **Da capacidade política das classes trabalhadoras**, publicado em 1865, Proudhon, que fora eleito para a Assembleia Nacional em 1848 com 77 mil votos, caçado e condenado à prisão no começo do ano seguinte, aponta a necessidade de rompimento dos trabalhadores com qualquer regime ou classe alheio à ela, negando a capacidade de representantes ou candidatos oriundos da classe trabalhadora em promover uma mudança social.

Tanto a proposta de um banco que oferecesse empréstimos com baixo custo aos trabalhadores, como a ideia de emancipação dos operários por suas próprias mãos são os maiores legados práticos que Proudhon deixou ao movimento anarquista francês e mundial nas décadas vindouras. O primeiro foi a ideia propulsora que gerou a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Primeira Internacional ou, simplesmente Internacional, sobre a qual falaremos na próxima sessão. Já as teses apresentadas em **Da capacidade política das classes trabalhadoras**, influenciaram “o desenvolvimento do movimento trabalhista na França e, indiretamente, através do sindicalismo, o desenvolvimento do anarquismo em toda a Europa e nas Américas” (Woodcock, 2007, p. 158). Entretanto, antes de avançarmos sobre os caminhos percorridos pelos herdeiros de Proudhon, devemos destacar outra importante contribuição do anarquista francês.

A experiência de vida em uma região agrária e a pobreza em meio a qual cresceu em Franche-Comté, assim como o contato com os trabalhadores dos centros urbanos de Lyon e Paris, acompanhou Proudhon durante toda sua obra. Por isso, não era de se surpreender que seu ofício original, a tipografia, também não o acompanhasse durante sua luta pela liberdade. Ao lado de sua investida na carreira parlamentar e na criação do Banco do Povo, Proudhon deu início, em 7 de fevereiro de 1848, aquela que seria uma das principais marcas do movimento anarquista mundial: a publicação de periódicos. Com o título *Le Représentant du Peuple* e sob o lema “O que é o produtor? Nada... E o que deveria ser? Tudo!”, Proudhon buscava fornecer as ideias que faltavam, segundo seu ponto de vista, ao momento revolucionário pelo qual a França passava.

Le Représentant du Peuple não foi o primeiro jornal anarquista publicado. Tal distinção cabe, segundo Woodcock (2007, p. 138), ao proudhoniano espanhol Ramón de la Sagra, que publicou *El Porvenir*, na Galícia, em 1845, porém este foi rapidamente fechado pelas autoridades locais, deixando ao periódico de seu mestre a distinção de ser o primeiro jornal anarquista publicado regularmente³³. A opção pelo jornalismo como um meio de ação pode ser apontada na crença que Proudhon depositava no poder da razão e do exemplo para promover a revolução. Longe de defender a ação política, o anarquista francês também não depositava no levante violento o caminho para uma revolução libertária e definitiva – apesar de reconhecer a possibilidade da violência como necessária. Homem da razão, Proudhon acreditava que a organização dos trabalhadores e a conscientização dos mesmos poderia promover uma mudança pacífica na estrutura social “e chega a imaginar que os proprietários poderiam ceder suas propriedades por vontade própria e sem exigir indenização” (WOODCOCK, 2007, p. 130).

Em *Le Représentant du Peuple*, Proudhon utilizou de toda sua habilidade de escrita para tecer críticas e apontar os erros dos revolucionários franceses, assim como indicar quais seriam os verdadeiros objetivos da Revolução. Nas páginas de seu jornal, Proudhon escrevia sobre a necessidade do povo emancipar-se sem a ajuda de governos,

³³ Max Nettlau (2008, p. 62) afirma que o primeiro periódico anarquista foi o *The Peaceful Revolutionist*, publicado em 1833, por Josiah Warren, um ex-colono da comunidade cooperativa New Harmony, nos Estados Unidos. Em sua obra, Nettlau discorre longamente sobre essa corrente do anarquismo que se origina na América do Norte em meados do século XIX, mas devido ao seu pequeno impacto no movimento anarquista europeu e, consequentemente, no Brasil, não o abordamos neste capítulo. Quanto à afirmação de Nettlau sobre o *The Peaceful Revolutionist*, não encontramos outras referências nas obras sobre a história do anarquismo por nós estudada, por isso optamos por destacar, ao lado de Woodcock, a existência de *El Porvenir*, apesar de reconhecer um provável eurocentrismo nessa afirmativa.

criticava o sufrágio universal e alertava dos perigos da instalação da democracia política sem mudanças econômicas. O núcleo do jornal era composto de uma estrutura a qual Woodcock afirma ser a mais duradoura entre anarquistas: “um pequeno grupo funcional dedicado à tarefa específica de propaganda, frequentemente impressa” (WOODCOCK, 2007, p. 138).

A carreira como jornalista de Proudhon foi marcada tanto pelo sucesso como pelas polêmicas. O primeiro jornal anarquista ganhou notoriedade entre os parisienses em pouco tempo, tendo a Condessa d’Agoult, como lembra Woodcock (2007, p. 138), afirmado que era o tipógrafo de Besançon através de seus textos quem agitava a opinião pública com mais intensidade. Usando o jornal como tribuna para defender suas opiniões e o povo que se levantava contra o governo eleito, Proudhon acabou conhecendo aquele que seria o destino de muitos outros jornais anarquistas que viriam depois: a censura e a perseguição política, tendo que suspender a publicação do *Le Représentant du Peuple* no dia 8 de julho de 1848, dois dias depois de publicar um artigo defendendo as barricadas erguidas por operários descontentes com o governo.

O jornal voltaria a circular no fim de agosto daquele ano, após um acalorado debate na assembleia francesa promovido por uma proposta de Proudhon em acabar com a propriedade e transformá-la em posse. Durante a discussão, Proudhon, pela primeira vez, reconheceu a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, tal como deixou transparecer a possibilidade de um levante violento contra a burguesia, caso essa não cedesse. Com seu discurso, Proudhon a um só tempo conquistou a ira da elite francesa e o respeito dos trabalhadores. *Le Représentant du Peuple*, em sua segunda fase, alcançou a marca de 40 mil exemplares – “um número fantástico para a Paris de 1848, que era uma cidade relativamente pequena” (WOODCOCK, 2007, p. 143) –, mas foi rapidamente fechado, dando espaço ao seu sucessor, lançado em novembro do mesmo ano, intitulado somente *Le Peuple*.

O novo jornal de Proudhon teve uma vida ainda menor que seu antecessor. Em janeiro de 1849, dois artigos, um deles assinado pelo então membro da assembleia, acusavam o recém eleito presidente Luís Bonaparte de ser parte da reação. Proudhon foi acusado de atentar contra os poderes constituídos e, com sua imunidade parlamentar cassada por seus pares, foi condenado a três anos de prisão. *Le Peuple* continuou sendo editado por Proudhon, que estava escondido da polícia, até ser reconhecido e preso em junho daquele ano, pouco tempo depois, o jornal foi suspenso e suas instalações

destruídas pelo apoio dado à revolta de junho de 1849 contra Luís Bonaparte pelos amigos do antigo editor que estavam a frente do jornal.

Da prisão, Proudhon lançou seu terceiro jornal, *La Voix du Peuple*, em setembro de 1849, com o apoio de seu amigo (e importante figura na história do anarquismo no século XIX) Alexander Herzen. Com o respeito e admiração ainda maiores por conta de sua prisão, algumas edições com artigos especiais de Proudhon faziam o novo jornal vender de 50 a 60 mil exemplares. Sua trajetória – que duraria até maio de 1850, vitimado por outro mal que assombrou os jornais anarquistas: a falta de recursos – foi novamente marcada por polêmicas, multas e suspensões. Proudhon lançou mão de um quarto jornal, novamente intitulado *Le Peuple*, que teve sua primeira edição apreendida antes de chegar às ruas e chegou ao fim em outubro de 1850, sem recursos para rodar ou pagar uma última multa imposta sob a acusação de incitar à guerra civil.

Proudhon ainda viveria mais 15 anos, não mais se dedicando ao jornalismo, mas mantendo-se ativo na escrita, publicando livros como **Confissões de um revolucionário**, sobre os acontecimentos de 1848, e outros onde aprofundou sua teoria libertária, como **Ideia geral sobre a revolução no século XIX**, *De la justice dans la Révolution et dans l'Église* (Da justiça na revolução e na Igreja) – que lhe causou um novo processo por ofensas à moral pública, a religião e o Estado e o obrigou a fugir para Bélgica –, **A guerra e a paz**, **Do princípio federativo** e o póstumo **Da capacidade política das classes trabalhadoras**, cujas últimas páginas foram ditadas em seu leito de morte.

Mais do que um teórico, Proudhon reuniu em torno de si um grande número de seguidores e inspirou militantes e intelectuais que deram continuidade ao seu trabalho das mais diversas maneiras, seja no desenvolvimento de novas teorias libertárias, seja na organização dos trabalhadores, como aquela que viria a resultar na criação da Internacional.

3.3 O destruidor que constrói: Bakunin e a Internacional

Diferente dos outros grandes nomes do anarquismo mundial – Godwin, Proudhon, Max Stirner, Piotr Kropotkin e Leon Tolstói –, Mikhail Bakunin não é conhecido por seu legado escrito, mas por suas ações que agitaram toda Europa na segunda metade do século XIX e por sua oratória que conquistava adeptos por onde

passava. Mas a história de Bakunin no anarquismo não pode ser contada sem introduzir seu grande palco: a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida simplesmente por Internacional.

A ideia de criar uma organização internacional de trabalhadores não era nova quando a Primeira Internacional foi fundada em Londres, em setembro de 1864, mas o crédito pela iniciativa que deu o primeiro resultado efetivo para tal sonho é atribuída por diversos autores (COSTA, 1996, p. 66; NETTLAU, 2008, p. 141; WOODCOCK, 2006, p. 9) para um grupo de artesões mutualistas proudhonianos que viajaram algumas vezes para a capital inglesa entre 1862 e 1864 e estabeleceram contatos com trade unionistas³⁴ ingleses e outros refugiados europeus. As primeiras duas viagens dos mutualistas tiveram motivos diversos da organização internacional. Na primeira, em 1862, os mutualistas chegaram à capital inglesa em meio a um grupo de artesões franceses enviados com apoio de Napoleão III para a Mostra Internacional de Londres. Durante a estada na capital, os mutualistas estabeleceram os primeiros contatos com os sindicalistas ingleses e um grupo de alemães liderados por Karl Marx. Deste contato inicial surgiu o convite do Conselho de Comércio local para que três dos líderes franceses - Henry Tolain, Charles Limousin e Perrachon – regressarem à Londres, em julho do ano seguinte, para um encontro em prol da causa polonesa, oportunidade na qual foram discutidas as ideias da criação de uma organização internacional dos trabalhadores.

Tal proposta viria a tornar-se realidade em setembro de 1864, quando uma delegação francesa composta por três proudhonianos - Tolain, Limousin e C. Fribourg – e um anarquista de outra corrente – Eugène Varlin – desembarcaram em Londres para uma reunião no St. Martin's Hall com os sindicalistas ingleses e outros refugiados, entre os quais estava novamente Karl Marx. A ideia para a Associação Internacional dos Trabalhadores desenhada pelos mutualistas franceses era muito próxima do Banco do Povo criado por Proudhon quase duas décadas antes: “uma instituição pública, autônoma, incluída em Constituição, uma espécie de banco de crédito popular que instituiria o crédito gratuito concedendo aos produtores (individuais ou em grupo) adiantamentos de capital livre de interesses” (COSTA, 1996, p. 67). Credo na família, na propriedade individual e no trabalhador como bases para uma mudança no sistema

³⁴ *Trade Union* é a versão dos sindicatos originária da Inglaterra no século XIX. Sua organização não pressupõe, necessariamente, uma revolução social, mas busca negociar melhorias nas condições de vida e trabalho de seus associados.

vigente, os mutualistas esperavam, com apoio dos trade unionistas britânicos, que a Internacional tivesse como base os sindicatos operários e não partidos políticos.

Esta opção dos anarquistas pela ação econômica marca a cisão fundamental pela qual a corrente autoritária, na figura de Marx e seus discípulos, e os libertários nunca se conciliariam na Internacional até sua extinção em 1872. A cúpula da associação sediada em Londres manteve-se principalmente na mão de sindicalistas ingleses, Marx e seus seguidores, mas nos congressos os anarquistas franceses e belgas eram maioria, mesmo sem obter uma predominância. Desta forma, aponta Nettlau:

Nos congressos da Internacional, a elaboração das ideias foi das mais lentas, pois não se queria divulgar teorias que teriam podido desagradar uma parte importante da associação. Houve a tendência socialista autoritária do Conselho Geral, atenuada em consideração de seus aderentes ingleses; a tendência dos proudhonianos antioletivistas de Paris, e a mutualista-coletivista de De Paepe, que se beneficiava da simpatia dos suíços de vanguarda (Jura etc.) e, pouco a pouco, daquela de uma parte dos delegados franceses. No que concerne às questões de liberdade e, inclusive, de antinacionalismo, Paris e Bruxelas estavam unidas contra Londres; em relação ao socialismo e ao coletivismo, Bruxelas e Londres estavam unidas contra Paris (NETTLAU, 2008, p. 150).

Foi neste palco criado por anarquistas, sindicalistas e autoritários de esquerda que o russo Mikhail Bakunin obteve seu maior sucesso e pode sair das sombras das barricadas e inúmeras insurreições fracassadas para um local de destaque na história do anarquismo. Diferente de Proudhon, Bakunin nasceu em uma família nobre na província de Tver, na Rússia, filho de um pai liberal e doutor em filosofia. Esses fatores permitiram ao jovem Bakunin uma educação completa, incluindo o aprendizado do francês, inglês, alemão e italiano, e uma carreira militar – abortada ainda na Escola de Artilharia de São Petersburgo usando uma doença falsa como desculpa.

O início da conversão de Bakunin em um revolucionário viria somente após deixar a Rússia rumo à Alemanha, onde conheceu a obra do filósofo hegeliano Arnold Ruge e o socialismo de Fourier e Proudhon. Foi também nessa época que Bakunin escreveu um de seus mais importantes ensaios, **A reação na Alemanha**, apresentando pela primeira vez a paixão pela destruição que marcaria sua vida como revolucionário e libertário ao concluir com a célebre frase: “Confie no eterno espírito que destrói e aniquila apenas porque é a inexplorada e eternamente criativa origem de toda a vida. A ânsia de destruir é também uma ânsia criativa” (Bakunin apud WOODCOCK, 2006, p. 168). Da Alemanha, Bakunin mudou para Paris, onde manteve contato com outros

revolucionários, tais quais Marx, Lelewel, George Sand, Pierre Leroux, Cabet, Lamennais e Proudhon, porém ainda distante do anarquismo, dedicando-se até 1863 a causa pan-eslava e polonesa.

Após uma nova e fracassada incursão pela libertação polonesa, Bakunin deixou Londres em 1863 rumo à Itália já desacreditado na causa pan-eslava. Instalado em Florença e com recomendações de Giuseppe Garibaldi, Bakunin torna-se centro de um movimento revolucionário, fundando sua primeira organização secreta com vistas ao internacionalismo. Essa primeira organização bakuninista daria forma a mais bem sucedida organização criada por Bakunin, a Confraria Internacional, fundada em Nápoles, em 1866, e que, segundo Woodcock (2006, p. 179), dariam origem ao movimento anarquista.

Outro grande passo de Bakunin foi a fundação da **Aliança Internacional da Democracia Social**, em 1868, que aprofundou as visões anarquistas do grupo liderado pelo militante russo, apresentando uma descentralização em grupos autônomos reunidos nacionalmente em um escritório internacional. A **Aliança**, que tinha como propostas centrais a extinção de governos nacionais e sua substituição por associações livres, visando a igualdade política, econômica e social, teve papel central na expansão do anarquismo pela Europa, com seções na Itália, França, Espanha e Portugal, além da Comissão Central, sediada em Genebra e foi dissolvida em 1869, para que suas seções pudessem integrar a Internacional.

Além do impacto de suas organizações, dentro da **Internacional**, Bakunin construiu sua imagem nos confrontos com a corrente autoritária da associação. Apesar da clássica divisão entre a ação política ou econômica e a manutenção ou não do Estado, a cisão entre a corrente bakuninista e autoritária veio de uma das proposições básicas da extinta **Aliança**: a herança. Bakunin defendia com veemência a extinção do direito à herança, enquanto Marx, por meio de seus porta-vozes, propunha o aumento de impostos sobre a herança, ao lado da socialização dos meios de produção. Bakunin obteve uma vitória numérica, mas como as abstenções contavam como votos contrários, sua proposta não entrou no programa da Internacional. A partir desse momento, aqueles dois líderes que lutavam, cada um à sua maneira, pela emancipação dos oprimidos disputaram de modo frenético o controle da **Internacional**, em uma briga que ia além do controle puro e simples da organização, mas era fundada em profundas diferenças ideológicas.

Marx era autoritário; Bakunin, liberal. Marx era centralista; Bakunin, federalista. Marx defendia a participação política dos operários e planejava conquistar o Estado; Bakunin se opunha à ação política e buscava destruir o Estado. Marx defendia o que agora chamamos de nacionalização dos meios de produção; Bakunin, o controle exercido pelo operariado. Na verdade, o conflito se concentrava - como tem ocorrido desde então entre anarquistas e marxistas - na questão do período de transição entre a ordem social vigente e futura. Os marxistas prestavam uma homenagem ao ideal anarquista ao concordarem que o objetivo principal do socialismo e do comunismo deve ser a extinção do Estado, mas afirmavam que durante o período de transição o Estado deveria ser mantido sob a forma de uma ditadura do proletariado. Bakunin, que tinha abandonado as ideias de uma ditadura revolucionária, exigia a extinção do Estado tão logo isso fosse possível, mesmo correndo o risco de um caos temporário, que considerava menos perigoso do que os males dos quais nenhuma forma de governo conseguiria evitar (WOODCOCK, 2006, p. 191).

Essas diferenças foram levadas a cabo durante os anos finais da **Internacional**. Após a não realização do congresso da Internacional de 1870, o Conselho Geral convocou uma conferência especial em Londres no ano seguinte, excluindo os bakuninistas do Jura devido sua separação da Federação Romana. Na conferência, da qual também se ausentaram os italianos, foi aprovada uma série de resoluções contra Bakunin e seus discípulos. Contra estas resoluções, foi realizada no Jura uma conferência organizada pelos bakuninistas exigindo uma nova plenária da Internacional, o fim do centralismo da **Internacional** e a sua constituição como federação livre, proposta que obteve apoio dos italianos, espanhóis e belgas.

O Conselho Geral organizou prontamente o congresso, propondo sua realização na cidade de Haia, nos Países Baixos, o que dificultou a participação dos delegados latinos e de Bakunin. Mesmo assim, Marx não teve vida fácil, com oposição de bakuninistas espanhóis e suíços, além de libertários holandeses e belgas e sindicalistas ingleses. Ao fim do congresso, Marx conseguiu vitórias contra as propostas dos anarquistas, a expulsão de Bakunin e James Guillaume e na ideia de levar o Conselho Geral de Londres para a Nova Iorque, onde a **Internacional** encontraria seu melancólico fim anos depois.

Com a expulsão da **Internacional**, Bakunin voltou para a Itália e diminuiu sua participação no movimento anarquista internacional, que começava a andar sobre os ombros de novos líderes, até falecer em Berna, em 1876, sem antes tomar parte de uma nova tentativa fracassada de um levante em Bolonha, dois anos antes.

Apesar de não deixar obras célebres como presentes para as futuras gerações de anarquistas, o legado de Bakunin não pode ser desconsiderado dentro da história do anarquismo por suas ideias e ações. Os métodos de organização anarquista propostos por Bakunin, seja através da organização secreta ou da ideia de uma elite que lideraria o proletariado à revolução, formaram a base da ação anarquista, não só na Europa, mas também na América Latina, para onde migrou junto de seus mais variados discípulos. Sua proposta coletivista também manteve-se viva entre os anarquistas até o desenvolvimento de uma nova corrente que superaria a questão da retribuição pelo trabalho: o anarcocomunismo.

3.4 A cada um de acordo com suas necessidades: Kropotkin e o anarcocomunismo

O fim do século XIX marcou negativamente a história do anarquismo mundial. Em especial na França, mas também entre alguns italianos e espanhóis, o individualismo anarquista ganhou força e emergiu na forma de uma série de atos de terrorismo, assaltos e assassinatos de políticos e burgueses. Apesar dessas ações, praticadas principalmente por indivíduos isolados ou por pequenos grupos adeptos de uma corrente menor do anarquismo, terem durado pouco mais de 20 anos – entre as décadas de 1890 e começo da década de 1910 –, seu impacto reforçou no senso comum aquele conceito antigo do anarquismo como sinônimo de caos e violência. Foi somente com a calma e serena figura de um príncipe russo que o anarquismo conseguiu recuperar um pouco sua imagem de um movimento sério que lutava por uma sociedade justa e igualitária.

Nascido dentro da aristocracia russa, Piotr Kropotkin tinha tudo para seguir uma vida cômoda ao lado do czar – à quem chegou a servir enquanto aluno do Corpo de Pajens, uma exclusiva escola militar do império. Mas em 1862, aos 22 anos, quando deixou a escola, suas ideias e paixão pela ciência já não permitiam seguir carreira militar, muito menos próxima à corte. Kropotkin optou por servir na isolada e inexplorada Sibéria, onde poderia aplicar suas ideias e desenvolver suas habilidades como cientista. Nesta época, Kropotkin ainda estava longe de ser o anarquista conhecido mundialmente, mas ao investigar, a pedido do governador, o sistema penal da Sibéria, o jovem aristocrata russo pode conhecer de perto os horrores do governo

autocrático, ao mesmo tempo em que se impressionava com o processo de colonização cooperativista realizados por grupos de camponeses na região.

Comecei a apreciar a diferença que existe entre a ação baseada no princípio do comando e da disciplina e a ação baseada no princípio do entendimento mútuo... E, embora não tivesse formulado naquele momento minhas observações em termos de lutas partidárias, posso dizer agora que perdi na Sibéria qualquer crença que pudesse ter tido na disciplina do Estado, que eu tanto havia respeitado. Eu estava preparado para tornar-me um anarquista (Kropotkin apud WOODCOCK, 2007, p. 214)

Porém, antes de dedicar-se à causa libertária, Kropotkin optou por seguir uma prestigiada carreira como cientista, explorando o leste russo e norte da Manchúria, onde encontraria fundamentos que utilizaria anos depois para aproximar as ideias libertárias de bases científicas. Também foi das explorações no vasto território da Sibéria que Kropotkin ganhou respeito como geógrafo, ao desenvolver importantes teorias sobre as cadeias montanhosas e platôs da região, sobre a Era Glacial e as migrações que elas provocaram na Ásia.

A Sibéria, terra de exílio de muitos militantes políticos russos, também promoveu os primeiros contatos de Kropotkin com o pensamento anarquista, através do poeta Mikhailov, que lhe apresentou o livro **O sistema das contradições econômicas, ou filosofia da miséria**, de Proudhon. Em 1866, após uma nova desilusão com o exército russo, Kropotkin pediu baixa e mudou-se para São Petersburgo, onde ingressou na universidade sem a ajuda do dinheiro da família. Foi somente cinco anos mais tarde que a necessidade de lutar pelo fim das desigualdades fez com que o aristocrata russo abandonasse pela segunda vez uma carreira promissora – desta vez na Sociedade Geográfica Russa – e rumasse para Zurique, cidade onde reuniam-se expatriados russos que lutavam ao lado de Bakunin ou de seu rival Piotr Lavrov.

Apesar da filiação do irmão Alexander à Lavrov, Kropotkin aproximou-se dos discípulos de Bakunin que por fim lhe indicaram o caminho da região do Jura. Em meio a um dos principais polos do bakuninismo, Kropotkin conhece James Guillaume e Adhemar Schwitzguébel, que pouco depois seriam alvos, ao lado de Bakunin, da perseguição de Marx aos anarquistas da Internacional, e convive uma semana entre os relojoeiros e operários montanheses que discutiam fervorosamente o anarquismo. Sob influência de Guillaume, Kropotkin retorna à Rússia para ser um propagandista local das ideias libertárias e torna-se membro do Círculo Chaikovsky, como único anarquista

em meio a uma maioria de constitucionalistas. Nesse período, o jovem anarquista russo escreve seu primeiro ensaio libertário, no qual, sob o título **Devemos ocupar nosso tempo a examinar os ideais de uma sociedade futura?**, professava ideias ainda próximas de Proudhon e Bakunin. Após ser preso em 1874, foge para a Suíça dois anos depois, reaproximando-se dos círculos anarquistas jurassianos e escrevendo para o boletim da Federação do Jura e para outros jornais anarquistas.

A mudança das ideias proudhonianas-bakuninistas para seu próprio pensamento da sociedade anarquista acontece durante o período no qual Kropotkin muda-se pela primeira vez para Inglaterra, e estende a perspectiva clássica do anarquismo como um meio de transformação social para uma filosofia moral.

Aos poucos, comecei a perceber que o anarquismo é muito mais do que um simples método de ação, do que a mera concepção de uma sociedade livre; que ele é parte de uma filosofia natural e social, que deve ser desenvolvida, não utilizando os métodos metafísicos e dialéticos que têm sido empregados pelas ciências que estudam os homens, mas os métodos empregados pelas ciências naturais... sobre a base sólida da indução aplicada às instituições humanas (Kropotkin apud WOODCOCK, 2007, p. 222).

Com o anarquismo arrefecido entre os jurassianos, incluindo Guillaume e os relojoeiros que outrora o haviam encantado, Kropotkin encontra em Genebra um centro libertário em ebulição e passa a colaborar com o francês Paul Brousse no jornal *L'Avant Garde*. Com o jornal fechado pelas autoridades suíças em 1878 e Paul Brousse preso, Kropotkin lança *Le Révolté*, “que se tornaria o mais influente dos jornais anarquistas desde o desaparecimento do *Le Peuple*, de Proudhon, em 1850” (WOODCOCK, 2007, p. 223). Neste tempo, talvez sob influência dos anarquistas italianos que já pregavam a propaganda pela ação, o russo dedica-se a encontrar meios práticos de concretizar as teorias anarquistas.

A busca por campos onde pudessem exercer atividades práticas dominou seu trabalho para *Le Révolté*, que ele pretendia fosse “moderado no tom, mas revolucionário no conteúdo”, e no qual se propôs a discutir de maneira simples as questões históricas e econômicas que, em sua opinião, deveriam interessar os trabalhadores mais inteligentes. Escrevia num estilo jornalístico vigoroso, com clareza, mas sem adotar um tom condescendente, e a vitalidade do *Le Révolté*, comparada com os tediosos jornais até agora publicados pelos anarquistas, fez com que se tornasse rapidamente popular entre os operários com ideias radicais, não apenas na Suíça, mas no sul da França, onde ajudou a estimular o renascimento do anarquismo, que

havia definhado desde o fracasso da revolta de Bakunin em Lyon, em 1870 (WOODCOCK, 2007, p. 224).

A importância do período de Kropotkin como jornalista pode ser medido através de dois de seus mais famosos livros. **Palavras de um revoltado** e **A conquista do pão** são compilações de diversos artigos publicados em *Le Révolté* e em seu sucessor *La Révolté* e até hoje servem como propaganda entre movimentos anarquistas em todo o mundo. Os livros produzidos mais no fim de sua vida – **Ajuda mútua: um fator evolutivo, Campos, fábricas e oficinas** e **Ética** – surgiram com o objetivo de fundamentar cientificamente aquelas propostas e teses já apresentadas nos artigos publicados nos jornais.

Segundo Kropotkin, a revolução era um fato concreto que viria dentro em breve, por isso, em seus artigos, deixava claro a necessidade da organização operária como um elemento que deixaria o proletariado preparado para quando a revolução chegasse. Como já mencionamos anteriormente, essa sociedade para qual o proletariado deveria encaminhar a revolução não era a mesma desenhada por Proudhon ou Bakunin. Em sua teoria libertária, Kropotkin retoma a ideia já usada por outros clássicos libertários da comuna como uma associação voluntária de indivíduos que, articulados com outras comunas, formariam uma rede de cooperação que superaria o Estado. Mas talvez a maior diferença entre o pensamento kropotkiniano dos famosos anarquistas que o precederam era o funcionamento econômico interno da comuna.

Rompendo com a perspectiva socialista e de retribuição pelo trabalho exercido – marca do mutualismo proudhoniano e do coletivismo bakuninistas – Kropotkin adota o comunismo como modelo da sociedade anarquista, representado pela máxima “de cada um de acordo com suas capacidades; a cada um de acordo com suas necessidades”.

O anarcocomunismo não é uma criação original de Kropotkin. A ideia de uma sociedade comunista remete a muitos anos antes do surgimento do anarquismo, quando no século XVI, Thomas More propôs uma sociedade organizada sob um rígido sistema governamental na qual tudo o que era produzido seria distribuído livremente. Tais ideias encontram novos caminhos na utopia de Gerrard Winstanley, no século XVII, e nos falanstérios de Fourier, assim como encontraram em Proudhon um forte adversário, que via no comunismo a aniquilação do indivíduo.

Já o encontro das ideias antiautoritárias dos anarquistas com as propostas comunistas tem uma origem difusa na França entre a década de 1840 e 1850. Segundo Nettlau (2008, p. 101), os primeiros comunistas libertários foram os membros de um

grupo reunido entorno do jornal *L'Humanitaire, organe de la Science sociale*, dirigido por G. Charavay, que publicou dois números em Paris, entre julho e agosto de 1841. Por sua vez, Woodcock (2007, p. 228) aponta no panfleto *Aux Travailleurs Manuels Partisans de l'Action Politique* (Aos trabalhadores manuais partidários da ação política), escrito pelo artesão genebrês e futuro parceiro de Kropotkin François Dumartheray, publicado em 1876, como o primeiro a ligar o anarquismo ao comunismo. Nettlau (2009, p. 181) também comenta o panfleto de Dumartheray como sendo a primeira vez onde as ideias do anarcocomunismo eram apresentadas de forma impressa.

Basicamente, o anarcocomunismo radicalizava a ideia já presente em Proudhon de que a herança da humanidade é coletiva. Se o anarquista francês pregava que toda a humanidade contribuía para o desenvolvimento da técnica e da infraestrutura, por isso ninguém poderia ter propriedade sobre ela, os anarcocomunistas afirmavam que essa contribuição coletiva estava presente na produção de todas as coisas, portanto era impossível avaliar a contribuição individual na produção. Desta premissa, parte a consequência necessária da extinção da desigualdade e da propriedade, que deveria ser substituída por um sistema de cooperação voluntária.

De modo geral, parecia certo consenso entre os anarcocomunistas mais moderados e os coletivistas a necessidade de um período coletivista de transição, tal como desenhado por Guillaume, até que fosse atingida a abundância necessária para a etapa comunista.

O coletivismo e o comunismo, assim como entendiam respectivamente Guillaume e Malatesta, apresentavam-se com a maior alcance de vista: O progresso rumo ao comunismo, ou sua realização completa lá onde a abundância o permitir, e regulamentações coletivistas de diferentes naturezas lá onde a abundância ainda não existe, com o objetivo de cria-la (NETTLAU, 2009, p. 185).

Antes de avançarmos, é preciso discutir um ponto problemático dentro de qualquer proposição anarquista, mas central no anarcocomunismo: a questão do indivíduo preguiçoso. Na perspectiva de uma sociedade futura de Kropotkin, o preguiçoso de certa forma não existiria, pois a liberdade, o ambiente agradável e a realização pessoal em contribuir com seu próprio trabalho para a sociedade, superaria o desinteresse e a falta de vontade presente entre operários na sociedade capitalista. De qualquer forma, afirma Kropotkin, a sociedade teria o direito de pressionar moralmente quem se recusasse a contribuir com seu trabalho.

Essa pressão moral, que também pode ser expressa em uma exclusão social, torna-se uma pedra no sapato de quem busca caminhar rumo ao paraíso anarquista. Ao passo que o pensamento libertário é irrigado de um profundo senso de igualdade e solidariedade que supera barreiras de gênero, raça, nacionalidade e até mesmo de classe – tendo em vista a valorização do que Marx chamava de lupemproletariado e até mesmo na fé que muitos anarquistas depositam em uma revolução pouco violenta contra a burguesia –, o anarquismo também aparece facilmente carregado de um moralismo puritano e que pode carregar uma força que nega a liberdade do indivíduo.

Depois de um período na prisão, vítima de uma grande perseguição aos anarquistas na França no ano de 1882, Kropotkin mudou para Londres em 1886 onde dedicou-se sobremaneira ao trabalho teórico, deixando de lado a vida de militância ativa à qual tinha se dedicado nos últimos 25 anos. Seu enterro em Moscou, em 1921, foi acompanhado de uma procissão de mais de cinco quilômetros e ficou marcado como a última grande demonstração anarquista na Rússia, uma vez que os antigos companheiros de Kropotkin já vinham há muito sofrendo a perseguição do regime bolchevique.

3.5 O anarquismo no sindicato: o anarcossindicalismo na França e na Espanha

O congresso anarquista realizado em Amsterdã entre os dias 24 e 31 de agosto de 1907 foi, possivelmente, o melhor retrato do que o movimento anarquista tinha se transformado no começo do século XX, assim como determinou o caminho tomado pelo movimento libertário nos próximos anos. Apesar de ser convocado por holandeses e belgas, o epicentro do movimento anarquista estava localizado nos países latinos, que não só reuniam o maior número de militantes, como também desenvolviam as duas correntes que se chocariam no congresso. De um lado, os italianos, representado na figura do histórico Errico Malatesta, parceiro de Bakunin e Kropotkin, militavam pelo anarcocomunismo, enquanto os franceses entravam em campo com a força desenvolvida pela *Confédération Générale de Travail* (CGT) e o sindicalismo defendido por Pierre Monatte³⁵, que já tinha conquistado adeptos na Espanha, Itália, América Latina e, em menor medida, na Alemanha, Holanda e Suécia.

³⁵ Apesar de sua importante presença no Congresso de Amsterdã e sua conseqüente influência no movimento anarquista, Monatte não era um anarquista, mas um sindicalista, que dividia espaço com

Para Monatte, o sindicato era o elemento básico que organizava o operariado para a luta contra o sistema capitalista, assim como serviria de base para a nova estrutura social. Malatesta, por sua vez, não desprezava o sindicato, mas o via como um dos meios para organizar os trabalhadores, já que este poderia excluir outras parcelas da população. Essas diferenças nas perspectivas anarcossindicalista e anarcocomunistas marcaram não só o Congresso de 1907, como todo o movimento anarquista posterior, desaguando inclusive no Brasil, onde João Crispim e Neno Vasco travaram um acirrado debate em torno da questão em artigos publicados no jornal **A Voz do Trabalhador** (VASCO; CRISPIM, 2013).

Ao fim do congresso, a corrente anarcossindicalista saiu vitoriosa, tomando a frente do movimento anarquista na França, com a **CGT**, na Espanha, com a **Confederación Nacional del Trabajo (CNT)**, na América Latina em inúmeros sindicatos e organizações operárias e nos países nórdicos com a **Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)**. O anarcossindicalismo também foi responsável pela quarta fase do internacionalismo anarquista apontado por Woodcock (2007)³⁶ e levando o mundo a conhecer a primeira grande experiência anarquista, durante o levante anarquista em Barcelona, após o golpe de Estado proclamado pelo general Francisco Franco, na Espanha, em 1936.

Para Woodcock, o sucesso do anarcossindicalismo no mundo explica-se por sua raiz sindicalista, que permite aos anarquistas estabelecerem uma conexão direta com os trabalhadores e atuarem de maneira mais efetiva na luta destes por melhorias na vida cotidiana. Também é do sindicalismo que o anarcossindicalismo recebe uma estrutura estável e, até certo ponto, mais centralizada do que as organizações anarquistas puristas.

O anarquista purista - seja um intelectual, um ativista direto ou um profeta secular - é um individualista que trabalha com outros

anarcossindicalistas e outros revolucionários à frente da **CGT** naqueles anos iniciais do século XX. Mais adiante abordaremos as diferenças existente entre o sindicalismo e o anarcossindicalismo.

³⁶ Woodcock (2006, p. 8) divide o movimento anarquista internacionalista em cinco fases. A primeira fase é marcada pela criação da **Associação Internacional dos Trabalhadores – Primeira Internacional** –, da qual falamos na sessão sobre Bakunin, e vai até a expulsão dos bakuninistas no Congresso de Haia, em 1872. De 1872 até 1889, uma segunda fase do internacionalismo é marcada pela tentativa de criar uma Internacional Anarquista através de uma série de congressos fracassados. No terceiro período, entre 1889 a 1896, os anarquistas buscam se estabelecer dentro da **Segunda Internacional**, fundada por autoritários. Após sua expulsão da **Segunda Internacional**, em 1896, os anarquistas se voltam para criar uma outra organização internacional puramente anarquista, cujo epicentro é o congresso de 1907. Essa quarta fase se encerra com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e abre espaço para o último período, marcadamente anarcossindicalista, que vai de 1919 até 1939, cujos ápices foram a fundação da **Associação Internacional dos Trabalhadores (International Workingmen's Association)** e a Revolução Espanhola (1936-1939).

individualistas. O militante sindicalista - mesmo quando denomina a si próprio um anarcossindicalista - é um organizador que trabalha com as massas. A seu próprio modo, ele desenvolve uma concepção organizacional, e isto o torna mais capaz de bem executar planos elaborados e de conduzir uma associação complexa trabalhando durante um longo período (WOODCOCK, 2006, p. 44).

O berço do anarcossindicalismo pode ser colocado na França e sua data de nascimento na década de 1890, quando alguns anarquistas franceses começaram a entrar nos sindicatos que se formavam depois da nova legislação de 1884, que permitia associações trabalhistas. Neste período, o anarquismo na França já estava dividido entre a corrente individualista e os comunistas, que tinham adquirido uma certa aversão a grandes organizações depois dos seguidos fracassos internacionais e, por isso, dedicavam-se principalmente a tarefa da propaganda libertária em pequenos grupos isolados.

A ideia do sindicalismo tinha nascido na Inglaterra, na década de 1830, sob influência de Robert Owen e tomado forma com a criação do *Grand National Consolidated Trade Unions*, que “não apenas definiu a urgência da necessidade dos trabalhadores por melhores condições dentro do capitalismo, como também vislumbrou a fundação de uma sociedade socializada por meio de um movimento divorciado da atividade política” (WOODCOCK, 2006, p. 93), preconizando a ideia de greve geral.

Segundo a perspectiva anarcossindicalista e sindicalista revolucionária, a sociedade contemporânea se divide em um grupo de trabalhadores produtivos e outro de parasitas - entre os quais estava o capitalista - que sugariam o trabalho realizado pelos produtores. Nesta sociedade dividida, o sindicato atuaria reestabelecendo o elo natural entre os trabalhadores e os colocaria em confronto com seus inimigos, através de medidas de ação direta, como a sabotagem, o boicote e a greve.

Apesar de nascido e desenvolvido na França, o anarcossindicalismo encontrou na Espanha seu ápice, tendo a correlata espanhola da **CGT**, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), somando 1 milhão de militantes ativos em 1936. A CNT nasceu de um congresso de sindicatos autônomos realizado na Sevilha, em outubro de 1910, faltando apenas a presença dos sindicatos filiados a socialista **União Geral dos Trabalhadores** (UGT).

Em sua fundação, a CNT teve uma grande influência do modelo francês desenvolvido pela **CGT**, mas, desde o início, o completo domínio dos anarquistas sobre o sindicato fez que ambas tomassem caminhos diferentes. Valendo-se da característica

regionalista dos espanhóis e do ideal anarquista de comunidade como unidade básica da sociedade, a **CNT** buscou fundar suas bases sobre sindicatos únicos locais, ligados ao sindicato nacional. A origem fortemente anarquista também fez com que a **CNT** diferisse da sua irmã francesa em sua estrutura burocrática, composta quase que exclusivamente por trabalhadores escolhidos por seus pares, mantendo um único funcionário assalariado. “Isto foi possível porque a **CNT** nunca adotou a função de sociedade beneficente como os sindicatos comuns, e sequer manteve fundos de greve: a solidariedade espontânea entre os trabalhadores era encarada como proteção suficiente” (WOODCOCK, p. 2007, p. 120).

O ideal revolucionário presente no anarcossindicalismo da **CNT** e a viva alma de revolta do povo Espanhol, como mostrou em diversas ocasiões, levantando-se contra monarcas e exploradores, fez com que a **CNT** não só ganhasse adeptos, como também fosse alvo constante da perseguição oficial, sendo fechada já em 1912. Os ideais e a organização proposta pela **CNT** conseguiram avançar mesmo nos períodos na clandestinidade e no sucesso da Revolução Russa (que de modo geral, provocou uma debanda das fileiras anarquistas rumo ao marxismo), espalhando-se principalmente nas comunidades rurais e nas regiões da Catalunha, Andaluzia, Levante e Galícia, atingindo 700 mil membros em seu congresso de 1919.

A partir deste ano, com o início da ditadura de Primo de Rivera, a **CNT** dá início a uma série de conflitos violentos com organizações patronais e do Estado na Catalunha e, em especial, na cidade de Barcelona, que formaram dentro da organização duas correntes, uma a favor e outra contrária ao emprego de meios violentos. Esses atos ligados à **CNT** e que marcaram sua história até a Revolução Espanhola devem ser vistos “no contexto da tradição geral de violência política existente na Espanha desde as guerras napoleônicas” (WOODCOCK, 2006, p. 123), e não como algo inerente ao movimento anarquista ou anarcossindicalista. Esse período de intensos confrontos vai até 1924, quando, por ordem do ditador, a **CNT** é dissolvida, seus jornais e sindicatos locais são proibidos e diversos militantes são presos.

A história da **CNT** ressurgiu pouco após a intervenção de Rivera que, ao lado da **Federação Anarquista Ibérica (FAI)**, fundada por uma ala radical da então clandestina organização, em 1928, atua contra a ditadura até sua queda, em 1930. Com a Segunda República espanhola, a **CNT** retornou à legalidade fortalecida e sobre influência

dos militantes da **FAI**, mantendo a mesma política de enfrentamento e de revolucionária, que levou a uma nova onda de repressão.

Avançar na história da **CNT** durante a Revolução Espanhola seria alongar demais um assunto bastante amplo e de pouco interesse para nosso objetivo. Por fim, cabe destacar, também pensando em nosso objetivo de compreender o jornalismo anarquista no Brasil, é que mesmo com a força que o anarquismo tomou na Espanha através do anarcossindicalismo, os ideais e o movimento libertário estavam presentes na Espanha desde seu surgimento com Proudhon, apesar da pouca perspectiva antiestatista desta época, e, principalmente, com a influência de Bakunin no período da Internacional e, posteriormente, com o anarcocomunismo de Kropotkin. Independente da vertente anarquista à qual aderissem, os anarquistas espanhóis sempre se mostraram fieis militantes e fortes propagandistas, além de atuarem continuamente na organização de um movimento, seja ele restrito a propagandistas militantes, ou a grandes organizações operárias, fatores que nos ajudam a compreender uma das raízes do movimento anarquista no Brasil.

3.6 O anarquismo na Itália e em Portugal

O anarquismo no Brasil constituiu-se pela influência do pensamento, discussões e ações que militantes como Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus e Malatesta vinham desenvolvendo na Europa desde meados do século XIX. Mas o sonho de uma sociedade livre e igualitária defendido por essas figuras históricas não poderiam atravessar o Atlântico sem que viessem junto das esperanças de um futuro melhor dos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos que desembarcavam nos portos brasileiros entre o século XIX e início do século XX. Desta forma, compreender a formação do anarquismo nesses países é peça central para compreender de que forma ele chegou e se desenvolveu neste lado do oceano. Como já traçamos um breve histórico do anarquismo na Espanha na sessão anterior, dedicamos as próximas páginas para apresentar como se deu o anarquismo na Itália e em Portugal.

Cenário de grandes lutas por sua unificação, a Itália viveu no século XIX um período de grande ebulição revolucionária, marcada nas figuras de dois Giuseppe: Garibaldi e Mazzini. Ao passo que o caminho de ambos líderes se aproximaram e se distanciaram ao longo do processo de unificação da Itália, Garibaldi e Mazzini também

se encontraram, em um momento ou outro, colocados diretamente do lado oposto ao anarquismo. Nomes de destaque no ideal nacionalista que florescia na Europa no fim do século XIX, tanto Garibaldi como Mazzini estão no pano de fundo que motivou Proudhon escrever **Do princípio federativo**, em 1863, mas foi por causa de seu contato com Bakunin, que os líderes italianos estiveram mais próximos do movimento anarquista.

O nome de Garibaldi e Bakunin se entrelaçam principalmente na **Liga pela Paz e Liberdade**. Enquanto o italiano era uma das referências do congresso, chegando a ser eleito presidente de honra da liga, a direção da mesma era atribuída ao russo Mikhail Bakunin, representante de uma delegação italiana. Antes disto, em 1864, o russo tinha sido bem recebido em Florença graças também à uma carta de referência dada por Garibaldi. Já a história de Mazzini e os anarquistas se desenvolve de maneira prolongada e mais direta. Tendo em vista a influência de Bakunin na Itália, Marx já sonhava em utilizar seu futuro rival para enfraquecer o republicano italiano. Apesar da recusa de Bakunin em apoiar as ideias autoritárias da Internacional, a análise de Marx estava correta quanto à capacidade do russo em enfraquecer o movimento mazzinista, porém, ao contrário do que almejava o alemão, foram as fileiras do anarquismo que se beneficiaram da perda de espaço de Mazzini.

Foi com a **Irmandade Florentina** e, posteriormente, com a **Confraria Internacional**, fundada em Nápoles pouco depois, que Bakunin reúne pela primeira vez os ideais anarquistas com as lições de organização e sociedades secretas que tinha aprendido durante seus anos pan-eslavistas. Esse trabalho organizativo do anarquista russo, aliado ao clima receptivo a ideias revolucionárias que ainda ferviam na recém unificada Itália, fez com que o anarquismo se espalhasse rapidamente no centro do país e, em seguida, para a Campanha e Sicília, consolidando um influente movimento já no fim da década de 1860. Foi também ao lado de Fanelli, Alberto Tucci e Friscia que Bakunin deixou a **Liga pela Paz e Liberdade**, em 1868, fundando em seguida sua mais importante organização: a **Aliança Internacional da Social Democracia**. Em seu Comitê Nacional italiano, a **Aliança** contava, além da participação ativa de seus fundadores, um núcleo com a presença do advogado napolitano Cario Gambuzzi, do calabês Raffaele Mileti e do florentino Giuseppe Manzolli.

Em novembro de 1869, após a dissolução da **Aliança** por ordem da Internacional, a agora seção napolitana da **Internacional**, sob a liderança de Gambuzzi,

lança seu primeiro jornal, *L'Eguaglianza*. Editado pelo ex-padre Michelangelo Statuti, o jornal circula por apenas três meses, quando foi proibido pela polícia. A perseguição policial à organização não impediu seu crescimento, chegando a somar quatro mil membros já no início de 1870, após a bem sucedida intervenção em uma greve na indústria do couro (WOODCOCK, 2006, p. 153).

O movimento que os anarquistas italianos tomaram a partir de seu congresso de 1872 marcou não só o rompimento com qualquer corrente autoritária, seja ela marxista ou republicana, mas também deu espaço para o fortalecimento das práticas bakuninistas que desembocariam na luta insurrecional. Em março de 1873, um congresso em Bolonha tinha reunido 53 delegados, representando 150 seções, até que a polícia invadiu o local do encontro e levou presos Cafiero, Malatesta e Andrea Costa, delegado da região da Romanha, que já tinha ganho destaque no movimento anarquista no ano anterior. Mesmo com importantes nomes presos, o congresso seguiu e foi votado o início da propaganda entre os camponeses, fato que marcaria o movimento anarquista italiano a partir de então.

Atingindo a marca de 30 mil membros na **Internacional**, a luta insurrecional avançava entre os anarquistas italianos e, através da criação do secreto Comitê Italiano para a Revolução Social, foi organizado uma tentativa de levante na Bolonha, que envolveria Bakunin e outros quatro mil militantes da região. O levante de Bolonha, que serviria de estopim para outros levantes, foi um fracasso e levou à prisão revoltosos não só na cidade, mas também daqueles que se preparavam para pegar em armas em outras localidades.

A **Internacional** só se reconstruiria na Itália dois anos depois dos levantes, após um julgamento que não só libertou os acusados, como também atraiu a atenção para a causa anarquista. Mas nesse momento, o anarquismo italiano já se afastava da influência de Bakunin para se aproximar do anarcocomunismo, o que não impediu um novo levante em 1877, na região montanhosa de Benevento, sob a liderança de Malatesta. Com um sucesso pouco maior que seu predecessor de 1874, o levante de Benevento durou alguns dias e acabou com o grupo de revoltosos presos e uma nova onda de repressão na Itália.

A partir de então, a Itália conheceu uma onda de atos de violência individual e repressão à **Internacional**, entrecortada por um conflito nos tribunais, devido ao descontentamento com o governo real de Savóia que favorecia os anarquistas. A

perseguição oficial finalmente conseguia dar fim à Internacional na Itália em 1878, com diversos líderes presos ou expatriados. O movimento anarquista italiano manteve-se vivo nos anos seguintes sobre os ombros de pequenos grupos isolados que desapareciam e mudavam de quadros tão rápido como seus membros conseguiam imigrar em busca de condições de vida melhores em outros países, levando consigo o ideal libertário para outros cantos mundo.

O que distinguiu os anarquistas italianos dos anarquistas de outros países era o fato de que, ao emigrar, eles se transformavam em missionários de suas ideias. Homens e mulheres como Malatesta, Merlino, Pietro Góri, Camillo Berneri e sua filha Marie Louise Berneri exerceram uma influência constante sobre o pensamento e a atividade anarquista internacional até a metade do nosso século. Em todo o Levante, os primeiros grupos anarquistas foram italianos, enquanto na América Latina e nos Estados Unidos os imigrantes italianos desempenharam um importante papel na difusão de ideias anarquistas durante a década de 1890, tendo publicado mais "jornais expatriados" do que todos os outros grupos nacionais colocados na mesma situação (WOODCOCK, 2006, p. 168).

Assim como na Itália e na Espanha, a chegada do anarquismo em Portugal está ligada à Bakunin. Esta intervenção bakuninista não se deu através da presença pessoal do anarquista russo, como aconteceu na Itália, nem por meio de um enviado especial, como ocorreu na Espanha, mas foi em uma reunião clandestina realizada em um barco à remo no meio do Tejo, em uma noite do mês de julho de 1871, que o movimento anarquista português teve início.

Também como nos outros dois países latinos, as obras e a influência de Proudhon já circulavam em Portugal antes da reunião do Tejo, mas elas tinham se desenvolvido em um caminho muito próximo do que acontecera na vizinha Espanha, prevalecendo o caráter federativo do pensamento proudhoniano, em detrimento do libertário. Enquanto isso, as associações de trabalhadores formavam-se em Portugal desde o fim da década de 1830 com um caráter de associações de proteção econômica e socorro mútuo, muito mais próximas aos movimentos democráticos radicais. Essas associações só vieram a sofrer mudanças em seu posicionamento político com os reflexos da Comuna de Paris, de 1848, passando a favorecer a instrução do operariado e sua radicalização política. O impacto da Comuna em Portugal também produziu o

primeiro jornal abertamente socialista. Publicado a partir de janeiro de 1850, **Echos dos Operários** divulgava ideias de Charles Fourier e Proudhon, além de atuar na fundação da Associação dos Operários, em junho daquele ano.

A Associação dos Operários teve vida breve, sendo encerrada devido a uma revolta militar no ano seguinte a sua fundação, mas serviu para preparar o terreno para a criação, em 1852, do Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas. Foi dentro do Centro Promotor que, vinte anos após sua fundação, os ideais socialistas propagados pelos anarquistas espanhóis no barco em meio ao Tejo começaram a ganhar forma e se aproximar dos trabalhadores portugueses.

Mais que na retórica, a aproximação dos trabalhadores ao socialismo, em sua versão mais radical, operaria no meio social uma importante transformação. Discutido a partir de demandas suscitadas pelos operários, a teoria socialista ganharia forma. O esqueleto longamente edificado por escritores, professores e jornalistas, a partir do qual eram feitas as críticas de caráter moral ao liberalismo, ganharia finalmente sangue e carne na aproximação com as associações de classe. Ao que tudo indica, foi com a entrada em cena dos proletários que o socialismo em Portugal, efetivamente, ganharia a virulência que o iria caracterizar nas décadas subsequentes (SAMIS, 2006, p. 36-37).

Em meio a disputa entre republicanos e monarquistas, o Partido Socialista português nunca conseguiu se firmar entre os operários nas décadas finais do século XIX. Segundo Oliveira (1990, p. 66-67), o fracasso do Partido Socialista em meio aos operários portugueses deu-se principalmente pelo elevado índice de analfabetismo entre as classes trabalhadoras – que giravam em torno de 75% nas décadas de 1880 e 1890 – e o distanciamento que os jogos políticos dos partidos monarquistas tinham criado entre o sistema eleitoral e os operários.

Vale notar que se para Oliveira, que adota princípios teóricos marxistas para analisar a organização operária de Portugal, essa rejeição à plataforma eleitoral e ao Partido Socialista são mostras de uma fase primária do movimento operário português, na voz dos pesquisadores anarquistas, essas mesmas características do proletariado lusitano são indicadores de um sólido caminho libertário. Um desses autores é o historiador Edgar Rodrigues, que inicia sua **História do Movimento Anarquista em Portugal** (2010) buscando fundar as raízes libertárias nas características comunitárias do povo português, bem como nas associações de ajuda mútua, que apareceram a partir da década de 1830.

Em um levantamento provisório que vai até a virada do século XX, Rodrigues (2010, p. 4) detectou a existência de 12 grupos anarquistas em Lisboa, quatro no Porto, dois em Coimbra e outros dois em outras localidades portuguesas, além de diversas organizações editoriais que publicavam e traduziam brochuras. Outras editoras comerciais também publicaram livros de pensadores anarquistas, permitindo um avanço das ideias e conceitos de anarquistas estrangeiros como Bakunin, Kropotkin, Cafiero, Malatesta, Augustin Hamon, Pietro Gori, James Guillaume, Jean Grave, entre outros.

Ao mesmo tempo em que vivenciava uma expansão de suas fileiras, o movimento anarquista português teve que enfrentar, assim como os anarquistas de quase todos os países da Europa naquele fim de século, a repressão estatal, sob a forma da chamada Lei Celerada. No caso de Portugal, o estopim da repressão foi o apedrejamento em Alcântara da carruagem real por um transeunte chamado Luís de Matos, em 26 de janeiro de 1896, e uma bomba colocada na casa do médico que atendeu Matos, dez dias depois. Tal lei chegava só para oficializar uma onda de repressão contra anarquistas que vinha desde o fim da década de 1880, época na qual os libertários portugueses seguiram o exemplo de seus confrades franceses e italianos com uma série de ataques contra autoridades e capitalistas locais. Desta forma, o atraso de mais de uma década da criação da lei, em fevereiro de 1896, permite à Samis (2006) postular não só que ela surgia como uma precaução ao crescimento do movimento anarquista em Portugal, mas também visava socialistas e republicanos.

Com a chegada do século XX também ganha espaço em Portugal o sindicalismo revolucionário, com o surgimento do periódico **A Greve**. Mesmo com uma vida curta, o jornal é responsável pela difusão dos “princípios do sindicalismo revolucionário da ação direta, a exercer-se nas unidades de produção, por um afrontamento direto com o capital, através da ação conjugada de todos os explorados sem distinções ideológicas” (OLIVEIRA, 1990, p. 74) e formar um grupo de intelectuais revolucionários dedicados em difundir os ideais nascidos em meio a **CGT** francesa.

Com a revolução de 1910, o **Partido Socialista** assume uma posição ambígua com relação à república, enquanto anarquistas e sindicalistas, por meio de seus jornais, afirmam categoricamente que o novo regime vinha para defender os interesses da burguesia urbana. No **Congresso Sindicalista** de maio de 1911, com representantes de organismos que congregavam 36 mil indivíduos, o sindicalismo revolucionário sai vitorioso e lançam as bases para a organização operária por indústria e região e

defendendo a greve como método de emancipação da classe operária. Neste período até 1914, quando funda-se a **União Operária Nacional (UON)**, os operários portugueses rompem em definitivo com o governo republicano, iniciando movimentos contrários aos decretos contra greves, lei do inquilinato, por aumento de salários e contra a carestia de vida, formando também cerca de uma centena de sindicatos e a **Federação Rural**, resultado do **Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais**, em 1912.

Como resposta à crescente organização dos trabalhadores, o governo republicano aumenta a repressão contra eles, em especial a partir de 1913, fechando pela segunda vez a Casa Sindical, apreendendo em diversas ocasiões o jornal **O sindicalista**, suspendendo o jornal anarquista **A Terra Livre** e expulsando seu editor Pinto Quartim para o Brasil, além de centenas de militantes anarquistas e sindicalistas presos.

A particularidade do desenvolvimento do movimento anarquista português, profundamente ligado ao movimento operário e suas lutas cotidianas, traz algumas características que marcam profundamente o anarcossindicalismo e também o sindicalismo revolucionário, tal qual veremos no Brasil, onde acima da luta por uma atuação vanguardista de anarquistas puros, os militantes libertários atuavam contra a opressão do sistema capitalista onde ele afetava diretamente o trabalhador: nas fábricas e nas oficinas.

4. A VIDA OPERÁRIA E O MOVIMENTO ANARQUISTA NO BRASIL (DAS ORIGENS AOS ANOS 1920)

Assim como nos países europeus, onde o anarquismo se constituiu como um movimento de massas entre os séculos XIX e XX, o anarquismo no Brasil não se configura como expressão de uma minoria intelectual. Apesar das divergências sobre a possível hegemonia ou não do ideal libertário entre os operários da Primeira República, foram as propostas e métodos colocados pelos anarquistas que tiveram a capacidade de mobilizar os trabalhadores brasileiros até o início da década de 1920, tornando difícil a busca por uma diferenciação entre a história do movimento operário e do movimento anarquista até esta data. Desta forma, para estudar o movimento anarquista no Brasil faz-se necessário compreender também a história do movimento operário e da industrialização no país. Objetivo que desenvolvemos ao longo deste capítulo.

Para a melhor compreensão do movimento anarquista e da vida operária no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, dividimos o presente capítulo em três seções: **O nascer operário, O Brasil industrial e a formação da classe operária e O movimento anarquista no Brasil**. A primeira seção – **O nascer operário** – é dedicada à uma breve apresentação das origens do operariado no Brasil, desde a implementação da indústria no país, em meados do século XIX, até a proclamação da República, em 1889.

O nascer da última do século XIX marca no Brasil não somente a instalação de um novo regime político, mas também é um ponto de virada na história da indústria e do operariado nacional, com o forte desenvolvimento do setor a partir de 1885 e a abolição do regime escravocrata, em 1888, que não só impediu o desenvolvimento da indústria, como dificultou a formação do proletariado enquanto classe.

É, portanto, na Primeira República que o Brasil vive um processo efetivo de industrialização e, conseqüentemente, a constituição de uma classe operária que irá tomar consciência enquanto tal, dando início ao movimento operário. Para compreender esse período de ápice do movimento operário – o qual também abarca o período de nossa pesquisa – dedicamos a segunda seção deste capítulo, intitulado **O Brasil industrial e a formação da classe operária**.

Tendo em vista o papel central do movimento anarquista da Primeira República em nossos estudos, concluímos o presente capítulo com uma terceira seção: **O**

movimento anarquista no Brasil. Apesar da difícil distinção entre movimento operário e movimento anarquista neste período, buscamos destacar nesse momento alguns fatos e especificidades do pensamento e ação libertária nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil.

4.1 O nascer operário

Durante o período no qual o território brasileiro viveu sob o regime colonial, a produção industrial, entendida em um sentido amplo, esteve limitada a produção artesanal de artigos como charque e outros gêneros alimentícios, fumo de corda, anil, extração de sal, azeite de baleia para iluminação pública, móveis, construção civil, além da produção naval, de ferro e tecido que tiveram um maior destaque. Preso a sua estrutura e função colonial, a produção brasileira neste período esteve atrelada a sua função básica de fornecer gêneros tropicais ao comércio europeu, seja na exportação direta, ou para amparar o sistema econômico colonial.

Esta realidade apresenta as primeiras mudanças com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que levou a liberação da industrialização no território brasileiro e a adoção de medidas de incentivo ao desenvolvimento da indústria local. Apesar de permitirem o surgimento de uma pequena atividade fabril, estas medidas adotadas por Dom João VI no início do século XIX não promoveram um processo efetivo de instalação e expansão industrial até a última década daquele século.

Segundo Hardman e Leonardi (1991, p. 29), além do predomínio do latifúndio rural, baixo índice de urbanização e um sistema de transporte deficiente, o regime escravocrata afetava de diversas maneiras o desenvolvimento industrial, uma vez que tolhia o desenvolvimento da técnica. Este fator também impunha limites a dois outros componentes básicos que permitiriam o desenvolvimento de uma indústria no território brasileiro: o primeiro diz respeito ao mercado consumidor, que era pequeno em uma sociedade com pouco mais de três milhões de habitantes, dos quais um terço estavam escravizados no início do século XIX, fator que se agravava com os poucos centros populacionais separados em um vasto território; por fim, o regime escravocrata também impedia o surgimento de um mercado de trabalho, isto é, de um amplo contingente de trabalhadores assalariados que em sua relação com os empresários permitiriam o desenvolvimento das relações capitalistas.

Mesmo convivendo com um setor industrial marcado por empreendimentos de pequeno porte e existência efêmera ao longo de quase todo o século XIX, foi na década de 1840 que se estabeleceram no país as primeiras fábricas modernas, que utilizavam maquinário importado e operários livres. Com uma atividade ainda incipiente, o setor industrial no Brasil Império tinha no ramo têxtil seu principal polo produtivo. Neste período, a Bahia concentrava a maior parte da produção industrial até ser superada pelo Rio de Janeiro na década de 1860. Segundo Hardman e Leonardi (1991, p. 33), em 1866, ano da 2^a. Exposição Nacional, existiam apenas nove fábricas de tecidos no Brasil, que se somaram a outros 36 estabelecimentos do ramo nos dezesseis anos seguintes. Destas 45 fábricas de tecido em funcionamento no Brasil em 1882, doze estavam na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais.

Ainda nas décadas finais do Brasil Império, a indústria nacional viveu seu primeiro momento de expansão após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com o superávit oriundo da produção de café, os fazendeiros paulistas acumularam capital que foi investido no setor industrial e na malha ferroviária, que estimulou o comércio e ampliou os mercados. Esses fatores foram combinados com a expansão demográfica brasileira que se desenvolvia desde a década de 1850, com o aumento do fluxo de imigrantes europeus que contribuíram para a formação da mão-de-obra e o desenvolvimento urbano.

A partir de 1885 apareceram indústrias em número cada vez maior. Apesar da precariedade dos dados fornecidos por Roberto Simonsen (assinada por F. Iglésias), afirma o autor que, entre 1880 e 1884, foram aqui fundados 150 estabelecimentos industriais; de 1885 a 1889 esse número sobe para 248, totalizando, no ano da proclamação da República, 638 estabelecimentos no país todo. Eram aí empregados 54.169 trabalhadores. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 41)

Além de constituir uma parcela minoritária do proletariado nacional, o trabalhador industrial no período imperial não vivia uma realidade muito diferente dos trabalhadores escravizados, com os quais, muitas vezes, dividiam o mesmo local de trabalho. Até meados do século XIX, muitas indústrias instaladas no Brasil combinavam mão-de-obra escravizada e livre em suas linhas de produção, sendo que estes ficavam, normalmente, com o trabalho mais especializado.

As condições de vida e de trabalho dos primeiros proletários não eram melhores do que as de muitos escravos que com eles produziam nas mesmas fábricas, vivendo em alojamentos idênticos. Os primeiros

operários trabalhavam treze, quatorze e até quinze horas por dia, não tendo direito ao descanso semanal remunerado aos domingos, nem direito a férias, anualmente (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 95).

Até 1888, o proletariado nacional era recrutado majoritariamente entre a população pobre da cidade ou mesmo entre camponeses e artesãos vitimados pela concorrência com os produtos industrializados. Ao lado desse operariado formado por homens adultos, com a expansão do setor industrial têxtil na década de 1840, ampliou-se a contratação de mulheres e crianças vindas de orfanatos e instituições de caridade, que recebiam salários ainda menores que o dos homens adultos. Ao proletariado nacional somavam-se também o operariado especializado vindo da Inglaterra com contratos de três a cinco anos. Eram mecânicos, mestres de fiação e tecelagem, maquinistas, entre outros profissionais que puderam ser substituídos por trabalhadores brasileiros capacitados a partir da década de 1890.

Nesse período de formação da indústria nacional, o nível de vida do proletário no Brasil era inferior ao dos demais trabalhadores livres. A baixa qualidade de vida combinada com os altos níveis de exploração e completa ausência de direitos geraram, em um primeiro momento, a explosões de violência contra patrões e contramestres. Com a proibição dos sindicatos na Constituição de 1824, essas reações isoladas e violentas contra o sistema de exploração capitalista começaram a dar lugar a uma estrutura mais organizada já na década de 1830, por meio das associações mutualistas. Hardman e Leonardi afirmam que “o objetivo era sobreviver, o que se tentava fazer organizando o socorro mútuo em caso de doença e de acidentes, ou a ajuda pecuniária nos anos de velhice, em caso de enterro de parente próximo etc” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 100).

Organizada sob a influência do pensamento de Proudhon, as associações mutualistas predominam na organização operária até o fim do Império, mas já na década de 1870 começam a sofrer a concorrência de outra forma organizativa, desta vez inspirada nos ensinamentos de Bakunin, as ligas de resistência. As ligas de resistência não tinham mais como objetivo a sobrevivência do trabalhador, mas organizá-los para o confronto contra o patronato, utilizando como principal instrumento de luta a greve.

Estas associações de resistência, que viriam a se proliferar após a proclamação da República, traziam objetivos em comum, mas uma diversidade de nomes: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união ou sindicato, como é o caso da **Associação Tipográfica da Bahia** e a **Companhia de Operários Livres União e**

Indústria, ambas de Salvador, e a **Liga Operária do Rio de Janeiro**, todas fundadas na década de 1870. Em 1881, os mestres da construção civil se reúnem e fundam a **Liga Operária Bahiana**. Em um período de mudança e consolidação, também era comum a combinação entre as práticas associativas (organização de socorro mútuo e de resistência em uma mesma liga) ou a passagem de uma para a outra, como ocorreu com a Liga Operária do Rio de Janeiro, fundada em 1871 como liga de resistência e que assumiu um caráter mutualista sete anos depois.

Junto com as primeiras organizações operárias, ocorreram no Brasil as primeiras greves operárias. A primeira delas teve lugar no Rio de Janeiro, quando os tipógrafos dos **Jornal do Comércio**, **Correio Mercantil** e **Diário do Rio de Janeiro** se recusaram a produzir os jornais no dia 9 de janeiro de 1858. Nesta época, os trabalhadores gráficos trabalhavam quinze horas por dia sob a fraca iluminação a gás – que prejudicava a vista de quem enfrentava a jornada noturna – e estavam há três anos sem reajuste salarial. Com a recusa por parte dos patrões em conceder o aumento pedido pelos trabalhadores em dezembro de 1857, o Rio de Janeiro acordou no dia 9 de janeiro sem que um jornal fosse publicado na capital federal. Somente no segundo dia de greve que o carioca teve em mãos o **Jornal dos Tipógrafos**, o único a circular na capital federal durante a greve. Ao todo, a greve envolveu 80 operários, que não tiveram suas reivindicações atendidas.

A paralização dos tipógrafos do Rio de Janeiro não foi a primeira greve no Brasil, que tinha vivenciado greves de colonos (1856), paralização de escravizados (1791) e outros movimentos grevistas de categorias de trabalhadores não-industriais, mas a greve dos tipógrafos marcou o início da luta proletária organizada, que seguiu com greves entre os ferroviários do Rio de Janeiro, em 1863, e os estivadores de Santos, em 1877.

A fundação do **Jornal dos Tipógrafos** durante o movimento paredista de janeiro de 1858 também marcou o início de uma onda de publicações operárias por todo o Brasil. Ainda sob o regime imperial, vê-se publicado o **Echo dos Artistas** (Rio de Janeiro, 1861), **Revista Tipográfica** (Rio de Janeiro, 1864), **O Tipógrafo** (Fortaleza, 1865), **O Operário** (São Paulo, 1869), **A Locomotiva** (Recife, 1872), **Gazeta dos Operários** (Rio de Janeiro, 1875) e **O Proletário** (Rio de Janeiro, 1878). Ao comentar sobre esses primeiros jornais operários, Hardman e Leonardi afirmam que “eram pequenos jornais, de tiragem reduzida e de vida geralmente efêmera. Porém, não se

pode negligenciar o papel desempenhado por essa imprensa operária no processo de formação do proletariado como classe” (HARDMAN, LEONARDI, 1991, p. 103).

Apesar dessas iniciativas isoladas, o movimento operário no Brasil encontrava-se em uma fase embrionária e frágil. Entretanto, essas experiências organizativas – mutualistas ou ligas de resistência –, de greve e a publicação dos primeiros jornais foram passos fundamentais que permitiram o surgimento de um forte movimento operário na Primeira República.

4.2 O Brasil industrial e a formação da classe operária

A implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, trouxe mudanças e permanências tanto para a classe trabalhadora como para a burguesia nacional. Como afirmamos anteriormente, desde os anos finais do império, o Brasil vivia um momento de expansão do setor industrial que se prolongou até os primeiros anos da república, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo que fomentou a economia paulista ocorreu de maneira distinta daquela vivida durante o desenvolvimento econômico da cultura açucareira no Nordeste. Como apontam Hardman e Leonardi (1991), enquanto a elite açucareira deixou de investir em infraestrutura, os cafeicultores paulistas conseguiram impedir a separação entre a fase produtiva e comercial do café, investindo em bancos, estradas de ferro, comercialização nos portos, companhias de seguro e nas primeiras fábricas.

Esse processo de desenvolvimento paulista irá marcar a burguesia nacional em um duplo sentido. O primeiro é que ela permitirá a formação inicial de uma classe burguesa. Porém, esta nova classe surge dependente do capital britânico e estadunidense, um fator que se agrava com a consolidação do regime dos grandes impérios capitalistas, subordinando a economia nacional ao mercado controlado pelos países imperialistas.

Neste momento, o investimento na indústria nacional ocorre por três vias. Além do investimento oriundo do capital cafeeiro, nasciam indústrias frutos de empréstimos realizados junto a importadores estrangeiros, que se associavam aos projetos, e pelas mãos de imigrantes ricos – seja em seu país de origem, ou que conseguiam enriquecer aqui. Porém, com a grande massa financeira vinda do café, a indústria nacional constituiu-se na produção de bens não duráveis. Como demonstram Hardman e

Leonardi (1991, p. 51), em 1919, 30,7% do valor bruto da produção tinha sua origem na indústria alimentícia; seguido por 29,3% da indústria têxtil e 6,3% da produção de bebidas e de cigarros. A indústria metalúrgica e mecânica somavam 4,7% e a química apenas 2%. A exceção desse ciclo de produção voltado para os bens de consumo eram algumas máquinas utilizadas no beneficiamento do café e umas poucas ferramentas e equipamentos.

O papel do capital cafeeiro não só serviu para expandir a indústria nacional, como redesenhou o mapa industrial no raiar do século XX. Se no início da industrialização no Brasil, o capital deste setor se encontrava na Bahia e no Rio de Janeiro, os primeiros anos do século XX serviram para colocar São Paulo na liderança. Em 1889, o Rio de Janeiro detinha 57% do capital industrial, uma taxa que se inverteu nas décadas seguintes, com São Paulo passando a concentrar a maior parte da indústria nacional. Em valores brutos da produção industrial, em 1919, São Paulo detinha 31,5% da produção nacional, seguido por 28,2% do Rio de Janeiro e Distrito Federal, 11,1% do Rio Grande do Sul, 6,8% de Pernambuco.

Ao longo desse processo de desenvolvimento industrial, a burguesia também formava-se enquanto uma classe. Assim como ocorreu com o proletariado, de início a burguesia nacional não possuía um projeto político próprio, como explicam Hardman e Leonardi:

Compunham-na empresários capitalistas que aqui tinham o centro de seus negócios e o grosso de seu capital; capital este que aqui tinha se originado, com o café ou com o comércio, em sua maior parte pelo menos. Fossem brasileiros natos ou imigrantes, enquanto capitalistas que aqui investiam, formavam eles, em seu conjunto, uma fração de classe com interesses próprios e diferenciados dos interesses das burguesias europeias e norte-americanas (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 53).

A burguesia nacional forma-se em um jogo de interesses onde os cafeicultores, os imigrantes empresários, a aristocracia agrária e os interesses dos impérios estrangeiros se movimentam em lances de consonância e divergência. Se, de um lado, os cafeicultores e empresários tinham uma origem diversa da aristocracia agrária, ambos convergiam sobre uma estrutura social escravocrata e senhorial construída ao longo de toda a história do Brasil. De outro lado, esses grupos nacionais (cafeicultores, empresários e a aristocracia agrária) estavam unidos à burguesia britânica, principalmente por meio do aporte financeiro vindo do exterior.

Esse processo de formação da burguesia no Brasil tem características distintas da burguesia europeia. Se nos países-berço da revolução burguesa, essa nova classe formou-se dentro do sistema feudal até tomar o poder, no Brasil, a burguesia se constitui sob a égide de um mundo imperialista. Essa subordinação da burguesia nacional à estrangeira dava a ela um caráter de classe oprimida. Neste processo, a burguesia nacional se vê também confrontada pelo proletariado também em formação.

Antes de avançarmos para o estudo do proletariado no Brasil na Primeira República, devemos compreender um outro elemento fundamental nessa relação entre a burguesia e o proletariado nacional: o Estado.

Como aponta Carlos Augusto Addor (2009, p. 16-17), nos cinco primeiros anos de república, o Brasil vivenciou um momento turbulento de definição de seu projeto estatal. Neste período, os governos militares inspiram-se no positivismo e no jacobinismo florianista para incorporar de forma tutelar os trabalhadores urbanos, formando um Estado autoritário e centralizador. Mas tal projeto era contrário aos interesses da elite agroexportadora paulista, que visava uma república federativa e liberal, que daria autonomia administrativa, assim como uma gestão de recursos financeiros, sistema fiscal e tributário descentralizado. Sem base social, o projeto dos militares e positivistas é derrotado pela política do café com leite, vitoriosa já na Constituição de 1891 e que ganha dimensão prática a partir do governo Campos Sales (1898-1902). Dentro deste regime, o Estado brasileiro se ergue sobre duas raízes, a liberal (e antissocialista) e oligárquica (coronista e antidemocrática).

Neste contexto liberal, o Estado não busca regulamentar o mercado de trabalho. “Os indivíduos, patrões e operários, todos livres e proprietários (mesmo que apenas de sua força de trabalho), devem negociar direta e livremente, sem mediações, as condições de trabalho. O mercado de trabalho, como o mercado em geral, deve se autorregular” (ADDOR, 2009, p. 17). Isto reflete na ausência de uma legislação trabalhista na Primeira República, que viabilizou o desenvolvimento de um capitalismo selvagem, isto é, violento, superexplorador e não-regulamentado, que implicou em jornadas de trabalho de cerca de 12 horas por dia e, em casos extremos, de até 15 ou 16 horas. Outros problemas enfrentados pelos operários fruto da completa desregulamentação das relações de trabalho eram as multas, descontos, demissões não-justificadas, ausência de férias ou descanso semanal e indenização por acidente de trabalho. Ainda estavam presentes no cotidiano do trabalhador industrial casos de

espancamentos, condições insalubres e abusos de meninas e mulheres pelos superiores. Esses problemas afetavam de maneira distinta cada categoria, como destaca Addor:

É claro que havia diferenças setoriais. Trabalhadores vinculados a atividades estratégicas para o bom funcionamento do núcleo dominante da economia (a agroexportação cafeeira), como ferroviários e portuários, tinham maior poder de barganha e conquistavam melhores condições de trabalho, inclusive jornadas menos extensas; processo semelhante ocorria com trabalhadores de setores onde era mais difícil a reposição imediata da mão-de-obra em virtude da necessidade de uma prévia qualificação (como a construção civil). Não era esse o caso da indústria têxtil – paradigma da produção fabril, da indústria na Primeira República – na qual o trabalho não exigia nenhum tipo de qualificação (sendo portanto mais fácil a reposição da mão-de-obra) e na qual, por essa razão, os salários eram mais baixos e as jornadas mais extensas. Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, esse era o setor que concentrava o maior contingente de mulheres e crianças trabalhando (ADDOR, 2009, p. 18).

Esse cenário que se desenhava nos primeiros anos da república não mudaria ao longo das primeiras décadas do século XX. Mesmo com algumas leis que regulamentavam condições sanitárias e de trabalho (em especial sobre o trabalho infantil), a ordem privada da burguesia reinava no espaço fabril, fazendo da legislação letra morta ao cruzar dos portões das fábricas.

O poder policial era outra ferramenta estatal importante no confronto entre a burguesia e a classe operária, sendo que aquela recorria com frequência aos poderes oficiais para manter a ordem burguesa sob qualquer ameaça dos trabalhadores. Apesar de sempre presente, a repressão do Estado ao movimento operário deu-se de forma distinta nas diferentes localidades. Cristina Hebling Campos aponta com clareza essas diferenças da ação estatal ao falar do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em relação ao movimento operário é visível uma postura diferente do Estado frente à classe operária. É difícil precisar esta diversidade. Com certeza não se trata de políticas definidas, explícitas e abrangentes; o que sobressai é que em São Paulo existia um certo padrão de confronto mais direto e que será mantido no decorrer da conjuntura (em especial depois da greve de julho de 1917). As atividades do Estado frente às greves e outras manifestações operárias são muito mais neste sentido, sem mediações. No Rio de Janeiro foi frequente a existência de uma preocupação relativa a utilização de estratégias sutis de dominação. Embora a repressão também fosse constante, a prática de negociações foi muito utilizada (CAMPOS, 1988, p. 26).

Se em São Paulo a estrutura policial era marcada pela proximidade com os industriais e repressão violenta, com sequestros de pessoas para serem enviadas a frentes de trabalho no interior do estado, espancamentos, invasões de moradias e abusos no cárcere, a polícia carioca sentia os efeitos de um “[...] estado talvez mais sofisticado, que esboçava práticas de cooptação das camadas populares” (CAMPOS, 1988, p. 30), o que fazia com que a repressão carioca assumisse uma forma mais civilizada. O judiciário se somava a esse rol de práticas arbitrárias, sendo responsáveis por processos de expulsão ou execução de planos conspiratórios com a polícia para envolver os militantes operários.

Hardman e Leonardi definem bem esse cenário nacional no qual a burguesia se consolida e toma conta do aparato estatal para fazer do operariado instrumento de produção de mais-valia: “a autocracia do capital e do sistema de máquinas ganhava contornos extremamente primitivos e bárbaros, próprios de uma burguesia como a nossa, filha legítima do agrarismo escravagista, súdita menor da expansão imperialista dos monopólios” (1991, p. 136).

Apesar do amplo controle dos meios de opressão, seja por meio do Estado ou dos meios de produção, a burguesia teve que enfrentar as pressões de um operariado ainda mais organizado e consciente de sua situação de explorado ao longo das primeiras décadas da Primeira República. Ainda nos anos do império, o Brasil assistiu a formação das primeiras categorias de proletários, como os ferroviários, trabalhadores da construção civil, estivadores e portuários, trabalhadores da indústria têxtil e os gráficos, que como apontamos na seção anterior já se organizavam e lutavam por direitos e melhores condições de vida já no século XIX. Mas foi no início do século XX que o movimento operário ganhou força e consistência capaz de abalar a hegemonia da elite econômica brasileira.

Seja no Brasil ou na Europa, o trabalhador da grande indústria, em especial a têxtil, se tornou símbolo do proletariado nascente. Porém, é preciso compreender que o conceito de proletário vai muito além desse trabalhador têxtil. Como trabalhadores livres assalariados, o proletário pode ser encontrado tanto na cidade como no campo, tanto na grande indústria como na pequena oficina, sendo sua característica comum serem todos despossuídos dos meios de produção, fato que os obriga a venderem sua mão-de-obra para a produção de riquezas para aqueles que detêm os meios.

Em meio a essa diversidade de despossuídos dos meios de produção, o operariado no Brasil vai buscar formar-se enquanto classe em meio a cultura escravocrata de uma sociedade marcadamente rural e da diversidade cultural dos imigrantes europeus vindos principalmente da Itália, Espanha e Portugal, para trabalhar no campo ou na cidade. Segundo Carlos Augusto Addor (2009, p. 13-15), a formação da classe operária brasileira se caracteriza por três aspectos fundamentais:

- Formada no interior de uma sociedade cuja economia é baseada no setor agroexportador, o proletariado fabril, e de maneira geral, o urbano, será uma minoria frente à grande massa populacional que vive e trabalha no campo. Desta forma, afirma Addor (2009, p. 14), “limites estruturais, além de dificuldades especificamente políticas, impedirão a construção da desejada aliança operário-camponesa”;
- O confronto entre os operários e o capital, representados por uma burguesia industrial em formação, dar-se-á em um mercado marcado pela superabundância de mão-de-obra, que fornecia, graças também ao incentivo e subsídio dado à imigração, um exército de trabalhadores que gerava desequilíbrio entre oferta e demanda de emprego. Esse excesso de mão-de-obra construiu um cenário no qual homens, mulheres e crianças recebiam salários ínfimos e enfrentavam longas jornadas de trabalho sob condições muitas vezes insalubres e perigosas;
- Por fim, o grande contingente de imigrantes formou uma classe trabalhadora marcadamente heterogênea em suas etnias, culturas e línguas, reunindo brasileiros (brancos pobres e negros libertos ou filhos de escravizados) e imigrantes, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Essa característica, diferente das duas primeiras, não forma uma barreira tão sólida ao movimento operário, mas inicialmente dificulta a luta e construção de uma identidade comum, alimentada por rivalidades interétnicas e internacionais e disputas por empregos e entidades sindicais.

A ausência de uma unidade entre o trabalhador do campo e da cidade é uma das marcas negativas da formação do operariado nacional. As grandes extensões territoriais e isolamento dos trabalhadores do campo fazem com que o proletariado urbano se forme distante da maior parcela do proletariado, que se encontrava no campo. Por outro

lado, a alta concentração demográfica nas cidades é elemento fundamental para a formação de um grande movimento operário, seja para mobilização ou para organização associativa, tornando muito mais forte o sentimento de classe entre o proletariado urbano. Tal fator justifica esse nosso enfoque no desenvolvimento da indústria nacional, não só por ser ela o elemento que permite a constituição do proletariado, mas por ser ela a principal antagonista do movimento operário e anarquista no Brasil. Mas mesmo com todo esse entrave que se colocava entre os trabalhadores do campo e da cidade, é errado pensar que a consciência de classe do operário urbano se limitava aos seus congêneres da cidade, sendo constante a referência e a preocupação destes em estender seu movimento aos trabalhadores do campo.

Dentro desse proletariado urbano brasileiro da Primeira República também é preciso destacar que ele não se limitava aos operários das grandes indústrias, mas também estavam presentes em pequenas oficinas, onde o capital e o trabalho não tinham chegado a um grau avançado de separação. Nestes locais de trabalho, patrão e empregado ainda não estavam em posições tão distantes, assim como o operário não estava plenamente alienado do produto final de seu trabalho, uma vez que mantinham certas características artesanais no processo produtivo. Exemplos de setores onde dominavam essas pequenas oficinas são os setores gráfico, construção civil, de mobiliário, calçado, entre outros. Mas mesmo nessas oficinas, as condições de trabalho na Primeira República eram péssimas, como apontam documentos reivindicatórios de diversas categorias apresentados por Hardman e Leonardi (1991, p. 136-137).

Na formação do proletariado nacional, somava-se ainda o imigrante. Este elemento é fundamental tanto na formação do proletariado como no movimento operário. Os imigrantes europeus já estavam presentes na indústria brasileira antes da abolição da escravatura, mas é com o fim do antigo regime que estes chegam em número capaz de transformar o mercado de trabalho no Brasil, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades do Centro-Sul.

Como apontam Hardman e Leonardi (1991, p. 141), a partir de 1872, e pelos próximos 100 anos, 5.500.000 pessoas mudariam para o Brasil, das quais quatro milhões se fixariam aqui permanentemente. Os italianos lideraram esse fluxo migratório, seguidos de longe por portugueses e espanhóis, constituindo o elemento principal em muitos setores da indústria, como apontam Hardman e Leonardi.

Em 1912, segundo o Boletim Estadual do Trabalho, dos 10.184 operários têxteis existentes na capital do Estado, 6.044 eram italianos; 824, portugueses; 338, espanhóis; 210, sírios; 50, alemães; 13, japoneses; outros estrangeiros, 862, o que dava um total de imigrantes correspondente a 82% da categoria. Os brasileiros natos eram em número de 1.843, ou seja, minoritários (18%) (1991, p. 141).

Em um momento de gênese do movimento operário, a presença das mulheres e das crianças no mercado de trabalho – em uma sociedade onde a ideologia patriarcal reinava também entre o operariado – e a diversidade étnica e cultural provocada pelo fluxo de imigrantes tornaram-se barreiras para o processo organizativo. Entretanto, essas diferenças que separam a classe trabalhadora vão sendo superadas com o tempo e a experiência em comum do cotidiano, que aproxima a vivência de todos os trabalhadores frente a exploração nas fábricas, na pobreza, na repressão e na moradia insalubre, tal como na luta, nos sindicatos, nos jornais operários, nas escolas livres permite uma lenta mais constante formação de uma consciência e identidade de classe.

Ao longo do tempo, os trabalhadores urbanos vão superando a situação de pura força de trabalho e vão se construindo enquanto classe social: construção de uma unidade a partir da diversidade. Ou seja, aos poucos uma nova identidade de classe vai surgindo e vai superando, vai se impondo sobre a identidade (origem) nacional – sem, é claro, jamais apagar essa última (ADDOR, 2009, p. 15).

Além da vivência comum dentro do sistema de superexploração das fábricas e oficinas, o operariado brasileiro também compartilhava os problemas presentes na vida fora do trabalho. Se dentro dos muros das fábricas, as condições de higiene e salubridade não eram boas, os operários enfrentavam as mesmas condições em suas habitações. O custo de vida também era outra dificuldade em comum, com os preços de produtos básicos e dos aluguéis subindo em um ritmo muito maior que o salário. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a questão da carestia ganhou o reforço da falta de produtos básicos, que eram preferencialmente exportados. Todos esses fatores ganharam na imprensa operária ou burguesa a alcunha de “questão social” e esteve por traz de grande parte das lutas operárias da Primeira República.

Na lida e na luta cotidiana com os efeitos da superexploração capitalista, o proletariado brasileiro na Primeira República deu continuidade à tendência organizativa que tinha aparecido ainda sob o regime imperial na forma de associações de ajuda mútua e nas ligas de resistência, agora sob uma influência maior de correntes que se propunham a organizar e mobilizar os trabalhadores contra o capital.

Ao lado do anarquismo, que será tratado na próxima seção, o socialismo foi outra corrente de destaque no movimento operário na Primeira República, sendo que em diversos os momentos ambas as correntes estiveram lado a lado em prol do trabalhador. As ideias socialistas já circulavam pelo Brasil desde o Império, principalmente pela influência dos franceses Michel Derrion e Louis Vauthier, que trouxeram as ideias de Charles Fourier para o país. Porém, essas ideias não criam raízes entre o proletariado, florescendo somente entre alguns intelectuais do Recife e Rio de Janeiro, onde foi editado o jornal **O Socialista da Província do Rio de Janeiro**, em 1845.

Tal qual o anarquismo, será sob a república que o socialismo irá avançar e ganhar força. Em comum, ambas as correntes tinham o objetivo revolucionário, isto é, uma sociedade livre e igualitária, sem classes e sem estado, porém os socialistas optavam por uma estratégia de transformação gradual do sistema vigente para a sociedade livre, por meio da ação política e do voto. O projeto socialista, assim como ocorrera em Portugal, encontra uma barreira na formação do próprio sistema político. Além de um proletariado formado por em sua grande maioria por analfabetos ou estrangeiros, portanto sem direito a voto, a república brasileira era sustentada, naquele momento, pela burguesia cafeeira, dispensando o apoio da classe operária urbana.

Essas barreiras ao projeto socialista não impediram que eles se organizassem em prol dos trabalhadores brasileiros. Como aponta John Dulles (1977, p. 22), foram socialistas os primeiros a organizarem a comemoração do Primeiro de Maio no Brasil, em 1895, na cidade de Santos. Pouco mais de um ano antes, em 15 de abril de 1894, um grupo de anarquistas e socialistas, majoritariamente italianos, discutiam a organização do Primeiro de Maio, quando a polícia, informada pelo cônsul italiano, invadiu o local do encontro e prendeu nove italianos e alguns brasileiros, ficando estes detidos alguns dias em cadeias paulistas e os estrangeiros detidos por oito meses na Casa de Detenção da capital federal.

Já em 1892, no dia primeiro de agosto, os socialistas organizavam seu primeiro congresso no Rio de Janeiro, que não teria importância para além de preceder o **Segundo Congresso Socialista Brasileiro**. Realizado em maio de 1902, na cidade de São Paulo, este congresso contou com 43 representantes de diversos estados, sendo a maior parte deles italianos da capital paulista. Do congresso foi aprovada a criação do **Partido Socialista Brasileiro**, cuja existência foi efêmera, assim como as tentativas

semelhantes de criação do **Partido Socialista Operário** (1895) e do **Partido Socialista Coletivista** (1902), ambos na capital federal.

Se os congressos socialistas não tiveram o êxito esperado, a imprensa socialista florescia por todo Brasil. Um dos mais importantes jornais socialistas na Primeira República foi o **Avanti!**. Com redação na sede da **Liga Democrática Italiana**, o jornal era porta-voz dos socialistas italianos e brasileiros que organizaram o **Segundo Congresso Socialista** e esteve representado no **Comitê de Defesa Proletária** da Greve Geral de 1917, em São Paulo. Antes de **Avanti!**, a capital paulista já conhecia **O Socialista** (1896), publicado pelo **Centro Socialista**, e **O Grito do Povo** (1899), que fez campanha pela redução da jornada de trabalho. Apesar de um alcance menor, o pensamento socialista também se espalhou para outros estados brasileiros, publicando jornais como **O Proletário**, publicado em Maceió entre 1902 e 1908.

Outra corrente importante no movimento operário na Primeira República é o sindicalismo reformista. O sindicalismo reformista, que também ficou conhecido como sindicalismo amarelo ou trabalhismo carioca, reunia uma diversidade de ideologias (socialismo, positivismo, republicanismo, etc.) na crença de que era necessária uma organização forte e consolidada para efetivar conquistas sociais. Diferentes dos anarquistas, essa corrente acreditava que melhorias nas condições de vida dos trabalhadores viriam por intermédio da política ou do judiciário.

Além destas três correntes, Batalha (2000, p. 25-28) também destaca a presença menor das correntes positivista, cooperativista e católica no movimento operário brasileiro. A primeira teve algum alcance no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas com pouca influência entre o proletariado. Já o cooperativismo, tornou-se relevante somente em 1923 ao associar-se ao **Partido Comunista Brasileiro** e transformar sua coluna no diário **O Paiz** em um espaço de divulgação do **PCB**. Por fim, as entidades ligadas à Igreja Católica, apesar de estarem organizadas desde o fim do século XIX, só chegaram a disputar um papel na luta sindical na década de 1930.

Todas essas correntes vão influir sobre a organização operária brasileira na Primeira República, em um momento em que as associações mutualistas perdiam espaço para as ligas de resistência que se formavam principalmente sobre a influência de anarquistas. Neste período, Batalha (2000, p. 16) aponta para a existência de três formas organizativas: as associações pluriprofissionais, que reuniam operários de diferentes ofícios e ramos industriais; os sindicatos de ofícios, que reuniam profissionais

de um ou, em alguns casos, mais ramos semelhantes; e os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Também existiam sindicatos organizados por local de trabalho, agrupando todos os profissionais de uma mesma empresa.

Em momentos de fortalecimento do movimento operário, os sindicatos e organizações operárias se reuniam em federações estaduais ou regionais, tendo as centrais sindicais no topo da estrutura organizativa. No Brasil, a **Confederação Operária Brasileira (COB)** foi organizada em 1908, dois anos depois de sua fundação ser aprovada no **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, com o objetivo de reunir os sindicatos e federações de todo país. De vida breve, a confederação atuou no biênio 1908-1909 e entre os anos de 1913 e 1915, nunca exercendo efetivamente o papel de uma grande central sindical, como desejavam seus organizadores.

A cidade de São Paulo vivenciou outra forma de organização bem sucedida na segunda metade da década de 1910: as ligas de bairro. Organizadas não mais por categoria profissional ou local de trabalho, as ligas de bairro priorizavam a organização por local de moradia. Campos explica a ideia por traz do funcionamento das ligas de bairro:

As ligas de bairros que foram criadas em São Paulo em 1917 eram tipicamente anarquistas, correspondem a definição de H. Arvon do ‘anarquismo libertário’: a ação das minorias militantes resumia-se à difusão, entre os operários, das ideias que correspondessem a seus instintos (potencialmente revolucionários). A base de sua atuação era a propaganda e a educação dos trabalhadores numa atitude de total rejeição a organização e as instituições sociais burguesas. Desejavam emancipar os oprimidos pela via da supressão da propriedade privada e do Estado que era visto como um órgão exterior, sobreposto à sociedade e totalmente identificado com os interesses da classe proletária (CAMPOS, 1988, p. 42).

A principal dessas ligas é a da Mooca, fundada em maio de 1917, a partir da greve dos operários do Cotonifício Crespi. Com sede própria, a **Liga Operária da Mooca** é palco de incessantes atividades de formação operária, com reuniões de corporações, conferências sobre questões sociais, além de peças de teatro de cunho político.

Apesar do suposto regime liberal colocado em prática no Brasil sob os auspícios do regime republicano, os trabalhadores organizados não tinham plena legitimidade perante o governo e os empregadores, que se negavam a reconhecer os sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores. Como Hardman e Leonardi afirmam, a

pequena liberdade sindical existente durante a Primeira República foi resultado da própria luta dos trabalhadores.

Ante a pressão real do movimento de massas, o governo chegou a tolerar a atividade pública da imprensa operária e da organização sindicais e partidárias, não havendo repressão policial direta a essas associações, a não ser em momentos cruciais de crise política ou em períodos de assenso massivo e explosivo das greves e outras manifestações. Porém, a repressão seletiva e localizada, contra as lideranças, era uma constante: prisões, processos forjados e deportações eram alguns dos métodos mais empregados. Além disso, a repressão cotidiana imposta por uma verdadeira ordem privada, no interior das fábricas, costumava de maneira férrea a ditadura do capital e a reação burguesa à reação do proletariado enquanto classe (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 147)

Assim como as organizações operárias, as greves também proliferaram no Brasil durante a Primeira República, em uma relação que não era mera coincidência. Greves e organizações operárias estiveram ligadas durante toda Primeira República em um movimento no qual as greves propiciavam a organização operária, tanto quando as organizações operárias facilitavam a eclosão de greves. Esta relação é bem exposta por Batalha (2000, p. 39-40), ao comentar a greve da indústria têxtil carioca em 1903, considerada pelo historiador um marco no movimento operário brasileiro. Além de envolver uma categoria marcada pela pouca experiência organizacional, a greve despertou a solidariedade de outras categorias, reunindo milhares de trabalhadores. Apesar da repressão violenta e nenhuma conquista, o movimento paredista dos trabalhadores têxteis trouxe resultados organizacionais para o operariado, com a consolidação do sindicalismo de ação direta no Rio de Janeiro e a fundação do primeiro sindicato industrial do Distrito Federal, a **Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos**. Um mês após a greve da indústria têxtil foi fundada a **Federação das Associações de Classe**, que em 1905 daria origem a **Federação Operária Regional Brasileira**. Esta última não só foi responsável pela organização do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, como transformou-se, após o congresso, na **Federação Operária do Rio de Janeiro**.

Com uma série de greves isoladas e mal sucedidas nos primeiros anos do século XX, os líderes do movimento operário, destaca Dulles (1977, p. 27), dedicaram os anos de 1904 e 1905 para a formação de novas entidades de classe e educação dos trabalhadores. Deste trabalho organizativo ocorre, em abril de 1906, o **Primeiro**

Congresso Operário Brasileiro³⁷, que marca o início da primeira onda de grandes greves no Brasil. Influenciado pelo movimento grevista que ocorrera naquele ano na França e garantiu o descanso semanal, o **Congresso Operário** definiu o Primeiro de Maio de 1907 como dia de luta, optando pela ação direta como instrumento de luta e impulsionando movimentos paredistas em todo o país. Segundo levantamento parcial de Edgar Rodrigues, citado por Hardman e Leonardi (1991, p. 263), somente na primeira década do século XX ocorreram no Brasil um total de 111 greves operárias.

As forças oficiais e o patronato não se mantiveram a mercê dos operários em luta. A repressão policial e a recusa em aceitar as pautas reivindicativas eram constantes. Em 1907, o congresso aprova a Lei Adolfo Gordo, que institui um instrumento sumário para a expulsão dos acusados sem chances de defesa. Batalha (2000, p. 43) aponta que somente no ano de 1907, 132 estrangeiros foram expulsos do país com base nessa lei, número bastante elevado se considerarmos que entre 1907 e 1921 houve um total de 556 expulsões. Esses fatores, somados ao fim do ciclo de crescimento econômico do Brasil, gerou um declínio no movimento grevista que durou até 1912.

O segundo ciclo de greves no Brasil se inicia em uma fase de agravamento da condição de vida do operariado, que enfrentava um aumento do custo de vida e crise na habitação. Em São Paulo, esse movimento é marcado pelas comemorações do Primeiro de Maio de 1912, organizado por anarquistas e socialistas reunidos no **Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida** que, segundo Lopreato (200, p. 24), criaram um clima de insatisfação e inconformismo. Na semana seguinte, os trabalhadores da fábrica de calçados Clark entram em greve reivindicando – e conquistando – aumento de salários e diminuição da jornada de trabalho. Os operários da indústria têxtil tiveram, novamente, uma fracassada tentativa de conquistas com greves nas fábricas Mariângela e Santana. Nesta conjuntura, que vai até 1914, ocorrem greves isoladas por todo o país e realiza-se o **Segundo Congresso Operário**, em setembro de 1913.

Os anos de 1915 e 1916 foram anos ambíguos na vida do proletariado e em seu movimento de luta. Se de um lado a Primeira Guerra Mundial promove um agravamento da condição de vida do trabalhador, principalmente causada pela elevação dos preços e falta de produtos básicos, de outro o movimento grevista entra em descenso. Neste cenário, o movimento operário passa por uma reorganização.

³⁷ Trataremos com mais detalhes o **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, assim como as edições seguinte, realizadas em 1913 e 1920, na próxima seção.

No Rio de Janeiro, o **Centro de Estudos Sociais**, fundado em 1914, reunia anarquistas e socialistas em grandes debates e conferências, que replicavam nas páginas do jornal **Na Barricada**. Em março de 1915, a **Federação Operária do Rio de Janeiro** cria a **Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra**. Também na capital federal, em outubro de 1915, é realizado o **Congresso Internacional da Paz**, que substituiu o **Congresso Pró-Paz**, que seria realizado em abril na Espanha, mas foi sabotado pela polícia espanhola. A edição brasileira do congresso reuniu representantes de cinco estados brasileiros e dois delegados argentinos.

Em São Paulo, os anarquistas a favor ou contrários ao sindicato começam a superar suas diferenças em 1915 e unem suas forças no jornal anarcocomunista **Guerra Sociale**, fundado em novembro daquele ano, para “avivar, junto aos trabalhadores, o ideal anarquista de regeneração humana e de transformação da sociedade” (LOPREATO, 2000, p. 70). Desta união surge, em outubro de 1916, a **Aliança Anarquista**, com o objetivo de reunir os militantes de todo país e intensificar a propaganda libertária. A **Aliança** também é responsável pela refundação do **Centro Libertário de São Paulo**, cuja sede é inaugurada em outubro de 1916.

Aproveitando-se da sensibilidade coletiva para o problema das más condições de vida e de trabalho, anarcocomunistas e anarquistas sindicalistas, reunidos em torno do Centro Libertário de São Paulo, decidiram dar novo rumo às discussões veiculadas pela imprensa sobre a carestia de vida e crise do trabalho. Com o objetivo de despertar nos trabalhadores a vontade de agir contra os males que os atormentavam, ocuparam as ruas da cidade e promoveram uma campanha de agitação junto ao operariado procurando mostrar que os problemas que os afligiam tinham origem nas engrenagens do funcionamento da sociedade burguesa (LOPREATO, 2000, p. 73).

Este cenário preparou o proletariado para a maior onda de greves do Brasil, que tomou conta do país entre 1917 e 1920. Com o ascenso do movimento operário em todo mundo e, em especial, com a Revolução Russa, cresce a fé na sonhada Revolução Social. A preocupação com a questão social (carestia de vida, crise na habitação, péssimas condições de trabalho) deixa de ser uma pauta presente somente entre os trabalhadores e sua imprensa, para ganhar espaço entre a burguesia e o Estado.

Por trás do crescente movimento operário, além da atuação das organizações e militantes que permaneceram ativos nos últimos anos, estava a Primeira Guerra Mundial e o crescimento econômico que ela promoveu no país. Como explica Campos (1988, p. 38-39), a substituição das importações produziu um aumento de volume da

produção, que gerou novos lucros e, na sequência, novos investimentos. Este aumento mais que dobrou a produção – de 956.957 contos em 1914, para 2.370.600 quatro anos depois – graças a utilização de maquinário ocioso e pela intensificação do processo de trabalho, com o aumento de jornadas, ritmo de produção e controle da mão-de-obra. Apesar desse crescimento, marcadamente do setor têxtil e metalúrgico, alguns setores sofreram um impacto negativo, como a construção civil, que dependiam de contrapartidas públicas, principalmente de infraestrutura urbana, e os trabalhadores dos portos, que enfrentaram o desemprego gerado pela queda das exportações. O crescimento do setor industrial brasileiro não refletiu de forma positiva na vida do trabalhador, que via o salário diminuir, aumento do desemprego e eram vítimas da inflação, da falta de gêneros de primeira necessidade e crise habitacional.

Especialmente no Rio de Janeiro, o abastecimento da cidade tornou-se caótico nestes anos em que, de um lado, crescem as exportações de gêneros alimentícios e de outro, caem as importações de produtos como o trigo, o arroz e o bacalhau. Não será a toa que em julho de 1917 os moinhos, padarias e armazéns serão alvo da multidão revoltada. Nos discursos dos operários, do Estado, dos industriais e da grande imprensa, a pauperização das classes populares em decorrência da carestia, da inflação, da maior exploração e do desemprego, será a chave para o entendimento do movimento grevista no ano de 1917 (CAMPOS, 1988, p. 39-40).

Desta forma, o ano de 1917 começava agitado. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, diversas greves isoladas eclodiram em fábricas ao longo do primeiro semestre. No Distrito Federal, o movimento cresceu até resultar em um confronto entre grevistas da fábrica Corcovado, membros do **Comitê de Agitação** e a polícia durante um comício na Gávea. O confronto, que deixou trabalhadores e policiais feridos, foi o estopim para uma onda repressiva, que deteve militantes da **Federação Operária do Rio de Janeiro** e grevistas, além de proibir comícios e manifestações públicas. Mesmo com a repressão, a **FORJ** ganha força e o enterro dos 38 operários mortos no desabamento de um hotel, em 7 de junho, torna-se palco para um ato com cerca de 20 mil pessoas.

Mas os acontecimentos na capital federal foram menores perto do que se passou em São Paulo no mês de julho de 1917. Pela primeira vez, o Brasil viveu uma verdadeira greve geral. Durante três dias, a capital paulista ficou sem gás, luz, pão, transporte e o comércio e a indústria tiveram suas atividades paralisadas. Para Lopreato (2000, p. 46-47), o movimento só foi possível graças a articulação dos militantes

anarquistas que, auxiliados pelos socialistas, souberam aproveitar o momento de crise para que os trabalhadores assumissem as rédeas de sua emancipação e ao fim dos sete dias de agitação somarem cem mil trabalhadores paralisados, incluindo aqueles que aderiram à greve em solidariedade aos demais.

Tal como no Rio de Janeiro, São Paulo tinha começado o ano com uma série de greves isoladas, principalmente nas indústrias têxteis. Mas foi no dia 9 de julho, em frente a fábrica de bebidas Antártica, que ocorreria o choque entre grevistas e a polícia que acendeu o rastilho de pólvora que levou a greve geral entre os dias 12 e 16 de julho. Depois do confronto, que acabou com um operário austríaco ferido, os paredistas dirigiram-se para diversas fábricas com o objetivo de conquistar novos grevistas. Um desses grupos dirigiu-se ao Brás ganhando novos adeptos no caminho ao ponto de formar uma multidão que impeliu o subdelegado Pamphilo Marmo a solicitar a presença do delegado geral Thyrso Martins. A presença do delegado geral acompanhado de 30 soldados armados de fuzis levou a um novo confronto e troca de tiros, que vitimou o sapateiro espanhol José Iniguez Martinez, que morreria no dia seguinte. Naquela mesma noite, uma reunião entre jornalistas anarquistas e socialistas e representantes das ligas operárias, das corporações em greve e outras associações político-sociais, fundou o **Comitê de Defesa Proletária (CDP)**, entidade de caráter anarquista e descentralizada que se tornaria representante e articuladora dos operários em greve.

O primeiro ato do **CDP** foi a convocação da população para o enterro de Iniguez, no dia 11. O féretro, que saiu da casa do trabalhador espanhol e seguiu até o cemitério do Araçá, somou mais de dez mil pessoas e fez do enterro um ato com discursos contra a exploração do trabalhador e a carestia de vida. Após o enterro, três mil pessoas reuniram-se na Praça da Sé para um comício no qual os oradores pediam respeito ao direito de associação, liberdade para os presos e a reabertura da **Liga Operária da Mooca**. O evento acabou em conflito com a polícia, com os manifestantes apedrejando fábricas, assaltando um caminhão de caixa de fósforo e saqueando 600 sacas de farinha de trigo dos armazéns do Moinho Santista.

A intensidade da revolta operária levou o secretário da justiça e da segurança pública, Eloy Chaves, a se envolver diretamente no conflito, reunindo-se na tarde do dia 11 com industriais visando convencê-los a atenderem às demandas dos grevistas, que, até então, limitavam-se ao aumento de 20% nos salários e à readmissão dos demitidos. Em boletim divulgado pela imprensa, o secretário divulgou as posições dos industriais e

solicitou aos grevistas que apresentassem suas reclamações, por meio de delegação, para que ele intermediasse a negociação com os patrões.

Porém, o boletim não encontrou eco entre os grevistas. Aqueles cujo os patrões concederam o reajuste e readmitiram os demitidos anunciaram que permaneceriam em greve em solidariedade aos demais operários. Já o papel de porta-voz foi assumido pelo **CDP**, que reuniu-se naquela noite com representantes de trinta e seis associações operárias e comissões de greve para formular um documento único com as reivindicações de todas as categorias.

Os pedidos retirados da reunião incluíam: a libertação de todos os detidos por motivo de greve, respeito ao direito de associação, readmissão dos grevistas, abolição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, aumentos proporcionais de salário, 50% para trabalhos extraordinários, pontualidade no pagamento, garantia de trabalho permanente, jornada de oito horas e semana inglesa.

Com a publicação do manifesto do comitê, a capital paulista parou. Em matérias publicadas no dia 13, **O Estado de S. Paulo** falava em mais de vinte mil operários em greve e destacava que a ordem pública estava alterada desde a manhã do dia 12, com depredações, comércios fechados, tráfego de bondes suspensos, *chauffeurs*, cocheiros e carroceiros parados e trocas de tiros entre a polícia e população. A greve geral só teve fim com o intermédio de um **Comitê de Imprensa**, que reuniu representantes dos jornais diários da capital paulista, e realizou a negociação entre o **CDP** e os industriais, aprovadas pelos operários em três comícios realizados no dia 16 de julho.

O impacto da greve geral paulistana surtiu efeito na capital federal e em outros estados da federação, assim como a perseguição aos militantes e líderes operários se intensificou. O levantamento realizado por Bóris Fausto, citado por Hardman e Leonardi (1991, p. 263), aponta para a realização de mais de 200 greves operárias e o envolvimento direto de 300 mil trabalhadores somente no estado de São Paulo e Distrito Federal entre os anos de 1917 e 1920. Também é nesse período de ascensão do movimento operário, que a organização do movimento se espalha com mais força por todo o Brasil, ao ponto do **Terceiro Congresso Operário Brasileiro**, realizado em abril de 1920, se encontraram representantes de cerca de 75 associações sindicais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Amazonas e Pará.

Como aponta Batalha (2000, p. 57), o **Terceiro Congresso Operário** marca a mudança da perspectiva dentro do movimento operário, devido principalmente ao crescimento da posição do sindicalismo de massa, mais pragmático e menos ideológico. Para o historiador, o descenso do movimento operário no início dos anos 1920 vai além da retomada da economia e da repressão estatal e patronal, mas é fundamentalmente ideológica.

As principais correntes ideológicas até então presentes no movimento passam por mudanças ao longo dos anos 1920: o socialismo, ideologicamente vinculado à Segunda Internacional – mesmo que não existisse qualquer ligação mais sólida –, praticamente desaparece do movimento operário; o sindicalismo reformista associa-se, cada vez mais, a reivindicações setoriais específicas, ao passo que politicamente torna-se mais conservador; já o anarquismo tende a assumir um caráter mais ideológico, inclusive dentro dos sindicatos, à medida que o sindicalismo revolucionário vai declinando (BATALHA, 2000, p. 58).

Com a compreensão deste ciclo onde o movimento operário foi peça central na história do Brasil, podemos seguir para o estudo mais detalhado da principal vertente ideológica que mobilizou o operariado ao longo das primeiras décadas do século XX: o anarquismo.

4.3. O movimento anarquista no Brasil

O desenvolvimento do movimento operário no Brasil até a década de 1920 esteve profundamente ligado aos ideais anarquistas. Como aponta Addor (2009), apesar de ser difícil afirmar que o anarquismo teve uma hegemonia dentro do movimento operário na Primeira República, foi ele quem conseguiu elaborar propostas com maior apelo popular e capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos.

Para o historiador, a predominância do anarquismo no movimento operário durante a Primeira República pode ser explicada por três fatores. O primeiro deles é o elo estabelecido entre o pensamento libertário e uma estrutura produtiva semi-artesanal, onde predomina a pequena oficina, em detrimento da grande indústria, como seria o caso de países como França, Espanha, Itália, Portugal e do Brasil na virada do século XX. Esta relação entre anarquismo e estrutura semi-artesanal de produção se oporia ao que ocorreu em países como Alemanha, Bélgica e Inglaterra, onde o predomínio da

grande indústria teria favorecido o predomínio das correntes autoritárias e reformistas no movimento operário.

No caso do Brasil, um segundo fator apontado por Addor são os imigrantes que vem trabalhar no início da indústria nacional. Oriundos principalmente dos países latinos da Europa, estes trabalhadores trouxeram consigo o ideal anarquista que predominava em seus países para o processo de formação do movimento operário nacional.

A relação entre Estado e movimento operário também serve de base para explicar o predomínio anarquista. Ao se defrontarem com um Estado que nega direitos mínimos aos trabalhadores e não reconhece o movimento operário e seus sindicatos como interlocutores legítimos, os operários encontram na teoria e prática anarquista uma resposta simétrica, negando por sua vez o Estado como um interlocutor em sua luta.

É estabelecida uma curiosa simetria, uma relação de recíproca negação, de mútua rejeição entre o Estado republicano e o movimento anarquista. A constante e veemente denúncia feita pelos libertários sobre o caráter corruptor da política burguesa, sua ênfase na ação direta e na greve geral revolucionária, na luta econômica e na luta ideológica e cultural como estratégias ou caminhos para a vitória final da revolução social, acabam por se constituir em apelos mais fortes, que sensibilizaram de forma mais profunda a classe trabalhadora do início do século do que as tímidas e pouco eficazes tentativas socialistas de participar no campo da política institucional (ADDOR, 2009, p. 28).

Com exceção ao elemento imigrante, a distância do trabalhador do processo político institucional e o elemento semi-artesanal da indústria nacional também estão presentes nas análises do movimento operário português realizado por César Oliveira (1990). Entretanto, apesar de não desconsiderar o impacto da dinâmica do sistema de produção capitalista na organização operária, entendemos que a distância do sistema político institucional teria um peso maior na tendência anarquista dentro do movimento operário brasileiro. Sem receber respostas positivas das vias institucionais, a proposta dos militantes anarquistas de ação direta surgia como um caminho mais efetivo não necessariamente para a Revolução Social, mas também para as conquistas imediatas, como melhores salários, redução de jornada de trabalho e melhores condições de vida.

Ao lado desta luta econômica defendida e colocada em prática pelos anarquistas, os operários estavam em um outro campo de luta desenvolvida pelos libertários: a

ideológica. Ao comentar sobre os métodos que caracterizaram o movimento anarquista na Primeira República, Addor define a luta ideológica como:

[...] uma intensa e sistemática campanha de denúncia da moral burguesa, dos valores burgueses, da autoridade, do Estado (síntese dos males da sociedade capitalista), da religião, do clericalismo, da Igreja aliada ao Estado na opressão. À moral e à cultura burguesas, o anarquismo contrapõe uma vigorosa e original produção cultural, assim como uma moral libertária, fundada numa ética da pobreza e da solidariedade. Para os anarquistas, o homem deveria viver apenas com recursos suficientes para lhe garantir a satisfação de suas necessidades e, ao mesmo tempo, ter disponibilidade para o cultivo da mente, da sensibilidade, da ciência, para a criação e a fruição da arte (ADDOR, 2009, p. 26).

Sob essa perspectiva, os militantes libertários no Brasil organizam festas e festivais, grupos de teatro, escolas livres e uma breve Universidade Popular, no Rio de Janeiro, cuja função principal era a conscientização da classe trabalhadora sobre sua condição de explorada. Nas palavras de Addor (2009, p. 26-27), essas ações buscavam “[...] forjar ou reforçar consciências revolucionárias, formar um homem novo, livre e soberano, através de um discurso didático e objetivo em que a questão social é a temática central e a revolução social, o fim almejado”.

Apesar do auge do movimento anarquista no Brasil se dar nos últimos anos da década de 1917, com a série de movimentos grevistas que agitaram o país entre 1917 e 1920, o pensamento anarquista estava presente no território brasileiro desde o período imperial, com as associações mutualistas que, apesar de não terem como objetivo a Revolução Social, baseavam-se nas ideias de Proudhon. É também sob a influência, ainda que indireta, de outro pensador anarquista – Bakunin – que a partir dos anos 1870 surgem as primeiras ligas de resistência operária.

Foi também na década de 1870 que o Brasil surge como objeto de interesse da **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Ainda dividida sob a liderança de Marx no Conselho Geral e o predomínio anarquista nos congressos, a Internacional busca estabelecer seus primeiros contatos no Brasil por meio de sua recém-criada seção portuguesa, em especial por meio de Antero de Quental e J. Fontana, diretores do jornal **O Pensamento Social** e fundadores da Internacional portuguesa. Porém, como destacam Hardman e Leonardi (1991, p. 177), apesar do empenho dos militantes portugueses, não é possível confirmar se tal empreitada teve algum sucesso.

Apesar desses contatos indiretos com o pensamento anarquista, foi sob o regime republicano que o anarquismo ganhou corpo no Brasil por meio de grupos de propaganda e periódicos. Como destaca Lopreato (2000, p. 16), a presença dos anarquistas é registrada pela primeira vez na imprensa paulistana em julho de 1893, quando o **Correio Paulistano**, órgão oficial do **Partido Republicano Paulista**, publicou uma série de reportagens sobre a presença de anarquistas que para cá imigraram por vontade própria, por exigência policial ou em fuga dos planos de vingança de seus camaradas. Neste mesmo ano, destaca a historiadora (LOPREATO, 2000, p. 17), a polícia paulista também registra os primeiros presos anarquistas, 20 deles sendo registrados com tal título e outros 10 como socialistas e anarquistas.

Os registros oficiais e na imprensa apareceram um ano depois da formação dos primeiros grupos anarquistas em São Paulo. Batalha (2000, p. 23-24) aponta que o primeiro jornal anarquista paulistano foi o **Ghi Schiavi Biachi** (1892), seguido por **L'Asino Umano** (1894) e **L'Avvenire** (1894-1895), todos editados por grupos formados majoritariamente de italianos. Na mesma década, na capital federal circularam também os primeiros jornais libertários como **O Despertar** (1898) e **O Protesto** (1898-1900), porém, diferente de São Paulo, os grupos cariocas reuniam brasileiros, portugueses e espanhóis o que justifica os títulos em português.

Além dessas primeiras expressões de grupos de propaganda e periódicos, foram nos primeiros anos República que o Brasil vivenciou uma das mais famosas experiências anarquistas: a Colônia Cecília.

Fundada em 1890, no interior do Paraná, a Colônia Cecília teve seus primeiros passos com a proposta do anarquista e agrônomo italiano Giovanni Rossi de criar uma experiência comunitária agrícola fundada sobre os princípios libertários no interior do Brasil. As terras para a fundação da colônia foram concedidas por Dom Pedro II, mas com a proclamação da República, a doação do imperador foi anulada, o que obrigou Rossi a adquirir as terras. Antes de chegar ao fim por motivos diversos – que vão de dificuldades financeiras e problemas com autoridades locais até dificuldades internas – em 1894, a colônia chegou a acolher 250 pessoas, cultivar diversos alimentos e realizar obras de infraestrutura. Após o fim da colônia, seus ex-integrantes se espalharam pelo Brasil, principalmente Paraná e São Paulo, ou voltaram para a Itália, como fez Rossi em 1907.

A Colônia Cecília não foi só o grande marco do movimento anarquista no Brasil no século XIX, mas também pode ser vista como o grande momento do anarquismo no campo. A partir dos primeiros anos do século XX, o movimento libertário torna-se basicamente urbano e industrial, aproximando-se dos sindicatos e das correntes anarcossindicalistas e sindicalismo revolucionário.

A presença do anarquismo no sindicato e o papel do sindicato na Revolução Social defendida pelos libertários foi fruto de debates no mundo todo, tendo como símbolo máximo o Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907. O Brasil também não passou livre desse debate, que se fortalece a partir da década de 1910. Autores como Lopreato (2000), Hardman e Leonardi (1991) e Cohen (2015) fazem uma distinção entre os anarcocomunistas e anarcossindicalistas no Brasil, como ocorreu no Congresso de Amsterdã e, posteriormente, em todo movimento anarquista europeu. Segundo esses autores, tal qual na Europa na década de 1910 e seguintes, a corrente sindicalista seria predominante no movimento anarquista brasileiro, colocando as organizações puristas em segundo plano.

Entretanto, essas diferenças no Brasil são colocadas em xeque por autores como Batalha (2000) e Campos (1988). Batalha (2000, p. 24-29) é enfático ao afirmar que a concepção binária entre anarcocomunistas e anarcossindicalistas no Brasil é errada, uma vez que a cisão entre a participação ou não em sindicatos era mais conjuntural do que de princípios, assim como a maioria dos anarquistas que atuavam nos sindicatos não se concebiam como anarcossindicalistas. Para o historiador, a influência do anarcossindicalismo estaria na concepção do sindicalismo revolucionário, inspirado na CGT francesa e dominante nos congressos operários de 1906, 1913 e 1920. Apesar de reconhecer as diferenças entre as duas correntes, Campos firma que ambas se misturam, por isso opta pelo termo genérico libertários. Nas palavras da autora (CAMPOS, 1988, p. 15), “as duas correntes, no Brasil, não são sempre fáceis de distinguir. Na prática há grupos que adotam elementos das duas tradições segundo suas necessidades e com uma certa indiferença às distinções que prevaleciam em vários outros países na época”.

O debate entre a função do sindicato na luta libertária e a participação de anarquistas nos sindicatos se materializou no Brasil principalmente nas páginas de jornais como **A Terra Livre**. O jornal paulistano serviu de palco para um amplo debate sobre o assunto entre João Crispim e Neno Vasco, o que serve como prova da existência das duas correntes no Brasil. Acompanhando as análises de Batalha (2000) e Campos

(1988), reconhecemos que a ideia de uma cisão entre ambas torna difícil a compreensão da dinâmica do movimento e pensamento anarquista, cuja a pauta principal é sempre a Revolução Social, com debates constantes sobre as formas organizativas do presente e pós-revolucionária, demandas imediatas de melhorias e outros assuntos permeando o cotidiano de um grupo mais ou menos homogêneo.

Se as ideias anarcossindicalismo e anarcocomunistas encontraram no Brasil uma simbiose, o movimento anarquista brasileiro também foi marcado pelo fluxo de militantes que ligavam e se relacionavam com outros polos operários e anarquistas do Brasil e do mundo.

O fluxo de militantes anarquistas dentro de território nacional deu-se na Primeira República por três motivos principais. Dois deles estavam conectados com pressões externas vividas por militantes. De um lado, a participação ativa em lutas e organizações operárias fechavam as portas de indústrias para os militantes mais ativos ou de destaque, que eram obrigados a mudar em busca de emprego. A mesma notoriedade dentro do movimento operário fazia dos militantes alvos de perseguições policiais e políticas que forçavam a fuga de libertários para outras regiões. Um terceiro motivo do fluxo de militantes dentro do território nacional era estratégico e ocorre principalmente após a fundação da **Confederação Operária Brasileira**, com militantes enviados para outras regiões com o objetivo de organizar o operariado.

A conexão entre os anarquistas brasileiros e o movimento internacional se deu principalmente por meio dos imigrantes que chegavam ao Brasil em busca de novas oportunidades ou mesmo fugindo de perseguições políticas em seus países de origem. Com experiência no movimento operário internacional, esses militantes promoveram a ligação entre a consciência proletária brasileira e a internacional.

O internacionalismo, nesta medida, não foi apenas uma 'ideologia importada', nem um mero recurso retórico de propaganda doutrinária. Inscreve-se, pelo contrário, no processo do movimento operário brasileiro tornando-o parte específica e constitutiva do movimento operário internacional (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 171-172).

A bandeira do internacionalismo foi um dos elementos presentes nas três edições dos congressos operários brasileiros. Realizados em momentos de forte luta operária, as vitórias das posições anarquistas nos três congressos denotam a força do anarquismo dentro do movimento operário organizado ao ponto de serem os congressos marcos na história do movimento anarquista e operário do Brasil.

O **Primeiro Congresso Operário Brasileiro** foi realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 22 de abril de 1906, depois de uma intensa campanha de convocação de associações operárias por meio de jornais anarquistas e socialistas. Os delegados representaram 37 entidades de Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, estes dois últimos sendo maioria. Como destacam Hardman e Leonardi (1991, p. 267-269), ao fim do congresso, o caráter anarcossindicalista do movimento operário sairia vitorioso nas teses aprovadas, principalmente na rejeição a proposta dos socialistas de criarem um partido e pela opção de criar a **Confederação Operária Brasileira**, inspirada na CGT francesa.

A comunicação e, em especial, o jornalismo também foram debatidos no congresso. Entre as formas de ação operária, o tema 3 do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro** versa sobre a propaganda do sindicalismo e postula que:

[...] o Congresso entende que essa propaganda deve ser feita individualmente e pelo sindicato, mas que, para melhores e mais seguros resultados, devem as federações e a Confederação encarregar-se de organizá-la e metodizá-la, indicando, pois, os seguintes meios de propaganda: jornal, folheto, cartaz, manifesto, carimbo, conferências, excursões de propaganda, representações teatrais e criação de bibliotecas (Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 52).

Junto da criação da **Confederação Operária Brasileira**, o Congresso de 1906 também definiu pela criação de um órgão de comunicação da confederação, chamado **A Voz do Trabalhador**, que passou a circular com a criação da **COB**, em 1908. Nas bases do acordo da confederação aprovadas pelo congresso, o item 10 define como será redigido o jornal:

10 – O órgão da Confederação será redigido por uma comissão escolhida entre os seus membros e pela Comissão Confederal e publicará, segundo esta ordem, de preferência:

- 1º) Informações sobre o movimento operário e associativo;
 - a) Resumo das resoluções das sociedades aderentes;
 - b) Convocação e avisos das sociedades aderentes;
 - c) Artigos que a redação considerar contidos nos limites marcados pelas presentes bases de acordo, assim como redigidos de modo compreensível, e isentos de questões pessoais (Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 43).

Quando começou a circular, em 1º de julho de 1908, o jornal tinha como editor o espanhol Manuel Moscoso. Ao longo de sua primeira fase, que vai até dezembro de

1909, a periodicidade de **A Voz do Trabalhador** foi irregular, com edições quinzenais, semanais e terminando suas cinco últimas edições como um jornal mensal, quando teve uma tiragem de três mil exemplares.

A Voz do Trabalhador só voltaria a circular três anos depois, em janeiro de 1913, quando os militantes anarquistas se organizavam para a convocação do **Segundo Congresso Operário Brasileiro**.

Assim como as demais teses do **Primeiro Congresso Operário**, a edição de 1913 reforça o papel da comunicação na propaganda anarquista, sendo o valor da imprensa operária discutido em um tema próprio. Ao debaterem sobre a “Conveniência da disseminação da imprensa operária”, os delegados consideram a imprensa como o meio mais eficaz para orientar os trabalhadores, não só em favor da causa operária, mas também servindo como ferramenta da burguesia, ao afirmarem que:

[...] é pela imprensa que a classe capitalista firma a opinião pública em favor dos seus interesses e das suas infames aspirações; considerando que a imprensa burguesa influi poderosamente no ânimo das classes operárias, arrastando-as a todas as desviações contrárias à sua emancipação, a todas as torpes artimanhas e mistificações habilmente alinhavadas por profissionais da pena, que dela fazem comércio (Segundo Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 196).

Com essa perspectiva crítica da imprensa aliada à burguesia e ao Estado, os delegados postulam a necessidade da constituição de uma imprensa alternativa, que se coloque em prol da classe trabalhadora:

[...] considerando que em face dessa imprensa comercial deve surgir por toda a parte a imprensa operária e reivindicadora, que venha realizar o saneamento social, intelectual e moral do povo, segundo os mais racionais e elevados ideias de regeneração, que formem nos trabalhadores verdadeira consciência e sólidas convicções, para que em todo tempo e lugar estejam aptos para se colocarem à altura de todas as eventualidades; o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades e sindicatos operários e aos trabalhadores em geral a criarem em todas as cidades, vilas ou lugarejos, jornais de propaganda integralmente emancipadora e a auxiliarem os já existentes e os que venham a existir, realizando a grande obra sintetizada no espírito desta moção, no intuito de que, na possível brevidade, os trabalhadores se encontrem completamente livres (Segundo Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 197).

Os operários brasileiros realizaram ainda uma terceira edição do **Congresso Operário Brasileiro** em 1920. Diferente das edições anteriores, o congresso de 1920

ocorreu em um momento de descenso do movimento operário, que tinha encontrado tempos de efervescência entre os anos 1914 e 1920. Além disso, o **Terceiro Congresso** foi realizado sob uma forte onda repressora, que atingia as organizações sindicais e seus líderes. No fim de 1919, mais de vinte líderes haviam sido deportados e Plácido de Albuquerque, delegado do Pará, faleceu após maus-tratos recebidos na Central de Polícia carioca, para onde foi levado assim que desembarcou no Rio.

Mais uma vez o internacionalismo esteve presente nas discussões do congresso, mas apontando para um apoio que em breve iria cindir o movimento anarquista brasileiro: a **Terceira Internacional**, fundada por Vladimir Lenin e os bolcheviques na Rússia.

As referências à Revolução Russa estão presentes no meio anarquista desde 1917, quando a imprensa e os militantes demonstram empolgação com o levante do operariado russo contra a opressão do czar. A bem sucedida aliança proletária e militar na Rússia chegou até mesmo a inspirar os anarquistas e sindicalistas cariocas, que planejaram e colocaram em prática uma fracassada tentativa de insurreição em agosto de 1918, sabotada por um espião. Entretanto, apesar do apoio aos acontecimentos na Rússia, será por conta das divergências em relação à teoria e métodos bolcheviques que o movimento anarquista começa a perder líderes e o protagonismo que exerceu na luta proletária ao longo da Primeira República.

Parte das lideranças acabaria por negar as concepções libertárias anteriores, aderindo à Terceira Internacional e estando na origem dos quadros fundadores do PCB, em 1922. [...] Ao contrário da maioria dos países, onde os partidos comunistas se originavam a partir de dissidências da socialdemocracia em crise, o PC, no Brasil, nasceria da crise do anarquismo, formado pela unificação de cerca de setenta militantes, quase todos oriundos do anarcossindicalismo (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 283).

Além das disputas internas entre anarquistas, comunistas e trabalhistas nos sindicatos, a década de 1920 assiste a uma desmobilização do movimento operário, colocado sob forte repressão durante o estado de sítio do governo Artur Bernardes. Os anarquistas ainda teriam alguma influência no movimento operário brasileiro até 1935, com a implementação da ditadura do Estado Novo. Nos anos anteriores, Getúlio Vargas começava a implementar o sistema de sindicatos oficiais, ligados ao Estado, que deu fim à função política dos sindicatos operários livres e autônomos construídos no Brasil ao longo das décadas anteriores por força de militantes anarquistas.

5. IMPRIMINDO A LIBERDADE

Com vistas ao nosso objetivo de compreender de que forma emergia o discurso jornalístico dos periódicos anarquistas no Brasil no início do século XX, buscamos nos dois últimos capítulos contextualizar as bases ideológicas dos jornalistas-militantes e a realidade social do operariado e dos anarquistas no Brasil naqueles anos de consolidação da Primeira República e desenvolvimento industrial. Assim, chegamos ao presente capítulo com nossa atenção voltada para os jornais que são objetos desta pesquisa, em especial as três categorias de análise que os envolvem.

A primeira delas é a instituição jornalística, que relaciona fatores técnicos de produção do jornal, circulação, formas de financiamento e relações com outras instituições. A segunda categoria está relacionada com a rede de colaboradores de cada jornal – ou como chamamos, os jornalistas-militantes –, com seus principais nomes, constituição do grupo, concepção de jornalismo e outros aspectos abordados também de forma indireta nos capítulos anteriores, como ideologia e engajamento na vida social. Por fim, a terceira categoria de análise envolve o conteúdo dos jornais, com seus temas, valores-notícia, hierarquização do conteúdo e discurso antiautoritário.

Desta forma, organizamos o presente capítulo em seções dedicadas a cada um dos jornais analisados. O primeiro deles é **A Voz do Trabalhador**. Com uma existência dividida em duas fases (1908-1909/1913-1915), dedicamo-nos as primeiras 21 edições do periódico, no qual o órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira (COB)** buscava se estabelecer como um veículo de abrangência nacional, mas extremamente dependente do movimento operário carioca. Além disso, **A Voz do Trabalhador** também traz a experiência de um jornal de tendência libertária, presente em sua comissão editorial, mas que buscava dialogar com a ampla base do sindicalismo revolucionário, tal como fora determinado no **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, que decidiu pela fundação da **COB** e de seu jornal. Em nossa análise de **A Voz do Trabalhador** destacamos três temas de destaque no jornal: o antimilitarismo, a condição de vida operária e o movimento operário

A segunda seção de análise é dedicada ao jornal **Tribuna do Povo**, de Antonio Bernardo Canellas. Publicado sete anos após o fim da primeira fase de **A Voz do Trabalhador** e cerca de um ano depois da última edição do órgão da **COB**, o jornal de Canellas nos permite conhecer a emergência do discurso do jornalismo anarquista em

uma região distante dos centros operários, como era o caso da cidade de Viçosa, no interior de Alagoas, em 1916. Sem uma sólida base operária ou de suas organizações, **Tribuna do Povo** constrói seu discurso sobre um pilar do jornalismo anarquista, com sua crítica à organização social vigente, e outro sobre o jornalismo prática pela grande mídia, com o noticiário da vida cotidiana da região onde era publicado e que garantia o sustento financeiro do jornal. Assim, optamos por destacar três aspectos da prática jornalística de Canellas: a cobertura do cotidiano da cidade de Viçosa por um jornal anarquista, o olhar crítico à organização social vigente e os comentários sobre os acontecimentos nacionais e internacionais.

Por fim, na terceira seção, analisamos a primeira fase de **A Plebe**, publicada em 1917. Com o título de mais longevo periódico anarquista do Brasil, publicado em diversas fases até 1951, **A Plebe** também tem sua importância na história da imprensa e do movimento anarquista do Brasil pelos nomes com os quais estivera ligada, sobretudo por seu fundador Edgard Leuenroth. Na primeira fase do periódico paulistano temos a oportunidade de acompanhar o impacto que a emergência de novos temas de interesse na vida do proletariado causa sobre o conteúdo do jornal anarquista. Destacamos assim a cobertura do jornal sobre o movimento operário e associativo, sobre a Revolução Russa e sobre o efeito da repressão policial ao movimento operário e anarquista paulista no conteúdo do jornal. Além disso, destacamos a relação de **A Plebe** com a grande mídia paulistana.

Para realizar essa abordagem dos jornais anarquistas, combinamos a pesquisa historiográfica sobre a vida de cada periódico e das principais organizações e jornalistas-militantes com eles envolvidos – assim como os vestígios dessas existências deixadas nas páginas dos jornais – com uma análise do conteúdo de cada jornal, destacando seus temas principais e sua forma de abordagem.

Tomando como pressuposto o conceito de discurso midiático, tal como apresentado por Adriano Duarte Rodrigues (2012), essa abordagem nos permite identificar o jornal anarquista como meio de veiculação do discurso exotérico do movimento anarquista, de forma a fazer deste uma instituição com legitimidade para intervir na sociedade, que se dá principalmente pela capacidade do discurso jornalístico em construir um imaginário por meio de seus processos de significação e construção de bens simbólicos (SWAIN, 1994).

Como destacamos no segundo capítulo, adotamos como método de pesquisa a análise documental, que nos leva a uma leitura dos jornais segundo categorias de análises criadas para organizar o conteúdo estudado. Para tanto, classificamos os artigos publicados nas seguintes categorias: **Condição de vida operária, Organização e luta operária, Crítica à imprensa, Antimilitarismo, Antipatriotismo, Crítica à política institucional, Anticlericalismo, Internacionalismo, Crítica à burguesia e ao capitalismo e Diversos**³⁸, destacando nas análises apenas as principais categorias de cada jornal.

5.1 A Voz do Trabalhador (1908-1909)

O jornal **A Voz do Trabalhador** chegou às ruas no dia primeiro de julho de 1908, dois anos depois de aprovada sua criação no **Congresso Operário Brasileiro**. Esse lapso temporal entre a aprovação das bases do órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira (COB)** e a publicação do jornal pode ser uma das causas que fazem de **A Voz do Trabalhador** um veículo um pouco diferente daquele idealizado em 1906.

Segundo a resolução 10 das Bases do Acordo da Confederação Operária Brasileira (HALL; PINHEIRO, 1979, pg. 43), o órgão da **COB** deveria priorizar publicações de informes sobre o movimento operário e associativo do Brasil e informações relativas às sociedades aderentes à confederação, porém, logo na primeira página da primeira edição do jornal encontramos sinais que indicam a forte dependência do jornal e da confederação do movimento operário do Rio de Janeiro. Sob o título “Confederação Operária Brasileira” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1), é relatada a história e objetivos da **COB**, apontando como responsável pelo atraso do início das atividades da confederação a necessidade dos militantes cariocas reorganizarem o movimento local, seja nas associações operárias ou na federação local, para então dedicarem-se à organização da **COB**.

Apesar de sempre reforçar sua posição de órgão da confederação e, portanto, de todas as sociedades confederadas³⁹, a dependência da confederação e do jornal do

³⁸ Dedicamos à categoria **Diversos** aos artigos que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

³⁹ Participaram do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, em 1906, associações de Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Um artigo que apresenta a **Confederação Operária Brasileira** publicado na primeira edição do jornal (**A Voz do**

movimento carioca é evidente ao longo das primeiras 21 edições de **A Voz do Trabalhador**, período no qual a vida do operariado no Rio de Janeiro tomou grande parte do noticiário do jornal. Com o passar das edições, o motivo da hegemonia carioca em **A Voz do Trabalhador** é justificada pela falta de informações remetidas pelos militantes e associações de fora da capital federal. Na décima edição, uma nota na página quatro explicita esse problema:

Embora tenham passado 15 dias depois do aparecimento do número anterior, nenhuma correspondência nem comunicação temos recebido dos de fora para ser publicada. Em compensação qualquer dia nos aparecerá alguma queixa por que o jornal ocupa-se apenas do movimento do Rio... (**A Voz do Trabalhador**, 1 maio 1909, p. 1).

O distanciamento das associações de fora do Rio de Janeiro com o jornal da **COB** impactava não somente em seu conteúdo, mas também é um dos elementos por trás das mudanças pela qual o jornal passou ao longo de sua existência nesta primeira fase. Se por um lado, a condição de miséria de boa parte do proletariado brasileiro naqueles anos fez com que movimentos associativos e de luta emergissem no início do século XX, essa mesma condição limitava a possibilidade de arrecadação de fundos das associações operárias, federações locais e da própria **COB**, refletindo também no seu órgão oficial.

Quando chegou às ruas, em 1 de julho de 1908, **A Voz do Trabalhador** apresentava-se como um jornal quinzenal, com anseios de passar a ser semanal dependendo do “apoio que lhe prestar o operariado do Rio” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jun. 1908, p. 1). Naquele momento, o jornal de quatro páginas, em formato berliner (47cm por 32cm) e quatro colunas era vendido por 100 réis os exemplares avulsos ou com assinaturas trimestrais no valor de 1\$000⁴⁰, contando com as listas de subscrição voluntária e permanente como principal fonte de renda.

Em seu texto, o jornal trazia como diferencial o uso de um português simplificado, defendido pelo anarquista português radicado no Brasil Neno Vasco. A proposta de uma simplificação, como afirma Samis (2006, p. 119-120), já era debatida na Academia Brasileira de Letras e por outros anarquistas desde 1904, mas ganhou

Trabalhador, 1 jul. 1906, p. 1), é publicada uma lista das associações confederadas com nomes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, afirmando que aguardavam a confirmação de outras associações operárias.

⁴⁰ Segundo cálculos apresentados por Ulisses Martins no artigo “Como se faz fortuna” (**A Voz do Trabalhador**, 1 ago. 1906, p. 2), o salário mensal de um trabalhador da fábrica de tecidos Santos Mereira & C., na capital federal, era de 75\$300 em 1916, tendo um trabalhador solteiro um gasto diário de 3\$000 com alimentação, moradia e outros itens básicos.

força com o **Primeiro Congresso Operário Brasileiro** e sua preocupação em tornar o idioma mais acessível para crianças, estrangeiros e operários. Antes de aparecer em **A Voz do Trabalhador**, a ortografia simplificada da língua portuguesa já tinha sido utilizada em outro jornal anarquista: **A Terra Livre**, fundado por Neno Vasco, Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth em São Paulo, no ano de 1905, e que em 1907 mudou-se para o Rio de Janeiro.

Essa estrutura se mantém até à quarta edição, quando o jornal é suspenso por mais de três meses, voltando às ruas no dia 22 de novembro de 1908 para um curto período de edições semanais. Esta seria apenas a primeira suspensão desta primeira fase de **A Voz do Trabalhador**, que durante seus 18 meses deixou de circular por cerca de metade deste período em um total de cinco suspensões de menos de um mês (agosto de 1909) até três meses (janeiro a abril de 1909).

Em meio a tantas interrupções, o jornal encontrou seu período de maior regularidade entre 17 de abril e 3 de agosto de 1909, quando foram publicados oito números do órgão oficial da **COB**, com edições quinzenais. O sucesso desse período pode ser explicado pela decisão de reduzir o formato do jornal para tabloide, que impactava na redução de custos de produção e circulação.

As constantes interrupções na publicação de **A Voz do Trabalhador** são discutidas a cada retomada do jornal com destaque na primeira página de cada edição, com exceção da edição do dia 30 de agosto, quando o assunto é abordado no fim da segunda página. Em todos os casos, a comissão editorial acusa a indiferença do operariado como responsável pela interrupção da publicação:

De novo **A Voz do Trabalhador** teve de suspender a regularidade da sua publicação, por absoluta falta de recursos. Mais uma vez fomos enganados pelo otimismo, deixando-nos arrastar por fáceis promessas de auxílio que de muitas partes nos vieram. Iniciamos a publicação semanal contando com pouquíssimos recursos, confiados na esperança de que os companheiros, ao receberem o primeiro número, poriam em campo a sua atividade e tratariam de enviar-nos imediatamente o apoio pecuniário prometido. Enganamo-nos por completo. Excetuando duas localidades do Estado de São Paulo e uma do Estado do Rio, não recebemos de fora senão cartas com promessas e reclamações por terem recebido apenas três números... (**A Voz do Trabalhador**, 13 jan. 1909, p. 1).

A única exceção a essa responsabilização do operário pelas interrupções do jornal ocorre na edição de número 19. Publicada no dia 30 de setembro, um mês depois da última edição, uma nota na quarta página (**A Voz do Trabalhador**, 30 set. 1909, p.

4) afirma que o motivo da interrupção da publicação durante o mês de setembro foi a desorganização dos editores, mesmo que os recursos financeiros continuassem baixos. Tal interrupção ocorria pouco depois de uma mudança significativa na comissão editorial do jornal. Como divulgado na décima-sexta edição (**A Voz do Trabalhador**, 3 ago. 1909, p. 4), a comissão editorial do jornal sofria uma mudança com a saída de Manuel Moscoso, que entregará seu cargo devido a dissolução da **Liga Operária de Jundiaí**, da qual era delegado perante a **COB**. Normalmente apontado como editor de **A Voz do Trabalhador** (RODRIGUES, E., 2010, p. 25; SAMIS, 2003, p. 13), Moscoso era um experiente editor libertário, que já trabalhara em **O Libertário** (1904), ao lado de Carlos Dias, e **A Terra Livre** (1905-1911), ao lado de Neno Vasco e Edgard Leuenroth. Com a saída de Moscoso, a comissão editorial ficava resumida aos ex-companheiros do espanhol Salvador Alacid, Luiz Magrassi e Manuel Domingues.

5.1.1 O conceito de jornalismo

Antes de abordarmos o conteúdo publicado em **A Voz do Trabalhador**, devemos ater-nos ao que os editores do jornal entendiam por jornalismo e qual seria a função social de um jornal, especificamente de um jornal que serve à um projeto revolucionário, como é o caso de **A Voz do Trabalhador**.

Como órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira**, o jornal possuía uma estreita relação com a associação operária, tendo sua comissão editorial composta por delegados indicados pela comissão confederal e subordinados à assembleia da **COB**. Devido as dificuldades do movimento operário no período, a assembleia da **COB** nunca chegou a se reunir durante a primeira fase de **A Voz do Trabalhador**, o que limitou a avaliação anual pela assembleia do conteúdo publicado no jornal, como previsto nas bases do acordo que fundou a confederação (HALL; PINHEIRO, 1979). Porém, a proximidade ideológica entre o jornal e a confederação é evidenciada em diversos momentos, em que os objetivos de um e de outro apresentam-se similares.

Como se mostrou de praxe entre os jornais anarquistas por nós estudados, o artigo que abre a primeira edição do jornal é utilizado para apresentar os objetivos do veículo e sua filiação ideológica. Diferente de **Tribuna do Povo** e **A Plebe**, expressamente anarquistas, **A Voz do Trabalhador** se apresenta como sindicalista revolucionário, uma vez que a confederação tinha o objetivo maior de agregar todas as

associações operárias de cunho revolucionário, fossem elas de tendência anarquista, socialista ou sindicalista. Apesar disso, como apontamos no capítulo anterior, a confederação e, conseqüentemente, seu jornal eram regidas pela influência do pensamento anarquista no seio do movimento operário, rejeitando, por exemplo a luta política.

Desta forma, **A Voz do Trabalhador** se apresenta como órgão de “uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1), que vem agitar o proletariado para que este deixe a indiferença e conformidade com a condição em que vive e lutar em prol das reivindicações dos operários. Com essas palavras, o jornal logo se coloca não como um mero meio de informação, mas como um instrumento de combate contra o capitalismo.

Tal como a **COB**, o jornal aponta que para alcançar seu objetivo de emancipação dos trabalhadores adota como método de luta o sindicalismo revolucionário, considerada a base para o novo regime social baseado nas organizações de produtores-consumidores (sindicatos). **A Voz do Trabalhador** surge, portanto, como porta-voz da classe operária e como meio de propagar os métodos de luta revolucionários. Segundo os editores:

A obra que um jornal nestas condições realizaria, seria de grandes benefícios para o movimento operário. Retiraria da indiferença alguns camaradas, fortaleceria suas convicções, interessaria os tímidos e simpatizantes assim como daria impulso ao movimento associativo (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1).

Em um outro artigo, intitulado “Trabalhadores!”, o conselho editorial apresenta de forma direta os objetivos do novo jornal:

A Voz do Trabalhador será o baluarte defensor das reivindicações proletárias, o eco dos clamores dos que sofrem as conseqüências duma organização social baseada na desigualdade e injustiça. **A Voz do Trabalhador** combaterá sem trégua nem descanso as injustiças e vexações de que somos vítimas, todas as tiranias que sofremos da parte da classe capitalista, para quem o lucro e a sede de ouro está acima de tudo. **A Voz do Trabalhador** procurará sacudir a apatia em que o proletariado vive submergido, despertando nele o sentimento de dignidade, mostrando-lhe a situação abjeta em que se acha, as baixezas a que se submete pela sua ignorância de tudo quanto o cerca, a necessidade urgente de tentar de se libertar da condição de escravo em que atualmente vive (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 2).

Na mesma edição tomamos conhecimento mais detalhado de quem seriam esses inimigos da classe trabalhadora segundo a **COB**. Negando o discurso xenófobo, o jornal afirma:

É necessário que o operariado brasileiro compreenda que o seu inimigo não está fora do Brasil, que seu inimigo não é o estrangeiro, mas o capitalista, o burguês, o militar, o padre e todos os sustentáculos da iniqua organização da atual sociedade, e que esses inimigos os temos aqui dentro do Brasil, como estão em todas as partes, competindo aos operários como principais vítimas, preparar-se para lhes dar combate aqui, ao par que nossos companheiros, os operários das outras nações, fazem o mesmo nos seus respectivos países (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1).

Nessas duas passagens encontramos elementos que justificam os critérios editoriais de **A Voz do Trabalhador**. Em primeiro lugar, o jornal se coloca como meio de informação das reivindicações da classe proletária, enquanto vítima da sociedade capitalista, o que o leva à publicação de artigos sobre a condição de vida do operariado, posicionando-se sempre ao lado deste. Ao longo das edições, seus principais adversários serão o sistema capitalista, a burguesia, o militarismo e o clericalismo. Também será presença constante a posição internacionalista do movimento operário e anarquista, com artigos sobre o movimento operário em diversos países, como Argentina, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Itália, Suíça, França, entre outros. Em seguida, **A Voz do Trabalhador** se coloca com o objetivo de auxiliar na organização do proletariado, tanto em nível nacional, como internacional, divulgando informes de associações operárias e atuando pela promoção de atos e congressos operários.

É importante destacar que essas ações não aparecem dissociadas uma das outras, mas como um conjunto interligado de fatores que precisam ser combatidos. Assim, um artigo que verse sobre o apoio dado por um padre de Varginha (MG) ao candidato à presidência Hermes da Fonseca tece críticas ao clericalismo, ao militarismo e a política institucional, citando ainda a repressão que os republicanos paulistas – que se opunham à candidatura do marechal – impunham ao movimento operário (**A Voz do Trabalhador**, 9 dez. 1909, p. 2). Nem mesmo as notícias vindas do exterior são objetos de diferenciação segundo os critérios do jornal. Apesar de presentes em menor medida, é comum que uma mesma seção traga notas sobre o movimento operário no Brasil e no exterior usando apenas subtítulos como elemento de distinção.

O fato de se colocar como órgão de uma coletividade, isto é, os associados à **COB**, dá ao jornal **A Voz do Trabalhador** uma outra característica que define seu funcionamento: o de tribuna livre do proletariado. A ideia do jornal como uma tribuna livre do trabalhador está presente também em outros jornais operários e anarquistas de maior abrangência, como é o caso de **A Plebe**, mas é no órgão oficial da **COB** que tal função ganha centralidade. Assim, o jornal se apresenta da seguinte forma em seu expediente publicado na quinta edição:

A Voz do Trabalhador não é um órgão de critério estreito e dedicado exclusivamente aos assuntos de classe. Ele é uma tribuna ampla e livre da qual os operários poderão expor e defender os ideais que comovem o mundo e impulsionam a humanidade a caminho da maior perfeição possível (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 4).

Desta forma, ao lado de colaboradores de maior regularidade, como Amaro de Matos (7 artigos), Antonio Moreira (4 artigos), Ivan (5 artigos), Joaquim de Matos (5 artigos), José Martins (9 artigos), Manuel Moscoso (12 artigos)⁴¹ e Ulisses Martins (4 artigos) e diversos artigos sem assinatura, são publicados artigos de colaboradores cuja participação se restringem a uma e, quando muito, duas participações, com artigos de denúncias ou opinativos sobre o movimento operário, muitos deles assinados por pseudônimos, tal como Zig-Zag, Lobo, Jagunço e Esoj Oremor, ou abreviações de seus nomes. Também é comum a assinatura designar a profissão do autor, como Um canteiro, Um padeiro, Um sapateiro ou Os operários. Por fim, também está presente a publicação de artigos assinados pelos secretários das associações de classe ou pela comissão de operários formada pela ocasião de uma greve ou movimentação.

Apesar dessa diversidade de colaboradores, muitos dos quais esporádicos, **A Voz do Trabalhador** traz em si uma certa unidade representada principalmente em três conjuntos temáticos, nas quais se destacam a condição de vida operária, o movimento operário e o antimilitarismo. Também é dentro destes temas, mas não exclusivamente, que as páginas do órgão da **COB** abordam assuntos secundários, como o anticlericalismo, a crítica ao sistema político e ao capitalismo, o antipatriotismo e uma regular crítica à grande mídia.

⁴¹ Nesta conta entra um comentário assinado por Moscoso publicado em seguida do texto “A Verdade” (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 2-3), no qual o autor critica a postura do editor do jornal na cobertura do caso de uma greve nas docas de Santos.

5.1.2 O antimilitarismo

Dos três grandes temas por nós apontados, o antimilitarismo aparece com mais força nas primeiras sete edições do jornal, devido à campanha da **COB** contra uma possível declaração de guerra do Brasil contra a Argentina. A campanha aparece pela primeira vez na primeira página da edição inaugural do jornal com o nome da campanha “Pela paz dos povos” escrito com destaque ocupando a metade direita do topo da página. Abaixo do título seguem em letras menores as frases “Guerra à guerra!” e “Projeto da Confederação”.

O texto inicia afirmando que “mais uma vez os traficantes do patriotismo, os abutres sanguinários que vivem dos restos das carnificinas humanas e que por isso mesmo têm todo o interesse em provoca-las, querem lançar numa luta bárbara e fratricida dois povos que nunca mal algum se fizeram” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p.1). Segundo o jornal, o conflito teria o apoio da imprensa, que inventava rixas que acirravam o ódio entre brasileiros e argentinos, e estaria longe de ser um desejo popular, uma vez que o povo não tinha ligação com intrigas diplomáticas e não queria servir para a ambição de políticos e militares profissionais ou ser vítima dos comerciantes de armas. O artigo segue apresentando o projeto da **COB** que propunha uma greve geral de todos os povos do continente no dia 1º de dezembro contra a guerra, tendo a organização já enviado uma circular para as associações operárias do Brasil e diversos países da América. Antes de reproduzir a circular da **COB**, o texto informa que o projeto já contava com a adesão da **Federação Regional Obreira Argentina**, do jornal antimilitarista de Buenos Aires *Luz al Soldado* e da **Federação Obreira do Uruguai**.

O foco antimilitarista aparece ainda em outros três artigos da primeira edição de **A Voz do Trabalhador**. Em “A seca do Norte” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 2), é reproduzido um artigo do jornal **O Mossoroense**, de Mossoró (RN), relatando a fome e a falta de trabalho no interior do estado apontando em seguida a contradição dos políticos em gastar milhares de contos na compra de navios de guerra e na expansão do exército e esquecer de melhorar a condição de vida dos moradores do norte do país. O artigo por fim questiona: “É ser patriota dissipar o interesse da nação em coisas quase sempre inúteis a deixar que uma parte de brasileiros morram vitimados pela mais

horrorosa miséria sem que se procure ao menos atenuar os seus sofrimentos?” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 2).

Na mesma edição é publicado um artigo assinado por Zig-Zag (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 3) que utiliza uma metáfora sobre dois homens que apostam sobre as qualidades de seus cães em uma rinha, tendo ao fim ambos amigavelmente se unido para silenciar aos pontapés os dois animais agonizantes para apontar a imoralidade da guerra e do exército. Por fim, em “A primeira ‘proeza”” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 4), o jornal relata em uma pequena nota a agressão feita por um “voluntário ‘especial”” contra Eloi Pontes, por um artigo deste publicado no jornal **Não Matarás!**, da **Liga Antimilitarista Brasileira**.

A campanha da **COB** é assunto regular do jornal até sua oitava edição, sempre em destaque na primeira página com o título “Pela paz dos povos”, salvo a quinta edição, na qual a seção foi publicada na segunda página, e na oitava edição, onde a manifestação, ocorrida mais de um mês antes, é relatada por Marcelo Verema⁴² com o título “Sobre a manifestação de 1º de dezembro” (**A Voz do Trabalhador**, 13 jan. 1909, p. 1). De modo geral, esses artigos reforçam a necessidade da participação dos operários no projeto e divulgam as adesões e apoio enviados. As únicas exceções são os artigos publicados após o ato que contou com a participação de cinco mil pessoas (**A Voz do Trabalhador**, 6 dez. 1908, p. 1; **A Voz do Trabalhador**, 13 jan. 1909, p. 1). A possível guerra na América do Sul volta a ser assunto do jornal nas edições de número 16 (**A Voz do Trabalhador**, 3 ago. 1909, p. 1) e 17 (**A Voz do Trabalhador**, 3 ago. 1909, p. 1), mas sem o mesmo impacto ou continuidade que obteve nas primeiras edições.

A recorrência e destaque dado à campanha da **COB** demonstra a utilização do que Rodrigues (2012) chama de estratégia de reforço. Isto é, por meio de seu órgão oficial, a **Confederação Operária Brasileira** construía um discurso midiático no qual buscava se colocar como instituição legítima para organizar o operariado contra as ações belicosas orquestradas pelo governo. A busca da **COB** por legitimidade não se dá somente perante as demais instituições organizadas, como o governo, mas também perante o operariado, o que se dá por meio da divulgação dos apoios recebidos de

⁴² Como conta Samis (2006, p. 121-122), Marcelo Verema era o pseudônimo do francês Paul Berthelot, que Neno Vasco conheceu no Rio de Janeiro em 1907, na redação do jornal **A Terra Livre**. Anarquista, esperantista e antimilitarista, Berthelot instalou-se no Brasil depois de vir de fugir da França passando pelo Marrocos, Suíça, Argentina e Uruguai. Neste período atuou como tipógrafo e professor de francês e esperanto no Rio de Janeiro.

instituições diversas, como o jornal paulistano **Folha do Povo**, da seção de Santos da **Liga Antimilitarista Brasileira** e de diversos sindicatos do país.

Neste período, outro tema aparece para debater o militarismo nas páginas de **A Voz do Trabalhador**: o sorteio militar obrigatório. A questão do sorteio militar aparece pela primeira vez ainda dentro do contexto do projeto da **COB** contra a guerra, quando Amaro de Matos assina um artigo publicado na quarta edição intitulado “O projeto da Confederação” (**A Voz do Trabalhador**, 15 ago. 1908, p. 2) que reforça a importância do projeto capitaneado pela confederação para evitar que o operariado brasileiro, além de explorado no trabalho, também seja vítima dos desejos militaristas. Na edição seguinte, com o título “Bravo! Bravo!” (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 1), o jornal exalta a ação direta de mulheres contra o sorteio militar em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. O assunto chega ao fim na oitava edição do jornal, quando Jagunço assina o artigo “O alistamento no sorteio militar” (**A Voz do Trabalhador**, 13 jan. 1909, p. 2) no qual apresenta os baixos números de alistados para o sorteio. Segundo o artigo, foram 90 mil inscritos em uma população de 20 milhões de habitantes, sendo que Minas Gerais apresentou apenas 8 mil inscritos de um total de 8 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro contou com 11 mil inscritos, dos quais a maioria seriam servidores públicos. Por fim, o autor destaca que os 60 mil inscritos do estado de São Paulo seria resultado do alistamento irregular de estrangeiros, principalmente espanhóis, franceses e italianos.

O antimilitarismo também se expressa de outras formas em **A Voz do Trabalhador**, sobretudo a partir da décima primeira edição. Sem o foco no sorteio militar ou na campanha contra a guerra, o discurso contrário à ideologia militar ganha forma associado ao sistema político. Nessa construção, o discurso jornalístico demonstra a utilização da estratégia da exacerbação dos diferendos (RODRIGUES, A., 2012), ou seja, busca realçar as diferenças entre os discursos do movimento anarquista e do sistema político, tendendo sempre em favor do primeiro.

Em maio (**A Voz do Trabalhador**, 17 maio 1909, p. 1), um artigo crítico ao deputado Monteiro Lopes – primeiro negro a conquistar um lugar entre os deputados federais – aponta a contradição do deputado que se diz a favor dos operários, mas matricula seu filho em uma escola militar. Já na edição seguinte (**A Voz do Trabalhador**, 1 jun. 1909, p. 1), o jornal destaca – erroneamente – o fracasso da campanha do general Hermes da Fonseca, em uma recusa do povo em aceitar um militar

no governo. Em “O minotauro” (**A Voz do Trabalhador**, 9 dez. 1909, p. 1), o jornal acusa o militarismo como causa do déficit de 40 mil contos no orçamento federal, uma vez que o gasto com as forças militares cresceu em 50 mil contos nos últimos cinco anos. O motivo, segundo o jornal, seria a necessidade de criar-se emprego para os filhos da burguesia.

À proporção que as burguesas vão parindo; à proporção que os resultados dos partos vão crescendo, crescem também as verbas com a marinha, o exército, a polícia e as repartições públicas. É preciso arranjar emprego para os bacharéis e postos para os alunos das escolas militares. Daí o aumento do efetivo do exército, a construção de navios de guerra, a criação de novos ministérios, a fundação de novos corpos policiais (**A Voz do Trabalhador**, 9 dez. 1909, p. 1).

Por fim, podemos destacar a presença do internacionalismo na abordagem antimilitarista de **A Voz do Trabalhador**. Seu principal exemplo é o esforço para que a campanha contra a guerra mobilizasse as associações operárias de todo o continente, mas também está presente em outras situações, como no relato de Myer Feldman (**A Voz do Trabalhador**, 3 ago. 1909, p. 2) sobre o caso do soldado estadunidense William Buwalda, condenado pela corte militar por cumprimentar a anarquista Emma Goldman após assistir uma palestra da militante anarquista sobre o militarismo. O artigo conta a história de Buwalda que após a condenação recebeu o perdão do presidente e a condecoração com uma medalha de guerra, reproduzindo ao final a carta do soldado onde ele renuncia à medalha e critica a guerra.

5.1.3 A condição de vida dos operários

Outro tema recorrente em **A Voz do Trabalhador** é a condição de vida dos operários. Marcado por textos de denúncia sobre os baixos salários, longas jornadas, exploração do trabalho de crianças e diversas formas de coerção, tal tema surge tanto por matérias produzidas pelos redatores do jornal – normalmente artigos sem assinaturas – ou em textos de colaboradores esporádicos. Aqui encontramos um exemplo do que Ferreira chama de “autêntica forma de comunicação participativa” (FERREIRA, 1988, p. 22), na qual emissor e receptor se integram na construção do discurso jornalístico. Tal integração é evidenciada na seção “Dos ergástulos industriais”, publicada nas edições de número 1, 2, 4 e 8. Como explica a texto que abre a primeira publicação da seção (**A Voz do Trabalhador**, 1 Jul. 1908, p. 1), ela foi criada para dar

visibilidade à exploração que o operariado sofria nas fábricas, conscientizando o operário e criando “no seio de proletariado um espírito de combatividade indispensável para a manutenção das conquistas realizadas” (**A Voz do Trabalhador**, 1 Jul. 1908, p. 1). Desta forma, afirma o texto:

Vamos abrir uma campanha, uma guerra de morte contra a exploração e as arbitrariedades que se praticam nas fábricas. Que nos auxiliem eficazmente todos os que simpatizam com a nossa ação mandando-nos dados, informações detalhadas das condições dos operários, notícias de arbitrariedades e abusos, que a serem escrupulosamente exatas, delas tomaremos as responsabilidades em qualquer circunstância (**A Voz do Trabalhador**, 1 Jul. 1908, p. 1).

Do texto de apresentação, seguem nesta primeira edição três notas assinadas pela redação (N. da R.), sendo duas delas sobre o trabalho noturno em duas fábricas de tecido no Rio de Janeiro, em seções onde trabalham crianças e outra visando corroborar a necessidade da seção ao fazer uma crítica à grande mídia que já teria se esquecido de dois acidentes de trabalho ocorridos recentemente na capital federal. Nesta mesma edição é publicada a primeira colaboração da seção, em um artigo assinado por F. Coelho sobre as jornadas de até 20 horas às quais são submetidos os padeiros, questionando se tal trabalhador “poderá gozar saúde, constituir família, disfrutar, enfim, de todas as regalias a que pelo fato de nascer tem direito” (**A Voz do Trabalhador**, 1 Jul. 1908, p. 1).

O autor segue para uma crítica que será recorrente nos artigos de denúncia sobre a exploração do operário em **A Voz do Trabalhador**: a responsabilização dos operários não-organizados. Após afirmar que alguns padeiros pensam, de forma inútil, em apelar junto aos deputados, Coelho afirma que os padeiros só não irão conquistar seus direitos se não tomarem consciência e se unirem a **Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padaria do Brasil**.

Tal crítica aos padeiros reaparece de forma mais dura na sexta edição, em um artigo assinado por Um padeiro dentro da seção “Movimento operário”. Nela, o autor afirma logo nas primeiras linhas que ao ver a condição em que vive a sua classe, não sabe se sente compaixão pelo explorado ou o desprezo por quem aceita essa condição.

Não são eles [os donos de padarias] o alvo da nossa indignação, porque afinal de contas, nada mais fazem que obedecer à lei de sua natureza; sois vós, vós os empregados, que mereceis um azorrague que vos desperte a sensibilidade, pois que não sentes as picadas desses vampiros, que dia e noite vos chupam o sangue. Quando pensamos

que um simples gesto vosso poderia modificar radicalmente a vossa misera existência, e em vez desse gesto digno de homem, levais de cerviz dobrada a beijar as mãos dos que vos oprimem, vacilamos em acreditar que em vós haja outro sentimento que não seja – covardia e podridão” (**A Voz do Trabalhador**, 29 nov. 1908, p. 3).

O discurso de responsabilização do operariado por sua condição de explorado se repete em diversas outros artigos e contra outras categorias, como os trabalhadores da indústria alimentícia (**A Voz do Trabalhador**, 15 jul. 1908, p. 2), trabalhadores da City Improvements (**A Voz do Trabalhador**, 1 ago. 1908, p. 4), os caixeiros (**A Voz do Trabalhador**, 1 maio 1909, p. 2) e do operário em geral (**A Voz do Trabalhador**, 29 nov. 1908, p. 1). Apesar das críticas constantes e até mesmo um discurso de desprezo pelo operário não-organizado, tais comentários caminham sempre para um pedido de organização dos trabalhadores em sindicatos revolucionários e pela ação direta reivindicatória como ferramenta de luta e conquista de uma melhor condição de vida.

Dentro do universo de artigos sobre a condição de vida da classe operária, a concentração de relatos do Rio de Janeiro é predominante, demonstrando que os editores estavam certos ao relatar em diversas ocasiões a falta de informações vindas dos outros estados, tendo escassas aparições notícias do Norte, Nordeste e Sul, sendo apenas regular os informes sobre o movimento operário em São Paulo.

Dentre as notícias do Rio de Janeiro, as que relatam as condições dos operários das fábricas de tecido são presença constante em **A Voz do Trabalhador**. Isso pode ser explicado pela força da indústria têxtil nesse período e também pelo sucesso organizativo da categoria após a greve dos trabalhadores do setor realizada em 1903, que levou à organização e consolidação do sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro nos anos seguintes (BATALHA, 2000, p. 39-40). Depois das denúncias realizadas na primeira edição, na seção “Dos ergástulos industriais”, os trabalhadores têxteis são objeto de cinco notas na mesma seção da segunda edição, reunidas sob o subtítulo “Fábrica de tecidos” (**A Voz do trabalhador**, 15 jul. 1908, p. 2). Nelas são repetidas as denúncias de trabalho noturno nas fábricas Confiança e Corcovado, publicadas na primeira edição, além de denúncias sobre os maus-tratos de um mestre de uma fábrica em Niterói e outros casos de exploração em duas fábricas da capital.

Na edição seguinte, o anarquista e tipógrafo espanhol Ulisses Martins publica um artigo intitulado “Como se faz fortuna” (**A Voz do Trabalhador**, 1 ago. 1908, p. 2), no qual utiliza o demonstrativo de pagamento de um trabalhador de uma fábrica da companhia Santos Mereira & C., em Sapopemba, para demonstrar como os salários

pagos pelos industriais do setor são insuficientes para a sobrevivência de um trabalhador têxtil.

A grande presença dos trabalhadores têxteis também se dá pela intensa cobertura sobre o trabalho na fábrica Confiança, em Vila Isabel, alvo constante de denúncias de exploração e más condições de trabalho desde a primeira edição. Em um período não identificado entre a oitava e nona edição de **A Voz do Trabalhador** – 13 de janeiro e 17 de abril de 1909 – a fábrica passou por uma greve dos operários e lock-out⁴³ por parte dos industriais, resultando em repressão policial aos trabalhadores grevistas e à **Federação Operária do Rio de Janeiro** e retaliação por parte dos operários.

Tais denúncias eram publicadas em pequenas notas sobre a realização de trabalho noturno (**A Voz do trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 2; **A Voz do trabalhador**, 15 jul. 1908, p. 2) ou sobre as ações de uma operária, identificada como senhora Rosa, que estaria denunciando os operários para seus superiores (**A Voz do trabalhador**, 16 jun. 1909, p. 3) até artigos que passam de uma coluna e reúnem em um mesmo texto diversos exemplos de exploração (**A Voz do trabalhador**, 17 maio 1909, p. 3; **A Voz do trabalhador**, 1 jun. 1909, p. 2; **A Voz do trabalhador**, 3 ago. 1909, p. 2; **A Voz do trabalhador**, 30 ago. 1909, p. 2). A frequência das notícias vindas da fábrica Confiança e o fato delas não virem assinadas pode apontar para a relação muito próxima entre um ou mais operários da fábrica com o comitê editorial de **A Voz do trabalhador**, tese reforçada pela histórica ligação entre a formação de associações operárias do setor têxtil no Rio de Janeiro e a fundação da **COB**.

Assim como os acontecimentos sociais da vida operária não ficam limitadas dentro dos muros das fábricas e oficinas, o discurso jornalístico produzido pelos editores de **A Voz do Trabalhador** também revela uma visão não fragmentada da realidade social. Desta forma, um artigo sobre a reivindicação por melhores condições de trabalho dos operários de uma determinada fábrica não fica, necessariamente, limitada neste único fato, mas reflete também para fatos ocorridos em outras indústrias, no cotidiano dos trabalhadores, na grande mídia e no movimento operário. Esta característica é bem representada no artigo “A greve dos tecelões”, publicado na quinta edição do jornal.

⁴³ Lock-out é a prática dos patrões de negar aos trabalhadores o acesso aos meios de produção, que no caso da fábrica Confiança se deu por meio do fechamento da indústria com apoio da polícia (**A Voz do Trabalhador**, 17 abr. 1909, p. 2)

Com quatro colunas de extensão, duas na primeira página e outras duas na segunda, o artigo começa com um relato da exploração a que estavam submetidos os trabalhadores da fábrica Cruzeiro:

A situação dos operários da fábrica “Cruzeiro”, de Andaraí, tornava-se insustentável sob todos os pontos de vista. Sujeitos a um tratamento de escravos, ganhando ordenados irrisórios, ainda deviam suportar tudo no silêncio sob a ameaça constante de serem despedidos os que, tendo alguma dignidade, se atrevessem a protestar contra a situação que lhes era imposta” (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 1).

O artigo segue afirmando que após “reclamações pacíficas e tímidas por demais” que não surtiram efeito, um conflito instaurou-se na fábrica de tecidos depois do patrão se negar a dialogar com uma comissão de operários, resultando na destruição de teares e outros maquinários. Quando a polícia chegou ao local, a agitação já tinha acabado, o que não impediu a repressão violenta contra o operariado:

Mas a heroica polícia não podia conformar-se em ficar sem descarregar contra alguém, fosse quem fosse, a sua impotente ira. Era preciso procurar uma vítima e esta não tardou em aparecer. Alguém apontou como grevista o operário Frederico Juste, que andava pelas imediações da fábrica e a polícia deu-lhe voz de prisão. Ele indignado resistiu. Então avançaram muitos contra ele, espancaram-no covardemente, e um dos heróis deu-lhe uma coronhada no rosto que o prostrou (**A Voz do trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 1).

O artigo narra ainda os reflexos dos acontecimentos da fábrica Cruzeiro na fábrica Confiança e se desenvolve para uma crítica à cobertura feita pela grande mídia, que teria abordado os fatos de modo exagerado e sem buscar ouvir os operários envolvidos, publicando inclusive uma carta do **Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido** desmentido as matérias de **Folha do Dia**, **Imprensa** e **Jornal do Brasil**. Ao fim, o artigo encerra com o informe sobre duas reuniões realizadas entre os grevistas e o sindicato, do qual saiu uma lista de reivindicações ignorada pelo diretor da fábrica.

Esse discurso jornalístico que perpassa diversas esferas da vida do trabalhador em um único artigo é uma prática recorrente no jornalismo anarquista, presente não só em **A Voz do Trabalhador**, mas também nos outros dois jornais analisados. Sendo os meios de comunicação de massa, tal como afirma Kunczik (2002, p. 89), uma forma de dar sentido a complexidade social, ao optarem por esse tipo de discurso abrangente, os jornalistas-militantes levam ao seu leitor uma interpretação da realidade cujo sistema

capitalista apresenta-se como fator central dos males sociais. Desta forma, desde a exploração do operário dentro da fábrica até à má representação da vida operária na grande mídia⁴⁴, passando pela repressão e violência policial, desemprego e ineficácia do sistema republicano, o regime capitalista será sempre a causa primeira.

5.1.4 O movimento operário

A terceira temática de destaque na primeira fase de **A Voz do Trabalhador** é o movimento operário, que se destaca pela cobertura relacionada as associações operárias. Como destacado nas bases do acordo da **COB** sobre os critérios editoriais de **A Voz do Trabalhador**, as informações sobre as associações operárias confederadas deveriam ter lugar nas páginas do jornal, que se materializavam em notas e artigos soltos ou em seções, como “Movimento associativo” ou “Movimento operário”, divulgando convocações para reuniões de sindicatos ou resumos dos temas debatidos nos mesmos.

Os editores de **A Voz do Trabalhador** também demonstram uma preocupação em formar no operariado uma consciência de classe voltada para o sindicalismo revolucionário e seus meios de luta, que aparecem tanto em artigos com uma abordagem mais teórica, isto é, sem utilizar um elemento factual em sua narrativa, como é o caso do artigo do anarquista português radicado no Brasil Neno Vasco que, sob o título “Sindicalismo Revolucionário” (**A Voz do Trabalhador**, 13 jan. 1909, p. 3), aborda a necessidade da resistência contra a exploração das classes trabalhadoras no sistema capitalista afirmando que a abolição das classes é a única forma de acabar com o conflito do capital. Ou de dois textos do anarquista francês Élisée Reclus, um sobre a greve geral como caminho para a revolução social (**A Voz do Trabalhador**, 15 jun. 1909, p. 4) e outro crítico às cooperativas de trabalhadores, que se desvirtuariam do caminho da revolução para fundarem-se sobre bases de empresas capitalistas (**A Voz do Trabalhador**, 15 ago. 1908, p. 1).

Esta mesma orientação ideológica também é encontrada em artigos mais factuais, como no artigo de Amaro de Matos, publicado no número 7 do jornal sob o título “Assim é que deve ser”. O artigo de quase duas colunas começa relatando a revolta dos trabalhadores de uma construção em Cacheiro do Itapemirim (ES), que queimaram armazéns e agrediram o empregado, logo passa a criticar a **União Operária**

⁴⁴ A relação dos jornais anarquistas com a grande mídia será trabalhada com mais detalhes quando falarmos do jornal **A Plebe**.

local por negar-se a cooperar com os trabalhadores, acusando-a de ser “as tais sociedades cooperativas, que tiveram Robert Owen como seu primeiro apóstolo. O cooperativismo jamais poderá resolver o problema da emancipação operária” (**A Voz do Trabalhador**, 6 dez. 1908, p. 2). A presença de artigos como este assinado por Amaro de Matos ou o artigo de Reclus críticos às cooperativas entram em conflito com a presença constante de anúncios da cooperativa da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros, publicados com regularidade da oitava até a última edição de **A Voz do Trabalhador**.

É importante destacar que esta e outras contradições que aparecem nas páginas de **A Voz do Trabalhador** mais do que ilustrar uma possível fraqueza na prática do jornalismo anarquista, reforçam o papel assumido pelo jornal de uma tribuna livre do operariado e órgão de divulgação das diversas associações confederadas à **COB**. Essas características refletem não só o universo de posições não heterogêneas presente no movimento operário brasileiro, mas também mostra um período de formação e consolidação da posição anarquista no centro do movimento operário, que irá se destacar ainda mais na década seguinte. Assim, podemos afirmar que **A Voz do Trabalhador** aparece com um discurso jornalístico fundado sobre duas das estratégias apresentadas por Adriano Duarte Rodrigues (2012): da compatibilização e da exacerbação dos diferendos.

Como órgão de uma confederação ampla, o jornal buscava constantemente compatibilizar os diversos discursos presentes entre seus associados, mantendo sempre a postura de reforçar o papel da **COB** e dos sindicatos de resistência. Por sua vez, a estratégia da exacerbação dos diferendos aparece como instrumento de desagregação do operariado frente ao regime republicano e capitalista, apontando como estes agiam em desacordo com os interesses e benefícios do proletariado, que deveria buscar melhorias por meios próprios, segundo os ideais do sindicalismo revolucionário, principalmente aquele de base libertária.

Por fim, vale ressaltar os entraves que **A Voz do Trabalhador** colocava entre ele e o operariado. Se por um lado, o jornal tomava iniciativas que permitiam um maior acesso de um público pouco letrado e escassos recursos financeiros, como o uso de uma ortografia simplificada e a distribuição gratuita do jornal, a ausência de um redator que redigisse artigos com base nas informações recebidas dos colaboradores, como fica aparente pelo grande número de artigos assinados por colaboradores diversos, resultava

na publicação de artigos de difícil compreensão, seja por apresentarem um estilo rebuscado e uso de palavras incomuns ao vocabulário do trabalhador ou por artigos cuja falta de clareza e organização das ideias dificultava sua compreensão. Outro entrave que o discurso jornalístico do órgão da confederação coloca entre o operário é a constante responsabilização do trabalhador por sua condição. Como apontamos, em diversos momentos os jornalistas-militantes apresentam o operário como vítima da exploração capitalista ao mesmo tempo que o atacam por sua falta de iniciativa ou fraqueza demonstrada frente ao patrão.

Apesar de todos os problemas apresentados e enfrentados por **A Voz do Trabalhador** nesta primeira fase, o jornal foi importante por definir um estilo de jornalismo anarquista – voltado para a veiculação de notícias sobre as lutas operárias e do movimento associativo permeado pela defesa e divulgação dos ideais e métodos libertários – que serviria de exemplo para outros periódicos.

5.2 Tribuna do Povo (1916-1917)

Pouco se sabe sobre a vida de Antonio Bernardo Canellas antes de sua chegada em Viçosa (AL), saindo de Niterói com pouco mais de dezoito anos. Assim como sua história pregressa, o motivo que levou o jovem anarquista a deixar sua terra natal para se aventurar no interior do Nordeste é incerto, mas é provável que estivesse ligado de alguma forma à relação de Canellas com o movimento anarquista. Naquele período era comum, tanto no Brasil quanto em outros países, como discutimos nos capítulos anteriores, a migração de militantes por motivos de perseguição política. Porém, o caso de Canellas pode também estar amparado em uma das decisões tomadas no **Segundo Congresso Operário Brasileiro** (1913), que ao discutir os “Meios a empregar na propaganda do sindicalismo” (Tema 12) define:

Que a Confederação Operária Brasileira organize uma série de excursões permanentes pelos Estados, nomeando para esse fim um ou mais propagandistas, que percorrerão sucessivamente as diversas regiões do Brasil, trabalhando pela sistematização da organização operária, remodelando as que se encontrem calcadas nos velhos moldes e organizando as classes que estejam desunidas (Segundo Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 195).

Após sua reorganização, em 1913, a **COB** continuou ativa até 1915, sendo portanto difícil de determinar se ela tinha alguma ligação direta com a viagem de Canellas para Alagoas. O que é certo é que no dia 17 de agosto de 1916, o nome do jovem tipógrafo de Niterói saía impresso no cabeçalho da primeira edição como redator-tipógrafo do semanário **Tribuna do Povo**.

Publicado durante pouco mais de cinco meses, o jornal de quatro páginas de pequeno formato (32,5 cm por 21,4cm) que se apresentava como “órgão dos interesses do povo” construiu uma interessante história com a comunidade viçosense, que fez da **Tribuna do Povo** um jornal anarquista singular. Diferente de **A Voz do Trabalhador** e **A Plebe**, o jornal de Canellas era publicado em uma pequena comunidade interiorana sem presença de organizações operárias (ARAÚJO; MACIEL, 2015, p. 11). Sem o aporte financeiro de sindicatos ou coletivos de militantes, **Tribuna do Povo** se insere na comunidade não como um jornal puramente anarquista ou sindicalista, mas como um meio de comunicação local que combina informações do cotidiano da cidade com a luta ideológica de seu redator.

Ao longo de sua curta existência o jornal teve uma vida regular, tendo sua periodicidade semanal alterada apenas na oitava edição (12 outubro 1916) e na décima e décima-primeira edição (respectivamente, 28 de outubro e 15 de novembro de 1916), período no qual dificuldades financeiras levam Canellas a entregar a direção do jornal ao viçosense Auto B. Villela, cujo nome foi apresentado como redator-chefe da **Tribuna do Povo** no cabeçalho da décima edição. Porém, o acordo é desfeito antes mesmo a impressão de toda aquela edição, como ficamos sabendo ao ler as notas publicadas na terceira página da mesma (**Tribuna do Povo**, 28 out. 1916, p. 3).

Após a crise que abateu sobre o jornal no mês de outubro de 1916, a falta de recursos financeiros continuou assombrando Canellas e a **Tribuna do Povo** até sua última edição, publicada em 8 de janeiro de 1917, quando o jornal anunciava seu fim: “Depois de 6 meses de uma luta formidável, os que fazem a ‘Tribuna’ confessam-se vencidos! Vencidos pelas dificuldades materiais; vencidos pela guerra que se faz à voz da imprensa livre; vencidos pela impossibilidade de vencermos” (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 1).

No que diz respeito a falta de recursos, a sinceridade de Canellas evidencia o baixo número de assinantes, totalizando 80 assinaturas em uma cidade de quatro mil habitantes. Porém, as assinaturas e as vendas avulsas não eram a única fonte de renda do

periódico. Em seu pouco tempo de vida, o jornal circulava em outras cidades do interior alagoano, assim como a capital Maceió, o que atraiu anunciantes que pagavam 600 contos a linha e outros 1\$200 por linha de título⁴⁵, por um período de três meses. Os anunciantes do jornal eram diversos e incluíam, entre outros, Atelier Royal, Elixir de Guardiã, Loja Atractiva, Typographia Econômica, Depurativo Erlich, Fábrica de Bebidas Medeiros & Companhia, Armazém Carnaúba, Bazar Dois Irmãos, o tabelião na cidade de União Bacharel J. Purêza, o alfaiate Gracindo Alves, de Maceió.

A peculiaridade de um jornal anarquista longe dos grandes centros também afeta o círculo de colaboradores da **Tribuna do Povo**. Diferente dos outros dois jornais por nós estudados, o jornal de Canellas não possuía um comitê ou grupo editorial, sendo o tipógrafo o responsável por receber as informações que chegam ao jornal e redigi-las, assim como também era o responsável pela impressão do mesmo. Além de Canellas, outros dois nomes aparecem diretamente relacionados ao cotidiano do jornal: Romualdo Gomes de Oliveira e José Fernandes Xavier.

Oliveira tem seu nome ligado ao **Tribuna do Povo** nas edições 7 (**Tribuna do Povo**, 28 set. 1916, p. 2) e 16 (**Tribuna do Povo**, 23 dez. 1916, p. 2), ao anunciar que estaria em viagem para União a fim de receber o pagamento pelas assinaturas. A partir da décima-quinta edição, o nome de Oliveira sai também em notas publicitárias informando que o morador de Viçosa recebeu “rico sortimento de cartões postais fabricados na Suíça” (**Tribuna do Povo**, 16 dez. 1916, p. 4), indicando que provavelmente Oliveira atuara como um cobrador do jornal, sem maiores conexões com o conteúdo editorial.

Já a relação de Xavier com o jornal é mais obscura. Seu nome é apontado como redator-secretário nas edições de número 8, 9 e 12, entretanto, a seção “Soltos” da nona edição traz uma nota afirmando que Xavier partia naquela data para Canhotinho, onde iria dirigir um estabelecimento comercial, deixando “saudosas as pessoas do vasto círculo de suas relações e abre uma lacuna impreenchível na redação deste periódico” (**Tribuna do Povo**, 19 out. 1916, p. 2).

Para além dos dois nomes, os colaboradores da **Tribuna do Povo** ficam praticamente restritos aos textos literários publicados quase sempre na última página do jornal. São exemplos desses colaboradores Auto B. Villela, que também assina sob o

⁴⁵ Segundo o conversor de valores do jornal **O Estado de S. Paulo**, que utiliza como base de cálculo os valores dos jornais, 600 réis e 1\$200 em junho de 1916 equivaleria, respectivamente, a R\$24,00 e R\$48,00 em valores atuais.

pseudônimo de João da Serra, Trokate, Too Small, Barão de Alabama, Abdon de Lima Torres e Aury Monteiro. Ainda aparecem colaborações assinadas por pseudônimos nas seções “Perfil Masculino” e “Perfil Feminino”, onde publicam-se pequenos poemas que descrevem moradores de Viçosa, e na “Seção Charadística”.

Um terceiro grupo de colaboradores pode ser definido entre aqueles que escrevem artigos de caráter mais ideológico, como é o caso de A. D., que assina um artigo contra o sorteio militar (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 4), Aurelino Corvo, que utiliza um filme exibido em Viçosa para criticar o militarismo (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 1) e Labello (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 2), que escreve um artigo defendendo o vegetarianismo. Neste aspecto, Canellas também faz uso corrente de textos de pensadores e militantes anarquistas para difundir seus ideais, mas nomes como Élisée Reclus, Jean Grave, Neno Vasco, José Oiticica, entre outros, não podem ser considerados colaboradores direto do jornal.

A heterogeneidade dos colaboradores de **Tribuna do Povo** reforça a característica do jornal de Canellas como um periódico dividido entre o jornalismo anarquista e o da grande mídia, possuindo, inclusive, dois grupos distintos de colaboradores que pouco interagem entre si. Essa dissociação entre os dois grupos fica clara na edição de número 10, quando Auto B. Villela assume momentaneamente a direção do jornal. Nas páginas 1 e 4, publicadas sob a direção de Villela, **Tribuna do Povo** deixa de se apresentar como “órgão dos interesses do povo”, para se tornar um “órgão literário e noticioso”, tal como apresentado no cabeçalho daquela edição (**Tribuna do Povo**, 28 out. 1916, p. 1).

Assim, podemos compreender a existência de um grupo de colaboradores ligado à ideologia anarquista, que tem em Canellas seu eixo central. Tal grupo é formado por alguns poucos moradores locais, como A. D., Aurelino Corvo, Labello e o próprio Canellas, e uma diversidade de colaboradores indiretos, selecionados por Canellas entre os militantes e teóricos anarquistas, como é o caso de Reclus, A. Hamon, Neno Vasco, Kropotkin, Carlos Malato e Oiticica, que aparecem com artigos teóricos ou frases selecionadas. Nos artigos publicados por este grupo de colaboradores figuram temas e conteúdos tradicionalmente encontrados na imprensa anarquista, como o anticlericalismo, antiautoritarismo, organização operária, crítica ao sistema político, antimilitarismo, entre outros.

O segundo grupo de colaboradores de **Tribuna do Povo** não se encaixa na definição que apresentamos de jornalista-militante, uma vez que não aliam a prática do jornalismo à militância anarquista. Neste grupo, cuja figura principal é Auto B. Villela, estão presente a maior parte dos que colaboradores de Viçosa, que fazem do jornal de Canellas um espaço de socialização local. Este grupo é responsável pela publicação de textos literários, jogos de adivinhação e informes diversos, distinguindo-se do primeiro pela ausência da ideologia libertária e de seus temas tradicionais.

5.2.1 O conceito de jornalismo

Para compreender o discurso jornalístico na **Tribuna do Povo** podemos novamente começar pelos indícios deixados por Canellas, particularmente, no que se refere à sua concepção sobre o jornalismo.

A primeira fonte que encontramos é o artigo que apresenta o jornal ao público viçosense. Com o título “O que somos e ao que viemos”, o texto afirma que o jornal não dará espaço para denúncias infundadas e ataques contra partidos ou personalidades, propondo uma conduta pautada pela evolução política, moral e social de Viçosa (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1). Com essas palavras, o editor não quer dizer que evitará o confronto político, como fica claro em seus embates e críticas ao sistema político vigente ao longo das edições, mas afirma que a **Tribuna do Povo** não é um jornal voltado para difamar organizações políticas ou pessoas, mas que visa trazer conteúdo que agregue novos valores políticos, morais e sociais.

Essa posição demonstra que apesar da vinculação primeira com os ideais anarquistas, o jornalismo praticado por jornalistas-militantes como Canellas não renunciava à ética jornalística, que prega o compromisso com a verdade dos fatos. Mais que ilustrar a prática do jornalismo anarquista, a preocupação ética demonstrada por Canellas contribui também para a reflexão sobre o jornalismo contemporâneo, em um momento no qual a falta de ética e o sensacionalismo na cobertura noticiosa voltam ao debate acadêmico, profissional e social, o jornalismo de **Tribuna do Povo** reforça a ideia que o compromisso ético deve ter a primazia no discurso noticioso, independente de posições ideológicas.

Junto do compromisso ético, o artigo de apresentação do novo jornal de Viçosa explicita também, como todo jornal anarquista, sua aliança com os trabalhadores por melhores condições de vida.

Ocupar-nos-emos de todos os assuntos econômicos que possam interessar a vida a prosperidade das classes laboriosas. Estas sempre encontrarão na “Tribuna do Povo” um apoio decidido e incondicional. As classes laboriosas vivem sob um regime tirânico e antinatural. Não se eleva uma única voz em sua defesa, nem no seio do Congresso, nem nas colunas da imprensa burguesa. O seu sofrimento é indiferente àqueles que deviam, por efeito das doutrinas que pregam, interessar-se em descobrir as causas do aviltamento acabrunhador em que jaz os que tudo produzem (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1).

Em dois artigos publicados na última edição do jornal podemos compreender melhor a função do jornalismo para Canellas. Na página 3 da edição do dia 8 de janeiro de 1917, um artigo sem título traz uma réplica da **Tribuna do Povo** sobre a resposta dos editores da revista **Albor**⁴⁶ às críticas publicadas na edição anterior sobre a descompostura que reinava nas oficinas da revista. A resposta de Canellas logo caminha para uma crítica ao jornalismo praticado pela **Albor**, afirmando que antes de se publicar qualquer notícia faz-se necessário realizar uma “sindicância rigorosa”.

Se assim fosse, os colegas de “Albor” não teriam intitulado de “A Verdade” o que lhes soprou o sr. Luiz Galdino, “digno comissário de polícia”, a respeito do conflito do engenho Bonito. O “Albor” fez tal sindicância rigorosa para dizer que aquilo é que é a verdade? A verdade que o editorial de “Albor” expediu é uma verdade enevoada pelo incenso, é uma verdade coada através da preocupação de ser agradável a este ou àquele (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

Logo em seguida, em um artigo intitulado “Não queremos mais reportagens!”, o jornal dá continuidade aos problemas referentes a cobertura jornalística do caso do engenho Bonito, publicado na seção “Canhenho policial” na edição anterior (**Tribuna do Povo**, 30 dez. 1916, p. 4), e que foi um dos fatores que levou ao fechamento do jornal. No artigo é relatado que a seção dedicada aos casos policiais estava suspensa por ordem do comissário de polícia, a quem não agradou que a **Tribuna do Povo** tivesse relatado a versão dos presos no caso do engenho Bonito.

⁴⁶ A revista literária **Albor** foi lançada em outubro por Pedro Motta Lima e Ovidio Edgard. O novo periódico de Viçosa é saudado e elogiado em diversos momentos nas páginas da **Tribuna do Povo**, mas as divergências ideológicas entre ambas publicações tornam-se acirradas a partir das críticas feitas contra Rodrigues Macedo, que assina a coluna “Questões Sociais” em **Albor**, a partir do número 11 do jornal de Canellas (**Tribuna do Povo**, 15 nov. 1916, p. 2).

Há dias fomos, como de costume, à sede do comissariado indagar das ocorrências policiais a fim de noticiá-las. Aí tivemos ciência do conflito que se travara no engenho “Bonito”. Procuramos detalhes e, de entre várias versões, tomamos como exata a que partiu dos presos. Procuramos o subcomissário, sr. J. Tenório, que estivera envolvido no conflito e, não o achando, deliberamos cingir-mos a versão partida dos presos. Publicada a notícia, os nossos policiadores puseram-se em sobressalto: Que! Então a “Tribuna” tivera o arrojo de dar curso a uma versão que não fosse a proferida pelos lábios policiacos? Decididamente, isso não podia continuar! E vai daí, o comissário chamou-nos para dizer-nos muito policialmente que “não queria mais reportagens!” (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

O relato dos fatos que deram fim à seção “Canhenho policial” conclui negando que, diferente do que desejam as autoridades, as notícias não devem ser publicadas com o pretexto de elogiar coronéis, comissários e políticos, mas que “nós, porém, achamos que cada notícia devia ser objeto de um estudo sobre a má organização da sociedade” (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

A cobertura do caso do Engenho Bonito evidência mais uma vez a preocupação de Canellas com a verdade no jornalismo. Esta verdade viria, como mostra a crítica ao **Albor**, por uma apuração dos fatos que vai além do relato oficial, apresentado pela autoridade policial ou política. Ela demanda um trabalho investigativo, buscar fontes diferenciadas – como os detidos – e não deixar-se vencer pela intimidação e censura. Para Canellas, a verdade que o jornalismo traz à tona é elemento que evidencia os males sociais e, conseqüentemente, reforça em seus leitores a importância de uma mudança na organização social.

Em outro momento Canellas também dá mostras de como o pensamento anarquista molda a prática jornalística. Em “Uma explicação que se impõe”, o redator responde aos comentários de que o jornal estaria atuando em favor de algum dos grupos políticos da cidade no momento em que as eleições se aproximavam. Tomando a decisão de não publicar mais os fatos eleitorais, apesar de “como órgão de informações, a ‘Tribuna’ deve registrar todos os acontecimentos locais” (**Tribuna do Povo**, 16 dez. 1916, p. 1). Tal posição é melhor explicada na edição seguinte, em uma resposta à uma carta que receberam criticando a posição do jornal:

O formidável missivista estranha que “sendo a ‘Tribuna’ um órgão dos interesses do povo não devia silenciar sobre a política que tão altamente interessa ao povo”. Nós, porém, pensamos que o povo nada lucrará [ilegível] este ou aquele candidato, pois governo (seja qual for o seu rótulo) significa privilégios, opressão e é justamente na extinção

destes males que estão os interesses do povo (**Tribuna do Povo**, 23 dez. 1916, p. 3).

Ao analisar o conteúdo publicado nas 18 edições de **Tribuna do Povo** notamos o esforço de Canellas em materializar esses ideais de jornalismo em um discurso que parte dos acontecimentos sociais e políticos em busca de suas verdadeiras causas e consequências. Esta primazia do fato, no entanto, não desvincula o discurso jornalístico da **Tribuna do Povo** da ideologia anarquista. Pelo contrário, o discurso jornalístico de Canellas emerge do cruzamento entre estes acontecimentos com a visão de sociedade libertária, como veremos mais tarde. Porém, antes de abordar essa encruzilhada, devemos destacar uma característica singular do jornal de Canellas: sua relação com o cotidiano de Viçosa, que aproximava o jornal anarquista de uma prática do jornalismo presente na grande mídia.

5.2.2 *O cotidiano de uma cidade sob o olhar anarquista*

Nesta encruzilhada entre o jornalismo anarquista e grande mídia, o discurso jornalístico na **Tribuna do Povo** emerge de forma singular combinando fatos do cotidiano da cidade com artigos factuais e teóricos que analisam a sociedade a partir da ótica libertária.

A presença de notícias sobre o dia a dia de Viçosa toma grande parte do jornal, principalmente nas páginas internas (dois e três), sendo a primeira página dedicadas aos artigos que trazem alguma reflexão de cunho libertário e a última para textos literários e conteúdo diverso. Entre os assuntos cotidianos de Viçosa publicados na **Tribuna do Povo** estão notas de aniversário, de falecimento e enfermos, sobre retorno ou mudanças de viçosenses, comentários sobre o clima, decisões do tribunal local, sobre atividades nas escolas e associações culturais e sociais de Viçosa, assim como a publicação mensal da movimentação do Hospital Nossa Senhora da Conceição, mantida pela Sociedade Amor e Caridade. Até mesmo a nomeação de um novo comissário de polícia é tratada sem críticas pelo jornal anarquista.

Assumi o exercício do cargo de comissário de polícia, deste município, o dr. Frederico Maia. A “Tribuna do Povo” faz votos para que s. s., sem paixão, saiba desempenhar-se de tal incumbência, moldando os seus atos no respeito à ordem e a garantia de todos (**Tribuna do Povo**, 24 ago. 1916, p. 2).

As atividades culturais e esportivas de Viçosa também têm destaque entre o conteúdo noticiado pelo jornal de Canellas. A preocupação com a prática esportiva já aparece logo na primeira edição do jornal, com um artigo intitulado “O sport”, onde afirma-se os benefícios da prática esportiva para o corpo e para o espírito – “sendo o remédio mais eficaz contra o nervosismo causado pela complexidade da vida do homem atual” (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 3), além de estimular o espírito associativo, de solidariedade e camaradagem, que “precisam ser cultivados no coração de todos os homens para que a humanidade chegue a um período áureo de paz e liberdade” (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 3).

Entre as modalidades sugeridas nesse primeiro artigo – natação, corrida, cricket, futebol, tênis e ginástica –, o futebol foi aquele que ganhou espaço entre a juventude viçosense, com a organização de um time da Instrutora Viçosense e pelo Instituto Viçosense (**Tribuna do Povo**, 14 set. 1916, p. 2; **Tribuna do Povo**, 23 nov. 1916, p. 3; **Tribuna do Povo**, 16 dez. 1916, p. 5). Outra modalidade esportiva que mobiliza a cidade são as corridas de cavalo, com a inauguração de um clube de corridas na cidade (**Tribuna do Povo**, 21 set. 1916, p. 3).

O cinema e o teatro também movimentam Viçosa e a **Tribuna do Povo**, com a publicação semanal de matérias sobre os filmes exibidos no Cinema Aliança e sobre a temporada local da Companhia Dramática Apollonia Silva. A companhia de teatro fez sua primeira apresentação na cidade no dia seguinte ao lançamento do jornal (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 3) e permaneceu em cartaz com peças variadas até o mês de outubro (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 3).

Apesar do sucesso da companhia teatral em Viçosa, o jornal noticia em sua edição do dia 28 de outubro que o grupo chegara ao fim por conta de problemas financeiros: “A decadência em que se acha a arte teatral influenciava acabrunhadamente sobre o equilíbrio econômico daquele simpático grupo de artistas” (**Tribuna do Povo**, 28 out. 1916, p. 2). Em outra nota publicada na mesma edição é informado que um casal de atores do grupo retornava à Viçosa para estabelecer residência temporária.

A presença desses temas do cotidiano da cidade de Viçosa é o elemento de maior distinção entre a **Tribuna do Povo** e os demais jornais anarquistas por nós estudados. Destacado de centros operários, Canellas precisa se alimentar do cotidiano de todas as classes sociais de Viçosa, tanto para obter conteúdo suficiente para uma

publicação semanal, como para obter um mínimo de retorno financeiro, com vendas de exemplares e anúncios. O discurso jornalístico, nesse caso, é produzido de forma a legitimar a própria instituição jornalística, inserindo-a na sociedade local.

Esta estratégia de inserção adotada por Canellas é fundamental para o projeto por trás do jornalismo anarquista, isto é, difundir os valores anarquistas e formar indivíduos que lutem pela Revolução Social, pois legitima o jornal anarquista como uma instituição apta a ditar normas e regular comportamentos (RODRIGUES, A., 2012, p. 234). Sem ela, o discurso jornalístico produzido pelos militantes anarquistas tenderia a ficar isolado dentro de seus círculos, sem surtir o efeito de propaganda esperado.

Porém, o que diferencia **Tribuna do Povo** dos jornais publicados em grandes centros operários é a necessidade de radicalizar esta estratégia para além do círculo operário. Em **A Voz do Trabalhador** e **A Plebe**, por exemplo, a estratégia de legitimar a instituição jornalística está vinculada à cobertura do cotidiano dos trabalhadores, que veem sua realidade refletida no discurso do jornal e, conseqüentemente, o reconhece como apto a intervir na sociedade. No caso do jornal alagoano, a ausência de uma base operária sólida impõe a Canellas a necessidade de dialogar com outros públicos, abandonando assim uma prática jornalística estritamente anarquista para interagir com a sociedade local por meio de conteúdos e temas de interesse de toda a comunidade.

5.2.3 O jornalismo como uma crítica da organização social

Se os acontecimentos sociais da cidade, muitas vezes, apareciam de forma acrílicas e como simples retratos nas páginas de **Tribuna do Povo**, outros fatos do cotidiano de Viçosa serviam como bases para a crítica à realidade social local e nacional. Exemplo disso é a campanha que o jornal lança logo em seu primeiro número visando solucionar o problema das crianças que realizavam pequenos furtos no mercado da cidade. Sob o título “Pequenos laráprios”, o jornal comenta o caso de crianças que causam problemas para os comerciantes e agricultores roubando seus produtos colocados à venda no mercado. Apontando que a ação policial não tem sido suficiente, o jornal chama a atenção da comunidade para buscar uma solução por meio da educação (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1).

A proposta para tirar as crianças da prática criminosa é publicada na segunda edição do jornal, onde Canellas utiliza de um subterfúgio pouco costumaz aos

anarquistas: o recurso à burguesia. Em “Apelo aos generosos”, o redator do jornal escolhe uma citação de Diderot sobre a busca da felicidade na justiça e em fazer o bem para pedir aos “médicos competentes, senhoras bondosas e homens de dinheiro” (**Tribuna do Povo**, 24 ago. 1916, p. 4) que socorram os miseráveis de Viçosa, em especial às crianças. Como exemplo do que pode ser praticado, o artigo apresenta o **Instituto de Proteção à Infância**, do Rio de Janeiro, voltado para o cuidado de recém-nascidos e bebês.

Porém, será outro crime ocorrido no mercado de Viçosa que ilustrará bem a ideia de Canellas do jornalismo como uma investigação da má organização social. Fazendo uso de um título composto – “O crime do mercado ou Os frutos do regime autoritário” – o tipógrafo anarquista relata com detalhes o confronto entre o fiscal da intendência Joventino Soares e o comerciante de açúcar Cyrenio de Campos, que teve início quando o fiscal foi cobrar os impostos atrasados do comerciante, ameaçando-o de expulsão do mercado.

Cyrenio reagiu: e na alma deste homem renasceu o secular rancor do oprimido contra o opressor – o mesmo ódio que armava o braço do campônio contra o esbirro do senhor feudal. O fiscal ordenou a prisão do pequeno negociante. Este, pediu permissão para ir à casa e de lá veio fardado de sargento do exército (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 1).

Do confronto que resultou na morte de Cyrenio e na fuga de Joventino, o artigo conclui que: “Enquanto a organização da sociedade estiver baseada no antagonismo dos interesses, existirá um continuo atrito entre os indivíduos, abundarão as tragédias e as relações sociais entre os homens serão um nascedouro inesgotável de conflitos sangrentos e tristíssimos” (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 1).

Os problemas de Viçosa também são analisados como fruto da desorganização social no artigo “Regulamentar a mendicância?”, dividido entre as páginas 1 e 4 da sexta edição da **Tribuna do Povo** e concluído na edição seguinte sob o título “A regulamentação da mendicância” (**Tribuna do Povo**, 21 set. 1916; **Tribuna do Povo**, 28 set. 1916). Nele, o debate sobre a presença de pessoas mendigando em Viçosa é usada como base para uma crítica da sociedade capitalista, afirmando ser a mendicância efeito das desigualdades econômicas e da ambição gerada dentro da sociedade.

Tanto o caso de Cyrenio e Joventino como da mendicância ilustram mais uma característica presente no jornalismo anarquista: a mistura de fato com opinião. Como

destacam Araújo e Cardoso, os jornais anarquistas não se limitavam ao simples relato dos fatos, mas traziam junto dos relatos um elemento interpretativo da realidade, emitindo juízos e tirando conclusões com “o objetivo de provocar ação por parte daqueles aos quais dirige as mensagens” (1992, p. 36).

Essa combinação de fato e opinião nunca foi exclusividade do jornalismo anarquista, ou mesmo do jornalismo contra-hegemônico. O ideal de um jornalismo objetivo e imparcial surgiu inicialmente nos Estados Unidos, no fim do século XIX, de onde foi exportado gradativamente para os países europeus e para o resto do mundo nas décadas seguintes. No Brasil, como destaca Aline Andrade Pereira (2012, p. 1-2), o ideal da objetividade chega ao jornalismo já nas primeiras décadas do século XX, mas só vai se consolidar na grande mídia a partir dos anos de 1950, até lá, mesmo a grande mídia era carregada de comentários, opiniões e críticas. Desta forma, o que irá diferenciar o jornalismo anarquista das demais práticas jornalísticas é a base teórica e o objetivo por traz da opinião expressa. Partindo dos pressupostos libertários, o comentário não recai sobre o fato relatado e seus atores, mas volta-se, como no caso da reportagem sobre o conflito entre Cyrenio e Joventino, para a organização social regida por interesses capitalistas e burgueses e os responsáveis por essa organização, como o Estado, políticos, burguesia e a Igreja. Da mesma forma, tais textos não visam produzir mera reflexão em seus leitores, mas também leva-los a agir contra essa forma de organização por meio da ação direta, presente sobretudo nas matérias sobre a condição de vida dos trabalhadores.

Como todo jornal anarquista, a **Tribuna do Povo** não poderia deixar de abordar a exploração e condições de vida dos trabalhadores de Viçosa e região. Neste ponto, o jornal de Canellas dedica muito menos espaço do que **A Voz do Trabalhador** e **A Plebe**, o que pode ser compreendido devido o nível de urbanização local. Com apenas quatro mil habitantes, Viçosa era uma pequena cidade do interior agrário de Alagoas sem uma grande população operária ou organizações de trabalhadores. Estes fatos dificultam a chegada de relatos sobre a exploração de trabalhadores na região, que abasteciam as redações dos jornais operários dos grandes centros. Entretanto, essa dificuldade não impede o jornal de Canellas cobrir o incêndio que fechou a fábrica de tecidos na cidade de Rio Largo, alvo de denúncias da federação operária local durante uma greve em 1915. Publicado pela primeira vez na nona edição da **Tribuna do Povo** (19 out. 1916, p. 3), o tema volta a aparecer na penúltima edição do jornal (**Tribuna do**

Povo, 30 dez. 1916, p. 1), afirmando que a fábrica permanecia fechada, mesmo sendo reformada um mês após o incêndio, prejudicando os trabalhadores que estão sem seus empregos.

Mas o fato é que a fábrica de Rio Largo, segundo corre, não funciona por conveniências inconfessáveis da parte de seus diretores. Assim é que os tubarões da fábrica de Rio Largo abiscoitaram 600 contos de réis da Companhia de Seguros, concertaram a fábrica em um mês e agora estão gozando os benefícios deste alto negócio que foi o incêndio da fábrica. Os operários é que sofreram. E agora, depois da fábrica consertada (os danos causados pelo incêndio não foram extensos) não há motivos plausíveis que determinem a continuação da paralisação dos serviços fabris – tendo em vista que tal paralisação está prolongando o sofrimento de centenas de operários (**Tribuna do Povo**, 30 dez. 1916, p. 1).

Os trabalhadores rurais também são alvo de duas matérias publicadas na primeira página na edição do dia 30 de dezembro. Em “No *far West* alagoano”, o jornal noticia o assassinato de José Evaristo, um camponês de Anadia, morto ao se recusar a vender suas terras para um latifundiário. Destacando a recorrência de casos como estes, o artigo afirma que os camponeses do interior de Alagoas deveriam fundar um Centro de Resistência, “que reúna em seu seio todos os pequenos lavradores e que se destine a defender os direitos dos fracos, escudando-se na taboia da lei ou no fragor da dinamite – isto é, segundo a ação legal ou a ação direta” (**Tribuna do Povo**, 30 dez. 1916, p. 1). Na mesma página, outro fato ocorrido em Anadia, desta vez um latifundiário que soltou seu gado para pastar nas plantações de seus arrendatários, serve para apontar como os trabalhadores rurais de Alagoas vivem da mesma forma que os camponeses nos tempos feudais (**Tribuna do Povo**, 30 dez. 1916, p. 1).

A crítica social da **Tribuna do Povo** surge também na cobertura policial, principalmente com a publicação da seção “Canhenho policial”, que aparece na edição do dia 7 de dezembro. Um bom exemplo do discurso jornalístico da seção é publicado no dia 16 de dezembro. Sob o título de “Odisseia de um faminto”, Canellas relata a história de Francisco Leite e seu companheiro, que decidem furtar uma venda na cidade para matar a fome que os atormentavam.

Como fazer? Como satisfazer as exigências do estômago? Os dois companheiros passeavam, filosofando tristemente... Não havia outro recurso... Era preciso violar o código civil! Combinam um plano: os dois famintos entram na venda do sr. Manoel Esperidião. Francisco Leite começa a entreter o caixeiro, depois de o seu companheiro pedir 400 gramas de bacalhau. A folhas tantas, o caixeiro percebeu que o

freguês de bacalhau “dera o fora” e que as conversas do Francisco Leite não passavam de um “conto”. E lá se foi o Francisco Leite para o xilindró aprender que o Código Civil não proíbe o suicídio e que, portanto, havia um meio de livrar-se da fome sem violar o código... (**Tribuna do Povo**, 16 dez. 1916, p. 3).

Apesar de praticamente inexistente, a atenção dada pela **Tribuna do Povo** aos trabalhadores e miseráveis de Viçosa e região denotam o objetivo de criar nesses grupos um imaginário em comum, ou seja, uma representação de si dada pelas interpretações difundidas pelo discurso jornalístico que “proporcionam a um grupo a designação de uma identidade e de uma representação sobre si próprio, auxiliando ainda na distribuição de papéis e funções sociais, expressão de crenças comuns e modelos” (ESPIG, 2003, p. 54). Assim, ao relatar os fatos que envolvem operários, trabalhadores rurais e miseráveis com uma crítica social de base libertária, o discurso jornalístico de **Tribuna do Povo** busca reorganizar a estrutura social, munindo as classes oprimidas de conceitos (organizativos e de combate), e fornecendo uma nova interpretação das funções sociais de cada classe, notadamente do proletariado e da burguesia.

5.2.4 Cobertura nacional e internacional no interior de Alagoas

Se os fatos locais não eram suficientes para Canellas oferecer análises libertárias, acontecimentos nacionais e internacionais dão a base para os artigos que levam o pensamento anarquista para a população de Viçosa.

O conteúdo internacional faz-se presente na **Tribuna do Povo** principalmente com a cobertura da Primeira Guerra Mundial, além de aparecer em artigos ligados aos temas de interesse dos militantes anarquistas, como uma provável revolução em Portugal (**Tribuna do Povo**, 23 nov. 1916, p. 1; **Tribuna do Povo**, 23 dez. 1916, p. 3), um artigo antimilitarista que alerta sobre a propaganda belicosa divulgada em toda América do Sul (**Tribuna do Povo**, 7 dez. 1916, p. 1) e sobre a morte do senador socialista francês Alfred Naquet (**Tribuna do Povo**, 15 nov. 1916, p. 3).

Porém, é ao noticiar o sexto aniversário da revolução republicana em Portugal, que o noticiário internacional na **Tribuna do Povo** merece atenção, por ilustrar a relação conflituosa de Canellas com o regime republicano. Com o título “Data gloriosa – O 5 de outubro” (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 1), Canellas demonstra uma simpatia pelo regime republicano ao comemorar o sexto aniversário da queda da monarquia portuguesa, mesmo que colocando em dúvida a existência de políticos

capazes de promover avanços sociais. Prova dessa dúvida surge na décima segunda edição (**Tribuna do Povo**, 23 nov. 1916, p. 1), quando relatando os informes sobre uma eminente revolução em Portugal, Canellas desenvolve uma crítica ao governo republicano português, acusado de enganar o povo na época da derrubada da monarquia e ignorar sua vontade no que dizia respeito à guerra.

A visão de Canellas do regime republicano fica mais clara na edição de 15 de novembro, Proclamação da República no Brasil. O editorial que abre o jornal saúda a república como um avanço perante o regime monárquico, ao mesmo tempo em que afirma que o caminho da humanidade deve ser o comunismo libertário:

Hoje, a República é um ideal falido. Mas não seja isso pretexto para que muitos indivíduos alimentem o sonho insensato da volta aos corrompidos tempos do Império. Também não tem razão aqueles que se obstinam em ver na República o mais ideal dos regimes políticos. A “socialização dos meios de produção e de consumo” e o “comunismo anárquico” são os grandes ideais do século, são a meta da evolução humana em regimes políticos” (**Tribuna do Povo**, 15 nov. 1916, p. 1).

Essa crítica ao regime político vigente já era uma constante nos artigos publicados na primeira página do jornal. Diferente do que ocorria com **A Voz do Trabalhador**, os artigos que abrem as edições da **Tribuna do Povo** podem ser caracterizados como artigo de fundo, por serem o local de expressão da opinião do jornal sobre determinado assunto (BELTRÃO, 1980, p. 55) e Canellas faz uso recorrente desse espaço privilegiado do jornal para criticar o sistema político brasileiro.

As críticas ao sistema político brasileiro aparecem logo na primeira edição. No artigo “Sursum corda!” (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1), Canellas acusa o congresso de criar novos impostos pelo interesse em abastecer o Tesouro, que lhe financia, assim como critica a criação de leis de proteção agrícola, por serem ineficazes ou distorcidas em prol de interesses particulares. Na edição seguinte (**Tribuna do Povo**, 24 ago. 1916, p. 1), o artigo de fundo ataca a nova lei eleitoral, que deixaria todo poder na mão das classes conservadoras. Em “Basta de servidão!” (**Tribuna do Povo**, 19 out. 1916, p. 1), Canellas volta a abordar a questão do trabalhador rural, reconhecendo o conhecimento acumulado ao longo da história pelos trabalhadores do campo e que agora sofrem com a interferência do Estado na produção por meio de leis e impostos que em nada contribuem para o trabalhador.

Ainda no âmbito do regime político, o antimilitarismo figura constantemente em artigos publicados na **Tribuna do Povo**. Diferente da provável guerra entre Brasil e

Argentina, tema constante de **A Voz do Trabalhador**, o antimilitarismo do jornal de Canellas tem como adversário o sorteio militar obrigatório. A partir do uso desse artifício legal criado anos antes e colocado em prática nos meses finais de 1916, o jornal realiza diversas críticas ao militarismo, como uma prática que acaba com a fraternidade e a solidariedade entre os homens, impedindo a emancipação humana (**Tribuna do Povo**, 12 out. 1916, p. 4).

A leitura da **Tribuna do Povo** é significativa por ilustrar de que forma o discurso do jornalismo anarquista emerge em uma comunidade onde o pensamento libertário não é presente e o proletariado não está presente ou organizado de forma suficiente para manter um jornal exclusivo. Desta forma, a **Tribuna do Povo** é levada a produzir um jornalismo que combine os preceitos e objetivos do jornalismo anarquista, tais como dar voz e apoio à causa do proletariado, buscar conscientizar os trabalhadores da sua condição de explorados e auxiliar na organização operária, com a prática do jornalismo da grande mídia, como a divulgação de fatos locais e uma relação de dependência financeira (por meio de publicidade e assinaturas) e social (público-alvo e temático) da burguesia local.

O encerramento da **Tribuna do Povo** depois de 18 edições por conta das dificuldades financeiras e da censura policial pode ser vista como o fracasso do projeto da **Confederação Operária Brasileira** e, em particular, de Canellas em levar a prática do jornalismo anarquista para regiões remotas do Brasil e sem uma base proletária de sustento. Entretanto, o incomodo causado pelo jornal, que se viu em meio à querelas políticas e policiais, assim como a sua penetração social na comunidade viçosense evidenciam que, apesar das dificuldades vividas, a prática do jornalismo anarquista mostrou-se um elemento de perturbação da ordem social, tal como almejada pelo movimento anarquista no Brasil e no mundo.

Tal perturbação se deu pela penetração do discurso exotérico do movimento anarquista em meio a comunidade local, por meio da estratégia de naturalização (RODRIGUES, A., 2012, p. 235), que consiste em trazer para o discurso jornalístico o discurso exotérico de determinadas instituições por meio de um recorte arbitrário nos diversos domínios da sociedade. Porém, diferente do que afirma Rodrigues, ao se apropriar do discurso do movimento anarquista para construir seu discurso jornalístico, os jornais anarquistas não escondem as pretensões do primeiro – como ocorre

tradicionalmente no uso da estratégia de naturalização – em promover mudanças sociais, colocando-se inclusive como instrumento dessa mudança.

Entendemos, portanto, que a experiência de Canellas de se afastar da prática puramente anarquista de jornalismo, pode apresentar ganhos tanto para o jornal, que ampliou seu público-alvo e fontes de recursos, quanto para o movimento anarquista, que teve suas ideias difundidas para um público maior do que operários e militantes. Ao ampliar a temática do jornal, Canellas ganhou um novo público-alvo, que ia além do operariado, que ao mesmo tempo que ajudava no sustento do periódico, tomava contato com um discurso contra-hegemônico de base libertária. Por outro lado, essa mesma modificação no conteúdo leva o jornalismo anarquista a se aliar e tornar-se dependente de classes e grupos que tradicionalmente estão do lado oposto da militância libertária, como a burguesia e a polícia.

5.3 A Plebe (1917)

Cinco meses depois da última edição da **Tribuna do Povo** ser publicada em Viçosa, a cidade de São Paulo conhecia a primeira edição do jornal **A Plebe**. Apesar de novo, o periódico nascia com uma longa tradição no jornalismo, sendo apresentado como uma continuação do anticlerical **A Lanterna**, publicado na capital paulista entre 1901 e 1904 e, em uma segunda fase, entre 1909 e 1916⁴⁷ e trazia consigo uma experiente equipe de jornalistas-militantes do anarquismo liderado por Edgard Leuenroth.

Leuenroth iniciara sua vida como jornalista em 1897, ainda antes de se converter ao anarquismo com os jornais **O Boi** e **Folha do Braz** (1898). Depois de conhecer o anarquismo por meio do poeta Ricardo Gonçalves, em 1903, o tipógrafo funda em São Paulo o **Centro Tipográfico** e seu jornal **O Trabalhador Tipográfico**. Antes de assumir a direção da segunda fase de **A Lanterna** e publicar **A Plebe**, Leuenroth ainda lançaria e editaria o jornal anarquista **A Terra Livre**, com Neno Vasco e Manuel Moscoso, **Lucta Proletária**, órgão da **Federação Operária de São Paulo**, e **A Guerra Social**, ao mesmo tempo em que atuava como jornalista na grande mídia, como nos

⁴⁷ **A Lanterna** ganharia uma terceira fase na década de 1930.

jornais **O Combate** e **A Capital**. Como militante, Leuenroth participaria da fundação da **Federação Operária de São Paulo** e dos **Congressos Operários Brasileiros**⁴⁸.

Ao lado de Edgard Leuenroth, **A Plebe** contava em sua primeira fase⁴⁹ com um círculo de colaboradores importantes no movimento operário e anarquista de São Paulo e do Brasil, como Andrade Cadete, Antonio Bernardo Canellas, Astrogildo Pereira, Benjamin Motta, Florentino Carvalho (pseudônimo de Raymundo Primitivo Soares), Hélio Negro, Isabel Cerruti, João Penteadó, Neno Vasco (que escrevia de Portugal), Roberto Feijó e outros.

A eminência de perseguição policial ou patronal para os colaboradores de um jornal anarquista faz também com que seja comum em **A Plebe** os artigos assinados anonimamente, principalmente com o uso de iniciais. Entretanto, o que chama a atenção no uso de pseudônimos e abreviações no jornal é o artifício de uma mesma pessoa utilizar mais de uma assinatura. São os casos de Astrogildo Pereira, que assina artigos com seu próprio nome, com o pseudônimo Bazílio Torrezão e a abreviação Astper na coluna⁵⁰ “Guanabarinás”, Isabel Cerruti, que assina ora com seu nome ora como Isa (Iza) Ruti, Neno Vasco, que assina a coluna “Sermos ao ar livre” como Zeno Vaz e o advogado Roberto Feijó, que recorre as iniciais R. F. O motivo para o uso dessas diferentes assinaturas não fica claro, sendo provável, principalmente no caso de Astrogildo Pereira, que visasse passar a ideia de uma maior diversidade de colaboradores para os leitores do jornal.

Com quatro páginas e edição semanal, **A Plebe** possuía a melhor qualidade gráfica dos três jornais por nós analisados, chegando a incluir charges ou fotos em quase todas as edições e apresentando uma arte gráfica no título da seção “Mundo operário”. Essas características mostram tanto o avanço na técnica de impressão de um jornal

⁴⁸ Para mais informações sobre a vida de Edgard Leuenroth ver KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgard Leuenroth**: uma voz libertária, imprensa, memória e militância anarco-sindicalista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

⁴⁹ Como explicamos anteriormente, o jornal **A Plebe** é publicado em diversas fases até 1951. Em nossa pesquisa nos detemos em sua primeira fase, que vai de junho a outubro de 1917.

⁵⁰ É importante diferenciarmos aqui o conceito de coluna no jornalismo contemporâneo da coluna presente nos jornais aqui estudados. Com a emergência do ideal de objetividade e imparcialidade no jornalismo contemporâneo, a partir dos anos finais do século XIX, a coluna tornou-se um componente do jornalismo opinativo, isto é, um espaço reservado e destacado do conteúdo informativo, no qual o autor ou responsável expressa sua opinião sobre os acontecimentos diversos ou fatos de sua especialidade. No caso do jornalismo anarquista no século XX, como apontamos anteriormente, essa divisão entre fato e opinião não existia, sendo toda matéria base para um comentário, crítica ou opinião dos jornalistas-militantes. Desta forma, quando falamos de colunas no jornalismo anarquista, fazemos referência ao espaço dedicado para um jornalista-militante específico e que, normalmente, traz um título recorrente e independente do tema abordado pelo autor.

alternativo em 1917, na cidade de São Paulo, como também demonstra a capacidade de financiamento do grupo responsável pelo jornal.

De fato, o jornal nunca demonstrou grandes dificuldades financeiras, apresentando até um saldo positivo ao colaborar com as listas de subscrições em prol de operários presos. Além dos assinantes e vendas avulsas em diversas localidades do Brasil, como demonstram notas e cartas publicadas no jornal, **A Plebe** também atraía um grande número de anunciantes, chegando a ocupar toda a quarta página do jornal, ao custo de 800 réis a linha. O único sinal de dificuldades financeiras apareceu com a suspensão da publicação, em outubro de 1917, quando apontam a falta de dinheiro para a pausa temporária do jornal (**A Plebe**, 30 out. 1917, p. 2).

Se a falta de recursos financeiro não foi o problema enfrentado pelo jornal de Edgard Leuenroth, teve na repressão policial sua maior adversária. Durante as 19 edições de sua primeira fase, **A Plebe** só deixou de ser publicada em dia durante a Greve Geral de São Paulo, entre 9 e 16 de julho, quando a gráfica onde se imprimia o jornal declarou greve e os editores do jornal voltaram sua atenção para a ação operária (**A Plebe**, 21 jul. 1917, p. 1), e no dia 15 de setembro, quando a polícia paulista invadiu a gráfica onde se imprimia o jornal, empastelando os originais e apreendendo a edição regular, o que levou a publicação de um suplemento de uma página noticiando a ação policial.

Publicado na cidade de São Paulo, que naquela época já estava estabelecida como centro industrial e principal foco do movimento anarquista e operário do Brasil, **A Plebe** conseguiu se tornar aquilo que **A Voz do Trabalhador** ambicionara: uma tribuna do movimento operário do Brasil. Mesmo com uma posição ideológica abertamente anarquista, um pouco diferente do sindicalismo revolucionário de tendência anarquista do órgão da **COB**, e publicado por um grupo de jornalistas-militantes de São Paulo, **A Plebe** assume o caráter de um jornal que abrangia os acontecimentos de grande parte do Brasil, publicando com regularidade notícias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, interior de São Paulo, além de esporádicas notícias vindas de outros estados do país. A circulação do jornal em quase todo território também pode ser comprovada por meio de cartas de leitores e divulgação de pontos de vendas nesses estados.

Outra marca de distinção de **A Plebe** é o número de colunas e seções regulares do jornal. Uma das mais regulares dessas seções foi a “Guanabarrinas”, que trazia semanalmente informações da capital federal, envolvendo principalmente o movimento

operário do Rio de Janeiro. A seção, impressa quase sempre na primeira página, era assinada por Astper, abreviatura de Astrogildo Pereira, importante anarquista carioca. A coluna só deixou de ser impressa nas edições de número 9 a 11 e 14, sendo que na edição de número 7, o artigo assinado por Astper não aparece sob o costumeiro título da seção, mas sob o título “A greve no Rio – O movimento tomou grandes proporções” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2). Na ocasião, o articulista carioca escreve sobre os efeitos da greve geral paulistana no Rio de Janeiro, tendo seu artigo acompanhado de uma notícia da redação sobre o crescimento do movimento grevista na capital federal depois do envio da coluna de Pereira.

Assinada com as iniciais R. F., a coluna “Comentários de um plebeu” é outra presença regular nas páginas de **A Plebe**. Publicada até a edição do dia 1 de setembro de 1917, com exceção das edições de número 4, 6 e 8, a coluna traz notas com comentários de seu autor sobre assuntos diversos, como questões jurídicas (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 2), Primeira Guerra Mundial (**A Plebe**, 25 ago. 1917, p. 1), repressão ao movimento operário (**A Plebe**, 18 ago. 1917, p. 1), imperialismo estadunidense (**A Plebe**, 16 jul. 1917, p. 1), entre outros.

Além de colunas, o jornal contava ainda com seções regulares que traziam notas assinadas ou não, como é o caso das seções “**A Plebe**’ por aí afora” e “Mundo operário”. A primeira delas era destinada à publicação de notícias sobre as condições de vida operária, seu movimento e/ou a militância anarquista em diversas partes do Brasil, sobretudo fora do eixo Rio-São Paulo. Apesar de sua regularidade, “**A Plebe**’ por aí afora” não se torna um espaço exclusivo para a divulgação dos fatos ocorridos fora da capital paulista, mas aparece como um espaço destinado a organizar as pequenas notas que chegam de colaboradores diversos, sejam eles do interior paulista ou de outros estados. Em casos de uma denúncia mais detalhada ou de maior impacto, os artigos sobre as ocorrências do mundo operário e anarquista são publicados de forma independente da coluna.

A seção “Mundo operário” teve uma vida breve, mas sua proposta foi importante para o desenvolvimento do jornal, merecendo uma análise detalhada adiante junto das outras seções com quem se relacionava. O que é importante destacar neste momento é que a seção “Mundo operário” foi o espaço de excelência para a divulgação das ações dos operários da capital paulista e regiões próximas em greve e de suas associações. Publicada entre as edições de número 2 e 5, o título da seção vinha acompanhado de

uma ilustração mostrando um operário urbano e outro rural e veio para dar mais destaque para o espaço criado para o mesmo conteúdo na primeira edição sob o título “Ação obreira” (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 3). O título “Mundo operário” reaparece uma última vez com sua arte na nona edição (**A Plebe**, 11 ago. 1917, p. 3), noticiando o movimento operário em Campinas.

5.3.1 O conceito de jornalismo

Quanto a sua concepção de jornalismo, os editores de **A Plebe** colocam no que chamam constantemente de “imprensa avançada” ou “jornais de vanguarda” a missão de “delicada de orientar o povo, hoje à mercê da perseverante ação danosamente mistificadora dos jornais ao soldo dos dominadores da época” (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1). No artigo de fundo onde apresenta **A Plebe** para o público, Edgard Leuenroth apresenta o novo periódico como porta-voz dos trabalhadores de todo o país.

Vem este jornal ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazônia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do subsolo, nos ergástulos industriais ou nos ínvios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulência os ladrões legais que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou, como aves de paina, aportaram em outras paragens (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1).

Colocar-se ao lado do operariado, contrário ao sistema político e crítico costumaz do clericalismo, do militarismo e da força policial por meio de um jornal semanal também trazia dificuldades pelos quais os jornalistas-militantes estavam dispostos a enfrentar, como nos mostra Roberto Feijó, em uma de suas notas publicadas na coluna “Comentários de um plebeu”. Ao comentar o lamento de um amigo ao saber que o advogado escrevia para um jornal semanal, “que não dá nome, nem glória, dizem, e perde-se tempo” (**A Plebe**, 9 jul. 1917, p. 2), Feijó responde:

Piedosamente disse então a este amigo, que lera **A Plebe** em anúncio, o que este jornal, publicado uma vez na semana, representa como sacrifício e audácia, as suas ideias, o seu programa, a sua vida. Expliquei-lhe que se tratava de um jornal de vanguarda, preconizando uma ordem social radicalmente diversa da que existe; disse-lhe os perigos que correm tanto os seus redatores como seus colaboradores; elucidei-o sobre o fim imediato da missão que o jornal se propõe, que é esclarecer e orientar o operariado, ajudando-o a emancipar-se da servidão a que o regime burguês o sujeita; demonstrei-lhe, por fim,

que um jornal destes é o fruto de muitas vontades desinteressadas, do concurso de inúmeros indivíduos pobres que para ele concorrem com o seu tostão tirado a um salário já de si insuficiente e mesquinho. [...] Como detalhe, acrescentei que, bem-aventuradamente, os nossos jornais são os únicos que não têm nem aceitam subvenções, porque os socialistas, quando são diários, têm-nas sempre ou quase sempre (**A Plebe**, 9 jul. 1917, p. 2).

Por fim, em uma matéria sobre a Revolução Russa, publicada na sétima edição do jornal, encontramos informações sobre como os editores de **A Plebe** compreendiam a construção da notícia, em especial quando relata fatos de um país tão distante e desconhecido como a Rússia. O texto, com mais de três colunas de extensão, começa com a constatação da dificuldade em se colher documentos e depoimentos verdadeiros sobre a situação interna de cada país. Desta forma, afirma que “o que podemos fazer é colher aqui e ali, uma ou outra manifestação pessoal ou coletiva, **naturalmente favorável – mais ou menos favorável – à orientação que desejaríamos ver seguida** pelo movimento que se desencadeou” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2, destaques nossos). Apesar de reconhecer a imperfeição de tal processo, o jornal reconhece que, “feitas estas reservas [que todos os partidos e aspirações podem encontrar material que apoiam sua posição], **convêm e é natural que cada um ponha em relevo o que mais satisfaz os seus interesses ou ideais**” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2, destaques nossos).

Ao admitir, como destacado nas citações anteriores, a naturalidade do recorte ideológico sobre os fatos em busca de satisfazer os interesses e ideias de cada jornal, os editores de **A Plebe** evidenciam sua crença no jornalismo como um elemento crucial da formação de consciência e construção de ideias, isto é, um espaço público constituído por diversas vozes (diferentes jornais) que buscam mostrar aos seus leitores o mundo sob o seu ponto de vista, atraindo-os para seu campo ideológico e orientando para uma determinada forma de agir sobre o mundo.

5.3.2 *O mundo operário*

Como afirmamos anteriormente, a vida do trabalhador da capital paulista e regiões próximas tiveram local de destaque entre a segunda e quinta edição de **A Plebe** com a seção “Mundo operário”. A seção se caracterizava como um desenvolvimento gráfico da seção “Ação obreira”, publicada na primeira edição e teve sua existência interrompida com a eclosão da greve geral em São Paulo, quando a sexta e sétima

edição são dedicadas quase que exclusivamente aos fatos do levante paredista. A proposta de uma seção dedicada exclusivamente ao movimento e organização operária ressurgiu na oitava edição do jornal, só que desta vez com toda a terceira página dedicada aos conteúdos até então publicados na seção.

Desta forma, acompanhar o desenvolvimento da seção “Mundo operário” e suas correlatas – “Ação obreira” e a página três das edições posteriores à greve geral – apresenta-se também como um bom exemplo de como as mudanças no contexto social implicam em mudanças no discurso jornalístico do jornal **A Plebe**.

Quando **A Plebe** foi lançada em junho de 1917, o movimento operário de São Paulo já se agitava com greves em diversas indústrias, principalmente têxteis, desde o início do ano. Em outubro do ano anterior, os anarquistas de São Paulo tinham refundado o **Centro Libertário de São Paulo**, unificando e intensificando a propaganda contra a carestia de vida e crise no trabalho (LOPREATO, 2000, p. 73), que se intensificava devido os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia brasileira. Por outro lado, a eminência da entrada do Brasil no conflito mundial era assunto público.

Desta forma, nas primeiras edições de **A Plebe**, as condições de vida do operariado aparecem em segundo plano frente ao antimilitarismo, principalmente a partir da segunda edição (**A Plebe**, 16 jun. 1917), quando a Câmara dos Deputados vota pelo fim da neutralidade do Brasil na guerra. Neste momento, a seção “Mundo operário” é publicada pela primeira vez com pouco mais de duas colunas e nove notas sobre greves, ligas operárias e sindicatos. Além da mudança no nome e o destaque conquistado com a ilustração que adorna o título, a seção já mostra um ganho frente à seção “Ação obreira”, sua predecessora na primeira edição (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 3), que em cerca de uma coluna e meia trouxera seis notas e um longo texto de apresentação. Com o crescimento do movimento paredista na capital paulista nas semanas seguintes, a seção ganha mais espaço até ocupar metade da página três na edição que precede a eclosão da greve geral (**A Plebe**, 9 jul. 1917, p. 3).

Tendo em vista os efeitos da greve geral tanto no movimento operário paulistano como em todo Brasil, a partir da edição do dia 4 de agosto, a seção “Mundo operário” se dilui dentro da página três do jornal, que é toda dedicada ao movimento operário e associativo, seja ele da capital paulista, do interior do estado, do Brasil e até mesmo da Argentina. Essa estrutura da página três de **A Plebe** manteve-se assim por mais seis

edições, até sofrer mudanças pela emergência de um novo tema entre o movimento anarquista paulistano.

Estas mudanças apresentadas no espaço dedicado ao movimento operário e associativo em **A Plebe** demonstram uma preocupação dos editores do periódico anarquista em darem visibilidade aos acontecimentos diretamente relacionados aos ideais anarquistas, a saber, ação direta, principalmente a greve, e organização operária. Como apontamos em outra oportunidade, ao abordarmos a cobertura da greve nas páginas de **A Plebe**, essas mudanças demonstram que a intenção dos editores é “manter viva na agenda pública a ideia de organização do proletariado e da greve como instrumento de luta da classe trabalhadora” (MACHADO; STRONGREN, 2016, p. 90).

A presença de anúncios publicitários nas diferentes edições de **A Plebe** também deixam entrever as prioridades editoriais do grupo. Com a divulgação de equipamentos agrícolas, livrarias, xaropes, lojas de secos e molhados, cafés, alfaiates, da Escola Moderna N° 1, entre outros, as primeiras cinco edições do jornal têm ao menos metade de sua última página ocupada por propagandas, que deixam de ser publicadas a partir do número seis (**A Plebe**, 21 jul. 1917) e só retornam na décima segunda edição (**A Plebe**, 1 set. 1917). Neste período, os únicos anúncios são pequenas inserções dos advogados (e militantes anarquistas) Benjamin Mota e Roberto Feijó e de outras publicações anarquistas. Esta opção por priorizar o conteúdo informativo ligado ao movimento operário em detrimento da fonte de renda (publicidade), reforça a tese anterior de que o grupo editorial de **A Plebe** priorizava a conscientização do proletariado, mesmo que isso colocasse em risco a viabilidade financeira do jornal.

5.3.3 *A Plebe e a repressão policial*

Da mesma forma que o crescimento do movimento operário em São Paulo modifica o discurso jornalístico de **A Plebe**, outro acontecimento no seio do movimento anarquista e operário paulistano impacta no conteúdo do jornal: a repressão policial. Na madrugada do dia 13 de setembro de 1917, a polícia paulista desencadeou uma operação que visava atingir o movimento operário no estado, resultando em prisões de operários e militantes de destaque dentro do movimento e a invasão do Salão Germinal, das ligas operárias da Mooca e do Brás e da tipografia onde era impressa **A Plebe**. Entre os

presos daquela noite estavam dois nomes ligados ao jornal: o editor Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho⁵¹.

A prisão de Leuenroth implica em uma mudança no grupo editorial de **A Plebe**, com a emergência de Andrade Cadete. Mesmo mantendo o nome de Leuenroth no cabeçalho do jornal, Cadete assina entre as edições de número 14 (**A Plebe**, 22 set. 1917) e 19 (**A Plebe**, 22 set. 1917) 13 artigos, sendo dois artigos de fundo (**A Plebe**, 14 out. 1917, p. 1; **A Plebe**, 21 out. 1917, p. 1), um poema (**A Plebe**, 30 set. 1917, p. 3), quatro colunas “Farpas de fogo”, que já assinava desde décima segunda edição, além de outros artigos diversos, principalmente abordando a repressão policial contra o movimento operário e anarquista.

O tema da repressão promovida pelas forças oficiais no dia 13 de setembro também modifica a cobertura de **A Plebe** ao movimento operário e associativo da forma como vinha acontecendo. Apesar de não desaparecer, ele perde espaço para a cobertura das ações da polícia e do Estado contra os militantes. Mostra disso é a página três da edição número 14. O espaço, que desde a edição de 4 de agosto vinha toda dedicada ao movimento grevista e associativo, já fica dividido entre os assuntos tradicionalmente abordados ali com artigos relativos a perseguição policial (**A Plebe**, 22 set. 1917, p. 3).

As matérias sobre a repressão policial também demonstram o desejo dos editores de aprofundar e destacar tal tema entre o operariado e seus leitores, como evidencia a repetição do tema em uma mesma edição. Só na edição seguinte ao ocorrido (**A Plebe**, 22 set. 1917), são publicados 12 textos, entre notas e artigos, comentando a prisão de Leuenroth, os habeas corpus pela libertação dos presos, além de informações e opiniões sobre os fatos. Nas edições seguintes, o número de textos que abordam o tema continua alto, sendo publicados 13 textos na edição número 15 (**A Plebe**, 30 set. 1917), 15 na décima sexta (**A Plebe**, 7 out. 1917), cinco na décima sétima (**A Plebe**, 14 out. 1917), nove e sete nas edições de número 18 (**A Plebe**, 21 out. 1917) e 19 (**A Plebe**, 30 out. 1917).

⁵¹ Leuenroth foi preso sob a acusação de ser mentor intelectual do assalto ao Moinho Santista, ocorrido durante a Greve Geral, sendo absolvido e liberado no início de 1918. Florentino de Carvalho foi preso como mentor de um suposto plano conspiratório e deportado sob a Lei Adolfo Gordo, mesmo residindo no Brasil há quase duas décadas, fugindo do navio que o levava para Barbados ainda no Brasil.

5.3.4 *A Plebe e a grande mídia*

O jornal **A Plebe** também é um bom exemplo da relação do jornalismo anarquista com a grande mídia. Em praticamente todas as 19 edições da primeira fase do jornal paulistano seus concorrentes ligados à burguesia e/ou a partidos políticos são alvos de críticas, ao mesmo tempo em que recebem alguns raros elogios. De forma geral, a crítica à grande mídia surge como uma resposta à base ideológica presente na construção das matérias por ela veiculada, sobretudo quando dizem respeito ao movimento operário e anarquista ou sobre o sistema político vigente.

Ao longo de suas edições, o jornal **O Correio Paulistano**, ligado ao Partido Republicano Paulista, do presidente do estado Altino Arantes, surge como o principal adversário de **A Plebe**, com diversos artigos respondendo e criticando as coberturas do jornal. O primeiro deles é publicado logo na primeira página da edição inaugural do jornal, no qual Benjamin Mota critica um artigo publicado em **O Correio Paulistano** que afirmava só ser pobre em São Paulo quem não trabalhasse, desenvolvendo em seguida uma crítica ao sistema capitalista tendo como base o pensamento socialista.

De pleno, de pleníssimo acordo. Produzir, produzir, deve ser a divisa da Humanidade inteira, mas produzir para o bem comum e não para gaudio dos açambarcadores, que se estão locupletando, na hora presente, com o trabalho dos míseros produtores que mourejam, de sol a sol, nos campos do Estado de S. Paulo (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1).

Na mesma edição, uma pequena nota sem título, também comenta ironicamente uma matéria de **O Correio Paulistano** sobre a nomeação dos presidentes do Senado e da Câmara:

O **Correio** assim começou a sua pachecal nota sobre a farsa representada no Rio para a nomeação dos chefes do bando que nos explora: “... Reúnem-se hoje, em solene convenção, os senadores e deputados, representantes legítimos do povo brasileiro nas duas casas do Congresso Nacional”. Já viram tanta desfaçatez reunida em tão poucas linhas? Os deputados e senadores representantes legítimos do povo?! Decididamente, o *Vovô*, apesar de suas cans [sic], perdeu a vergonha (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 4, destaque no original).

A relação de submissão da grande mídia frente aos interesses econômicos e políticos também é alvo de constantes críticas dos articulistas e redatores de **A Plebe**. Apontando a ligação dos jornais com os governos e com a burguesia, os colaboradores e

editores do jornal acusam diversos periódicos e jornalistas de escreverem segundo os interesses de quem lhes financia:

Infere-se destas últimas palavras que é a *gamella* o que mais preocupa os ignóbeis escribas que prostituem a imprensa assoldados pelos senhores que *todo lo mandan*. De fato, para eles a *gamella* é tudo. Por ela se batem, por ela se sacrificam, por ela evidenciam a podridão da sua alma. Mas são tão desavergonhados, tão cínicos, tão impudentes, que até acham duma inocência pasmosa, duma infantilidade admirativa, o castigo aplicado às meninas-aprendizes de fábricas e oficinas, o qual consiste, como dissemos, em lhes puxar bestialmente as orelhas, que muitas vezes ficam largo tempo a escorrer sangue!! São tão pulhas, tão malandros e tão perversos que reputam de absurdo o fato de haver uma greve por solidariedade para com um operário iniquamente despedido em virtude dum arranjo sofrido pela máquina com que trabalhava (**A Plebe**, 8 set. 1917, p. 1, destaques no original).

Esta passagem do artigo que abre a edição do dia 8 de setembro, além de ilustrar a crítica ao jornalismo que se vendia aos interesses dos que lhe financiavam, apresenta também o conflito entre as duas formas de se fazer jornalismo (anarquista e da grande mídia) resultado da base ideológica sobre a qual se formam os discursos. Neste ponto são recorrentes as divergências quanto a necessidade da autoridade (**A Plebe**, 4 ago. 1917, p. 1), sobre o movimento grevista a forma de luta operária (**A Plebe**, 30 jun. 1917, p. 4; **A Plebe**, 21 jul. 1917, p. 2, **A Plebe**, 21 jul. 1917, p. 3; **A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 4), sobre a questão social (**A Plebe**, 23 jun. 1917, p. 1) e militarismo (**A Plebe**, 18 ago. 1917, p. 1). Também é recorrente a presença de artigos que respondam ao discurso oficial e da imprensa de que o pensamento anarquista seria resultado de agitadores estrangeiros (**A Plebe**, 11 ago. 1917, p. 4, **A Plebe**, 25 ago. 1917, p. 1, **A Plebe**, 30 out. 1917, p. 1).

Mas a relação com a grande mídia não se configura só como crítica e oposicionista. Os editores de **A Plebe** também destacam quando a grande mídia publica informações com as quais estão de acordo ou são de interesse do operariado. Dentre os veículos da grande mídia, o jornal **O Combate** é o que tem maior proximidade com **A Plebe**. Esta ligação se dá, provavelmente, pela relação de Leuenroth com o jornal de Nereu Rangel Pestana, do qual foi redator. Além de reproduzir matérias do jornal (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 1; **A Plebe**, 11 ago. 1917, p. 2; **A Plebe**, 8 set. 1917, p. 2; **A Plebe**, 22 set. 1917, p. 1; **A Plebe**, 22 set. 1917, p. 2; **A Plebe**, 7 out. 1917, p. 3), **A Plebe** foi impressa nas oficinas de **O Combate** após a ação policial que destruiu o maquinário no qual era impressa. Também recebem destaques positivos textos

publicados em **O Estado de S. Paulo** (**A Plebe**, 21 ago. 1917, p. 2; **A Plebe**, 1 set. 1917, p. 2; **A Plebe**, 30 set. 1917, p. 3) e do jornal carioca **A Razão** (**A Plebe**, 22 set. 1917, p. 3).

Esse conteúdo crítico à grande mídia ou mesmo socialista, presente também nos jornais **A Voz do Trabalhador** e **Tribuna do Povo**, trazem dois papéis para os jornais anarquistas. Em primeiro lugar, podemos notar nesse trabalho constante de análise e crítica do jornalismo uma forma embrionária dos observatórios de imprensa contemporâneos. Em um estudo sobre os observatórios de imprensa na América Latina, Damas e Christofolletti (2006, p. 153) apontam que foi apenas em meados dos anos 1990 em que os primeiros observatórios chegaram ao continente, podemos encontrar na crítica que **A Plebe** faz dos grandes jornais do Brasil ao menos quatro das seis funções apontadas (ibidem, p. 154) pelos pesquisadores sobre os observatórios, a saber, revisar o conteúdo dos meios, publicar ou difundir os resultados de suas atuações, capacitar a audiência para o consumo crítico dos meios e capacitar jornalistas para a elaboração de um jornalismo de qualidade⁵².

Por outro lado, podemos reconhecer nessa preocupação dos jornalistas-militantes em desfazer o discurso da grande mídia um dos pontos de disputa pelo regime de verdade (FOUCAULT, 2012) entre o movimento anarquista e as demais instituições (burguesa/capitalista e socialista). Ao criticar o discurso de outros jornais, os jornalistas-militantes buscam ao mesmo tempo deslegitimar o imaginário dominante que a mídia veicula e substituí-lo por um novo imaginário, criando, como afirma Swain (1994), um novo tipo de representação e introduzindo novos valores e ideais.

5.3.5 A Revolução Russa

Por fim, cabe destacar a cobertura que o jornal **A Plebe** faz da Revolução Russa. Os acontecimentos que levaram a queda do czar russo e a instalação de um governo provisório e outro poder soviético durante a Revolução de Fevereiro aparecem nas páginas do jornal de forma tímida já na primeira edição, quando Galileu Sanchez (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 3) e Bazílio Torrezão (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 2) escrevem sobre os levantes populares e o clima de ebulição social em vários países da Europa, incluindo a Rússia, que levariam a reformas sociais e a queda do regime capitalistas. Na edição

⁵² As outras duas funções dos observatórios apontados pelos pesquisadores estão: elaborar estudos, informes e análises comparativas e recolher queixas, críticas e comentários dos consumidores.

seguinte, a Revolução Russa já passa a ganhar mais destaque com artigos que fazem uso do levante contrário ao regime czarista para apontar, em artigos assinados respectivamente por Hélio Negro e Astrogildo Pereira, os males da propriedade individual (**A Plebe**, 16 jun. 1917, p. 2) e da falência do Estado (**A Plebe**, 16 jun. 1917, p. 2).

Porém, é a partir da quarta edição que a Revolução Russa aparece nas páginas de **A Plebe** com uma cobertura de caráter mais noticioso. Com o chapéu “Arrebol da liberdade” e o título “A grandiosa epopeia russa” (**A Plebe**, 30 jun. 1917, p. 2), um artigo com cerca de duas colunas começa apontando as falhas na cobertura da grande mídia, que ocultava o papel dos operários e socialistas. O artigo traz ainda informes sobre a constituição do Conselho de Operários e Soldados e uma carta do anarquista Jean Grave enviada a um colaborador do jornal comentando os acontecimentos russos. Após dedicar-se mais aos fatos relativos à greve geral em São Paulo por duas edições, a Revolução Russa retoma sua posição de destaque com mais de três colunas na segunda página da sétima edição. Desta vez com o chapéu “Da tirania para a liberdade” e o título “Algo sobre a Revolução Russa” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2-3), a seção inicia com um artigo sobre a dificuldade de obter informações sobre os acontecimentos e que devido à aparente ausência de um movimento libertário, cabem aos anarquistas se basearem nas informações vindas dos socialistas. Essa declaração serve para introduzir declarações do socialista russo Martoff sobre alguns dos membros do governo provisório e um outro artigo sobre os possíveis efeitos da revolução sobre a Alemanha e a Primeira Guerra Mundial.

A cobertura da Revolução Russa torna-se regular entre a nona edição e décima segunda edição com estilo próximo das apresentadas nas edições quatro e sete, trazendo sempre o chapéu⁵³ “Arrebol da liberdade” e os títulos “Algo sobre a grande Revolução Russa” (**A Plebe**, 11 ago. 1917, p. 4) e “Ao redor da epopeia russa” (**A Plebe**, 18 ago. 1917, p. 2; **A Plebe**, 25 ago. 1917, p. 2).

Neste período, a Revolução Russa também torna a aparecer como tema em outras partes de **A Plebe**, deixando entrever a conexão que os jornalistas-militantes faziam entre ela e os recentes acontecimentos grevistas em São Paulo.

Dentro de uma campanha que começara depois da Greve Geral em unir soldados e operários em prol de uma revolução social no Brasil, a edição de número 11 de **A**

⁵³ Chapéu é uma palavra ou expressão utilizada acima do título e em corpo menor para caracterizar o tema ou assunto da matéria.

Plebe traz um artigo onde reproduz trechos de um boletim distribuído no Rio de Janeiro pelo **Centro Libertário**, no qual os eventos da Rússia são utilizados como exemplos para o Brasil.

Ora, o Centro Libertário do Rio de Janeiro, modesto mas consciente e irreduzível propugnador e defensor de todas as liberdades humanas, não pode deixar de vir a público neste momento proclamar sua grande simpatia pelo movimento revolucionário russo, chamando para o mesmo a especial atenção do operariado do Brasil, neste instante sob a ameaça de também ser atirado à matança guerreira nos campos da Europa, em defesa da pátria e das classes ricas. A atual revolução na Rússia é um exemplo e um incentivo. Ela mostra que a emancipação real, concreta e completa do povo só pode ser resultado da ação direta do próprio povo (**A Plebe**, 25 ago. 1917, p. 4).

Apesar das dificuldades de acesso a informações consideradas confiáveis sobre os acontecimentos da Revolução Russa, seja ela por telégrafo (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1; **A Plebe**, 25 ago. 1917, p. 2) ou por meio dos jornais anarquistas da Europa (**A Plebe**, 18 ago. 1917, p. 2), a regularidade e o destaque dado ao tema evidencia a importância que o grupo editorial de **A Plebe** via no movimento russo. Apesar de seu conteúdo de caráter noticioso entre as edições de 30 de junho e 25 de agosto, outros artigos que circunscrevem a Revolução Russa mostram que a motivação por trás do destaque ao tema no jornal tinha como objetivo inspirar o operariado brasileiro para um levante similar em terras nacionais.

Com uma diversidade de acontecimentos históricos ligados aos interesses e causas do movimento anarquista, a análise do discurso jornalístico da primeira fase de **A Plebe** desenha com clareza como o contexto sócio-histórico modifica a prática do jornalismo anarquista. Como vimos nos parágrafos anteriores, os editores do jornal entendem o jornalismo como um instrumento de conscientização do operariado, sobretudo buscando um efeito imediato que o leve para a prática da ação direta revolucionária ou reivindicatória e para dentro do movimento associativo, onde a consciência individual e a luta irá se desenvolver de forma permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcada por um regime político liberal, que favoreceu a consolidação dos latifundiários e da nova burguesia industrial, as duas primeiras décadas do século XX no Brasil assistiu ao processo de constituição do proletariado nacional enquanto classe. Neste cenário, o anarquismo surgiu como principal corrente ideológica entre o proletariado, refletindo em formas de organização – os sindicatos de resistência - e luta – greves e outras formas de ação direta. Além disso, o anarquismo também produziu no Brasil outra prática amplamente difundida entre libertários de diversas partes do mundo: o jornalismo.

Seja fruto do trabalho de uma associação de classe, de um grupo de militantes ou do trabalho dedicado de um único militante, o jornalismo anarquista esteve presente em todo o território nacional no início do século XX, com mais de 300 títulos publicados. É sobre essa prática do jornalismo anarquista que esta pesquisa se desenvolveu, objetivando a compreensão de como se formou e caracterizou-se o discurso jornalístico dos jornais anarquistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX, representados pelos títulos **A Voz do Trabalhador** (1908-1909), **Tribuna do Povo** (1916-1917) e **A Plebe** (1917).

Desta forma, dedicamos o primeiro capítulo, intitulado **Jornalismo, uma prática social e anarquista**, para compreender o que caracteriza o jornalismo e, especificamente, o jornalismo anarquista. Evitando concepções essencialistas do jornalismo, entendemos, ao lado de Rüdiger (2013), que o jornalismo é uma prática social que se configura dentro de um contexto econômico, social e político sobre o qual também age. Dentro do universo de diferentes práticas jornalísticas, identificamos o jornalismo anarquista como uma forma específica de jornalismo contra-hegemônico, que, segundo autores como Cicilia Peruzzo (1998), Pedro Gilberto Gomes (1990) e Máximo Simpson Grinberg (1987), se caracteriza como uma prática diretamente ligada a lutas sociais, que constituem sua própria forma de comunicação visando mudanças sociais por meio de um conteúdo que questione o *status quo*.

O capítulo dois, **Elementos para uma análise do jornalismo anarquista**, foi dedicado à apresentação da metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho, que combinou elementos da História e da Comunicação de forma a nos permitir a compreensão do discurso jornalístico dos jornais anarquistas por nós estudados. Para

nosso estudo, identificamos quatro categorias de análise, que influenciam neste discurso: o contexto sócio-histórico, a instituição jornalística, a rede de jornalistas-militantes e o próprio conteúdo dos jornais.

Os capítulos três e quatro apresentam os elementos historiográficos das nossas análises. Com o título **A Semente Libertária**, o terceiro capítulo versa sobre o pensamento e movimento anarquista mundial que influenciaram os trabalhadores brasileiros no início do século XX. Nele, apresentamos as ideias dos principais pensadores libertários, como Proudhon, Bakunin e Kropotkin, além de uma breve história do movimento anarquista na França, Espanha, Itália e Portugal, países dos quais migraram os operários que ajudaram a implantar o sonho libertário no território brasileiro. Entendidas as principais ideias e vertentes do anarquismo, pudemos dedicar o quarto capítulo, **A vida operária e o movimento anarquista no Brasil (das origens aos anos 1920)**, para o estudo da vida operária e do movimento anarquista no Brasil desde o início da sua industrialização, em meados do século XIX, até a década de 1920. Destacamos como o processo de industrialização nacional permitiu, com o apoio de uma ideologia liberal, a formação de uma burguesia nacional agroindustrial cuja economia estava baseada na superexploração do trabalhador, fatos que impulsionaram a constituição do operariado brasileiro como classe em meio a lutas, greves e a busca por estabelecer uma sólida organização operária. Concluímos este capítulo destacando a história e o papel do movimento anarquista junto ao operariado nacional neste período.

Por fim, o quinto capítulo, **Imprimindo a liberdade**, nos leva ao epicentro de nossa pesquisa: a prática do jornalismo anarquista no Brasil. Ao longo de três seções apresentamos de que forma o discurso jornalístico emergiu em três diferentes jornais anarquistas brasileiros. O primeiro deles, **A Voz do Trabalhador**, órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira**, foi publicado em sua primeira fase nos anos 1908 e 1909. Totalizando 21 edições, o jornal editado no Rio de Janeiro teve sua história marcada pela publicação intermitente, decorrente da falta recursos financeiros, e pela dificuldade em se tornar um veículo nacional, tendo sua cobertura restrita principalmente ao movimento operário carioca e, em menor escala, paulista. A causa desses problemas vividos por **A Voz do Trabalhador** neste período pode ser identificada na falta de uma organização sólida do movimento operário no Brasil. Apesar de passados apenas dois anos da realização do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, em 1908 o movimento operário já se encontrava no início de uma fase de

retração, depois da combatividade demonstrada pelos operários entre os anos de 1905 e 1907. O próprio movimento operário da capital federal sofria nesses anos para se organizar localmente, fato que atrasou a fundação da **COB**. Apesar das dificuldades, **A Voz do Trabalhador** foi capaz de se posicionar como porta-voz do operariado, realizando uma intensa cobertura sobre a condição de vida do proletariado carioca e de suas organizações, além de articular os trabalhadores em prol de suas causas, como a campanha contra uma possível guerra entre Brasil e Argentina.

Fora dos grandes centros industriais, o jornal **Tribuna do Povo** é um exemplo singular na prática do jornalismo anarquista no Brasil. Publicado em Viçosa, no interior de Alagoas, entre 1916 e 1917, o jornal era liderado pelo jovem redator-tipógrafo Antonio Bernardo Canellas e construiu seu discurso jornalístico em um contexto social no qual o proletariado organizado e o movimento anarquista eram praticamente inexistentes. Desta forma, **Tribuna do Povo** combinava em suas páginas um discurso jornalístico similar ao da grande mídia, com notícias sobre o cotidiano da cidade e da vida social de Viçosa, com a prática do jornalismo anarquista, na qual a realidade social, seja ela local, nacional ou internacional, serve de base para uma crítica do sistema capitalista e político. Ao longo de suas edições, vimos Canellas dividido entre a publicação de notas sobre chegada e partida de filhos ilustres da cidade, da nomeação de chefes de polícia e a publicação de jogos e brincadeiras entre moradores e a publicação de artigos que criticavam a ordem social vigente, atacando o crescente sentimento militarista no Brasil, a política local e os abusos policiais.

O último jornal por nós analisado foi **A Plebe**. Principal representante do jornalismo anarquista no Brasil, por sua história de quase 40 anos, o jornal foi editado em São Paulo por Edgard Leuenroth, tendo sua primeira fase durado 19 edições. Se por um lado **A Voz do Trabalhador** viveu em um momento de descenso do movimento anarquista e **Tribuna do Povo** estava distante dos centros anarquistas e operários, a primeira fase de **A Plebe** vivenciou o grande momento do anarquismo no Brasil – a Greve Geral de 1917 –, na cidade onde o pensamento libertário se desenvolvia com plena força. Esses fatos moldaram o discurso jornalístico do jornal paulistano ilustrando como seus editores buscavam envolver o ideal maior de Revolução Social e emancipação do proletariado com os fatos cotidianos dos trabalhadores e suas lutas por melhores condições de vida. Assim, o conteúdo do jornal passou por modificações significativas com a emergência de novas realidades enfrentadas pelo operariado,

passando da campanha antimilitarista causada pela entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, para um quase que exclusiva cobertura sobre o movimento grevista e associativo com a eclosão da Greve Geral em São Paulo e suas consequências para o movimento operário na capital paulista e no Brasil terminando com um terceiro período marcado pela cobertura da perseguição policial e política aos operários e militantes anarquistas de São Paulo, que vitimou o próprio jornal e seus colaboradores, como o editor Edgard Leuenroth.

Cobrando diversas realidades vividas pelo movimento anarquista no Brasil do início do século XX – um sindicato nacional e de base ideológica diversa, uma realidade interiorana e distante de grandes organizações operárias e um período de grande agitação operária e anarquista –, a análise dos três jornais estudados nos permitiu uma visão ampla da prática do jornalismo anarquista brasileiro no início do século XX. Destas análises, compreendemos o jornalismo anarquista como uma prática social ligada ao movimento libertário e operário com dois objetivos centrais: criar entre os trabalhadores um imaginário de classe e prepará-lo para uma vindoura Revolução Social. Ambos os objetivos, como buscamos destacar, estão intimamente ligados ao contexto sócio-histórico da época, que propiciou uma intensa cobertura do cotidiano do proletariado, destacando suas condições de vida em casa, no trabalho e da sociedade, denunciando os males sociais que os atingiam – baixos salários, longas jornadas de trabalho, péssimas condições de higiene, violência e abusos físicos e morais, etc. – e suas causas – o Estado, o capitalismo, o militarismo, os políticos e a Igreja.

Aliando o relato dos fatos sociais com um discurso opinativo, os jornalistas-militantes constroem um discurso jornalístico que visa incutir e reforçar no imaginário do trabalhador uma identidade enquanto classe social e suporte teórico e pragmático para sua emancipação.

Se a sonhada Revolução Social não chegou, o ímpeto com que eram reprimidos pela polícia e pelo Estado deixa claro que o trabalho dos jornalistas-militantes não foi em vão. Ao combinar denúncias dos males sociais com um discurso jornalístico que dava legitimidade e visibilidade para os ideais libertários, o jornalismo anarquista, naquelas primeiras décadas do século XX, tornou-se um forte instrumento para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Se buscarmos diferenciar a prática do jornalismo anarquista daquela praticada pela grande mídia, encontraremos na centralidade dada ao proletariado na construção do

discurso jornalístico o principal elemento de distinção entre ambas as práticas. No jornalismo anarquista será o trabalhador, seja ele da cidade ou do campo, o elemento que direciona a cobertura jornalística. Este papel do proletariado mostra-se não só na cobertura do cotidiano dos trabalhadores, mas também quando o tema não tem no operário seu sujeito. Este é o caso da cobertura de temas como o militarismo, a política institucional e os acontecimentos internacionais, que só ganham espaço nos jornais anarquistas a partir do momento em que afetam a vida do operariado e cujo discurso jornalístico irá se voltar sobre os interesses e os efeitos desses fatos no proletariado.

Por fim, podemos apontar outro elemento que diferencia o jornalismo anarquista da grande mídia: sua visão de ser humano. Diferente da perspectiva liberal, no qual o mesmo sujeito surge fragmentado, ou seja, é trabalhador quando está na fábrica, é político quando vota, é esposo/esposa quando está em casa, o jornalismo anarquista tem uma visão integral do ser humano, isto é, um sujeito único que se desenvolve e se constitui em todos os ambientes, seja em casa, no trabalho, na rua ou na igreja. Essa perspectiva produz discursos jornalísticos, destacadamente na cobertura do cotidiano no trabalhador, que não limitam o fato social noticiado a seus efeitos no local onde ocorreram, mas se espalham por toda a estrutura social, saindo da fábrica para ganhar as ruas e a intimidade do lar.

FONTES

ARQUIVOS CONSULTADOS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

PERIÓDICOS

A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro: [s. n.], 1908-1909. Irregular.

Tribuna do Povo. Viçosa, AL: [s. n.], 1916-1917. Semanal.

A Plebe. São Paulo: [s. n.], 1917. Semanal.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Carlos Augusto. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges (Orgs.). **História do anarquismo no Brasil – Volume II**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, p. 13-35.

ANUNCIACÃO, Cristiano. Um olhar sobre o passado: tensionamentos teóricos na pesquisa em história do jornalismo. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015. p. 1-9.

ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e militância operária**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

ARAÚJO, Bruno Rodrigo T.; MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Antonio Bernardo Canellas: audácia e militância através da trajetória, pensamento e atuação política intelectual com a edição do periódico Tribuna no Povo, (Viçosa – Alagoas, 1916). In: II Congresso Internacional de História UEPG-Unicentro. **Anais...** Ponta Grossa, PR, 2015. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1425604677_ARQUIVO_TEXTOBIOGRAFIAEHISTORIA.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BARBOSA, Marialva. O método e a análise histórica do jornalismo. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Manaus, 2013.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. (no prelo). **Natureza e transformação do jornalismo**.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, Caio Tulio. **O que é anarquismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

DAMAS, Susana Herrera; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Fiscalizar e alfabetizar: dois papéis dos observatórios de meios latino-americanos. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 149-169, jan./jun. 2006.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ESCUADERO, Camila; TEIXEIRA, Nayara C. Quando a imprensa imigrantes de São Paulo se tornou alternativa. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 5, 2007, São Paulo, SP. **Anais online**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Quando%20a%20imprensa%20imigrantes%20de%20Sao%20Paulo%20se%20tornou.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história. In: **Textura**, Canoas, v. 5, n. 9, p. 49-56, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/701>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil – 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

GONÇALVES, Cláudia Tolentino; LOPREATO, Christina Roquette. A emancipação do novo homem: a moral anarquista e a educação libertária nos escritos de Edgard Leuenroth. In: **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1-23, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8044>>. Acesso em: 25 out. 2015.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Adonile Ancelomo. **Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)**. 142 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2009.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **A classe operária no Brasil, 1889-1930: Documentos**. Volume 1: O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 2003. p. 213-230.

JORNALISMO e sociedade. 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://fac.unb.br/pos-graduacao/206-jornalismo-e-sociedade>>. Acesso em: 6 out. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2001. Editoração digital: EccentricDuo.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação**. 2ª ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

LEUENROTH, Edgard. Presença atual. In: LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 91-101.

_____. Uma população livre no tempo da Guerra do Paraguai. In: LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 140-154.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

LOSNAK, Célio José. O Baurú: Uma singularidade no jornalismo político da Primeira República. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9, 2013, Ouro Preto, MG. **Anais online**. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-bauru-uma-singularidade-no-jornalismo-politico-da-primeira-republica>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

MACHADO, Liliane Maria Macedo; STRONGREN, Fernando Figueiredo. O agendamento da greve nas páginas de A Plebe. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, Vol. 11, n. 1, p. 77-92, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/665>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

MALATESTA, Errico. O objetivo dos anarquistas. IN: MALATESTA, Errico. **Cadernos Anarquistas**. Fortaleza: Organização Resistência Libertária (ORL), 2010. (Coleção Teoria Anarquista). Disponível em: <<http://anarquista.net/wp-content/uploads/2013/08/Cadernos-Anarquistas-Errico-Malatesta.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2005.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Moderna, 1997.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In:

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. p. 269-279.

NETTLAU, Max. **História da anarquia**: das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

OLIVEIRA, César. **O operariado e a Primeira República (1910-1924)**. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

PEREIRA, Aline Andrade. Imprensa e Primeira Guerra Mundial – objetividade e neutralidade nas páginas dos periódicos da época. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35, 2012, Fortaleza. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2323-1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIMENTEL, Alessandra. O método de análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In.: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 217-233. (Coleção Comunicação, 2).

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

_____. **História do movimento anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diogo Giménez, 2010.

_____. **História do movimento anarquista em Portugal**. Piracicaba: Ateneu Diogo Giménez, 2010.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto; Deminicis, Rafael (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. **“Minha pátria é o mundo inteiro”**: Neno Vasco,

anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Edição digital. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/FFyYqik2/minha_patria_e_o_mundo_inteiro.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Uma fração de barricada:** Neno Vasco e os grupos anarquistas no Brasil e Portugal. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, 2003 (Working Papers). Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200401.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four theories of the press.** 7ª reimp. Chicago/Londres: University of Illinois Press Urbana, 1972.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In.: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicações.** Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-69.

SILVA, Marcos Paulo da. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In.: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicações.** Florianópolis: Insular, 2014. P. 51-69.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 2003. p. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª ed. rev. e ampl. Porto: s/ed., 2006. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário?. In: SWAIN, Tania Navarro (Org.). **História no plural.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. p. 43-67.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCO, Neno; CRISPIM, João. **Anarquistas no sindicato** - um debate entre Neno Vasco e João Crispim. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, 2013.

WALTER, Nicolas. **O que é o anarquismo?** S/L: Faísca Publicações Libertárias, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia e outros escritos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

WOITOWICZ, Karina Jans. Trajetória de militância pelo jornalismo: Um percurso histórico pela participação da imprensa nas lutas do movimento operário e sindical em Ponta Grossa/PR ao longo do século XX. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 4, 2006, São Luiz, MA. **Anais online**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/Trajektorias%20de%20militancia%20pelo%20jornalismo.doc>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas – Vol. 1: A idéia**. Porto Alegre: L&PM, 2007. (Coleção L&PM Pocket).

_____. **História das idéias e movimentos anarquistas – Vol. 2: O movimento**. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket).